



CONGRESSO NACIONAL

OFÍCIO

Nº 28, DE 2013 – CN

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL GABINETE DO MINISTRO

Ofício nº 311 /MI

Brasília, 08 de agosto de 2013.

A Sua Excelência o Senhor
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Congresso Nacional
Senado Federal
Praça dos Três Poderes
70160-900 - Brasília / DF

Assunto: Relatório de Gestão do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), referente ao 1º Semestre de 2012.

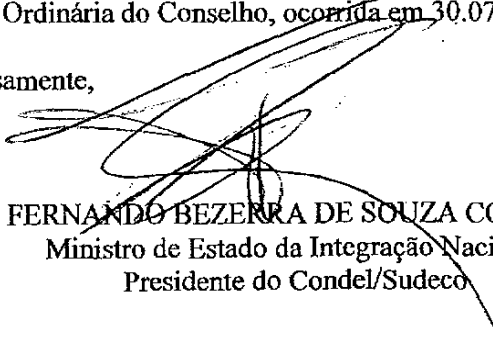
Senhor Presidente,

1. Com os meus cordiais cumprimentos, faço referência aos §§ 4º e 5º do art. 20 da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, que dispõem sobre a fiscalização e o controle dos relatórios do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) pelas comissões que tratam da questão das desigualdades inter-regionais de desenvolvimento na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, bem como pela Comissão Mista permanente de que trata o § 1º do art. 166 da Constituição Federal.

2. A propósito, encaminho a Vossa Excelência três vias do relatório do Banco do Brasil S.A. sobre as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos com as aplicações dos recursos do FCO no 1º Semestre de 2012, acompanhado das Demonstrações Contábeis de 30.06.2012, devidamente auditadas; três vias do Parecer-Conjunto n.º 24-SFRI/SUDECO, de 26.12.2012, do Ministério da Integração Nacional; e três vias da Resolução Condel/Sudeco n.º 006/2012, de 28.12.2012, publicada no DOU de 07.01.2013, Seção 1, p. 26.

3. Informo que o referido Relatório foi aprovado ad referendum do Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste, conforme Resolução Condel/Sudeco n.º 006/2012, de 28.12.2012, publicada no DOU de 07.01.2013, Seção 1, p. 26, bem como discutido e votado na 2ª Reunião Ordinária do Conselho, ocorrida em 30.07.2013.

Atenciosamente,



FERNANDO BEZERRA DE SOUZA COELHO
Ministro de Estado da Integração Nacional
Presidente do Condel/Sudeco

**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO
NACIONAL**

**BANCO DO BRASIL S.A.
DIRETORIA DE GOVERNO**

**FCO
FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO CENTRO-OESTE**

RELATÓRIO DE GESTÃO DO 1º SEMESTRE DE 2012

BRASÍLIA (DF) – JUNHO/2012

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO

**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO
NACIONAL**

BANCO DO BRASIL S.A.

**FCO
FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO CENTRO-OESTE**

RELATÓRIO DE GESTÃO DO 1º SEMESTRE DE 2012

BRASÍLIA (DF) – JUNHO/2012

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS	3
LISTA DE TABELAS E ANEXOS	6
1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	9
2. INTRODUÇÃO	10
3. INFORMAÇÕES SOBRE O PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA UNIDADE.....	10
a) Responsabilidades Institucionais da Unidade	10
I. Competência Institucional	10
II. Objetivos Estratégicos	12
b) Estratégia de Atuação Frente às Responsabilidades Institucionais	12
I. Análise do Plano Estratégico do Ministério da Integração Nacional	13
II. Análise do Plano de Ação Referente ao Exercício	14
c) Programas de Governo sob a Responsabilidade da Unidade	16
I. Execução dos Programas de Governo sob a Responsabilidade da UJ.....	16
II. Execução Física das Ações Realizadas pela UJ	22
d) Desempenho Orçamentário e Financeiro.....	28
I. Programação Orçamentária das Despesas	28
II. Execução Orçamentária.....	31
III. Indicadores Institucionais.....	32
4. OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS PELOS RESPONSÁVEIS COMO RELEVANTES PARA A AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE E DO DESEMPENHO DA GESTÃO	36
4.1 Operações de Fundos.....	36
I. Contratações de Operações de Financiamento	36
II. Situação da Demanda	48
III. Retornos de Operações de Financiamento	51
IV. Situação dos Recursos.....	52
V. Remuneração dos Recursos Disponíveis.....	52
VI. Remuneração dos Recursos Aplicados	52
VII. Remuneração do Banco Operador – <i>Del Credere</i>	52
VIII. Remuneração do Administrador.....	53
IX. Situação da Carteira de Financiamentos	53
X. Perdas	65
XI. Operações Ajuizadas.....	65
XII. Rebates / Bônus de Adimplência.....	66
XIII. Patrimônio Líquido	66
XIV. Geração de Empregos	66
XV. Fiscalização, Controle e Auditoria.....	68
XVI. Legislação Editada no Período.....	70
4.2 Avaliação do Administrador.....	71

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

- ABC – Agricultura de Baixo Carbono
- AMM – Associação Matogrossense dos Municípios
- APROSOJA – Associação dos Produtores de Soja de Mato Grosso
- BACEN – Banco Central do Brasil
- BB – Banco do Brasil S.A.
- CABB - Central de Atendimento do Banco do Brasil
- CDE – Conselhos de Desenvolvimento dos Estados e do Distrito Federal
- CEDRS - Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Sustentável
- CFC – Contratação de Financiamento por Convênio
- CMN – Conselho Monetário Nacional
- CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas
- CND/INSS – Certidão Negativa de Débitos / Instituto Nacional de Seguridade Social
- CODERFAP/DF – Comitê de Discussão Empresarial e Rural para Desenvolvimento e
Financiamento à Atividade Produtiva do Distrito Federal
- CRM – Cadastramento Rural Massificado
- CONDEL/FCO – Conselho Deliberativo do Fundo Constitucional de Financiamento
do Centro-Oeste
- CONVIR – Linha de Financiamento de Desenvolvimento de Sistema de Integração
Rural
- CRF/FGTS – Certificado de Regularidade do FGTS/Fundo de Garantia do Tempo de
Serviço
- CTCR - Câmaras Técnicas de Crédito Rural
- DBR – Declaração de Bens e Rendas
- DEOC – Dossiê Eletrônico de Operações de Crédito
- DN – Decisão Normativa
- DRS – Desenvolvimento Regional Sustentável
- EI – Empreendedor Individual
- FACUAL – Fundo de Apoio à Cultura do Algodão
- FAEG – Federação da Agricultura e Pecuária de Goiás
- FAMATO – Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso
- FCO – Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste

FETAEG – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Goiás
FETAGRI/MT – Federação dos Trabalhadores na Agricultura/MT
FIBRA – Federação das Indústrias de Brasília
FNE – Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste
FNO – Fundo Constitucional de Financiamento do Norte
GST – Gerenciamento de Serviços Técnicos
GT – Grupo de Trabalho
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ILPF – Integração Lavoura-Pecuária-Floresta
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados
IR – Imposto de Renda
LOA – Lei Orçamentária Anual
MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MF – Ministério da Fazenda
MGE – Média e Grande Empresa
MGP – Médio e Grande Produtor
MI – Ministério da Integração Nacional
MPE – Micro e Pequena Empresa
MPP – Mini e Pequeno Produtor
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
PAIS – Produção Agroecológica Integrada Sustentável
PAPRA – Programa de Apoio à Política de Reforma Agrária
PDCO – Plano de Desenvolvimento do Centro-Oeste
PESA – Programa Especial de Saneamento de Ativos
PNDR – Política Nacional de Desenvolvimento Regional
PPA – Plano Plurianual
PR II - Patrimônio de Referência – Nível II
PROCERA - Programa Especial de Crédito para Reforma Agrária
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONAF-RA – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar -
Reforma Agrária

RFB – Receita Federal do Brasil

RIDE – Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno

SCO – Secretaria de Desenvolvimento do Centro-Oeste

SEC - Securitização

SFC – Secretaria Federal de Controle Interno

SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais

SICONV – Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de
Parceria

SINDILAT – Sindicato das Indústrias de Laticínio do Estado de Mato Grosso

SIORG – Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal

STN – Secretaria do Tesouro Nacional

SUDECO – Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste

TCU – Tribunal de Contas da União

TI – Tecnologia da Informação

UF – Unidade Federativa

UJ – Unidade Jurisdicionada

UO – Unidade Orçamentária

ZAV – Zona de Alta Vigilância

LISTA DE TABELAS E ANEXOS

<u>Título</u>	<u>Página</u>
Quadro I – Contratações – Comparação Exercício de 2012 e 2011	22
Quadro II – Contratações por Programa, Porte e UF.....	23
Quadro III - Limites/tetos para financiamentos de Custeio, Aquisição de Insumos e/ou Matéria-Prima e Formação de Estoques para Vendas junto a empreendedores individuais, mini, micro e pequenos tomadores.....	24
Quadro IV - Financiamentos para Custeio, Aquisição de Insumos e/ou Matéria-Prima e Formação de Estoque para Vendas junto a empreendedores individuais, mini, micro e pequenos tomadores	24
Quadro V - Financiamentos para Custeio, Aquisição de Insumos e/ou Matéria-Prima e Formação de Estoque para Vendas junto a pequeno-médios, médios e grandes tomadores	25
Quadro VI – Contratações do Pronaf/FCO	26
Quadro VII – Empregos gerados no âmbito do Pronaf.....	26
Quadro VIII – Saldos do Pronaf	27
Quadro IX – Contratações Pronaf-RA.....	28
Quadro X – Contratações Pronaf e Pronaf-RA – Comparativo.....	28
Quadro XI – Origem dos Recursos Previstos para 2012	29
Quadro XII - Distribuição dos recursos por Unidade Federativa e Programas	29
Quadro XIII – Distribuição dos Recursos por UF e Programa.....	30
Quadro XIV – Previsão de Aplicação de Recursos em 2012	30
Quadro XV – Realização da Previsão Orçamentária.....	31
Quadro XVI – Transferências do Tesouro Nacional	31
Quadro XVII - Transferências do Tesouro Nacional – comparativo 2012/2011.....	32
Quadro XVIII – Metas de desempenho para o exercício 2012.....	34
Quadro XIX – Contratações por Programa e UF.....	36
Quadro XX – Contratações por Porte e Linha de Financiamento	37
Quadro XXI – Contratações por Porte e UF.....	38
Quadro XXII – Contratações por UF, Programa e Porte	39
Quadro XXIII – Distribuição espacial das aplicações 2012/2011	40
Quadro XXIV – Contratações na RIDE.....	41
Quadro XXV – Contratações na Mesorregião de Águas Emendadas.....	41
Quadro XXVI – Contratações com novos beneficiários.....	43
Quadro XXVII – Contratações com valor superior a R\$ 10 milhões	44
Quadro XXVIII – Contratações por Tipologia e UF	43
Quadro XXIX – Operações de Repasse.....	47
Quadro XXX – Situação das propostas: Contratadas x Não atendidas	48

Quadro XXXI – Situação das propostas por Programa e Porte	48
Quadro XXXII – Motivo de não atendimento de demandas por UF	49
Quadro XXXIII – Motivo de não atendimento de demandas por Programa	50
Quadro XXXIV – Motivo de não atendimento de demandas por Porte	50
Quadro XXXV – Propostas indeferidas/canceladas: detalhamento.....	51
Quadro XXXVI – Retornos de capital.....	51
Quadro XXXVII – Situação dos recursos por UF	52
Quadro XXXVIII – Saldos por programa e UF.....	53
Quadro XXXIX – Saldos por porte e UF.....	54
Quadro XL - Securitização	54
Quadro XLI - PESA	55
Quadro XLII – Renegociações por UF e Programa.....	56
Quadro XLIII – Renegociações por UF e Porte.....	56
Quadro XLIV – Prorrogações do FCO	57
Quadro XLV – Financiamentos por Encargos Pactuados.....	58
Quadro XLVI – Carteira por risco	59
Quadro XLVII – Carteira com risco BB.....	59
Quadro XLVIII – Carteira com risco compartilhado.....	60
Quadro XLIX – Carteira com risco FCO.....	61
Quadro L – Saldos vincendos e vencidos (por parcela).....	61
Quadro LI – Saldos vincendos e vencidos (pelo saldo total).....	62
Quadro LII – Inadimplência por Risco (por parcela).....	62
Quadro LIII – Inadimplência por Risco (pelo saldo total).....	63
Quadro LIV – Inadimplência por modalidade	64
Quadro LV – Inadimplência sem o Procera.....	64
Quadro LVI – Percentual de participação por faixa de vencimento	64
Quadro LVII – Inadimplência por UF	65
Quadro LVIII – Perdas contabilizadas no período	65
Quadro LIX – Evolução Patrimonial	66
Quadro LX – Geração de Empregos.....	67
Quadro LXI – Valor financiado x Empregos gerados	68
Quadro LXII – Irregularidades detectadas em fiscalização.....	70
Quadro LXIII – Projetos de apoio ao menor porte	76
Quadro LXIV – Projetos com alto grau de geração de emprego e renda	76
Quadro LXV – Projetos com tecnologia inovadora.....	77
Quadro LXVI – Projetos de turismo.....	78
Quadro LXVII – Projetos que contribuem para a redução das desigualdades regionais.....	78

1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

Poder e Órgão de Vinculação	
Poder: Executivo	
Órgão de Vinculação: Ministério da Integração Nacional - MI	Código SIORG: 042670
Identificação da Unidade Jurisdicionada	
Denominação completa: Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste	
Denominação abreviada: FCO	
Código SIORG: 003498	Código LOA: 74914
Código SIAFI: 537003	
Situação: Ativa	
Natureza Jurídica: Fundo	
Principal Atividade: Atividades de Serviços Financeiros	Código CNAE: 6499-9/99
Telefones/Fax de contato:	(061) 3102-2121 (061) 3102-2456
Endereço eletrônico: governo@bb.com.br	
Página da Internet: http://www.bb.com.br/portalbb/page3,110,4501,11,0,1,3.bb?codigoNoticia=337&codigoMenu=668&codigoRet=927&bread=18	
Endereço Postal: SBS, Quadra 01, Bloco C, Lote 32, Ed. Sede III, 12º andar, CEP: 70073-901 – Brasília (DF)	
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada	
Constituição Federal, art. 159, inciso I, alínea “c” - determina que a União entregará, para aplicação em programas de financiamentos ao setor produtivo das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, três por cento do produto da arrecadação dos impostos sobre a renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados; Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, instituiu o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste.	
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada	
Lei n.º 10.177, de 12.01.2001, altera a Lei n.º 7.827, que instituiu o Fundo; MP 2.196-3, de 24.08.2001 – regulamenta o art. 159, inciso I, alínea “c” da Constituição.	
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada	
Programação anual de aplicação dos recursos para o Exercício 2012	
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
Não se aplica	Não se aplica
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
Não se aplica	Não se aplica
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
Não se aplica	Não se aplica

2. INTRODUÇÃO

O Relatório de Gestão do FCO – Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste, 1º Semestre de 2012, destaca as ações relevantes e também as dificuldades enfrentadas durante o período a que se refere. É, portanto, por meio dele que se pode aferir se os objetivos e metas foram efetivamente alcançados.

Encontram-se relatado, de forma objetiva e peculiar à atividade meio, os trabalhos desenvolvidos no 1º semestre de 2012 pelo Banco do Brasil – BB, na qualidade de Gestor do FCO.

O presente Relatório de Gestão está estruturado da seguinte forma:

- a) Identificação da Unidade Jurisdicionada;
- b) Introdução;
- c) Informações sobre o planejamento e gestão orçamentária e financeira da unidade, destacando-se suas responsabilidades, estratégias de atuação, o detalhamento dos programas sob sua responsabilidade e o desempenho operacional; e
- d) Outras informações consideradas pelos responsáveis como relevantes para a avaliação da conformidade e do desempenho da gestão.

3. INFORMAÇÕES SOBRE O PLANEJAMENTO, GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA UNIDADE

a) Responsabilidades Institucionais da Unidade

I. Competência Institucional

A administração do FCO é exercida conjuntamente pelo Ministério da Integração Nacional – MI, Conselho Deliberativo da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste - Condel/Sudeco e Banco do Brasil – BB, observadas as atribuições previstas na legislação (arts. 14 e 15 da Lei 7.827/89). Conforme art. 10, § 3º da Lei Complementar nº 129, de 08.01.2009, até a instalação do Condel/Sudeco, as atribuições relativas ao FCO serão exercidas, temporariamente, pelo Condel/FCO.

O MI é responsável por:

- a) estabelecer as diretrizes e orientações gerais para aplicação dos recursos, de forma a compatibilizar os programas de financiamento com as orientações da política macroeconômica, das políticas setoriais e da Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR;
- b) repassar ao Banco do Brasil os recursos transferidos para o Fundo pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN; e
- c) estabelecer diretrizes para repasse de recursos do Fundo para aplicação por outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN.

Ao Conselho Deliberativo da Superintendência de Desenvolvimento do Centro Oeste, cabe:

- a) estabelecer, anualmente, as diretrizes, prioridades e programas de financiamento do Fundo, em consonância com o respectivo Plano Regional de Desenvolvimento;
- b) aprovar, anualmente, até o dia 15 de dezembro, os programas de financiamento do Fundo para o exercício seguinte, estabelecendo, entre outros parâmetros, os tetos de financiamento por mutuário;
- c) avaliar os resultados obtidos e determinar as medidas de ajustes necessárias ao cumprimento das diretrizes estabelecidas e à adequação das atividades de financiamento às prioridades regionais; e
- d) encaminhar o programa de financiamento para o exercício seguinte, a que se refere o item b), juntamente com o resultado da apreciação e o parecer aprovado pelo Colegiado, à Comissão Mista permanente de que trata o § 1º do art. 166 da Constituição Federal, para conhecimento e acompanhamento pelo Congresso Nacional.

O BB tem como atribuições:

- a) aplicar os recursos e implementar a política de concessão de financiamento de acordo com os programas aprovados pelo Condel/FCO;
- b) definir normas, procedimentos e condições operacionais próprias da atividade bancária, respeitadas, dentre outras, as diretrizes constante do programa de financiamento aprovado pelo Condel/FCO;
- c) analisar as propostas em seus múltiplos aspectos, inclusive quanto à viabilidade econômica e financeira do empreendimento, mediante exame da correlação custo/benefício, e quanto à capacidade futura de reembolso do financiamento almejado, para, com base no resultado dessa análise, enquadrar as propostas nas faixas de encargos e deferir créditos;
- d) formalizar contratos de repasses de recursos para outras instituições credenciadas como agentes financeiros do Fundo;
- e) prestar contas sobre os resultados alcançados, desempenho e estado dos recursos e aplicações ao MI e ao Condel/FCO; e
- f) exercer outras atividades inerentes à aplicação dos recursos, à recuperação dos créditos e a renegociação de dívidas, de acordo com as condições estabelecidas pelo CMN.

No cometimento das atribuições de administrador do Fundo, o BB exerce, entre outras, as seguintes atividades:

- a) controle financeiro, orçamentário e contábil do Fundo;
- b) prestação de contas ao Tribunal de Contas da União - TCU;
- c) informações gerenciais ao Condel/FCO, MI, e outros órgãos públicos federais e estaduais;
- d) elaboração da programação anual de aplicação dos recursos;
- e) elaboração semestral de relatórios de atividades e resultados obtidos;
- f) publicação do balanço anual;
- g) normatização interna das diretrizes para aplicação dos recursos;
- h) elaboração de literatura para divulgação da programação ao público interno e externo;
- i) acompanhamento e manutenção das normas operacionais;

- j) elaboração e acompanhamento das cláusulas, instruções e metodologias financeiras;
- k) elaboração de roteiros contábeis;
- l) registro de repasses nas contas de recursos do Fundo;
- m) enquadramento das cartas-consultas às normas do Fundo;
- n) representação junto a órgãos de desenvolvimento estadual;
- o) relacionamento com entidades representativas dos segmentos produtivos e dos trabalhadores;
- p) acolhimento e análise de cartas-consultas;
- q) análise da viabilidade técnica e econômica de projetos;
- r) estudo e deferimento das operações;
- s) formalização dos contratos;
- t) acompanhamento das operações;
- u) acompanhamento e controle de operações inadimplidas;
- v) negociação para recuperação de dívidas;
- w) campanhas publicitárias para divulgação do Fundo e promoção de eventos ligados aos setores produtivos da Região.

II. Objetivos Estratégicos

O FCO, criado pela Lei 7.827, de 27.09.1989, que regulamentou o art. 159, inciso I, alínea "c", da Constituição Federal, tem por objetivo contribuir para o desenvolvimento econômico e social da Região Centro-Oeste, mediante a execução de programas de financiamento aos setores produtivos, em consonância com o Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste - PDCO.

A área de abrangência do FCO é a Região Centro-Oeste, integrada pelas Unidades Federativas - UF: Distrito Federal (DF), Goiás (GO), Mato Grosso (MT) e Mato Grosso do Sul (MS). De acordo com os registros do IBGE, a região conta com 466 municípios.

Por força do disposto no art. 20 da Lei 7.827/89, com a redação dada pela Lei 10.177, de 12.01.2001, cabe ao BB encaminhar semestralmente ao MI o relatório circunstanciado sobre as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos.

b) Estratégia de Atuação Frente às Responsabilidades Institucionais

Os recursos do FCO são provenientes das seguintes fontes, conforme o art. 6º da Lei 7.827, de 1989:

- a) 0,6% (seis décimos por cento) do produto da arrecadação do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza (IR) e do imposto sobre produtos industrializados (IPI);
- b) retornos e resultados das aplicações;
- c) resultado da remuneração dos recursos momentaneamente não aplicados, calculada com base em indexador oficial;
- d) contribuições, doações, financiamentos e recursos de outras origens, concedidos por entidades de direito público ou privado, nacionais e/ou estrangeiras;
- e) dotações orçamentárias ou outros recursos previstos em lei.

I. Análise do Plano Estratégico do Ministério da Integração Nacional

O Plano Estratégico de Desenvolvimento do Centro-Oeste (2007-2020) deve orientar e organizar as iniciativas e ações dos governos e da sociedade e preparar a Região para os desafios do futuro. O plano constitui referencial para negociação e implementação articulada de projetos de desenvolvimento, que envolve o Governo Federal, por meio de seus órgãos, ministérios, governos estaduais e diversos segmentos da sociedade centro-oestina. A elaboração do Plano foi uma iniciativa da extinta Secretaria de Desenvolvimento do Centro-Oeste – SCO do Ministério da Integração Nacional, mas não deve ser concebido como um plano do Governo Federal. Deve constituir, de fato, referencial para a sociedade regional, seus atores sociais e agentes públicos. Por outro lado, como perspectiva de longo prazo, o Plano (2007-2020) não pode ser confundido com o plano do governo atual, devendo compor a base estratégica para futuros governos e seus parceiros nas Unidades Federativas da Região.

O Plano foi elaborado de forma participativa, envolvendo a sociedade com a parceria dos governos dos estados, de modo a incorporar as expectativas e percepções da população e das lideranças do Centro-Oeste em relação aos desafios para o futuro. O processo participativo, que deve ser confirmado na implementação do Plano, constitui também fator determinante de sua sustentabilidade política, assegurando a efetiva implementação das ações prioritárias, mesmo com mudanças de governo. A confirmação do Plano como uma referência estratégica para os agentes e atores sociais, ao persistir e resistir às mudanças políticas depende, antes de tudo, da aderência e consistência dos seus propósitos e prioridades com a visão da sociedade e de suas lideranças políticas, sociais e empresariais.

Deixa de ser o plano de um determinado Governo, para criar bases sólidas na sociedade, incorporar as prioridades estratégicas e refletir-se nas decisões dos governos. A efetiva implementação do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Centro-Oeste depende de sua capacidade em refletir e expressar as preocupações e propostas dominantes na sociedade; mas também da sua contribuição para a formação de grandes convergências entre os atores sociais em torno das prioridades de desenvolvimento. A participação da sociedade na formulação do Plano e na sua execução constitui, portanto, a condição central para o seu sucesso; pelo fato de incorporar as expectativas da sociedade sobre o futuro da região, e pela contribuição para a construção de um “projeto coletivo” regional que ultrapassa os limites dos governos e se incorpora nas expectativas e anseios dos atores sociais.

O Plano Estratégico de Desenvolvimento do Centro-Oeste (2007-2020) está apresentado em sete capítulos, além da introdução que explica a metodologia utilizada na sua elaboração; o primeiro capítulo apresenta uma análise resumida da evolução da realidade sócio-econômica do Centro-Oeste e antecipa alguns movimentos que preparam o futuro da Região.

O capítulo seguinte descreve os cenários do Centro-Oeste no horizonte 2020. Antecipa a análise das alternativas de mudança futura do contexto mundial e nacional, condicionantes importantes do futuro da Região e termina com uma descrição da visão de futuro do Centro-Oeste segundo as expectativas da sociedade.

O terceiro capítulo mostra, de forma sistemática, as potencialidades de desenvolvimento e os estrangulamentos que emperram ou dificultam o desenvolvimento regional. O quarto capítulo destaca, a partir dos cenários do contexto, as oportunidades e as ameaças que o Centro-Oeste deve encontrar na sua trajetória futura.

O quinto capítulo é a parte central do Plano. Explicita o que será feito para promover o desenvolvimento do Centro-Oeste, desde os vetores de desenvolvimento até a carteira de projetos prioritários.

O sexto capítulo apresenta os instrumentos que serão utilizados para a implementação da estratégia. Nele, o FCO é citado como principal instrumento de financiamento dos investimentos.

O sétimo, e último, descreve o modelo de gestão que será necessário para organizar o Estado e a sociedade na execução e monitoramento do Plano.

II. Análise do Plano de Ação Referente ao Exercício

A Programação do FCO para o exercício de 2012 foi elaborada pelo BB e aprovada pelo Condel/FCO (Res. Condel/FCO n.º 439, de 08.12.2011, publicada no DOU de 19.12.2011), em consonância com as diretrizes estabelecidas no art. 3º da Lei n.º 7.827; as diretrizes e orientações gerais estabelecidas pelo MI (Portaria n.º 685, de 21.09.2011, publicada no DOU de 22.09.2011, Portaria n.º 825, de 17.11.2011, publicada no DOU de 18.11.2011, e Portaria n.º 120, de 07.03.2012, publicada no DOU de 09.03.2012); as diretrizes e as prioridades estabelecidas pelo Conselho Deliberativo do Fundo - Condel/FCO (Resolução n.º 430, de 22.09.2011, publicada no DOU de 30.09.2011, e Resolução n.º 438, de 08.12.2011, publicada no DOU de 19.12.2011); a PNDR; o PDCO; e as contribuições dos Conselhos de Desenvolvimento dos Estados e do Distrito Federal – CDE.

Planejamento

Anualmente o Banco do Brasil elabora a proposta de aplicação dos recursos para o exercício seguinte com base nas diretrizes da Lei 7.827/89 e em consonância com o PDCO. Na formulação da proposta, o Banco observa, ainda, as diretrizes e orientações gerais fixadas pelo MI e as diretrizes e prioridades fixadas pelo Condel/FCO. Até o dia 30 de setembro de cada ano o BB encaminha ao MI, a proposta para análise.

Execução

Os recursos recebidos do MI, em parcelas decendiais, acrescidos do resultado financeiro mensal e dos retornos de financiamentos, são alocados para aplicação nos programas de financiamento em vigor.

A distribuição dos recursos do Fundo, no 1º semestre de 2012, obedeceu aos seguintes percentuais, segundo as Unidades Federativas da região: DF - 19,0%; GO - 29,0%; MT -

29,0% e MS - 23,0%. Na distribuição entre as UF, 51% dos recursos do Fundo foram destinados aos empreendedores individuais, micro, pequenas e pequeno-médias empresas e aos mini, pequenos e pequeno-médios produtores rurais e 49,0% aos médios e grandes tomadores.

Ao final do 1º semestre de 2012, as Unidades Federativas podem apresentar maior ou menor volume de recursos disponíveis, em decorrência de:

- a) aumento ou retração na demanda;
- b) existência de propostas em exame e/ou de operações aprovadas e ainda não contratadas; e
- c) assunção pelo Fundo ou pelo Agente Financeiro de operações inadimplidas.

No encerramento do exercício fiscal, os recursos não aplicados são realocados para distribuição de acordo com a programação anual do exercício seguinte.

As principais diretrizes observadas pelo Banco do Brasil na aplicação dos recursos são:

- a) concessão de financiamentos exclusivamente aos setores produtivos das regiões beneficiadas;
- b) ação integrada com instituições federais sediadas nas regiões;
- c) tratamento preferencial às atividades produtivas de pequenos e miniprodutores rurais e empreendedores individuais, pequenas e microempresas, às de uso intensivo de matéria-prima e mão-de-obra locais, às que produzem alimentos básicos para consumo da população, bem como aos projetos de irrigação, quando pertencentes aos citados produtores, suas associações e cooperativas;
- d) preservação do meio ambiente;
- e) adoção de prazos e carência, limites de financiamento, juros e outros encargos diferenciados ou favorecidos, em função dos aspectos sociais, econômicos, tecnológicos e espaciais dos empreendimentos;
- f) conjugação do crédito com a assistência técnica, no caso de setores tecnologicamente carentes;
- g) orçamentação anual das aplicações dos recursos;
- h) uso criterioso dos recursos e adequada política de garantias, com limitação das responsabilidades de crédito por cliente, grupo empresarial ou grupo agropecuário, de forma a atender a um universo maior de beneficiários e assegurar racionalidade, eficiência, eficácia e retorno às aplicações;
- i) apoio à criação de novos centros, atividades e pólos dinâmicos, notadamente em áreas interioranas, que estimulem a redução das disparidades intra-regionais de renda;
- j) proibição de aplicação dos recursos a fundo perdido;
- k) programação anual das receitas e despesas com nível de detalhamento que dê transparência à gestão dos Fundos e favoreça a participação das lideranças regionais com assento no conselho deliberativo das superintendências regionais de desenvolvimento;
- l) divulgação ampla das exigências de garantias e outros requisitos para a concessão de financiamento.

c) Programas de Governo sob a Responsabilidade da Unidade

O FCO possui um programa de Operações Especiais de Financiamentos com retorno, para a concessão de financiamentos às atividades produtivas dos setores agropecuário, mineral, industrial, turístico, infraestrutura, comercial e de serviços. Os recursos do programa são repassados ao BB para liberar aos tomadores de créditos. O programa não possui unidade de medida.

O FCO é um fundo de origem constitucional, não vinculado diretamente a programa de governo, que tem o objetivo de contribuir para o desenvolvimento econômico e social da Região Centro-Oeste, mediante a execução de programas de financiamento aos setores produtivos.

Citados programas de financiamento referem-se às linhas de financiamento definidas em programação anual do Condrel/FCO para utilização pelo Agente Financeiro na contratação de operações junto aos tomadores finais.

Em analogia aos programas de governo, o FCO pode ser considerado um “programa finalístico”, porquanto seus recursos são ofertados diretamente à sociedade, com ação não orçamentária.

As linhas de financiamento operacionalizadas no âmbito do FCO estão segmentadas por atividade econômica – Empresarial e Rural – e são direcionadas a mini, pequenos, pequeno-médios, médios e grandes produtores rurais e a empreendedores individuais, micro, pequenas, pequeno-médias, médias e grandes empresas, respectivamente.

I. Execução dos Programas de Governo sob a Responsabilidade da UJ

Em consonância com o disposto no art. 14, parágrafo único, e no art. 15, parágrafo único, da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, com a redação da Lei Complementar n.º 125, de 03.01.2007, o BB encaminhou ao MI, para apreciação do Condrel/FCO, a proposta dos programas de financiamento e a proposta de aplicação dos recursos relativa aos referidos programas para o exercício de 2012. A programação foi aprovada pelo Condrel/FCO em 08.12.2011, nos termos da Resolução nº 439, e alterada por Resoluções posteriores, no decorrer do período.

Os financiamentos com recursos do Fundo são implementados por meio dos seguintes Programas e Linhas de Financiamentos:

c.I.1. Programa de FCO Empresarial

c.I.1.1 Programa de FCO Empresarial de Apoio aos Empreendedores Individuais e às Micro e Pequenas Empresas

c.I.1.1.1 Linha de Financiamento para Empreendedores Individuais – EI

FINALIDADE:

Financiamento de investimentos destinados à atividade dos empreendedores individuais (EI), bem como capital de giro associado, aquisição de insumos e matéria-prima e formação de estoques para vendas.

BENEFICIÁRIOS:

Empreendedores individuais, classificados conforme a Lei Complementar nº de 19.12.2008, *c/c* a Lei Complementar nº 139, de 10.11.2011.

c.I.1.1.2 Linha de Financiamento de Desenvolvimento Industrial para MPE

FINALIDADE:

Financiamento de todos os bens e serviços necessários à implantação, ampliação, modernização, adequação ambiental e sanitária ou realocação de empreendimentos industriais e agroindustriais, capital de giro associado e aquisição de insumos e matéria-prima.

BENEFICIÁRIOS:

Pessoas jurídicas de direito privado, desde que se dediquem à atividade produtiva nos setores industrial, agroindustrial e mineral.

c.I.1.1.3 Linha de Financiamento de Infraestrutura Econômica para MPE

FINALIDADE:

Financiamento todos os bens e serviços necessários à implantação, ampliação, modernização e reforma de infraestrutura econômica, capital de giro associado e aquisição de insumos, nos setores de: transporte rodoviário – estradas vicinais e coletoras; armazenagem – unidades de armazenagem coletora, intermediária e terminal; abastecimento de água; esgotamento sanitário; usinas de compostagem/aterros sanitários; atividades de logística nos segmentos de armazenagem, centros de distribuição, transporte e comunicação.

BENEFICIÁRIOS:

Pessoas jurídicas de direito privado e empresas públicas não dependentes de transferências financeiras do Poder Público.

c.I.1.1.4 Linha de Financiamento de Desenvolvimento do Turismo Regional para MPE

FINALIDADE:

Financiamento de todos os bens e serviços necessários à implantação, ampliação e modernização de empreendimentos turísticos, capital de giro associado e aquisição de insumos.

BENEFICIÁRIOS:

Pessoas jurídicas de direito privado, cadastradas no Ministério do Turismo, desde que prestem serviços turísticos remunerados e exerçam atividades econômicas na cadeia produtiva do turismo, tais como: meios de hospedagem; agências de turismo; organizadoras de eventos; parques temáticos; acampamentos turísticos; restaurantes, cafeterias, bares e similares; centros de convenções; parques aquáticos; empreendimentos dotados de equipamentos de entretenimento e lazer; estruturas de apoio ao turismo náutico; casas de espetáculos/equipamentos de animação turística; prestadoras de serviços de infraestrutura para eventos; e prestadoras especializadas em segmentos turísticos.

c.I.1.1.5 Linha de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços para MPE

FINALIDADE:

Financiamento de todos os bens e serviços necessários à implantação, ampliação, modernização ou realocação de empreendimentos dos setores comercial e de serviços, capital de giro associado, aquisição de insumos e formação de estoques para vendas.

BENEFICIÁRIOS:

Pessoas jurídicas de direito privado, desde que se dediquem a atividades nos setores comercial e de serviços.

c.I.1.1.6 Linha de Financiamento de Ciência, Tecnologia e Inovação para MPE

FINALIDADE:

Financiamento de todos os bens e serviços necessários à implantação, ampliação e modernização de empreendimentos, capital de giro associado e aquisição de insumos e matéria-prima.

BENEFICIÁRIOS:

Pessoas jurídicas de direito privado que se dediquem a atividades produtivas.

c.I.1.2 Programa de FCO Empresarial para Médias e Grandes Empresas - MGE

c.I.1.2.1 Linha de Financiamento de Desenvolvimento Industrial para MGE

FINALIDADE:

Financiamento de todos os bens e serviços necessários à implantação, ampliação, modernização, adequação ambiental e sanitária ou realocização de empreendimentos industriais e agroindustriais, capital de giro associado e aquisição de insumos e matéria-prima.

BENEFICIÁRIOS:

Pessoas jurídicas de direito privado, desde que se dediquem à atividade produtiva nos setores industrial, agroindustrial e mineral.

c.I.1.2.2 Linha de Financiamento de Infraestrutura Econômica para MGE

FINALIDADE:

Financiamento de todos os bens e serviços necessários à implantação, ampliação, modernização e reforma de infraestrutura econômica, capital de giro associado e aquisição de insumos, nos setores de: transporte (rodoviário – estradas vicinais e coletoras; hidroviário – instalações portuárias e equipamentos de navegação fluvial; ferroviário; aeroviário); armazenagem – unidades de armazenagem coletora, intermediária e terminal; abastecimento de água; esgotamento sanitário; usinas de compostagem/aterros sanitários; instalação de gasoduto; produção de gás; distribuição de gás canalizado; atividades de logística nos segmentos de armazenagem, centros de distribuição, transporte e comunicação; telecomunicações. Obs.: Fica admitido o financiamento de empreendimentos no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC nos setores acima.

BENEFICIÁRIOS:

Pessoas jurídicas de direito privado, empresas públicas não dependentes de transferências financeiras do Poder Público e Parcerias Público-Privadas.

c.I.1.2.3 Linha de Financiamento de Desenvolvimento do Turismo Regional para MGE

FINALIDADE:

Financiamento de todos os bens e serviços necessários à implantação, ampliação e modernização de empreendimentos turísticos, capital de giro associado e aquisição de insumos.

BENEFICIÁRIOS:

Pessoas jurídicas de direito privado, cadastradas no Ministério do Turismo, desde que prestem serviços turísticos remunerados e exerçam atividades econômicas na cadeia produtiva do turismo, tais como: meios de hospedagem; agências de turismo; organizadoras de eventos; parques temáticos; acampamentos turísticos; restaurantes, cafeterias, bares e similares; centros de convenções; parques aquáticos; empreendimentos dotados de equipamentos de entretenimento e lazer; estruturas de apoio ao turismo náutico; casas de espetáculos/equipamentos de animação turística; prestadoras de serviços de infraestrutura para eventos; e prestadoras especializadas em segmentos turísticos.

c.I.1.2.4 Linha de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços para MGE

FINALIDADE:

Financiamento de todos os bens e serviços necessários à implantação, ampliação, modernização ou realocização de empreendimentos dos setores comercial e de serviços, capital de giro associado, aquisição de insumos e formação de estoques para vendas.

BENEFICIÁRIOS:

Pessoas jurídicas de direito privado, desde que se dediquem a atividades nos setores comercial e de serviços.

c.I.1.2.5 Linha de Financiamento de Ciência, Tecnologia e Inovação para MGE

FINALIDADE:

Financiamento de todos os bens e serviços necessários à implantação, ampliação e modernização de empreendimentos, capital de giro associado e aquisição de insumos e matéria-prima.

BENEFICIÁRIOS:

Pessoas jurídicas de direito privado que se dediquem a atividades produtivas e Parcerias Público-Privadas.

c.I.1.3 Programa de FCO Rural

c.I.1.3.1 Linha de Financiamento de Desenvolvimento Rural

FINALIDADE:

Financiamento de investimentos fixo e semifixo e de custeio associado a projeto de investimento. Admite-se, ainda, financiar empreendimentos destinados ao beneficiamento e transformação de matéria-prima regional *in natura*, de origem agropecuária de produção preponderantemente própria, compreendendo: implantação, ampliação e modernização de agroindústria conduzida por produtores rurais de forma isolada ou reunidos em cooperativas ou associações; produção artesanal de produtos desenvolvidos por mini e pequenos produtores rurais, de forma isolada ou em grupo, tais como doces, biscoitos, pães, geléias, queijos, iogurtes, cestas e artigos de couro.

Financiamento de custeio. Admite-se financiar os itens pós-colheita destinados à destruição de soqueiras do algodoeiro, tais como destruição química de soqueira, arranquio de soqueiras e incorporação de restos culturais.

BENEFICIÁRIOS:

Produtores rurais, na condição de pessoas físicas e jurídicas, suas cooperativas de produção e associações, desde que se dediquem à atividade produtiva no setor rural.

c.I.1.3.2 Linha de Financiamento à Agropecuária Irrigada

FINALIDADE:

Financiamento de serviços e projetos de irrigação e drenagem, empreendimentos em infraestrutura hídrica como barragens, obras civis e hidráulicas, energia, equipamentos de irrigação novos e usados, bem como reformas e remodelagem de equipamentos destinados à implantação, ampliação e modernização de atividades conduzidas no processo produtivo e que estejam direcionadas às necessidades da agricultura irrigada; despesas normais de custeio e de investimento da produção agrícola e pecuária irrigadas.

BENEFICIÁRIOS:

Produtores rurais, na condição de pessoas físicas e jurídicas, inclusive Sociedades de Propósito Específico (SPE), suas cooperativas de produção e associações.

c.I.1.3.3 Linha de Financiamento de Desenvolvimento de Sistema de Integração Rural (CONVIR)

FINALIDADE:

Financiamento de empreendimentos destinados à implantação, ampliação e modernização de atividades conduzidas em regime de integração, cujo processo produtivo esteja direcionado às necessidades de unidade integradora, e financiamento de custeio. Admite-se financiar, como custeio rural, os itens pós-colheita destinados à destruição de soqueiras do algodoeiro, tais como destruição química da soqueira, arranquio de soqueiras e incorporação de restos culturais.

BENEFICIÁRIOS:

Produtores rurais, na condição de pessoas físicas e jurídicas, desde que se dediquem à atividade produtiva no sistema de integração rural.

c.I.1.3.4 Linha de Financiamento para Redução da Emissão de Gases de Efeito Estufa na Agropecuária (Programa ABC)

FINALIDADE:

Financiamento de investimentos, de custeio agrícola (apenas no caso da Modalidade 1 – Conservação da Natureza), de custeio associado a projeto de investimento e de serviços e custos relacionados à regularização ambiental e fundiária dos imóveis rurais e à implantação de sistemas produtivos e tecnologias voltadas à mitigação da emissão de gases causadores de efeito estufa.

BENEFICIÁRIOS:

Produtores rurais, na condição de pessoas físicas e jurídicas, suas cooperativas de produção e associações de produtores, desde que se dediquem à atividade produtiva no setor rural.

c.I.1.3.4.1 Modalidade 1 - Linha de Financiamento de Conservação da Natureza

OBJETIVOS:

a) incentivar projetos que visem à conservação e à proteção do meio ambiente, à recuperação de áreas degradadas ou alteradas e ao desenvolvimento de atividades sustentáveis; b) apoiar a adaptação dos processos produtivos a tecnologias apropriadas às condições ambientais da região; c) incentivar a recuperação da área de reserva legal, matas ciliares e de preservação permanente; d) propiciar condições para expansão da atividade orgânica; e) incentivar a implantação de empreendimentos florestais, com foco na geração de empregos e renda; f) apoiar, também, a viabilização de projetos que contemplem sequestro de carbono e redução de emissão de gases de efeito estufa.

c.I.1.3.4.2 Modalidade 2 - Linha de Financiamento de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF)

OBJETIVOS:

a) intensificar o uso da terra em áreas já desmatadas, por meio da disseminação de sistemas de produção sustentáveis e que integrem agricultura, pecuária e floresta; b) disponibilizar recursos para investimentos necessários à implantação de sistemas de integração de lavoura-pecuária, lavoura-floresta, pecuária-floresta ou lavoura-pecuária-floresta; c) aumentar a produção agropecuária em áreas já desmatadas, a oferta interna e a exportação de carnes, produtos lácteos, grãos, produtos florestais, fibras e oleaginosas; d) estimular a adoção do plantio direto; e) diversificar a renda do produtor rural; f) estimular a adoção de sistemas de produção sustentáveis do ponto de vista econômico e ambiental; g) assegurar condições para o uso racional e sustentável das áreas agrícolas, de florestas e de pastagens, reduzindo problemas ambientais causados pela utilização da prática de queimadas, pela erosão, pela monocultura, pela redução do teor da matéria orgânica do solo e outros; h) diminuir a pressão por desmatamento de novas áreas.

c.I.1.3.5 Linha de Financiamento de Retenção de Matrizes na Planície Pantaneira

FINALIDADE:

Financiamento para a retenção de fêmeas bovinas

BENEFICIÁRIOS:

Produtores rurais cujas propriedades preencham as seguintes condições básicas: estejam localizadas na planície pantaneira, sazonalmente inundável; no mínimo, 50% de suas áreas utilizáveis sejam constituídas de pastagens nativas, conforme disposto na legislação vigente; estejam integradas a projetos de capacitação técnica e gerencial, que assegurem compromissos com a melhoria do manejo e dos índices zootécnicos dos imóveis beneficiados; e detenham áreas de pastagens, com potencial que permita a evolução da atividade.

c.I.1.3.6 Linha de Financiamento de Apoio ao Desenvolvimento da Aquicultura

FINALIDADE:

Financiamento de investimentos fixos, semifixos e de custeio compreendendo em especial: implantação, ampliação, modernização e reforma de empreendimentos aquícolas, bem como financiamento da cadeia produtiva da aquicultura; implantação, ampliação, modernização e reforma de empreendimentos destinados à produção de insumos, beneficiamento, comercialização e armazenamento da produção. Financiamento de custeio associado de itens necessários à atividade aquícola.

BENEFICIÁRIOS:

Aquicultores, na condição de pessoas físicas ou jurídicas, diretamente ou por intermédio de suas cooperativas de produção, desde que se dediquem ao cultivo de organismos que tenham na água seu normal ou mais frequente meio de vida; cooperativas e associações de aquicultores.

c.I.1.3.7 Linha de Financiamento de Apoio ao Desenvolvimento da Pesca

FINALIDADE:

Financiamento de investimento a pescadores artesanais, isoladamente ou por meio de suas cooperativas, bem como associações de pescadores artesanais, para investimento na melhoria das condições de produção, armazenamento, beneficiamento e comercialização do pescado; financiamento a pescadores artesanais, beneficiários do financiamento acima descrito, para custeio da atividade de pesca.

BENEFICIÁRIOS:

Pescadores artesanais, diretamente ou por intermédio de suas cooperativas, entendido como aqueles que, com meios de produção próprios, exercem sua atividade de forma autônoma, individualmente ou em regime de economia familiar ou, ainda, com auxílio eventual de outros parceiros, sem vínculo empregatício; cooperativas ou associações de pescadores artesanais.

c.I.1.3.8 Linha Especial de Financiamento para Adequação do Sistema de Produção Pecuário na Região de Fronteira

FINALIDADE:

Financiamento de investimentos semifixos e de custeio, compreendendo basicamente a retenção de bovinos, para a adequação das propriedades à adoção das medidas sanitárias preconizadas pelos órgãos oficiais.

BENEFICIÁRIOS:

Produtores rurais, na condição de pessoas física ou jurídica, suas cooperativas de produção e associação de produtores, desde que se dediquem à atividade produtiva rural na Zona de Alta Vigilância Sanitária com o Paraguai e a Bolívia.

c.I.1.3.9 Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)

FINALIDADE:

Apoio financeiro às atividades agropecuárias e não agropecuárias, exploradas mediante emprego direto da força de trabalho do produtor rural e de sua família.

BENEFICIÁRIOS:

Agricultores familiares.

c.I.1.3.10 Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) – Reforma Agrária (Planta Brasil)

FINALIDADE:

Financiamento de investimentos destinados à implantação, ampliação e modernização de infraestrutura de produção e serviços agropecuários e não agropecuários no estabelecimento rural ou áreas comunitárias rurais próximas, desde que localizados na Região Centro-Oeste.

BENEFICIÁRIOS:

Agricultores familiares assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária ou beneficiários do Programa de Crédito Fundiário do Governo Federal.

c.I.1.4 Programa de FCO para Repasse

c.I.1.4.1 Programa de FCO Empresarial para Repasse

FINALIDADE:

Financiamentos nas Linhas para Empreendedores Individuais – EI, de Desenvolvimento Industrial para MPE, de Infraestrutura Econômica para MPE, do Turismo Regional para MPE, dos Setores Comercial e de

Serviços para MPE e de Ciência, Tecnologia e Inovação para MPE, operados por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com capacidade técnica comprovada e com estrutura operacional e administrativa aptas a realizar os programas de financiamento, em segurança e no estrito cumprimento das diretrizes e normas estabelecidas, na forma do art. 9º da Lei 7.827/89 e da Portaria MI nº 616, de 26.05.2003.

BENEFICIÁRIOS:

Empreendedores Individuais, micro e pequenas empresas.

c.I.1.4.2 Programa de FCO Rural para Repasse

FINALIDADE:

Financiamentos nas Linhas de Desenvolvimento Rural, Financiamento à Agropecuária Irrigada, Desenvolvimento de Sistema de Integração Rural - Convir, Redução da Emissão de Gases de Efeito Estufa na Agropecuária (Programa ABC), de Retenção de Matrizes na Planície Pantaneira, de Apoio ao Desenvolvimento da Aquicultura e de Apoio ao Desenvolvimento da Pesca, operados por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com capacidade técnica comprovada e com estrutura operacional e administrativa aptas a realizar os programas de financiamento, em segurança e no estrito cumprimento das diretrizes e normas estabelecidas, na forma do art. 9º da Lei 7.827/89 e da Portaria MI nº 616, de 26.05.2003.

BENEFICIÁRIOS:

Míni e pequenos produtores rurais, na condição de pessoas físicas e jurídicas, suas associações e cooperativas.

II. Execução Física das Ações Realizadas pela UJ

Conforme se observa no Quadro I, a seguir, o comparativo entre o 1º semestre de 2012 e o 1º semestre de 2011, mostra incremento de 10,9% na quantidade e 34,6% no valor total das contratações, destacando-se, no setor rural, as Demais Linhas Rurais com crescimento de 77,2% do contratado.

Quadro I – Contratações – Comparação 1º semestre de 2012 e 2011

PROGRAMAS	2012		2011		(R\$ mil) Variação %	
	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
EMPRESARIAL	14.590	1.300.772	13.397	1.149.455	8,9	13,2
Industrial	2.387	379.906	1.872	294.052	27,5	29,2
Infraestrutura	48	29.860	31	117.795	54,8	-74,7
Turismo	791	91.609	652	57.663	21,3	58,9
Com. e Serv./CT&I	11.364	799.397	10.842	679.945	4,8	17,6
RURAL	24.838	1.709.800	22.153	1.087.897	12,1	57,2
Pronaf-RA/Pronaf Demais	18.360	423.755	17.100	362.046	7,4	17,0
Demais Rurais	6.478	1.286.045	5.053	725.852	28,2	77,2
Total Geral	39.428	3.010.572	35.550	2.237.353	10,9	34,6

Posição: 30.06.201

Fonte: SIGFCO – Sistema do BB

Obs.: Em função de arredondamento normal, e pela demonstração de valores em quantidade de casas decimais em quantidade reduzida, eventualmente em alguns quadros adiante, o resultado de somas em linhas e colunas, especialmente as relacionadas a valores (R\$), podem apresentar aparente inconsistência, sem, contudo, se confirmar quando ampliada a visão de mais casas decimais.

O quadro a seguir apresenta as contratações por Programas e Linhas de Financiamentos conforme a Programação 2012.

Quadro II – Contratações por Programa, Porte e UF

PROGRAMAS	DF		GO		MS		MT		TOTAL	
	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
EMPRESARIAL MPE E EI	2.575	170.313	4.261	241.882	2.753	136.271	3.129	187.122	12.718	735.587
Industrial	245	18.098	728	50.862	200	13.340	349	27.718	1.522	110.019
Industrial - EI	-	-	4	33	3	3	2	10	9	46
Infraestrutura	3	447	20	1.427	5	271	5	995	33	3.139
Turismo	192	15.804	196	11.249	158	9.679	137	14.384	683	51.117
Com. e Serv./CT&I	2.132	135.952	3.309	178.287	2.362	112.880	2.628	143.974	10.431	571.093
Com. e Serv./CT&I - EI	3	11	4	24	25	98	8	40	40	173
EMPRESARIAL MGE	414	94.948	595	218.118	290	86.495	549	157.855	1.848	557.417
Industrial	165	27.269	374	139.531	73	41.404	237	57.713	849	265.917
Infraestrutura	3	791	3	15.856	2	155	5	9.280	13	26.083
Turismo	35	4.202	39	16.237	10	6.680	23	12.273	107	39.392
Com. e Serv./CT&I	211	62.685	179	46.494	205	38.256	284	78.589	879	226.025
RURAL	238	43.939	3.282	458.561	1.551	360.794	1.305	412.626	6.376	1.275.920
Desenvolvimento Rural	229	42.254	3.232	443.359	1.510	346.991	1.258	379.195	6.229	1.211.799
Agropecuária Irrigada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Convir	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ABC - Conservação da Natureza	9	1.685	50	15.202	25	8.308	37	29.682	121	54.877
ABC - ILPF	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Retenção de matrizes	-	-	-	-	16	5.495	10	3.749	26	9.244
Desenv. aquicultura	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Desenvolvimento pesca	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adeq. sist.prod.pecuário região de fronteira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PRONAF	546	10.000	9.228	182.495	2.828	53.288	5.758	177.972	18.360	423.755
PRONAF	530	9.781	9.009	180.082	2.073	40.055	5.525	174.915	17.137	404.833
PRONAF-RA	16	219	219	2.413	755	13.233	233	3.057	1.223	18.922
REPASSE	8	2.313	89	9.614	10	3.777	19	2.189	126	17.893
Empresarial	8	2.313	5	1.833	6	3.168	5	454	24	7.768
Industrial	2	519	3	1.346	1	1.998	1	61	7	3.925
Infraestrutura	1	200	1	438	-	-	-	-	2	638
Turismo	1	1.100	-	-	-	-	-	-	1	1.100
Com. e Serv./CT&I	4	493	1	50	5	1.170	4	393	14	2.106
Rural	-	-	84	7.781	4	609	14	1.735	102	10.125
Desenvolvimento Rural	-	-	79	7.577	3	354	14	1.735	96	9.666
ABC - Conservação da Natureza	-	-	1	72	-	-	-	-	1	72
ABC - ILPF	-	-	4	132	1	255	0	0	5	387
Total Geral	3.781	321.512	17.455	1.110.671	7.432	640.625	10.760	937.764	39.428	3.010.572

Posição: 30.06.2012

Fonte: SIGFCO – Sistema do BB

Financiamentos de Custeio, Aquisição de Insumos e/ou Matéria-Prima e Formação de Estoque para Vendas

Nos quadros a seguir estão os demonstrativos dos limites/Tetos estabelecido a serem observados para essa finalidade, bem como dos financiamentos de Custeio e Aquisição de Matéria-Prima e Insumos.

Quadro III - Limites/tetos para financiamentos de Custeio, Aquisição de Insumos e/ou Matéria-Prima e Formação de Estoques para Vendas junto a empreendedores individuais, mini/micro e pequenos tomadores

UF	(R\$ mil)							
	Limite (*)	Teto (**)	Limite/Teto a ser observado (***)		Rural		Empresarial	
			Valor	%	Valor	%	Valor	%
DF	167.873	283.521	167.873	100%	33.575	20%	134.299	80%
GO	1.346.516	432.742	432.742	100%	216.371	50%	216.371	50%
MS	530.371	343.209	343.209	100%	171.605	50%	171.605	50%
MT	970.647	432.742	432.742	100%	216.371	50%	216.371	50%
Total	3.015.407	1.492.214	1.376.567		637.921		738.645	

Posição 30.06.2012

Fonte: SIGFCO – Sistema do BB

Programação do FCO para 2012:

- (*) Corresponde a três vezes o montante contratado de financiamentos de investimentos com empreendedores individuais e mini/micro e pequenos tomadores, em cada UF. Para o primeiro trimestre do ano, observa-se como limite de contratação o valor calculado com base na média mensal das contratações de investimento observadas no período de junho a novembro do ano anterior, multiplicada por nove (Nota (5) do Quadro "Previsão de alocação dos recursos por UF e setor" do Item "Distribuição dos Recursos" do Título II – Programação Orçamentária da Programação do FCO para 2012).
- (**) Corresponde a 30% do montante de recursos previstos para o exercício, em cada UF (Nota (5) do Quadro "Previsão de alocação dos recursos por UF e setor" do Item "Distribuição dos Recursos" do Título II – Programação Orçamentária da Programação do FCO para 2012).
- (***) Na UF em que o limite for superior ao teto, observa-se o teto.

Quadro IV - Financiamentos para Custeio, Aquisição de Insumos e/ou Matéria-Prima e Formação de Estoque para Vendas junto a empreendedores individuais, mini, micro e pequenos tomadores

UF	(R\$ mil)					
	Rural			Empresarial		
	Limite/Teto	Contratações	% de Ating.	Limite/Teto	Contratações	% de Ating.
DF	33.575	8.184	24,4%	134.299	133.653	99,5%
GO	216.371	113.861	52,6%	216.371	172.037	79,5%
MS	171.605	126.393	73,7%	171.605	96.235	56,1%
MT	216.371	77.368	35,8%	216.371	138.697	64,1%
Total	637.921	325.806	51,1%	738.645	540.622	73,2%

Posição 30.06.2012

Fonte: SIGFCO – Sistema do BB

Obs.: Os percentuais apresentados referem-se a resultado parcial de aplicações de recursos, sendo o desempenho final apurado ao final do exercício de 2012.

No 1º semestre de 2012, foram contratadas 12.518 operações com Custeio Rural para mini e pequenos tomadores, totalizando R\$ 325,8 milhões, sendo R\$ 8,2 milhões no DF, R\$ 113,9 milhões em GO, R\$ 126,4 milhões no MS e R\$ 77,4 milhões no MT.

Ainda no âmbito do menor porte, a finalidade Aquisição de Insumos e/ou Matéria-Prima e Formação de Estoques para Vendas atingiu o montante de R\$ 540,6 milhões, com 11.369 operações contratadas no 1º semestre de 2012, assim distribuídas: DF - R\$ 133,6 milhões; GO - R\$ 172,0 milhões; MS - R\$ 96,2 milhões; e MT - R\$ 138,7 milhões.

Os percentuais de distribuição entre os setores rural e empresarial são definidos pelos Conselhos de Desenvolvimento dos Estados e do Distrito Federal – CDE e podem ser revistos a qualquer tempo.

Quadro V - Financiamentos para Custeio, Aquisição de Insumos e/ou Matéria-Prima e Formação de Estoque para Vendas junto a pequeno-médios, médios e grandes tomadores

UF	Rural				Empresarial			
	Limite para o Exercício de 2012 (*)		Contratações de Jan a Junho/2012	% de Ating.	Limite para o Exercício de 2012 (**)		Contratações de Jan a Junho/2012	% de Ating.
	Valor	% de Partic.			Valor	% de Partic.		
DF	141.760	19	9.144	6,5%	47.253	19	38.773	82,1%
GO	216.371	29	40.956	18,9%	72.124	29	59.185	82,1%
MS	171.605	23	49.518	28,9%	57.202	23	26.139	45,7%
MT	216.371	29	50.028	23,1%	72.124	29	61.319	85,0%
Tótal	746.107	100	149.646	20,1%	248.702	100	185.417	74,6%

Posição: 30.06.2012

Fonte: SIGFCO – Sistema do BB

(*) A assistência a pequeno-médios, médios e grandes produtores rurais para o financiamento de custeio, nas Linhas de Financiamento de Desenvolvimento Rural, de Financiamento à Agropecuária Irrigada e de Financiamento de Desenvolvimento de Sistema de Integração Rural – Convir, fica limitada a 15% dos recursos previstos para o exercício, respeitados os percentuais de distribuição por Unidade Federativa. (Nota (7) do Quadro “Previsão de alocação dos recursos por UF e setor” do Item “Distribuição dos Recursos” do Título II – Programação Orçamentária da Programação do FCO para 2012)

(**) A assistência a pequeno-médias, médias e grandes empresas para o financiamento de aquisição de insumos e/ou matéria-prima e formação de estoques para vendas, nas Linhas de Financiamento do Programa de FCO Empresarial para MGE, fica limitada a 5% dos recursos previstos para o exercício, respeitados os percentuais de distribuição por Unidade Federativa. (Nota (6) do Quadro “Previsão de alocação dos recursos por UF e setor” do Item “Distribuição dos Recursos” do Título II – Programação Orçamentária da Programação do FCO para 2012)

Relativamente aos tomadores de maior porte, conforme demonstrado no Quadro V, os financiamentos para Custeio Rural totalizaram R\$ 149,6 milhões. Já para Aquisição de Insumos e/ou Matéria-Prima e Formação de Estoque para Vendas R\$ 185,4 milhões.

Contratações no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf/FCO

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf tem por finalidade promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares. O Programa oferece apoio financeiro às atividades exploradas com emprego direto da força de trabalho do produtor rural e de sua família, observadas as condições estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional - CMN.

No 1º semestre de 2012, o FCO financiou 17.137 operações para o Pronaf (exceto Pronaf-RA), com investimento total de R\$ 404,8 milhões, conforme quadro a seguir, por Unidade da Federação, representando incremento de 19,2% no volume contratado no mesmo período de 2011 (R\$ 340,0 milhões):

Quadro VI – Contratações do Pronaf/FCO

	(R\$ mil)				
CONTRATAÇÕES	DF	GO	MS	MT	TOTAL
Quantidade	530	9.009	2.073	5.525	17.137
Valor	9.781	180.082	40.055	174.915	404.833

Posição: 30.06.2012

Fonte: SIGFCO – Sistema do BB

A Unidade Federativa GO destacou-se pelo maior volume de empreendimentos financiados ao abrigo do Pronaf/FCO, 9,0 mil operações, correspondentes a 52,6%, e investimentos de R\$ 180,1 milhões, 44,5% do montante.

Com relação aos resultados no MT foi observado incremento de 35,6% no volume de operações, totalizando R\$ 174,9 milhões, em comparação ao observado no 1º semestre de 2011 (R\$ 129 milhões).

O demonstrativo a seguir apresenta a quantidade de postos de trabalho gerados ou mantidos em decorrência dos financiamentos realizados com recursos do FCO, no âmbito do Pronaf:

Quadro VII – Empregos gerados no âmbito do Pronaf

	(R\$ mil)				
EMPREGOS	DF	GO	MS	MT	TOTAL
Diretos	724	13.719	3.047	13.403	30.893
Indiretos	1.082	20.099	4.528	19.797	45.506
TOTAL	1.806	33.818	7.575	33.200	76.399

Posição: 30.06.2012

Fonte: Caderno de Informações Gerenciais – Banco do Brasil

A carteira de financiamento do Pronaf/FCO, com exceção dos agricultores enquadrados no Programa de Reforma Agrária – Pronaf RA, registrou, em 30.06.2012, saldos totais de R\$ 2.300,1 milhões (incremento de 22% em relação ao exercício de 2011 – R\$ 1.882,4 milhões), assim distribuídos, por Setor, Atividade e UF:

Quadro VIII – Saldos do Pronaf

(R\$ mil)

Finalidade	DF	GO	MS	MT	TOTAL
Custeio	12.857	222.631	52.924	128.153	416.565
Investimento	41.151	780.137	188.891	873.381	1.883.561
TOTAL	54.008	1.002.769	241.815	1.001.534	2.300.126

Posição: 30.06.2012

Fonte: SIGFCO – Sistema do BB

A finalidade de Investimento, com saldo de R\$ 1.883,6 milhões, representou 81,9% da carteira do Pronaf/FCO e incremento de 24,5% em relação ao mesmo período de 2011 (R\$ 1.513,5 milhões). Entre as Unidades Federativas, o GO registrou o maior volume de financiamentos a agricultores familiares, apresentando saldos de R\$ 1.002,8 milhões, ao final do 1º semestre de 2012. Em comparação com o mesmo período de 2011, MT apresentou o maior incremento no atendimento aos financiamentos a agricultores familiares 30,5% (R\$ 767,6 no 1º semestre de 2011), seguido do DF 20,6% (R\$ 44,8 no 1º semestre de 2011), MS com 20,5% (R\$ 200,6 no 1º semestre de 2011) e GO com 15,3% (R\$ 869,4 no 1º semestre de 2011).

Contratações no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Reforma Agrária - Pronaf-RA

Os valores previstos em cada UF para o Pronaf – RA são aplicados de acordo com a demanda apresentada no Programa, até o percentual estabelecido pela Lei nº 9.126, de 10.11.1995.

O incremento das aplicações nesse Programa não depende do Banco, que não possui ingerência sobre a prospecção e escolha de beneficiários. Cabe aos Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Rural Sustentável – CEDRS, por meio de suas Câmaras Técnicas de Crédito Rural – CTCR, a aprovação ou reconhecimento dos projetos pelo Incra.

Além disso, também cabe aos CEDRS a definição sobre as famílias beneficiárias do Programa Nacional de Crédito Fundiário do Governo Federal, aptas a receber os financiamentos, inclusive com recursos do Fundo de Terras e Reforma Agrária, Cédula da Terra e Projeto de Crédito Fundiário e Combate à Pobreza Rural.

Em relação ao mesmo período do exercício anterior, houve decréscimo de 12,4% na quantidade de operações contratadas (1.396 contratadas no 1º semestre de 2011) e 14,0% no montante de recursos (R\$ 22,0 milhões no 1º semestre de 2011).

Quadro IX – Contratações Pronaf-RA

(R\$ mil)

CONTRATAÇÕES	DF	GO	MS	MT	TOTAL
Quantidade	16	219	755	233	1.223
Valor	219	2.413	13.233	3.057	18.922

Posição: 30.06.2012

Fonte: SIGFCO – Sistema do BB

O quadro a seguir mostra as contratações nas linhas Pronaf e Pronaf-RA, de forma comparativa entre o 1º semestre de 2012 e o 1º semestre de 2011.

Quadro X – Contratações Pronaf e Pronaf-RA – Comparativo
(R\$ mil)

PRONAF e PRONAF RA - Comparativo 2012 x 2011						
PRONAF	2012		2011		Variação %	
	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
DF	530	9.781	490	8.759	8,2	11,7
GO	9.009	180.082	9.102	170.295	(1,0)	5,7
MS	2.073	40.055	1.739	32.114	19,2	24,7
MT	5.525	174.915	4.373	128.874	26,3	35,7
Total	17.137	404.833	15.704	340.042	9,1	19,1
PRONAF RA	2012		2011		Variação %	
	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
DF	16	219	21	353	(23,8)	(37,9)
GO	219	2.413	218	2.561	0,5	(5,8)
MS	755	13.233	891	15.691	(15,3)	(15,7)
MT	233	3.057	266	3.399	(12,4)	(10,1)
Total	1.223	18.922	1.396	22.004	(12,4)	(14,0)

Posição: 30.06.2012

Fonte: SIGFCO – Sistema do BB

d) Desempenho Orçamentário e Financeiro

I. Programação Orçamentária das Despesas

A composição anual do montante de recursos previstos para a execução orçamentária do FCO leva em conta as transferências do Tesouro Nacional - TN, a disponibilidade remanescente do exercício anterior, os retornos de financiamentos e o resultado operacional do Fundo, deduzidos os recursos comprometidos com parcelas a liberar de operações contratadas em exercícios anteriores. Para o exercício 2012, os recursos previstos estão demonstrados no quadro a seguir:

Quadro XI – Origem dos Recursos Previstos para 2012

Origem	(R\$ milhões)
De Exercícios Anteriores ⁽¹⁾	617,5
De Retorno de Operações	3.074,4
De Repasses do Tesouro Nacional ⁽²⁾	1.920,8
Resultado Operacional ⁽³⁾	121,7
Recursos comprometidos com parcelas a liberar de operações contratadas em exercícios anteriores ⁽⁴⁾	(760,3)
Total	4.974,1

Posição: 30.06.2012

Fonte: Programação do FCO para 2012 – 1ª edição

- (1) Corresponde ao somatório das disponibilidades existentes nos orçamentos das Unidades Federativas em 31.12.2011.
- (2) O valor dos repasses do Tesouro Nacional corresponde à projeção da Secretaria do Tesouro Nacional.
- (3) O resultado operacional refere-se à previsão de receitas e despesas do Fundo para o exercício.
- (4) Os recursos comprometidos referem-se às parcelas de operações contratadas em exercícios anteriores, ainda pendentes de liberação.

1. Distribuição Percentual dos Recursos do Tesouro Nacional por Unidade Federativa e Programas

Conforme estabelece o art. 159, inciso I, alínea “c” da Constituição Federal e nos termos do art. 6º da Lei 7.827/89, a União entrega 0,6% do produto da arrecadação do imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza (IR) e do imposto sobre produtos industrializados (IPI) para o FCO.

Os recursos oriundos da arrecadação do IR e do IPI são repassados ao Fundo por meio do orçamento do MI, conforme determina o art. 7º da Lei 7.827 de 1989, alterada pela Lei 10.177 de 2001.

Segundo projeção da STN, estimou-se, para o exercício de 2012, ingresso de recursos de R\$ 1.920,8 milhões.

A Programação Orçamentária de 2012, aprovada pela Resolução Condel/FCO n.º 439, de 08.12.2011 e alterada por resoluções posteriores, estabeleceu a distribuição dos recursos previstos para o exercício 2012 às Unidades Federativas do Centro-Oeste, de acordo com os seguintes percentuais: DF – 19,0%, GO – 29,00%, MS – 23,0% e MT – 29,0%. Em termos de distribuição por Programa - Empresarial e Rural - o quadro a seguir traz os percentuais por UF.

Quadro XII - Distribuição dos recursos por UF e Programas

Modalidades	DF	GO	MS	MT	(%)
Recursos Distribuídos	19,0	29,0	23,0	29,0	100,0
FCO Empresarial	15,2	14,5	11,5	14,5	55,7
FCO Rural	3,8	14,5	11,5	14,5	44,3

Posição: 30.06.2012

Fonte: Programação do FCO para 2012

2. Distribuição do Orçamento por Unidade Federativa e Programas

A distribuição dos recursos entre as Unidades Federativas e as modalidades de financiamentos, segundo os percentuais previstos na Programação Orçamentária de 2012, ficou assim representada:

Quadro XIII – Distribuição dos Recursos por UF e Programas

Modalidades	DF	GO	MS	MT	Região	(R\$ mil)	(%)
Recursos Distribuídos	945.069	1.442.474	1.144.031	1.442.474	4.974.048		100,0
FCO Empresarial	756.055	721.237	572.015	721.237	2.770.545		55,7
FCO Rural	189.014	721.237	572.015	721.237	2.203.503		44,3

Posição: 30.06.2012

Fonte: Programação do FCO para 2012

3. Previsão de Aplicação de Recursos

A previsão de aplicação dos recursos em 2012, conforme previsão do BB, apresentada como estimativa montou R\$ 4.974,1 milhões, distribuída entre os Programas/linhas de financiamento e grupos de porte de tomadores, está demonstrada no quadro a seguir:

Quadro XIV – Previsão de Aplicação de Recursos em 2012

Programas						(R\$ mil)
	DF	GO	MT	MS	Região	Percentual
Empreendedores Individuais e Mini, Micro, Pequenos e Pequeno-Médios Tomadores						
FCO Empresarial	385.588,2	367.830,8	291.727,9	367.830,8	1.412.977,8	28,41%
Industrial	84.664,3	171.259,7	93.061,2	59.088,5	408.073,7	
Infraestrutura	90.996,9	38.992,2	20.596,0	59.088,5	209.673,6	
Turismo	84.664,3	38.992,2	21.296,1	118.177,0	263.129,7	
Comércio e Serviços/CT&I	125.262,6	118.586,9	156.774,6	131.476,8	532.100,8	
FCO Rural	96.397,0	367.830,8	291.727,9	367.830,8	1.123.786,6	22,59%
Pronaf-RA e Pronaf Demais	94.506,9	220.698,5	114.403,1	337.909,6	767.518,1	
Demais Rurais	1.890,1	147.132,3	177.324,8	29.921,2	356.268,5	
Subtotal	481.985,2	735.661,7	583.455,8	735.661,7	2.536.764,4	51,00%
Médios e Grandes Tomadores						
FCO Empresarial	370.467,1	353.406,1	280.287,6	353.406,1	1.357.566,9	27,29%
Industrial	77.449,3	137.898,1	174.619,2	75.695,1	465.661,7	
Infraestrutura	90.422,8	38.148,7	18.499,0	75.695,1	222.765,5	
Turismo	77.449,3	38.148,7	15.137,8	75.695,1	206.430,9	
Comércio e Serviços	125.145,6	139.210,7	72.031,6	126.320,8	462.708,7	
FCO Rural	92.616,8	353.406,1	280.287,6	353.406,1	1.079.716,6	21,71%
Subtotal	463.083,9	706.812,2	560.575,2	706.812,2	2.437.283,4	49,00%
Resumo Geral						
FCO Empresarial	756.055,3	721.236,9	572.015,5	721.236,9	2.770.544,6	55,70%
Industrial	162.113,7	309.157,7	267.680,4	134.783,6	873.735,4	
Infraestrutura	181.419,7	77.140,8	39.095,0	134.783,6	432.439,1	
Turismo	162.113,7	77.140,8	36.434,0	193.872,1	469.560,6	
Comércio e Serviços/CT&I	250.408,2	257.797,6	228.806,2	257.797,6	994.809,6	
FCO Rural	189.013,8	721.236,9	572.015,5	721.236,9	2.203.503,2	44,30%
Pronaf-RA e Pronaf Demais	94.506,9	220.698,5	114.403,1	337.909,6	767.518,1	
Demais Rurais	94.506,9	500.538,4	457.612,4	383.327,3	1.435.985,1	
TOTAL	945.069,1	1.442.473,9	1.144.031,0	1.442.473,9	4.974.047,8	100,00%

Posição: 30.06.2012

Fonte: Programação do FCO para 2012 – 1ª edição

II. Execução Orçamentária

1. Realização da Previsão Orçamentária (Previsto X Realizado)

Quadro XV – Realização da Previsão Orçamentária

(R\$ milhões)

Origem	Previsto	Realizado	(%)
De Exercícios Anteriores	617,5	617,5	100,0
De Retorno de Operações	1.482,1	1.232,7	83,2
De Repasses do Tesouro Nacional	934,8	941,3	100,7
Resultado Operacional	60,8	121,0	199,0
Recursos comprometidos com parcelas a liberar de operações contratadas em exercícios anteriores	(760,3)	(335,9)	44,2
Total	2.335,0	2.576,6	110,4

Posição: 30.06.2012

Fonte: Planilha Gerenciamento Financeiro

O volume de recursos disponíveis para aplicação, ao final do semestre, apresentou elevação percentual na casa de 10% em relação ao montante previsto inicialmente, especialmente pelo resultado operacional do Fundo ter se situado em patamar mais elevado do que o previsto, além da utilização de recursos comprometidos de exercício anterior ter ficado abaixo das expectativas.

2. Transferências do Tesouro Nacional

As transferências do Tesouro Nacional – TN para o FCO no 1º semestre de 2012 totalizam R\$ 941 milhões. O quadro a seguir mostra o comportamento mensal dos repasses, comparativamente à previsão inicial:

Quadro XVI – Transferências do Tesouro Nacional

(R\$ mil)

Mês	Previsto Valor	Realizado Valor	% de Realização
Janeiro	150.700	151.506	100,5
Fevereiro	139.477	183.270	131,4
Março	156.833	124.469	79,4
Abril	166.859	156.872	94,0
Mai	172.218	175.451	101,9
Junho	148.717	149.721	100,7
Exercício	934.803	941.289	100,7

Posição: 30.06.2012

Fonte: Caderno de Informações Gerenciais

Comparando com o mesmo período do ano anterior, observa-se incremento de 7,5% no montante de recursos repassados pelo TN, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Quadro XVII - Transferências do Tesouro Nacional – comparativo 2012/2011

(R\$ mil)			
Ingresso Recursos do Tesouro Nacional			
Mês	2012	2011	Variação %
Janeiro	151.506	105.015	44,3
Fevereiro	183.270	182.614	0,4
Março	124.469	135.718	(8,3)
Abril	156.872	141.931	10,5
Mai	175.451	124.994	40,4
Junho	149.721	184.947	(19,0)
TOTAL	941.289	875.219	7,5

Posição: 30.06.2012

Fonte: Caderno de Informações Gerenciais

III. Indicadores Institucionais

O Condel/FCO, por meio da Res. n.º 319, de 14.09.2007, criou os seguintes indicadores de desempenho, com o objetivo de aprimorar e monitorar a gestão do FCO:

a) Índice de Incremento de Contratações – IIC

Índice de eficiência e efetividade, cujo objetivo é avaliar a evolução das contratações em relação ao exercício anterior: $IIC = VCE/VCEA$, onde $VCE = Valor Contratado no Exercício Atual$ e $VCEA = Valor Contratado no Exercício Anterior$;

b) Índice de Contratações com Menor Porte - ICMP

Índice de eficácia e efetividade, cujo objetivo é avaliar o grau de alcance da prioridade do Ministério da Integração Nacional de apoiar os mini e pequenos produtores rurais e as micro e pequenas empresas: $ICMP = VCMP/VCT$, onde $VCMP = Valor Contratado com Tomadores de Menor Porte no Exercício Atual$ e $VCT = Valor Contratado Total no Exercício Atual$;

c) Índice de Inadimplência - II

Índice de eficácia e efetividade, cujo objetivo é monitorar o índice da inadimplência das operações de financiamento e a eficácia das medidas adotadas para revertê-lo: $II = SPV/SDT$, onde $SPV = Saldo Devedor das Parcelas Vencidas (Risco 100% BB)$ e $SDT = Saldo Devedor Total das Operações de Financiamento (Risco 100% BB)$;

d) Índice de Cobertura das Contratações no Exercício - ICCE

Índice de eficácia, cujo objetivo é avaliar o atingimento da recomendação do Condel/FCO de estender os benefícios do Fundo a todos os municípios da Região Centro-Oeste: $ICCE = MOC/MR$, onde $MOC = Municípios com Operações Contratadas$ e $MR = Municípios da Região Centro-Oeste$;

e) Índice de Operações com Novos Beneficiários no Exercício Atual - ICNB

Índice de eficácia e efetividade, cujo objetivo é avaliar o acesso de novos beneficiários aos recursos do FCO: $ICNB = VCNB/VCT$, onde $VCNB = Quantidade de Operações com Novos Beneficiários$ e $VCT = Quantidade de Operações Contratadas Total$;

f) Índice de Aplicação - IA

Índice de eficiência, cujo objetivo é avaliar a evolução do volume de contratações em relação aos valores distribuídos: $IA = VCT/VDE$, onde $VCT = \text{Valor Contratado Total}$ e $VDE = \text{Valor Distribuído no Exercício}$;

g) Índice de Contratações por UF - ICUF

Índice de eficiência e eficácia, cujo objetivo é avaliar o alcance dos percentuais de distribuição de recursos previstos para cada Unidade Federativa: $ICUF = VCUF/VCT$, onde $VCUF = \text{Valor Contratado nas Unidades Federativas}$ e $VCT = \text{Valor Contratado Total}$;

h) Índice de Contratações por Setor - ICS

Índice de eficiência, cujo objetivo é avaliar o valor contratado em cada setor em relação ao total contratado no exercício: $ICS = VCS/VCT$, onde $VCS = \text{Valor Contratado por Setor (Empresarial ou Rural)}$ e $VCT = \text{Valor Contratado Total}$;

i) Índice de Tempo Médio de Contratação - ITM

Índice de eficiência, cujo objetivo é avaliar a redução do tempo médio de atendimento das propostas em relação ao exercício anterior: $ITM = TME/TMEA$, onde $TME = \text{Tempo Médio de Atendimento das Propostas no Exercício Atual}$ e $TMEA = \text{Tempo Médio de Atendimento das Propostas no Exercício Anterior}$;

j) Índice de Originação de Demanda – IOD

Índice de eficácia e efetividade, cujo objetivo é avaliar a evolução da Originação de demanda em relação ao exercício anterior: $IOD = VOE/VOEA$, onde $VOE = \text{Valor Total da Demanda Originada no Exercício Atual}$ e $VOEA = \text{Valor Total da Demanda Originada no Exercício Anterior}$.

Metas de Desempenho

O Condell/FCO definiu para aqueles indicadores, por meio da Res. n.º 446, de 03.05.2012, as seguintes metas de desempenho para o exercício de 2012:

Quadro XVIII – Metas de desempenho para o exercício 2012

Alínea	Indicador	Meta	
a)	Índice de Aplicação	87,00%	
b)	Índice de Contratações com Menor Porte	51,00%	
c)	Índice de Inadimplência (até)	2,00%	
d)	Índice de Cobertura de Contratações no Exercício	100,00%	
e)	Índice de Operações com Novos Beneficiários no Exercício Atual	15,00%	
f)	Índice de Contratações por UF	DF	19,00%
		GO	29,00%
		MT	29,00%
		MS	23,00%
g)	Índice de Contratações por Setor	Rural	44,30%
		Empresarial	55,70%
h)	Índice de Tempo Médio de Contratação	35 dias	

Fonte: Resolução Condel/FCO 446, de 03.05.2012

Resultados dos Indicadores e Metas de Desempenho

a) Índice de Aplicação - IA = 103,4%

As contratações com recursos do FCO no 1º semestre de 2012 atingiram R\$ 3.010,6 milhões, 103,4% do montante dos recursos distribuídos no 1º semestre de 2012 para aplicação (R\$ 2.912,5 milhões), 21,2% acima do registrado no mesmo período de 2011(82,1%).

b) Índice de Contratações com Menor Porte - ICMP = 76,5%

As contratações com os segmentos de empreendedores individuais e mini, micro, pequenos e pequeno-médios tomadores atingiram o montante de R\$ 2.304,1 milhões. Considerando o total contratado na Região, de R\$ 3.010,6 milhões, o ICMP foi de 76,5%.

c) Índice de Inadimplência - II = 0,48%

O índice de inadimplência das operações contratadas com risco exclusivo do Banco observado no final do 1º semestre de 2012, foi de 0,48%, inferior à meta estabelecida pelo Condel, de até 2,00%. O índice observado no período anterior foi de 0,36%.

Para alcançar esse desempenho, o BB conta com sua Diretoria de Reestruturação de Ativos Operacionais, responsável pelas estratégias de cobrança e recuperação de crédito da Instituição, atuando permanentemente para evitar o crescimento do índice de inadimplência das operações realizadas, além de desenvolver ações para reduzir os índices observados, sendo utilizadas estratégias como as seguintes:

- intensificação da cobrança de dívidas de menor valor pela Central de Atendimento – CABB;
- utilização pelas Agências de ferramenta de identificação e gerenciamento do atraso por cliente;
- esforço adicional na utilização de empresas de cobrança terceirizadas.

d) Índice de Cobertura das Contratações no Exercício - ICCE = 99,6%

No 1º semestre de 2012, 99,6% dos 466 municípios da Região Centro-Oeste contaram financiamentos com recursos do FCO, ficando somente os municípios de Ladário-MS e Novo Gama-GO sem contratações no período. Nesse ponto é importante salientar que a rede de distribuição do BB alcança todas as comunidades organizadas do Centro-Oeste, dispondo sempre de um ponto de atendimento próximo dos produtores rurais e dos empresários, onde podem apresentar suas propostas de financiamento.

e) Índice de Operações com Novos Beneficiários no Exercício Atual - ICNB = 23,2%

Do total de 39.428 operações contratadas no 1º semestre de 2012, 9.138 (23,2%) foram contratadas com novos beneficiários. As ações desenvolvidas pelo Banco, em conjunto com os governos federal e estaduais e com outros parceiros, busca permanentemente incrementar o nível de contratação de operações, inclusive para novos beneficiários, atingindo, com destaque, a meta definida pelo Condrel, conforme Quadro XXVII, adiante.

f) Índice de Contratações por UF - ICUF = DF 10,7%, GO 36,9%, MT 31,1% e MS 21,3%

O GO liderou em volume de contratações com R\$ 1.110,7 milhões, equivalentes a 36,9% do montante observado na Região (R\$ 3.010,6 milhões), seguido por MT, com R\$ 937,8 milhões (31,1%); MS, com R\$ 640,6 milhões (21,3%) e; DF, com R\$ 321,5 milhões (10,7%).

Cabe destacar a performance do MT, cujas contratações cresceram 51,0%, saindo de R\$ 621,0 para R\$ 937,8 milhões em comparação com o volume do 1º semestre de 2011. A participação geral passou de 27,8% para 31,1% nas contratações da Região.

g) Índice de Contratações por Setor – ICS = Rural 56,8% e Empresarial 43,2%

Do montante de R\$ 3.010,6 milhões, R\$ 1.709,8 milhões (56,8%) foram contratados com o setor rural, incremento de 57,2% no montante de recursos contratados em relação ao mesmo período do ano anterior. No setor empresarial, foram contratados R\$ 1.300,8 milhões (43,2%), registrando crescimento de 13,2% em relação ao mesmo período de 2011.

h) Índice de Tempo Médio de Contratação - ITM = -2,9%

O tempo médio de contratação das operações de financiamentos com recursos do FCO ao final do 1º semestre de 2012 foi de 34 dias, 2,9% inferior ao tempo médio apurado no mesmo período de 2011 (35 dias), e dentro da meta estabelecida pelo Condrel/FCO.

Para os indicadores Índice de Incremento de Contratações - IIC e Índice de Originação de Demanda – IOD, não foram definidas metas para o exercício de 2012.

4. OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS PELOS RESPONSÁVEIS COMO RELEVANTES PARA A AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE E DO DESEMPENHO DA GESTÃO

4.1 Operações de Fundos

I. Contratações de Operações de Financiamento

Contratações por Programa e Unidade Federativa

No 1º semestre de 2012, foram contratadas 39.428 operações, totalizando R\$ 3.010,6 milhões. Os investimentos do FCO Empresarial somaram R\$ 1.300,8 milhões, representando 43,2% do montante contratado, enquanto as contratações do FCO Rural atingiram R\$ 1.709,8 milhões, equivalentes a 56,8% do total aplicado no período.

Quadro XIX – Contratações por Programa e UF

PROGRAMAS	DF		GO		MS		MT		TOTAL	
	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
EMPRESARIAL	2.989	265.260	4.856	460.000	3.043	222.766	3.678	344.977	14.566	1.293.003
Industrial	410	45.367	1.106	190.425	276	54.748	588	85.441	2.380	375.981
Infraestrutura	6	1.238	23	17.283	7	426	10	10.275	46	29.222
Turismo	227	20.006	235	27.487	168	16.359	160	26.657	790	90.509
Com.e Serv./CT&I	2.346	198.648	3.492	224.805	2.592	151.234	2.920	222.603	11.350	797.291
Empresarial Repasse	8	2.313	5	1.833	6	3.168	5	454	24	7.768
RURAL	238	43.939	3.282	458.561	1.551	360.794	1.305	412.626	6.376	1.275.920
Desenv. Rural	229	42.254	3.232	443.359	1.510	346.991	1.258	379.195	6.229	1.211.798
ABC-Cons.natureza	9	1.685	50	15.202	25	8.308	37	29.682	121	54.878
ABC - ILPF	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Retenção de matrizes	-	-	-	-	16	5.495	10	3.749	26	9.244
PRONAF	546	10.000	9.228	182.495	2.828	53.288	5.758	177.972	18.360	423.755
Pronaf	530	9.781	9.009	180.082	2.073	40.055	5.525	174.915	17.137	404.833
Pronaf-RA	16	219	219	2.413	755	13.233	233	3.057	1.223	18.922
Rural-Repasse	-	-	84	7.781	4	609	14	1.735	102	10.125
Total Geral	3.781	321.512	17.455	1.110.671	7.432	640.625	10.760	937.764	39.428	3.010.572

Posição: 30.06.2012

Fonte: SIGFCO – Sistema do BB

O Estado de GO manteve-se em posição de destaque na contratação de operações, respondendo por 44,3% na quantidade e 36,9% no volume contratado no 1º semestre de 2012. Em comparação com o 1º semestre de 2011, destacou-se a mesma UF com incremento de 28,5% no volume de recursos (R\$ 864,5 em 2011), quando foram realizadas 17,6 mil contratações.

Dos recursos contratados no DF, R\$ 84,9 milhões foram dirigidos aos municípios goianos participantes da RIDE, representando 26,4% do total de R\$ 321,5 milhões.

A linha de financiamento de Desenvolvimento Rural mantém a maior participação no que se refere ao volume de recursos contratados, tendo atingido no 1º semestre de 2012, 42,4% do total contratado.

Quantidade	12	229	638	9.273	1.158	40	9	5	11.364
Valor	44.163	84.983	96.879	543.817	27.277	173	1.698	408	799.397
Desenvolvimento Rural									
Quantidade	110	388	477	2.459	2.795	-	38	58	6.325
Valor	168.740	171.541	191.637	464.396	215.485	-	5.221	4.445	1.221.464
ABC – Conservação da Natureza									
Quantidade	1	15	14	56	35	-	-	1	122
Valor	2.288	15.296	13.173	21.635	2.486	-	-	72	54.950
ABC – ILPF									
Quantidade	-	-	-	-	-	-	3	2	5
Valor	-	-	-	-	-	-	102	285	387
Retenção de Matrizes									
Quantidade	-	2	1	17	6	-	-	-	26
Valor	-	939	975	6.179	1.152	-	-	-	9.244
Pronaf									
Quantidade	-	-	-	4.050	13.087	-	-	-	17.137
Valor	-	-	-	185.057	219.775	-	-	-	404.833
Pronaf-RA									
Quantidade	-	-	-	145	1.078	-	-	-	1.223
Valor	-	-	-	2.571	16.351	-	-	-	18.922
Total Geral	148	833	1.875	18.038	18.359	49	59	67	39.428
	349.715	356.735	415.555	1.381.583	488.872	219	12.464	5.429	3.010.572

Posição: 30.06.2012

Fonte: Caderno de Informações Gerenciais – Contratações Programa e Porte

Os tomadores de menor porte (pequeno-médio, pequeno, microempresas, empreendedores individuais e repasse) contrataram no total 96,8% das operações empresariais, representando 73,3% do volume de recursos aplicados, com destaque para os beneficiários do pequeno porte responsáveis por 77,5% das contratações e 53,9% dos recursos aplicados.

Observa-se que, entre os tomadores de menor porte houve ênfase na contratação de operações do setor rural, com 79,0% do volume de recursos aplicados e 97,9% das contratações, com destaque para o segmento miniprodutores, responsáveis por 68,4% das contratações e 26,6% dos recursos aplicados.

Quadro XXI – Contratações por Porte e UF

PORTE						(R\$ mil)	
	DF	GO	MS	MT	TOTAL	(%)	
Grande	25.273	118.015	87.873	118.554	349.715	11,6	
Médio	37.846	131.843	50.770	136.276	356.735	11,8	
Subtotal	63.118	249.858	138.643	254.830	706.450	23,5	
Pequeno-médio	58.286	116.460	99.049	141.760	415.555	13,8	
Pequeno	181.017	493.641	317.156	389.769	1.381.583	45,9	
Mini/Micro	16.767	241.041	81.899	149.165	488.872	16,2	
EI	11	56	101	50	219	0,0	
Repasse	2.313	9.614	3.777	2.189	17.893	0,6	
Pequeno	2.049	5.892	3.291	1.231	12.464	0,4	
Mini/Micro	263	3.722	486	958	5.429	0,2	
Subtotal	258.393	860.812	501.982	682.934	2.304.122	76,5	
Total Geral	321.512	1.110.671	640.625	937.764	3.010.572	100,0	

Posição: 30.06.2012

Fonte: Caderno de Informações Gerenciais – Contratações Por Porte e Unidade Federativa

No quadro de contratações por porte e UF do total contratado com o segmento de menor porte (R\$ 2.304,1) destacam-se GO representando 37,4% (R\$ 860,8) e MT representando 29,6% (R\$ 682,9).

Os empreendimentos dos segmentos pequeno-médios, pequenos, mini, micro e empreendedores individuais representaram 97,5% (38.447) do número total de operações contratadas no período, absorvendo R\$ 2.304,1 milhões, equivalentes a 76,5% do montante de recursos aplicados. Os grandes e médios produtores rurais e as empresas de grande e médio porte aplicaram R\$ 706,5 milhões para o financiamento de suas atividades produtivas, o correspondente a 23,5% do total de recursos destinados à região.

No quadro a seguir, é apresentada a distribuição das operações contratadas por Unidade Federativa, programas, concentração por menor porte (EI, Mini, Micro, Pequenos e Pequeno-médios tomadores) e maior porte (Médios e Grandes tomadores).

Quadro XXII – Contratações por UF, Programa e Porte

						(R\$ mil)
Contratações com Empreendedores Individuais, Mini, Micro e Pequenos e Pequeno-Médios						
PROGRAMAS	DF	GO	MS	MT	Região	Percentual de Distribuição (%)
FCO Empresarial	222.652	301.240	171.466	257.767	953.125	31,7
Industrial	38.089	81.789	20.993	52.948	193.819	
Infraestrutura	755	1.865	421	1.495	4.535	
Turismo	20.967	21.108	16.289	26.157	84.521	
Comércio e Serviços/CT&I	162.842	196.478	133.764	177.167	670.251	
FCO Rural	35.742	559.572	330.516	425.167	1.350.997	44,9
Pronaf RA/Pronaf Demais	10.000	182.495	53.288	177.972	423.755	
Rural Demais	25.742	377.077	277.228	247.195	927.242	
Total	258.393	860.812	501.982	682.934	2.304.122	76,5

Contratações com Médios e Grandes Tomadores						
PROGRAMAS	DF	GO	MS	MT	Região	Percentual de Distribuição (%)
FCO Empresarial	44.921	160.593	54.468	87.664	347.646	11,5
Industrial	7.798	109.982	35.754	32.554	186.087	
Infraestrutura	684	15.856	5	8.780	25.325	
Turismo	140	6.378	70	500	7.088	
Comércio e Serviços/CT&I	36.300	28.377	18.639	45.829	129.146	
FCO Rural	18.198	89.265	84.175	167.166	358.803	11,9
Rural Demais	18.198	89.265	84.175	167.166	358.803	
Total	63.118	249.858	138.643	254.830	706.450	23,5

Consolidado						
PROGRAMAS	DF	GO	MS	MT	Região	Percentual de Distribuição (%)
FCO Empresarial	267.573	461.833	225.934	345.431	1.300.772	43,2
Industrial	45.887	191.771	56.746	85.502	379.906	
Infraestrutura	1.438	17.721	426	10.275	29.860	
Turismo	21.106	27.487	16.359	26.657	91.609	
Comércio e Serviços/CT&I	199.142	224.855	152.404	222.996	799.397	
FCO Rural	53.939	648.837	414.690	592.333	1.709.800	56,8

Pronaf RA/Pronaf Demais	10.000	182.495	53.288	177.972	423.755	
Rural Demais	43.939	466.342	361.403	414.361	1.286.045	
Total Geral	321.512	1.100.671	640.625	937.764	3.010.572	100,0

Posição: 30.06.2012

Fonte: SIGFCO – Sistema do BB

Municípios com Operações Contratadas

Para aplicação dos recursos do FCO, o BB conta com sua Rede de Distribuição composta por 580 pontos de atendimento na Região, sendo desse total 468 Agências e 112 Postos de Atendimentos Bancários (PABs), o que lhe permite assistir financeiramente às atividades produtivas desenvolvidas no âmbito do Centro-Oeste, inclusive àquelas situadas nas mais distantes localidades da região.

No 1º semestre de 2012, dos 466 municípios da Região, 464 (99,6%) foram atendidos com financiamentos do Fundo, ficando sem contratações no período somente os municípios de Ladário-MS e Novo Gama-GO. O total de recursos injetados na economia da Região no período foi de R\$ 3,0 bilhões, beneficiando 39,4 mil projetos dos diversos setores produtivos.

O demonstrativo a seguir apresenta a distribuição espacial das aplicações no 1º semestre de 2012, mostrando o número de municípios da região atendidos com recursos do FCO, comparativamente com o mesmo período do ano anterior.

Quadro XXIII – Distribuição espacial das aplicações 2012/2011

UF	Municípios Existentes	2012		2011	
		Municípios com Operações	Montante Aplicado (R\$ mil)	Municípios com Operações	Montante Aplicado (R\$ mil)
DF	1	1	321.512	1	261.920*
GO	246	245	1.110.671	246	864.462
MS	78	77	640.625	78	489.997
MT	141	141	937.764	139	620.974
Total	466	464	3.010.572	464	2.237.353

Posição: 30.06.2012

Fonte: SIGFCO – Sistema do BB

*considerando o montante aplicado no DF e municípios goianos da RIDE.

Ao disseminar o crédito pelas localidades mais carentes, conforme se observa da quantidade de municípios alcançados em cada Unidade Federativa, o Banco do Brasil cumpre a missão de apoiar financeiramente as atividades dos pequenos empreendedores da Região, confirmando o FCO como importante fonte de recursos para a interiorização do desenvolvimento e dinamização da economia do Centro-Oeste, contribuindo para diminuir as desigualdades intra-regionais, além de refletir positivamente nos indicadores sociais da região.

Contratações na Região Integrada de Desenvolvimento do DF e Município Goianos da RIDE

O demonstrativo a seguir apresenta as contratações realizadas no DF e nos 19 municípios do GO integrantes do Entorno do DF, que compõem a RIDE:

Quadro XXIV – Contratações na RIDE

UF	Municípios Existentes	2012		2011	
		Municípios com Operações	Montante Aplicado (R\$ mil)	Municípios com Operações	Montante Aplicado (R\$ mil)
DF	1	1	236.637	1	214.335
GO	19	18	84.875	19	47.585
Total	20	19	321.512	20	261.920

Posição: 30.06.2012

Fonte: SIGFCO – Sistema do BB

No 1º semestre de 2012, foram contratados R\$ 84,9 milhões nos municípios goianos integrantes da RIDE, o que representa 90,5% do montante previsto na Programação do Fundo (R\$ 93,8 milhões). Em comparação ao 1º semestre de 2011, houve incremento de 78,4% no montante de recursos aplicados (R\$ 47,6 milhões).

Contratações na Mesorregião de Águas Emendadas

O demonstrativo a seguir apresenta as contratações realizadas nos municípios de Goiás integrantes da Mesorregião de Águas Emendadas, segregados em porte do mutuário e programa de financiamento:

Quadro XXV – Contratações na Mesorregião de Águas Emendadas

Porte	Empresarial		PRONAF		Rural		Total	
	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
Grande	2	23.084	-	-	8	7.599	10	30.682
Médio	21	8.146	-	-	61	21.866	82	30.012
Pequeno-Médio	70	13.267	-	-	66	19.046	136	32.313
Pequeno	823	58.892	646	23.212	335	55.654	1.804	137.758
Mini/Micro	106	4.149	2.359	29.733	589	35.969	3.054	69.851
EI	4	25	-	-	-	-	4	25
TOTAL	1.026	107.563	3.005	52.945	1.059	140.134	5.090	300.641

Posição: 30.06.2012

Fonte: SIGFCO – Sistema do BB

No 1º semestre de 2012, foram contratados R\$ 300,6 milhões nos municípios integrantes da Mesorregião de Águas Emendadas, o que representa 108,0% do montante previsto na Programação do Fundo (R\$ 277,1 milhões). Em comparação ao 1º semestre do exercício de 2011, houve incremento de 73,6% no montante de recursos aplicados (R\$ 173,2 milhões).

Contratações na Faixa de Fronteira

As aplicações nos 72 municípios da Faixa de Fronteira (44 no MS e 28 no MT) totalizaram R\$ 545,1 milhões no 1º semestre de 2012, o que representa 82,2% do montante previsto na Programação do Fundo (R\$ 662,8 milhões). Comparando com o 1º semestre de 2011, houve incremento de 45,8% em relação ao mesmo período de 2011 (R\$ 373,8 milhões).

Contratações por Tipologia por UF

A tipologia do município de localização do empreendimento segue definições do MI e tem sua metodologia prevista no Anexo II do Decreto nº 6.047, de 22.02.2007, que leva em consideração duas variáveis:

- a) Rendimento Médio Mensal por Habitante, englobando todas as fontes declaradas no censo demográfico de 2000 (salários, benefícios, pensões, etc.); e
- b) Taxa Geométrica de Variação dos Produtos Internos Brutos Municipais por habitante.

A tipologia está inserida na Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR e tem o propósito de estabelecer um quadro referencial das desigualdades regionais.

A classificação da tipologia está definida conforme a seguir:

- 1 - Alta Renda *Municípios cujo rendimento médio por habitante seja de no mínimo 93% do rendimento médio por habitante no Brasil (em 2000) e a variação no PIB foi igual ou maior a 3,87% entre 1990 e 1998;*
- 2 – Dinâmica *Inclui baixa e média rendas dinâmicas: Média: Municípios cujo rendimento médio por habitante varie entre 33% e 93% do rendimento médio por habitante no Brasil (em 2000) e a variação do PIB foi igual ou maior que 3,87% entre 1990 e 1998 e; Baixa: Municípios cujo rendimento médio por habitante varie entre 16% e 33% do rendimento médio por habitante no Brasil (em 2000) e a variação do PIB foi igual ou maior que 3,87% entre 1990 e 1998;*
- 3 – Estagnada *Inclui apenas a média renda estagnada: municípios cujo rendimento médio por habitante varie entre 33% e 93% do rendimento médio por habitante no Brasil (em 2000) e a variação do PIB foi inferior a 3,87% entre 1990 e 1998; e*
- 4 – Baixa Renda *Municípios cujo rendimento médio por habitante varie entre 16% e 33% do rendimento médio por habitante no Brasil (em 2000) e a variação do PIB foi inferior a 3,87% entre 1990 e 1998.*

Essa classificação é considerada para definição de prioridades para as políticas de desenvolvimento e estabelecimento de limite financiável para as propostas. O demonstrativo a seguir apresenta as contratações realizadas no 1º semestre por Tipologia e UF, conforme previsto na Programação Anual do FCO:

Quadro XXVI – Contratações por Tipologia e UF

Tipologia	(R\$ mil)									
	DF		GO		MS		MT		Total	
	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
Alta Renda	2.670	236.637	9.604	723.636	1.728	144.208	2.618	329.126	16.620	1.433.607
Dinâmica	-	-	2.602	170.202	1.501	66.781	5.422	391.783	9.525	628.767
Estagnada	1.111	84.875	5.249	216.832	4.203	429.636	2.720	216.855	13.283	948.198
TOTAL	3.781	321.512	17.455	1.110.671	7.432	640.625	10.760	937.764	39.428	3.010.572

Posição: 30.06.2012

Fonte: SIGFCO – Sistema do BB

Na Região Centro-Oeste não existe município classificado como de baixa renda. A microrregião da RIDE é formada pelo DF classificado como Alta Renda, enquanto todos os demais municípios goianos do entorno pertencem à tipologia Estagnada. No 1º semestre de 2012, os municípios de renda dinâmica e estagnada, em conjunto, foram responsáveis pela maioria das contratações no período, com 57,8% do número de operações e 52,4% dos recursos financiados. Os municípios de alta renda representaram 42,2% das operações contratadas, correspondendo a 47,6% do valor total.

Contratações com Beneficiários que Obtiveram Financiamentos pela 1ª Vez

No período, 9.138 operações foram realizadas com novos beneficiários, atingindo a cifra de R\$ 888,4 milhões, que representam 23,2% do total das contratações e 29,5% dos recursos aplicados. Em comparação com o mesmo período de 2011, quando o montante de operações com novos beneficiários foi de R\$ 777,5 milhões, observou-se incremento de 14,3%.

Destacaram-se as UF GO e MT com maior número de contratos realizados com novos beneficiários – 3.380 e 2.598, respectivamente. Quanto ao volume de recursos aplicados, GO aplicou R\$ 346,0 milhões e MT R\$ 253,0 milhões, representando 38,9% e 28,5%, respectivamente.

Quadro XXVII – Contratações com novos beneficiários

Porte	(R\$ mil)									
	DF		GO		MS		MT		Total	
	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
Grande	7	1.899	12	65.044	8	66.117	24	23.113	51	156.173
Médio	30	9.868	75	45.432	31	11.928	44	36.869	180	104.096
Pequeno-Médio	90	15.843	124	32.011	53	20.229	109	26.835	376	94.919
Pequeno	914	66.881	1.886	142.407	787	58.804	1.380	123.714	4.967	391.805
Mini/Micro	194	7.018	1.275	61.062	1.018	30.589	1.031	42.500	3.518	141.168
EI	3	11	8	56	25	86	10	50	46	204
TOTAL	1.238	101.520	3.380	346.011	1.922	187.753	2.598	253.081	9.138	888.365

Posição: 30.06.2012

Fonte: SIGFCO – Sistema do BB

Contratações com Valor Superior a R\$ 10 milhões

O quadro a seguir sintetiza as operações contratadas no 1º semestre de 2012 com valores superiores a R\$ 10 milhões e informadas analiticamente à Secretaria Executiva do

Condel, conforme estabelecido no item "2b" da Resolução Condel/FCO nº 127, de 05.12.2001:

Quadro XXVIII – Contratações com valor superior a R\$ 10 milhões

Linhas de Financiamento	DF		GO		MS		MT		(R\$ mil) TOTAL	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
Industrial	-	-	2	64.404	1	16.319	-	-	3	80.723
Infraestrutura	-	-	1	10.314	-	-	-	-	1	10.314
Turismo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Comércio e Serviços/CT&I	1	10.000	-	-	-	-	2	26.028	3	36.028
Demais Rurais	-	-	-	-	1	44.042	1	13.802	2	57.844
TOTAL	1	10.000	3	74.718	2	60.361	3	39.830	9	184.909

Posição: 30.06.2012; Fonte: SIGFCO – Sistema do BB

Relativamente ao mesmo período de 2011, o volume de recursos contratados teve um decréscimo de 7,2% (R\$ 199,2 milhões de antes contra os R\$ 184,9 milhões de agora), mas com acréscimo de 50% na quantidade de operações contratadas, o que pressupõe atendimentos de mais beneficiários. As operações assim contratadas em 2012 estão detalhadas a seguir, por Unidade da Federação:

a) contratadas no DF:

Operação	Valor: R\$ 10.000.000,00
nº 40/00804	Beneficiário: HOSPITAL SANTA LUCIA S/A.
Descrição:	
O empreendimento financiado foi para a Ampliação e Modernização do Hospital Santa Lúcia em Brasília-DF. Trata-se de empreendimento em município com tipologia de alta renda, financiado na Linha de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços, com valor total de R\$ 58,5 milhões.	
Benefícios:	
Incremento da renda de cerca de R\$ 60,5 milhões/ano; incremento na arrecadação de tributos de cerca de R\$ 7,1 milhões/ ano, aumento no consumo de matéria-prima da própria região, o que beneficiará os produtores locais, não há produção de materiais hospitalares no Distrito Federal-DF.	

b) contratadas no GO:

Operação	Valor: R\$ 44.200.000,00
nº 40/00100	Beneficiário: CAMBUÍ-ACÚCAR E ÁLCOOL LTDA
Descrição:	
O empreendimento financiado foi a implantação de uma unidade industrial para a produção de etanol em Santa Helena de Goiás (GO). Trata-se de empreendimento em município com tipologia de alta renda, financiado na Linha de Financiamento de Desenvolvimento Industrial, com valor total de R\$ 184,2 milhões.	
Benefícios:	
Incremento da renda de cerca de R\$ 18,0 milhões/ano; incremento na arrecadação de tributos de cerca de R\$ 4,3 milhões/ano, aumento no consumo de matéria-prima da própria região, o que beneficiará os produtores locais, a geração de até 1653 empregos diretos gerando desenvolvimento e capacitação de mão de obra através de treinamentos, cursos e parcerias, agregando valor e cultura a população regional.	

Operação Valor: R\$ 20.203.889,16
nº 40/00975 Beneficiário: SAO SALVADOR ALIMENTOS S/A.
Descrição:
O empreendimento financiado foi a expansão da empresa visando aumentar a capacidade de produção e modernizar o processo produtivo em Itaberaí (GO). Trata-se de empreendimento em município com tipologia de alta renda, financiado na Linha de Financiamento de Desenvolvimento Industrial, com valor total de R\$ 20,2 milhões.
Benefícios:
Incremento da renda de cerca de R\$ 10,4 milhões/ano; incremento na arrecadação de tributos de cerca de R\$ 10,0 milhões/ano, aumento no consumo de matéria-prima da própria região, o que beneficiará os produtores locais, prevendo-se incrementos da ordem de 12%.

Operação Valor: R\$ 10.313.876,00
nº 40/01367 Beneficiário: DATA TRAFFIC S/A.
Descrição:
O empreendimento financiado foi a aquisição de bens móveis para implantação de serviços automatizados para processo de medição de velocidade em diversas rodovias no estado Goiás. Trata-se de empreendimento em município com tipologia de alta renda, financiado na Linha de Financiamento de Infraestrutura Econômica, com valor total de R\$ 15,4 milhões.
Benefícios:
Incremento da renda de cerca de R\$23,0 milhões/ano; incremento na arrecadação de tributos de cerca de R\$2,0 milhões/ ano, geração de 100 empregos diretos na região, o que movimentará os segmentos de comércio e serviços no estado de Goiás, uma vez que sua área de abrangência será todo o estado.

c) contratadas no MT:

Operação Valor: R\$ 13.801.600,00
nº 4000800 Beneficiário: AGROPECUÁRIA MAGGI LTDA
Descrição:
Trata-se de operação contratada com o objetivo de financiar a renovação do parque agrícola da empresa localizada no município de Querência-MT, dentre os quais máquinas e equipamentos agrícolas como pulverizadores, plantadeiras, colheitadeiras, tratores e plataformas. Trata-se de empreendimento em município com tipologia dinâmica, financiado na Linha de Financiamento de Desenvolvimento Rural.
Benefícios:
As operações possibilitam ganhos de produtividade, contribuindo para a geração de empregos diretos, bem como aumento da arrecadação de impostos, na medida em que ocorre o aumento de lucro tributável da proponente.

Operação Valor: R\$ 13.977.952,66
nº 40/00424 Beneficiário: SINAGRO PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA
Descrição:
O empreendimento financiado foi a construção/implantação de silo de armazenamento de grãos e escritório, em Querência-MT. Trata-se de empreendimento em município com tipologia Dinâmica, financiado na Linha de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços, com valor total de R\$ 19,4 (incluindo recursos próprios/não financiados).
Benefícios:
Incremento da renda de cerca de R\$ 1,79 milhões/ano; incremento na arrecadação de tributos de cerca de R\$ 1,29 milhões/ ano, aumento no consumo de matéria-prima da própria região, o que beneficiará os produtores locais, pois as instalações da SINAGRO na cidade de Querência oferecerão apoio logístico para os agricultores locais, bem como efetuarão a distribuição dos excelentes produtos Syngenta, fomentando e desenvolvendo a economia da região.

Operação Valor: R\$ 12.050.475,00
nº 40/00850 Beneficiário: PLURAL CENTRO EDUCACIONAL LTDA
Descrição:
O empreendimento financiado foi a construção de uma escola em Cuiabá- MT. Trata-se de empreendimento em município com tipologia de alta renda, financiado na Linha de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços, com valor total de R\$ 12,1 milhões.
Benefícios:
Com o investimento serão contratados 41 novos professores e 02 novas funcionárias para recepção/administrativo. Além dos 43 novos empregos gerados, os professores atuais poderão aumentar o número de horas dadas o que certamente refletirá em maiores receitas para os mesmos. A construção da obra vai gerar novos empregos na construção civil, nos fornecedores de materiais e equipamentos, que vai estimular o desenvolvimento de outros setores da economia e ainda teremos o aumento de 15 empregos diretos com a empresa de manutenção uma vez que estes serviços já são terceirizados.

d) contratadas no MS:

Operação Valor: R\$ 44.041.936,77
nº 20/00164 Beneficiário: NOVA AMERICA AGRÍCOLA CAARAPÓ LTDA
Descrição:
O empreendimento financiado foi a fundação de lavoura de cana-de-açúcar e aquisição de veículos, máquinas e equipamentos para colheita na cidade de Caarapó-MS. Trata-se de empreendimento em município de tipologia estagnada, financiado na Linha de Financiamento de Desenvolvimento Rural, com valor total de R\$ 48,9 milhões.
Benefícios:
Incremento da renda de cerca de R\$ 105,0 milhões/ano; incremento na arrecadação de tributos de cerca de R\$ 2,9 milhões/ ano; aumento no consumo de matéria-prima, insumos e aquisição de equipamentos junto a fornecedores da própria região, beneficiando a geração de receita local; estimativa de geração de empregos, sendo 77 profissionais contratados diretamente pela proponente e outros tantos indiretamente.

Operação Valor: R\$ 16.319.353,00
nº 40/00477 Beneficiário: ETRIP-EMPRESA DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS INDUSTRIAIS DO PARANÁ LTDA
Descrição:
O empreendimento financiado foi a implantação de aterro industrial mediante o financiamento de obras civis, aquisição de máquinas, equipamentos e veículos e capital de giro associado, na cidade de Três Lagoas-MS. Trata-se de empreendimento em município com tipologia estagnada, financiado na Linha de Financiamento de Desenvolvimento Industrial, com valor total de R\$ 23,5 milhões.
Benefícios:
Incremento da renda de cerca de R\$ 2.400 mil/ano; incremento na arrecadação de tributos de cerca de R\$ 2.768 mil/ ano, aumento no consumo de matéria-prima da própria região, valor médio de R\$ 852 mil/ano com energia elétrica, combustível, peças para reparo de máquinas/equipamentos, frete de terceiros, materiais administrativos e outros. Após a implantação, a unidade receberá resíduos perigosos (classe I) e não perigosos (classe II-A e II-B) de geradores industriais (supermercados, shopping centers, restaurantes, condomínios, construção civil, indústrias e outros) que estão estabelecidas em Três Lagoas e no MS.

Contratações no âmbito do PAC e Programa ABC – Conservação da Natureza para recuperação de áreas de reserva legal degradadas

No 1º semestre de 2012, não foram observadas na linha de financiamento de infraestrutura econômica para MGE operações contratadas no âmbito do Programa de

Aceleração do Crescimento (PAC), principalmente pela restrição ao financiamento aos projetos de geração, transmissão e distribuição de energia.

Também não foram registradas operações com vistas à regularização e recuperação de áreas de reserva legal e de prestação permanente degradadas na linha de financiamento para redução da emissão de gases de efeito estufa na agropecuária (Programa ABC), modalidade 1 – Conservação da Natureza.

Repasso de Recursos a Outras Instituições Financeiras

O artigo 9º da Lei 7.827/89, com redação dada pela Lei 10.177/2001, prevê que, *“observadas as diretrizes estabelecidas pelo MI, os bancos administradores poderão repassar recursos dos Fundos Constitucionais a outras instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, com capacidade técnica comprovada e com estrutura operacional e administrativa aptas a realizar, em segurança e no estrito cumprimento das diretrizes e normas estabelecidas, programas de financiamento especificamente criados com essa finalidade.”*

O Banco do Brasil firmou contrato com as instituições Banco de Brasília S.A.- BRB, Banco Cooperativo do Brasil - BANCOOB, Banco Cooperativo Sicredi S.A. - Sicredi, Agência de Fomento de Goiás S.A – Goiás Fomento, iniciando-se as transferências de recursos em novembro/2008. A partir de dezembro/2011, iniciaram-se as transferências para o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE. Em maio de 2012 foi assinado contrato com a Agência de Fomento do Estado do Mato Grosso S.A. - MT Fomento, porém sem contratações até 30.06.2012.

As contratações efetuadas por meio de repasse priorizam os segmentos de mini, micro e pequenos tomadores e abrangem os programas FCO Empresarial e FCO Rural, observada a Programação Anual de Financiamento. As operações contratadas pelas instituições operadoras estão demonstradas a seguir:

Quadro XXIX – Operações de Repasse

(R\$

Programas	mil)										Total	
	Bancoob		BRB		Goiás Fomento		Sicredi		BRDE			
	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor		
FCO Empresarial	-	-	7	2.113	5	1.983	9	711	3	2.962	24	7.768
Industrial	-	-	2	519	3	1.346	1	61	1	1.998	7	3.925
Infraestrutura	-	-	-	-	2	638	-	-	-	-	2	638
Turismo	-	-	1	1.100	-	-	-	-	-	-	1	1.100
Comércio e Serviços/CT&I	-	-	4	493	-	-	8	649	2	963	14	2.106
FCO Rural	52	5.742	-	-	-	-	49	4.129	1	255	102	10.125
Demais Rurais	52	5.742	-	-	-	-	49	4.129	1	255	102	10.125
Total	52	5.742	7	2.113	5	1.983	58	4.839	4	3.217	126	17.893

Posição: 30.06.2012; Fonte: SIGFCO – Sistema do BB

Embora o volume contratado seja relativamente pequeno, representa a concretização de mais uma ação no sentido de expandir as aplicações de recursos do FCO na Região.

II. Situação da Demanda

Demanda Total

No 1º semestre de 2012, das 42.955 propostas existentes no BB, 39.428 foram contratadas e 3.527 não foram passíveis de atendimento pela Instituição, resultando num percentual de atendimento de 91,8% das propostas acolhidas.

Quadro XXX – Situação das propostas: Contratadas x Não atendidas

Situação das Propostas:	DF		GO		MS		MT		Total	
	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor
Contratadas	3.781	321.512	17.455	1.110.671	7.432	640.626	10.760	937.763	39.428	3.010.572
Não Atendidas	57	72.510	1.938	1.811.563	525	884.021	1.007	791.572	3.527	3.559.666
Total	3.838	394.022	19.393	2.922.234	7.957	1.524.647	11.767	1.729.335	42.955	6.570.238

Posição: 30.06.2012

Fonte: Diretoria de Agronegócios / Diretoria Comercial - BB

O valor médio das operações contratadas foi de R\$ 76.356,18, enquanto que o das propostas não atendidas foi de R\$ 1.009.261,77.

No que diz respeito ao porte, as microempresas e miniprodutores rurais destacam-se em quantidade de operações contratadas, totalizando 18.359 operações sendo, 1.358 operações empresariais e 17.001 operações rurais.

As pequenas empresas e os pequenos produtores ficaram com as maiores pendências de contratação (1.708 operações) sendo, 159 operações empresariais e 1.549 operações rurais. Os grandes tomadores registram as maiores pendências de contratação quanto ao volume de recursos (R\$ 1.510,8 milhões).

Quadro XXXI – Situação das propostas por Programa e Porte

Situação das Propostas	Contratadas		Não Atendidas		Total	
	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
Programa						
FCO Empresarial	14.590	1.300.772	274	928.078	14.864	2.228.850
Industrial	2.387	379.906	97	683.694	2.484	1.063.600
Infraestrutura	48	29.860	14	59.427	62	89.287
Turismo	791	91.609	40	31.648	831	123.257
Com. e Serv./CT&I	11.364	799.397	123	153.309	11.487	952.706
FCO Rural	24.838	1.709.800	3.253	2.631.589	28.091	4.341.388
Pronaf	17.137	404.833	2	424	17.139	405.257
Pronaf-RA	1.223	18.922	-	-	1.223	18.922
Demais Rurais	6.478	1.286.045	3.251	2.631.164	9.729	3.917.209
Total Geral	39.428	3.010.572	3.527	3.559.666	42.955	6.570.238
Porte						
FCO Empresarial	14.590	1.300.772	274	928.078	14.864	2.228.850
Grande	37	178.687	41	736.627	78	915.314
Médio	428	168.959	25	63.558	453	232.517
Pequeno-médio	1.383	209.770	41	38.203	1.424	247.973
Pequeno	11.311	701.745	159	87.674	11.470	789.419

Mini/Micro	1.358	33.623	8	2.015	1.366	35.638
EI	49	219			49	219
Repasse	24	7.769	-	-	24	7.769
Pequeno	18	7.141			18	7.141
Mini/Micro	6	628			6	628
FCO Rural	24.838	1.709.800	3.253	2.631.589	28.091	4.341.389
Grande	111	171.028	261	774.198	372	945.226
Médio	405	187.775	581	522.946	986	710.721
Pequeno-médio	492	205.785	298	291.983	790	497.768
Pequeno	6.727	679.838	1.549	844.082	8.276	1.523.920
Mini/Micro	17.001	455.250	564	198.379	17.565	653.629
Repasse	102	10.124	-	-	102	10.124
Pequeno	41	5.323	-	-	41	5.323
Mini/Micro	61	4801	-	-	61	4.801
Total Geral	39.428	3.010.572	3.527	3.559.666	42.955	6.570.238

Posição: 30.06.2012

Fonte: Diretoria de Agronegócios / Diretoria Comercial – BB

As contratações realizadas no 1º semestre de 2012 estão detalhadas no item 4.1.I deste relatório.

Demanda Não Atendida

Das propostas recebidas no 1º semestre de 2012, 3.407 restaram pendentes de contratação e 120 foram indeferidas ou canceladas, de acordo com os quadros a seguir:

Quadro XXXII – Motivo de não atendimento de demandas por UF

Situação das Propostas	(Valores em R\$ mil)									
	DF		GO		MS		MT		TOTAL	
	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
Carta Consulta em Análise	1	281	1805	1.158.362	38	48.182	2	17.326	1846	1.224.150
Projeto em Elaboração	17	26.927	64	49.546	192	199.397	316	207.072	589	482.942
Propostas em Análise	17	28.737	40	147.684	125	366.051	325	299.980	507	842.452
Pendente de Documentação	1	200	4	5.485	93	203.811	164	90.701	262	300.197
Em Contratação	21	16.365	21	444.839	48	55.195	113	122.157	203	638.556
Indeferidas/Canceladas	-	-	4	5.648	29	11.384	87	54.337	120	71.369
Total de Propostas Apresentadas	57	72.510	1.938	1.811.563	525	884.021	1.007	791.572	3527	3.559.666

Posição: 30.06.2012

Fonte: Diretoria de Agronegócios / Diretoria Comercial – BB

Quadro XXXIII – Motivo de não atendimento de demandas por Programa

(Valores em R\$ mil)

Programas	Carta Consulta em Análise		Projeto em Elaboração		Propostas em Análise		Pendente de Documentação		Em Contratação		Indeferidas/Canceladas		Total de Propostas Apresentadas	
	Qtd	Vlr	Qtd	Vlr	Qtd	Vlr	Qtd	Vlr	Qtd	Vlr	Qtd	Vlr	Qtd	Vlr
Empresarial	10	20.204	70	77.925	111	258.118	3	4.583	79	566.648	1	598	274	928.078
Industrial	4	1.351	21	20.520	48	190.491	1	4.047	22	466.687	1	598	97	683.694
Infraestrutura	-	-	2	3.221	5	23.552	-	-	7	32.654	-	-	14	59.427
Turismo	2	1.765	14	10.153	13	9.816	-	-	11	9.914	-	-	40	31.648
Com. e Serv./CT&I	4	17.089	33	44.032	45	34.260	2	536	39	57.393	-	-	123	153.309
Rural	1.836	1.203.946	519	405.017	396	584.333	259	295.614	124	71.908	119	70.771	3.253	2.631.589
Pronaf-RA e Pronaf Demais	2	424	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	424
Demais Rurais	1.834	1.203.521	519	405.017	396	584.333	259	295.614	124	71.908	119	70.771	3.251	2.631.164
TOTAL	1.846	1.224.150	589	482.942	507	842.452	262	300.197	203	638.556	120	71.369	3.527	3.559.666

Posição: 30.06.2012

Fonte: Diretoria de Agronegócios / Diretoria Comercial - BB

Em termos de quantidade de operações não atendidas, o setor rural apresenta 92,2% e o setor empresarial 7,8%. Quanto ao volume de recursos, o setor rural representou 73,9% do montante não contratado no período e o setor empresarial apresentou 26,1%. O segmento com maior número de propostas pendentes foi o Demais Rurais, com 3.251 (92,2% do total), sendo também o de maior valor, com R\$ 2.631,2 mil (73,9% relativamente ao total não contratado).

Quadro XXXIV – Motivo de não atendimento de demandas por Porte

(Valores em R\$ mil)

Setor/ Porte	Carta Consulta em Análise		Projeto em Elaboração		Propostas em Análise		Pendente de Documentos		Em Contratação		Indeferidas/Canceladas		Total de Propostas Apresentadas	
	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor
Rural	1.836	1.203.946	519	405.017	396	584.333	259	295.614	124	71.908	119	70.771	3.253	2.631.589
Agricultor Familiar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mini	207	83.292	120	33.942	99	47.548	88	18.485	28	10.284	22	4.829	564	198.379
Pequeno	820	407.041	297	163.214	208	177.174	120	58.339	54	17.346	50	20.967	1.549	844.082
Pq-Médio	147	100.218	57	92.093	37	51.992	14	18.378	21	11.822	22	17.480	298	291.983
Médio	442	335.206	31	91.424	42	45.140	26	21.150	20	16.986	20	13.041	581	522.946
Grande	220	278.189	14	24.345	10	262.480	11	179.261	1	15.470	5	14.454	261	774.198
Empresarial	10	20.204	70	77.925	111	258.118	3	4.583	79	566.648	1	598	274	928.078
EI	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Micro	-	-	2	480	5	1.220	-	-	1	315	-	-	8	2.015
Pequeno	8	3.616	44	29.713	64	34.762	2	536	41	19.047	-	-	159	87.674
Pq-Média	-	-	11	9.101	19	18.179	-	-	11	10.923	-	-	41	38.203
Média	1	719	7	7.741	10	40.789	1	4.047	6	10.262	-	-	25	63.558
Grande	1	15.870	6	30.890	13	163.168	-	-	20	526.101	1	598	41	736.627
TOTAL	1.846	1.224.150	589	482.942	507	842.452	262	300.197	203	638.556	120	71.369	3.527	3.559.666

Posição: 30.06.2012

Fonte: Diretoria de Agronegócios / Diretoria Comercial - BB

No tocante ao porte dos tomadores de financiamentos, verifica-se que os pequenos produtores rurais apresentam maior número de propostas pendentes de contratação (1.549), seguidos dos médios produtores rurais (581). Em volume de recursos, os grandes

e médios produtores rurais, juntos, acumulam 36,4% do valor total não contratado no período.

A partir de outubro/2008 passou-se a controlar os principais motivos de indeferimento ou cancelamento das propostas de financiamento para subsidiar ações preventivas visando à diminuição ainda maior desses casos. Os resultados obtidos são os apresentados a seguir:

Quadro XXXV – Propostas indeferidas/canceladas: detalhamento

(Valores em R\$ mil)

UF / Motivos	Carta Consulta Indeferida		Cadastro /Limite de Crédito		Documentação Incompleta		Desistência		Proposta/Projeto Inviável		Indeferidas/ Canceladas		Total de Propostas Indeferidas	
	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
DF	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
GO	-	-	-	-	-	-	2	1.435	1	2.917	1	1.295	4	5.648
MS	3	1.404	-	-	-	-	16	4.568	5	2.463	5	2.950	29	11.384
MT	-	-	1	598	-	-	6	4.595	-	-	80	49.143	87	54.337
TOTAL	3	1.404	1	598	-	-	24	10.598	6	5.380	86	53.389	120	71.369

Posição: 30.06.2012

Fonte: Diretoria de Agronegócios e Diretoria Comercial - BB

III. Retornos de Operações de Financiamento

O quadro a seguir apresenta os retornos de capital dos financiamentos do FCO registrados no período, comparativamente à previsão inicial:

Quadro XXXVI – Retornos de capital

(R\$ mil)

1º sem/2012	Previsto	Realizado	%
Janeiro	199.498	188.098	94,3
Fevereiro	198.697	196.285	98,8
Março	201.894	199.626	98,9
Abril	197.559	203.915	103,2
Maiο	209.175	218.650	104,5
Junho	216.752	226.153	104,3
Totais	1.223.574	1.232.728	100,7

Posição: 30.06.2012

Fonte: Planilha Gerenciamento Financeiro

Os retornos de capital são redistribuídos às Unidades Federativas de acordo com os percentuais previstos na programação orçamentária do exercício. No período foram realizados 100,7% dos retornos previstos.

IV. Situação dos Recursos

O volume total de recursos do FCO atingiu, em 30.06.2012, R\$ 17.047,1 milhões. Os saldos de recursos aplicados nos financiamentos aos setores produtivos da Região Centro-Oeste somaram R\$ 16.981,8 milhões, correspondentes a 99,6% da dotação do Fundo. A disponibilidade financeira observada ao final do semestre foi de R\$ 72,0 milhões, representando 0,4% do montante de recursos do FCO.

Considerando as parcelas pendentes de liberação de operações contratadas até 30.06.2012, a disponibilidade orçamentária encerrou o 1º semestre de 2012 com déficit de R\$ 745,8 milhões. Os desembolsos serão administrados com o orçamento previsto para o exercício de 2012.

Quadro XXXVII – Situação dos recursos por UF

	(R\$ mil)				
	DF	GO	MS	MT	TOTAL
1. Recursos	1.749.383	5.934.017	3.969.246	5.394.299	17.046.945
2. Financiamentos	1.470.095	6.283.146	3.786.768	5.441.761	16.981.769
3. Disponibilidade Financeira (1-2)	279.288	(349.129)	182.478	(47.462)	65.175
4. Parcelas a Liberar	30.768	191.300	230.604	365.096	817.768
5. Disponibilidade Orçamentária (3-4)	248.520	(540.429)	(48.126)	(412.558)	(752.594)

Posição: 30.06.2012

Fonte: SIGFCO – Sistema do BB

V. Remuneração dos Recursos Disponíveis

Enquanto não desembolsados pelo BB aos tomadores de financiamentos, os recursos do FCO são remunerados pela taxa extramercado divulgada pelo BACEN, conforme o art. 4º da Lei 9.126, de 10.11.1995, com a redação dada pela Lei 10.177, de 12.01.2001. O BB creditou ao Fundo, no 1º semestre de 2012, o montante de R\$ 14,3 milhões correspondente à remuneração das disponibilidades do período.

VI. Remuneração dos Recursos Aplicados

Os recursos desembolsados em decorrência dos financiamentos concedidos aos beneficiários do Fundo são remunerados pelas taxas de juros pactuadas com os respectivos mutuários, deduzido o *del credere* do Banco, remuneração como Agente Financeiro.

O FCO registrou, no período em exame, receitas de R\$ 160,6 milhões, relativas aos encargos financeiros das operações contratadas com recursos do Fundo (deduzido o *del credere*), na forma estabelecida pelo art. 2º, da Lei 10.177, de 12.01.2001.

VII. Remuneração do Banco como Operador do Fundo – *Del Credere*

A título de *del credere* do Agente Financeiro, em função do risco de crédito assumido nas operações, o BB auferiu no 1º semestre de 2012 o valor de R\$ 389,1 milhões. A cobrança do *del credere* está regulamentada no § 4º inciso II do art. 9º-A da Lei 7.827, de 27.09.1989 e no § 2º do art 1º da Lei 10.177, de 12.01.2001.

VIII. Remuneração do Banco como Administrador do Fundo

Na forma do art 13 da MP 2.199-14, de 24.08.2001, cabe ao Banco do Brasil, como administrador do FCO, remuneração correspondente a 3% ao ano sobre o PL do Fundo, apropriada mensalmente e limitada, em cada exercício, a 20% do valor das transferências realizadas pelo TN.

Por outro lado, a MP 2.196, de 2001, facultou ao Banco Administrador a utilização dos recursos do Fundo como Patrimônio de Referência – Nível II (PR II) da Instituição. Nessa condição, as operações realizadas passam a ser contratadas com risco integral do Agente Financeiro. Ademais, diz o referido dispositivo legal que os valores utilizados deverão ser deduzidos do PL do Fundo para efeito de cálculo da taxa de administração.

Com a migração do controle de parte das operações de risco do FCO para contas de compensação, ocorrida em dezembro de 2010, o BB deixou de utilizar o volume dessa carteira como PR II. Assim, baseado na legislação vigente, o BB voltou a ter base de cálculo para cobrança da remuneração como Administrador do FCO, a partir do exercício de 2011. No 1º semestre de 2012, o valor da taxa de administração totalizou R\$ 4.718,7 mil.

IX. Situação da Carteira de Financiamentos

IX.1. Financiamentos – Programa e Unidade Federativa

O quadro a seguir apresenta o saldo da carteira de operações do FCO, em 30.06.2012, distribuída por Programa e Unidade Federativa.

Quadro XXXVIII– Saldos por programa e UF

	(R\$ mil)				
PROGRAMAS	DF	GO	MS	MT	TOTAL
EMPRESARIAL	852.448	2.107.016	1.232.835	1.725.758	5.918.058
Industrial	175.619	1.033.118	687.751	590.863	2.487.351
Infraestrutura	156.146	314.864	36.127	441.893	949.031
Turismo	65.071	131.447	70.472	95.721	362.711
Com. e Serv./CT&I	455.611	627.588	438.485	597.280	2.118.965
Empresarial-Repasse	14.237	4.507	3.243	4.320	26.307
RURAL	539.939	3.097.652	2.193.081	2.505.891	8.336.563
Desenv. Rural	511.530	2.997.883	1.900.461	2.334.981	7.744.855
ABC - Cons. Natureza	22.974	94.428	227.712	102.071	447.185
ABC – ILPF	-	-	-	-	-
Retenção de matrizes	-	-	39.552	16.021	55.573
PAPRA	5.435	5.341	25.356	52.818	88.950
PRONAF	63.384	1.044.074	352.507	1.193.963	2.653.928
Pronaf	54.008	1.002.769	241.815	1.001.534	2.300.126
Pronaf-RA	9.376	41.305	110.692	192.429	353.802
Rural-Repasse	87	29.897	5.101	11.828	46.914
Total Geral	1.470.095	6.283.146	3.786.768	5.441.761	16.981.769

Posição: 30.06.2012

Fonte: Caderno de Informações Gerenciais

Os saldos das operações rurais, no montante R\$ 11.037,4 milhões, correspondem a 65,0% da carteira de financiamentos do FCO. A carteira do setor empresarial apresenta o montante de R\$ 5.944,4 milhões, equivalente a 35,0% dos financiamentos totais. No FCO Empresarial, as atividades do segmento Industrial destacam-se com saldos na ordem de R\$ 2.487,4 milhões, enquanto no FCO Rural, a carteira da linha de financiamento de Desenvolvimento Rural encerrou o 1º semestre de 2012 com R\$ 7.744,9 milhões.

IX.2. Financiamentos – Porte e Unidade Federativa

A distribuição da carteira de financiamentos do FCO, em relação ao porte dos beneficiários, está demonstrada no quadro a seguir:

Quadro XXXIX -- Saldos por porte e UF

PORTE	(R\$ mil)				
	DF	GO	MS	MT	REGIÃO
Grande	395.012	1.753.521	1.555.824	1.886.387	5.590.743
Médio	257.521	1.618.976	693.175	995.607	3.565.280
Pequeno-médio	49.027	107.748	87.828	126.103	370.706
Pequeno	465.762	1.811.110	985.904	1.606.203	4.868.979
Mini/Micro	302.763	991.735	463.938	827.409	2.585.844
EI	10	56	99	51	217
Total	1.470.095	6.283.146	3.786.768	5.441.761	16.981.769

Posição: 30.06.2012

Fonte: Caderno de Informações Gerenciais

Os negócios com os tomadores de grande e médio porte respondem por 53,9% dos saldos da carteira em 30.06.2012, atingindo a cifra de R\$ 9.156,0 milhões.

IX.3. Financiamentos Alongados – Lei 9.138/1995 e 10.437/2002

A carteira de financiamento das operações objeto de alongamento nos termos da Lei 9.138/95 e 10.437/2002 (securitização I e II) apresentou saldo de R\$ 714,5 milhões ao final 1º semestre de 2012, conforme demonstra o quadro a seguir, por Unidade Federativa e Programa. Ao final do mesmo semestre do ano anterior, esse montante era de R\$ 681,6 milhões:

Quadro XL - Securitização

PROGRAMAS	(R\$ mil)				
	DF	GO	MS	MT	REGIÃO
PAPRA	45	-	6.875	2.393	9.313
Custeio	26	-	217	-	244
Investimento	18	-	6.658	2.393	9.069
RURAL	228.514	181.906	145.409	149.345	705.174
Custeio	-	-	-	310	310
Investimento	228.514	181.906	145.409	149.036	704.865
TOTAL	228.558	181.906	152.284	151.739	714.487

Posição: 30.06.2012

Fonte: SIGFCO – Sistema do BB

IX.4. Financiamentos Renegociados – PESA

Aos titulares de operações rurais contratadas até 20.06.1995, em qualquer situação, ou contratadas entre 20.06.1995 e 31.12.1997, sujeitas a encargos financeiros pós-fixados, foi facultado renegociar os débitos nos moldes da Resolução CMN n.º 2.471, de 26.02.1998, alternativamente às condições previstas no art 3º da Lei 10.177, de 2001.

Trata-se de renegociação ao amparo do Programa Especial de Saneamento dos Ativos – PESA, em que o mutuário adquire Certificados do Tesouro Nacional – CTN e os oferece ao Banco credor como garantia de pagamento da dívida renegociada.

No 1º semestre de 2012, os saldos das operações renegociadas ao abrigo do PESA somaram R\$ 72,6 milhões, conforme espelha o quadro a seguir. Ao final do mesmo semestre do ano anterior, esse montante era de R\$ 69 milhões:

Quadro XLI - PESA

UF	Saldos	(R\$ mil)	(%)
Distrito Federal	5.392		7,4
Goiás	24.805		34,2
Mato Grosso do Sul	8.810		12,1
Mato Grosso	33.605		46,3
TOTAL	72.611		100,0

Posição: 30.06.2012
Fonte: SIGFCO – Sistema do BB

IX.5. Financiamentos Renegociados – Lei 10.177/2001

A Lei 10.177, de 12.1.2001, permitiu a substituição dos encargos financeiros das operações em estoque para as novas taxas de juros prefixadas. Além disso, autorizou a renegociação, prorrogação e composição das dívidas realizadas com recursos do Fundo, contratadas até 31.12.1998.

A Lei autorizou que fossem acrescidos até 10 anos ao prazo final das operações, estabelecendo-se novo cronograma de amortização, de acordo com a capacidade de pagamento do devedor. O prazo para formalização das renegociações estendeu-se até 30.10.2003, conforme art 11 da Lei 10.696/2003, regulamentada pela Resolução CMN n.º 3.115/2003.

Ao final do 1º semestre de 2012, o saldo das operações renegociadas ao amparo da Lei 10.177/2001, foi de R\$ 52,1 milhões, correspondentes a 661 operações, conforme quadro a seguir:

Quadro XLII – Renegociações por UF e Linha de Financiamento

(R\$ mil)

UF	Pronaf	Desenv. Rural	Industrial	Turismo	Infraestrutura	TOTAL
DF						
Quantidade	-	40	1	-	-	41
Valor	-	12.212	1.078	-	-	13.290
GO						
Quantidade	9	228	8	3	-	248
Valor	36	8.259	5.568	319	-	14.182
MS						
Quantidade	8	85	4	3	-	100
Valor	31	4.806	1.123	1.534	-	7.494
MT						
Quantidade	61	205	5	1	-	272
Valor	279	15.263	1.359	183	-	17.084
Quantidade Total	78	558	18	7	-	661
Valor Total	346	40.540	9.129	2.035	-	52.050

Posição: 30.06.2012

Fonte: SIGFCO – Sistema do BB

Do estoque das operações renegociadas, o sector rural, representado pela linha de financiamento de Desenvolvimento Rural, tem a maior participação, com 558 operações, 84,4% da quantidade, e valor de R\$ 40,5 milhões, correspondentes a 77,9% do saldo devedor. Relativamente ao porte dos mutuários, a situação no final do semestre está representada no quadro a seguir:

Quadro XLIII – Renegociações por UF e Porte

(R\$ mil)

UF	Grande	Médio	Pequeno-médio	Pequeno	Mini/Micro	EI	Total
DF							
Quantidade	4	21	-	15	1	-	41
Valor	2.131	8.287	-	2.846	26	-	13.290
GO							
Quantidade	10	85	-	105	48	-	248
Valor	4.525	5.300	-	3.993	363	-	14.182
MS							
Quantidade	7	43	-	37	13	-	100
Valor	538	4.199	-	2.585	173	-	7.494
MT							
Quantidade	33	74	-	75	90	-	272
Valor	10.263	3.846	-	2.374	600	-	17.084
Quantidade Total	54	223	-	232	152	-	661
Valor Total	17.458	21.632	-	11.797	1.162	-	52.050

Posição: 30.06.2012

Fonte: SIGFCO – Sistema do BB

O MT detém a maior quantidade de contratos (272), 41,1% do total, bem como o volume, R\$ 17,1 milhões (32,8%).

IX.6. Prorrogações Concedidas no 1º Semestre de 2012

No 1º semestre de 2012, foram prorrogadas 1.983 operações com recursos do FCO Rural e 11 do FCO Empresarial, conforme autorização concedida pelo Condell no âmbito da Programação 2012, correspondendo ao volume de R\$ 41,3 milhões (R\$ 30,7 milhões no Segmento Rural e R\$ 10,6 milhões no Segmento Empresarial).

Quadro XLIV – Prorrogações do FCO

	(R\$ mil)				
	DF	GO	MS	MT	TOTAL
Linha de Financiamento					
Desenvolvimento Rural	-	1.659	1.564	1.940	5.163
Pronaf	263	985	833	368	2.449
Pronaf RA	82	1.892	1.333	19.766	23.073
Comércio e Serviços	-	-	-	2.109	2.109
Desenvolvimento Industrial	-	4.239	-	-	4.239
Infraestrutura	-	4.279	-	-	4.279
	345	13.054	3.729	24.183	41.312
Porte					
Demais	-	9.482	1.271	1.332	12.085
Pequeno	224	1.493	595	2.934	5.246
Mini/Micro	121	2.079	1.864	19.918	23.981
	345	13.054	3.729	24.183	41.312
Risco de Crédito					
100% BB	263	11.162	2.397	4.417	18.239
100% FCO	82	1.892	1.333	19.766	23.073
	345	13.054	3.729	24.183	41.312

Posição: 30.06.2012

Fonte: Diretoria de Agronegócios / Diretoria Comercial BB

O Banco não apresentou, durante o 1º semestre de 2012, operações de risco integral do Fundo ou compartilhado liquidadas pelo equivalente financeiro do valor dos bens passíveis de penhora, na forma especificada pelos arts. 15-B e 15-C da Lei nº 7.827, de 27.09.1989, com redação dada pela Lei nº 11.945, de 04.06.2009.

IX.7. Financiamentos por Encargos Pactuados

A tabela a seguir demonstra o saldo da carteira do FCO por faixa de encargos pactuados. As operações com taxas pós-fixadas correspondem a estoque remanescente apenas, cujos valores decrescem com o tempo, por não haver novas contratações nessa modalidade de encargos. Quanto às operações contratadas com taxas prefixadas, observa-se o predomínio, em quantidade, daquelas contratadas à taxa de 2% a.a. (Pronaf) e, em volume contratado, predominam as contratadas na faixa de 7,25% a.a.

Quadro XLV – Financiamentos por Encargos Pactuados

Encargos Pactuados	Qtde	Total (R\$ mil)
2,00%	145.665	2.241.061
4,00%	9.670	116.938
5,00%	28.768	1.055.603
6,75%	23.910	1.524.512
7,25%	16.411	2.804.351
8,25%	47.094	2.195.602
8,50%	3.818	2.283.239
9,50%	5.565	1.110.341
10,00%	1.266	2.739.262
Comissão de Permanência	15.760	182.002
IGPDI + 8%	1	7
TJLP	3.549	31.980
TJLP + 6%	5	227
VPM + 3%	6.436	696.644
TOTAL	307.918	16.981.769

Posição: 30.06.2012

Fonte: SIGFCO – Sistema do BB

A quantidade total de financiamentos/contratos constante da carteira do FCO é de 277,2 mil operações. O quantitativo de 307,9 mil demonstrados no Total Quadro XLV, inclui os respectivos subcontratos nos quais se dividem algumas operações em função de programas, finalidades ou encargos financeiros incidentes.

IX.8. Financiamentos – Risco de Crédito

Com a edição da MP 2.196/2001, que dispôs sobre o Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais, o risco dos financiamentos contratados até 30.11.1998 foi assumido pelo FCO. Em consequência, o *del credere* do Agente Financeiro ficou reduzido a zero. A legislação citada também facultou o repasse dos recursos do Fundo ao Banco Administrador para que este realize operações de financiamento em seu nome próprio e com risco exclusivo, com *del credere* limitado a 6% ao ano.

Em decorrência daquele dispositivo legal, a carteira de financiamentos do Fundo passou a apresentar quatro grupamentos de riscos diferentes, a saber: operações contratadas até 30.11.1998 – risco 100% FCO; operações contratadas entre 01.12.1998 e 30.06.2001 – risco compartilhado (50% FCO e 50% BB); operações contratadas a partir de 01.07.2001 – risco 100% BB e operações contratadas ao amparo do Programa PAPRA – Risco 100% Procera.

O quadro a seguir apresenta resumo da classificação da carteira por modalidade de risco:

Quadro XLVI – Carteira por risco

(R\$ mil)			
Detentor do Risco	% do risco	Valor da Carteira	Participação (%)
Banco do Brasil	100%	15.393.429	90,65
Compartilhado	50%	35.713	0,21
FCO	100%	1.463.677	8,62
PROCERA / PAPRA	100%	88.950	0,52
TOTAL		16.981.769	100,0

Posição: 30.06.2012
Fonte: SIGFCO – Sistema do BB

Risco 100% BB

Diante da prerrogativa dada pela MP 2.196/2001, o BB passou a considerar os recursos do FCO como PR II, por esse motivo o risco das operações contratadas, a partir de 1º de julho de 2001, é integralmente do BB, que percebe, a título de compensação, *del credere* correspondente a 6% ao ano. A tabela seguinte apresenta a carteira de risco 100% do BB, por programa e UF:

Quadro XLVII – Carteira com risco BB

PROGRAMAS	(R\$ mil)				
	DF	GO	MS	MT	TOTAL
Empresarial	864.737	2.097.440	1.230.541	1.728.518	5.921.236
Industrial	179.526	1.022.043	684.199	591.358	2.477.126
Infraestrutura	157.977	315.195	36.082	441.893	951.146
Turismo	66.520	130.348	68.966	95.632	361.465
Com. e Serv./CT&I	460.715	629.855	441.294	599.635	2.131.499
Rural	322.191	3.854.489	2.203.257	3.092.257	9.472.193
Desenv. Rural	249.890	2.792.045	1.779.595	2.141.888	6.963.418
ABC-Cons. natureza	22.969	94.935	227.878	102.070	447.853
ABC- ILPF	-	-	-	-	-
Retenção de matrizes	-	-	-	-	-
Pronaf	49.331	967.509	195.784	848.298	2.060.922
TOTAL	1.186.928	5.951.929	3.433.798	4.820.774	15.393.429

Posição: 30.06.2012
Fonte: SIGFCO – Sistema do BB

Risco Compartilhado – 50% BB e 50% FCO

Por força do disposto no art. 6º da Lei n.º 10.177, de 12.01.2001, o risco das operações contratadas entre 01.12.1998 e 30.06.2001 passou a ser compartilhado entre o BB e FCO, à razão de 50%, e o *del credere* do Agente Financeiro foi reduzido à 3% ao ano. Os financiamentos do Pronaf – RA, entretanto, não seguiram esse dispositivo legal, ficando com risco integral do Fundo, nos termos do art. 7º da Lei 9.126/95.

O saldo da carteira de risco compartilhado totalizou ao final do 1º semestre de 2012, R\$ 35,7 milhões, equivalentes a 0,2% do valor da carteira total. O quadro a seguir

apresenta o saldo da carteira de operações contratadas com risco compartilhado, por Programa e UF:

Quadro XLVIII – Carteira com risco compartilhado

PROGRAMAS						(R\$ mil)
	DF	GO	MS	MT	TOTAL	
Empresarial	77	1.353	5	-	1.436	
Industrial	77	71	5	-	154	
Infraestrutura	-	-	-	-	-	
Turismo	-	1.282	-	-	1.282	
Com. e Serv./CT&I	-	-	-	-	-	
Rural	3.411	12.975	3.550	14.342	34.277	
Pronaf-RA e Pronaf Demais	11	61	2	73	147	
Demais Rurais	3.399	12.914	3.548	14.269	34.130	
Total Geral	3.488	14.328	3.556	14.342	35.713	

Posição: 30.06.2012;

Fonte: SIGFCO – Sistema do BB

Risco 100% FCO

Por força da MP 2.196/2001, o risco das operações contratadas até 30.11.1998 - à exceção das operações realizadas ao abrigo do PAPRA, que o risco é do PROCERA - e aquelas contratadas no Pronaf RA é 100% do FCO. No período em exame, os saldos dos financiamentos com risco 100% do FCO totalizaram R\$ 1.463,7 milhões. A tabela seguinte apresenta a carteira distribuída por Programa e UF:

Quadro XLIX – Carteira com risco FCO

PROGRAMAS						(R\$ mil)
	DF	GO	MS	MT	TOTAL	
Empresarial	1.872	12.729	5.532	1.560	21.693	
Industrial	1.872	12.448	3.953	1.377	19.650	
Infraestrutura	-	-	45	-	45	
Turismo	-	280	1.534	183	1.997	
Com. e Serv./CT&I	-	-	-	-	-	
Rural	272.374	298.818	318.526	552.267	1.441.984	
Pronaf-RA e Pronaf Demais	14.042	76.504	156.721	345.592	592.859	
Demais Rurais	258.332	222.314	161.805	206.675	849.125	
TOTAL GERAL	274.245	311.547	324.058	553.826	1.463.677	

Posição: 30.06.2012

Fonte: SIGFCO – Sistema do BB

Do total de R\$ 1.463,7 milhões de operações da carteira com risco 100% do FCO, R\$ 787,1 milhões representa o saldo das operações renegociadas ao amparo do PESA (R\$ 72,6 milhões) e das operações alongadas/securitizadas com base nas Leis 9.138/95 e 10.437/2002 (R\$ 714,5 milhões).

Risco 100% PROCERA

As operações no âmbito do PAPRA, contratadas com recursos do FCO, somam R\$ 88,9 milhões. Os riscos desses financiamentos são suportados integralmente pelo PROCERA, conforme determina a Portaria Interministerial nº 218, de 27.08.1992.

IX.9. Financiamentos da Reforma Agrária

O art. 7º da Lei 9.126, de 10.11.1995, com a redação dada pelas Leis 10.186, de 12.2.2001 e 12.249, de 11.06.2010, estabelece que o Banco Administrador destine 10% dos recursos do Fundo para o financiamento a assentados e colonos nos programas oficiais de assentamento, colonização e reforma agrária aprovados pelo Incra e a beneficiários do Fundo de Terras e da Reforma Agrária – Banco da Terra.

O dispositivo legal supracitado dispõe ainda que os contratos de financiamento de projetos de estruturação inicial dos assentados, colonos ou beneficiários do Fundo de Terras serão realizados com risco do Fundo Constitucional, observadas as condições definidas pelo CMN.

Com o advento da Resolução CMN n.º 2.629, de 10.8.1999, os colonos e assentados beneficiários dos programas de assentamento, colonização e reforma agrária passaram a ser assistidos com recursos do FCO ao abrigo do Pronaf – Grupo “A”, com risco para o FCO.

Anteriormente à edição da Resolução acima, os financiamentos eram realizados ao amparo do PAPRA, com risco do PROCERA.

A carteira de financiamentos dos programas oficiais de reforma agrária encerrou o semestre com saldo na ordem de R\$ 443,7 milhões, sendo R\$ 88,9 milhões com o PAPRA e R\$ 353,8 milhões com o Pronaf RA.

IX.10. Financiamentos – Vencimento

A inadimplência observada ao final do 1º semestre de 2012 foi de 4,5%, considerando o valor das parcelas vencidas dos financiamentos pelo saldo da carteira.

O demonstrativo a seguir apresenta o saldo da carteira, segregado em parcelas vencidas e vincendas ao final do 1º semestre de 2012, por UF:

Quadro L – Saldos vincendos e vencidos (por parcela)

SITUAÇÃO	(R\$ mil)									
	DF	%	GO	%	MS	%	MT	%	TOTAL	%
Vincendo	1.279.529	87,0	6.134.751	97,6	3.623.530	95,7	5.180.155	95,2	16.217.965	95,5
Vencido	190.566	13,0	148.395	2,4	163.238	4,3	261.605	4,8	763.804	4,5
TOTAL	1.470.095	100	6.283.146	100	3.786.768	100	5.441.761	100	16.981.769	100

Posição: 30.06.2012

Fonte: SIGFCO – Sistema do BB

Os saldos das parcelas em atraso atingiram R\$ 763,8 milhões ao final do período. Proporcionalmente aos valores financiados em cada UF, o DF e o MT registraram os maiores percentuais de parcelas em atraso, 13,0% e 4,8%, respectivamente. O GO, com 2,4% de parcelas vencidas, apresentou a menor proporção de saldos em atraso.

Em relação à inadimplência do DF, o setor rural concentra a maioria das parcelas vencidas R\$ 185,6 milhões (97,4%), destes R\$ 173,2 milhões referem-se a linha de desenvolvimento rural (90,9%) e R\$ 180,4 milhões são de operações com risco Fundo (94,6%).

Se considerar a prática adotada pelo mercado financeiro para o cálculo na inadimplência, onde o saldo total do financiamento é considerado em atraso quando do vencimento de qualquer parcela, o índice se eleva de 4,5% para 7,1%. O quadro a seguir demonstra os resultados por UF, nesta sistemática de apuração.

Quadro LI – Saldos vincendos e vencidos (pelo saldo total)

SITUAÇÃO	DF		GO		MS		MT		TOTAL	
	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%
Vincendo	1.228.106	83,5	6.045.285	96,2	3.480.301	91,9	5.023.878	92,3	15.777.569	92,9
Vencido	241.989	16,5	237.861	3,8	306.467	8,1	417.883	7,7	1.204.200	7,1
TOTAL	1.470.095	100	6.283.146	100	3.786.768	100	5.441.761	100	16.981.769	100

Posição: 30.06.2012

Fonte: SIGFCO – Sistema do BB

Considerando o risco de crédito das operações, com base nas parcelas vencidas, conforme quadro a seguir, a inadimplência das operações de risco exclusivo do BB registrou 0,5%; de risco compartilhado (BB e FCO), 1,4%; de risco do FCO, 43,3%; e de risco Procera, 62,5%.

Quadro LII – Inadimplência por Risco (por parcela)

Risco de crédito	R\$ mil			(% Atraso)
	Vincendo	Vencido	Total	
Risco 100% do BB	15.320.045	73.385	15.393.430	0,5
Risco 100% do FCO	829.366	634.311	1.463.677	43,3
Risco Compartilhado	35.204	510	35.713	1,4
Risco PROCERA	33.351	55.599	88.950	62,5
TOTAL	16.217.965	763.804	16.981.769	4,5

Posição: 30.06.2012

Fonte: SIGFCO – Sistema do BB

Há de se ressaltar que as carteiras com maiores índices de inadimplência (risco Procera e risco FCO) se referem unicamente a estoques de operações remanescentes, não havendo novas contratações para renovação da carteira, o que explica em boa medida os descolamentos dos índices das demais carteiras.

Modificada a visão para a prática adotada pelo mercado financeiro, a inadimplência das operações de risco PROCERA se elevaria a 93,6%, do FCO para 55,4%, com variação de 49,7% e de 27,8% em relação à metodologia de parcelas vencidas, conforme demonstra o quadro a seguir:

Quadro LIII – Inadimplência por Risco (pelo saldo total)

Risco de Crédito	(R\$ mil)			
	Vencendo	Vencido	Total	(%) Atraso
Risco 100% do BB	15.085.268	308.161	15.393.430	2,0
Risco 100% do FCO	652.660	811.016	1.463.676	55,4
Risco Compartilhado	33.917	1.796	35.713	5,0
Risco PROCERA	5.724	83.226	88.950	93,6
TOTAL	15.777.570	1.204.200	16.981.769	7,1

Posição: 30.06.2012

Fonte: SIGFCO – Sistema do BB

A cobrança das dívidas lastreadas com recursos do FCO, independentemente do detentor do risco de crédito (BB, FCO, BB/FCO, Procera) está a cargo do Banco do Brasil, tanto na esfera administrativa quanto na judicial.

Deste modo, as ações de cobrança dessas dívidas seguem os mesmos critérios e procedimentos adotados para as demais operações de risco do BB, como, por exemplo, a realização de notificações de vencimento, cobrança administrativa e, em ultimo caso, a execução judicial.

Também podem ocorrer prorrogações das dívidas quando o motivo da inadimplência decorre de fatos alheios à vontade e diligência do tomador ou outros eventos previstos no MCR 2-6-9 e, também, nos casos de medidas específicas regulamentadas pelo CMN.

No tocante às dívidas repactuadas ao amparo da Lei 9.138 (Resolução 2.238 - Securitização e Resolução 2.471 - Pesa) toda e qualquer renegociação destas operações decorre de medidas específicas definidas em leis e/ou resoluções, aplicando-se as mesmas condições de repactuação para todas as operações da espécie, independentemente do detentor do risco ou fonte de recursos (Banco, FCO ou TN). No momento, as medidas específicas de renegociação para as operações de riscos do BB ou do FCO são cobrança administrativa e as ações judiciais regulamentares.

As operações de securitização com recursos mixados de risco FCO/TN ainda se encontram em análise no MI e PGFN, no que diz respeito à impossibilidade de cobrança da parcela do FCO quando a parcela de risco TN está inscrita em Dívida Ativa da União - DAU, vez que se trata de um mesmo instrumento de crédito. O assunto foi submetido à PGFN. A STN manifestou-se incompetente para dizer sobre o assunto. A PGFN concorda em efetuar a cobrança da parcela do FCO juntamente com a parcela do TN, mas, para isso, entende necessária a realização de ajustes na legislação nesse sentido. Fato é que não se avançou muito na solução desse tema permanecendo as dificuldades operacionais e jurídicas para a cobrança judicial dessa parcela da dívida de risco do FCO com prováveis riscos para o Banco e para o Fundo.

Da leitura do quadro a seguir, nota-se que, proporcionalmente aos valores financiados, o segmento rural registra o maior percentual de parcelas em atraso, 6,6%.

Quadro LIV – Inadimplência por modalidade

Modalidade	(R\$ mil)			
	Vincendo	Vencido	Total	(%) Atraso
Empresarial	5.905.670	38.694	5.944.364	0,65
Rural	10.312.295	725.110	11.037.405	6,57
TOTAL	16.217.965	763.804	16.981.769	4,50

Posição: 30.06.2012

Fonte: SIGFCO – Sistema do BB

Desconsiderada a carteira relativa ao PROCERA, o cenário da inadimplência na área de abrangência do FCO, por UF, passa a ser a seguinte:

Quadro LV – Inadimplência sem o Procera

SITUAÇÃO	(R\$ mil)									
	DF	%	GO	%	MS	%	MT	%	TOTAL	%
Vincendo	1.277.654	87,2%	6.131.525	97,7%	3.610.809	96,0%	5.164.626	95,8%	16.184.614	95,8%
Vencido	187.007	12,8%	146.279	2,3%	150.603	4,0%	224.316	4,2%	708.205	4,2%
TOTAL	1.464.661	100%	6.277.805	100%	3.761.412	100%	5.388.942	100%	16.892.819	100%

Posição: 30.06.2012

Fonte: SIGFCO – Sistema do BB

Com esta configuração, o DF se mantém com o maior índice de operações com parcelas vencidas (12,8%) e o GO segue com o menor índice de inadimplimento (2,3%).

As parcelas vencidas dos financiamentos apresentaram o seguinte quadro por tempo de atraso:

Quadro LVI – Percentual de participação por faixa de vencimento

Faixa de Vencimento	(R\$ mil)	
	Saldos	(%)
01 a 30 dias	16.345	2,1
31 a 60 dias	11.551	1,5
61 a 90 dias	8.931	1,2
91 a 120 dias	8.946	1,2
121 a 150 dias	20.881	2,7
151 a 180 dias	8.545	1,1
Vencido acima de 180 dias	688.607	90,2
Total Geral	763.804	100,0

Posição: 30.06.2012

Fonte: SIGFCO – Sistema do BB

Observa-se que o maior volume de recursos se concentra na faixa de operações vencidas acima de 180 dias. De acordo com a Resolução 2.682/99 e a Portaria Interministerial n.º 11/2005, as operações com esse prazo de vencimento devem ser transferidas para prejuízo, com o correspondente débito da provisão, após decorridos seis meses da sua classificação nessa faixa, não sendo admitido o registro em período inferior.

Inadimplência por UF

O saldo de operações vencidas ao final do 1º semestre de 2012 totalizou R\$ 763,8 milhões, sendo a UF MT responsável pelo maior percentual desse montante – 34,3%, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Quadro LVII – Inadimplência por UF
(R\$ mil)

UF	Operações Vencidas	
	Valor	%
DF	190.566	24,9
GO	148.395	19,4
MS	163.238	21,4
MT	261.605	34,3
Total Geral	763.804	100,0

Posição: 30.06.2012

Fonte: SIGFCO – Sistema do BB

X. Perdas

No período em exame, foram transferidos para perdas R\$ 106,6 milhões, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Quadro LVIII – Perdas contabilizadas no período

Risco Crédito	Saldo Transferido	Saldo Assumido pelo BB	Saldo Assumido Pelo FCO
Risco 100% do BB	101.962	101.962	-
Risco Compartilhado	1.782	891	891
Risco 100% do FCO	2.883	-	2.883
TOTAL	106.627	102.853	3.774

Posição: 30.06.2012

Fonte: SIGFCO – Sistema do BB

Do montante transferido para perdas, foram debitados ao FCO R\$ 3,8 milhões referentes às perdas por assunção do risco próprio, sendo o restante, R\$ 102,9 milhões, reembolsados ao Fundo pelo BB, valores esses que integraram as disponibilidades para novas aplicações.

Durante o 1º semestre de 2012, foi recuperado para o Fundo o montante de R\$ 9,9 milhões – referente a operações de risco FCO, sendo R\$ 2,8 milhões de risco compartilhado e R\$ 7,1 milhões de risco Fundo, já baixadas para prejuízo.

XI. Operações Ajuizadas

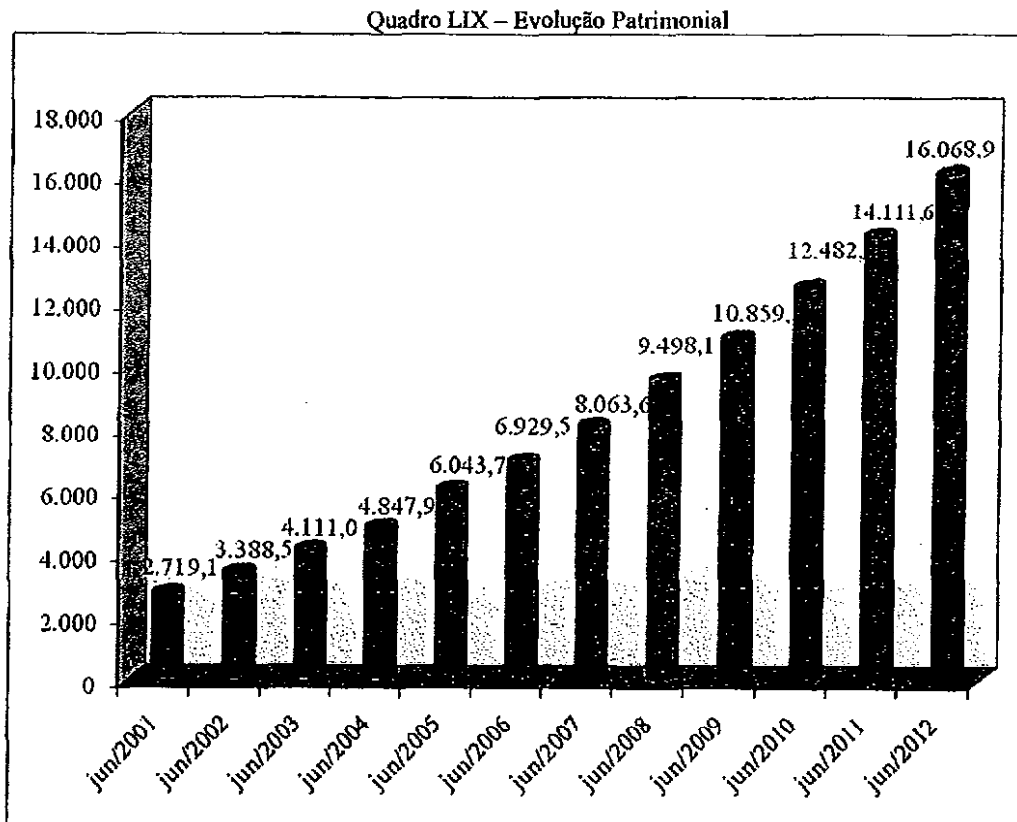
A carteira de financiamentos do Fundo possui 277,2 mil operações em ser ao final do período em avaliação. No 1º semestre de 2012, foram ajuizadas ações de cobrança pelo Banco para 311 operações, um incremento de 75,7% em relação ao 1º semestre de 2011 (177 operações). No que se refere ao volume de recursos foram ajuizados no 1º semestre de 2012 o total de R\$ 140,8 milhões, um incremento de 64,9% em relação ao mesmo período do ano anterior (R\$ 85,4 milhões).

XII. Rebates / Bônus de Adimplência

No 1º semestre de 2012, foram concedidos aos beneficiários, a título de rebates sobre encargos financeiros e bônus de adimplência, benefícios nos montantes de R\$ 5,5 milhões e R\$ 56,1 milhões, respectivamente. Os valores respectivos relativos ao mesmo período do ano anterior foram R\$ 6,6 milhões e R\$ 72,3 milhões.

XIII. Patrimônio Líquido - PL

Em 30.06.2012, o Patrimônio Líquido - PL do FCO atingiu o montante de R\$ 16.068,9 milhões, apresentando um incremento de 13,9% em relação ao mesmo período do ano anterior (R\$ 14.111,6 milhões). O patrimônio do Fundo compõe-se das transferências de exercícios anteriores (R\$ 12.656,4 milhões), do superávit acumulado até junho/2012 (R\$ 2.471,2 milhões) e das transferências do 1º semestre de 2012 (R\$ 941,3 milhões).



Fonte: SIG FCO - Sistema do BB

XIV. Geração de Empregos

No 1º semestre de 2012, estima-se que os financiamentos com recursos do FCO permitiram a criação ou manutenção de 314,8 mil postos de trabalho, sendo 117,2 mil diretos e 197,5 mil indiretos, conforme demonstra o quadro a seguir, por UF e programa de financiamento:

Quadro LX – Geração de Empregos

Programas	Empregos Gerados	DF	GO	MS	MT	TOTAL
EMPRESARIAL						
Industrial	Diretos	2.433	6.356	2.163	4.380	15.332
	Indiretos	4.393	11.059	3.799	7.203	26.454
Infraestrutura	Diretos	24	143	12	157	336
	Indiretos	21	139	12	128	300
Turismo	Diretos	1.088	817	518	646	3.069
	Indiretos	899	691	441	555	2.586
Com. e Serv./CT&I	Diretos	5.385	6.182	4.557	5.863	21.987
	Indiretos	10.068	11.106	7.939	10.591	39.704
Empresarial-Repasse	Diretos	76	55	37	18	186
	Indiretos	35	73	32	9	149
Total Empresarial	Diretos	9.006	13.553	7.287	11.064	40.910
	Indiretos	15.416	23.068	12.223	18.486	69.193
RURAL						
Desenvolvimento Rural	Diretos	1.218	14.925	7.855	12.801	36.799
	Indiretos	2.194	27.278	14.050	22.791	66.313
ABC-Cons. Natureza	Diretos	69	635	346	1.259	2.309
	Indiretos	125	1.117	608	2.191	4.041
ABC-ILPF	Diretos	-	-	-	-	-
	Indiretos	-	-	-	-	-
Retenção de Matrizes	Diretos	-	-	228	154	382
	Indiretos	-	-	406	276	682
PRONAF						
PRONAF	Diretos	724	13.719	3.047	13.403	30.893
	Indiretos	1.082	20.099	4.528	19.797	45.506
PRONAF-RA	Diretos	66	706	4.157	935	5.864
	Indiretos	132	1.412	8.314	1.870	11.728
Rural-Repasse	Diretos	-	68	13	6	87
	Indiretos	-	50	16	18	84
Total Rural	Diretos	2.077	30.053	15.646	28.558	76.334
	Indiretos	3.533	49.952	27.922	46.943	128.354
SUBTOTAL	Diretos	11.083	43.606	22.933	39.622	117.244
	Indiretos	18.949	73.024	40.145	65.429	197.547
TOTAL GERAL		30.032	116.630	63.078	105.051	314.791

Posição: 30.06.2012

Fonte: Caderno de Informações Gerenciais

As atividades do setor rural possibilitaram a geração ou manutenção de 204,7 mil postos de trabalho, equivalentes a 65,0% do total contabilizado no período.

No total o GO, com 116,6 mil novos empregos diretos e indiretos, foi o que apresentou maior número dentre as Unidades Federativas, com 37,0% do total. Em seguida destacou-se o MT, com 105,1 mil.

O número de empregos diretos e indiretos gerados no 1º semestre de 2012 aumentou 39,3% em relação ao total apurado no mesmo período de 2011 (225,9 mil). Verificou-se incremento de 37,1% no número de empregos gerados no DF, 21,5% no GO, 35,3% no MS e 71,2% no MT.

O demonstrativo adiante apresenta a relação entre o valor financiado e a geração ou manutenção de empregos diretos na Região, por Unidade Federativa:

Quadro LXI – Valor financiado x Empregos gerados

UF	Valor Financiado (R\$ mil)	Empregos Diretos (Qtde)	Valor Médio (R\$ mil)
DF	321.512	11.083	29,0
GO	1.110.671	43.606	25,5
MS	640.626	22.933	27,9
MT	937.763	39.622	23,7
Total	3.010.572	117.244	25,7

Posição: 30.06.2012

Fonte: SIGFCO – Sistema do BB x Caderno de Informações Gerenciais

O valor médio investido para geração ou manutenção de um emprego direto na Região situou-se em R\$ 25,7 mil. Por UF, a média mais elevada foi registrada no DF (R\$ 29,0 mil), enquanto os estados de MT e GO apresentaram os menores valores médios por aplicação para geração ou manutenção de um emprego (R\$ 23,7 mil e R\$ 25,5 mil, respectivamente).

XV. Fiscalização, Controle e Auditoria

Auditoria

Em observância aos arts. 70 e 71 da Constituição Federal e aos arts. 19 e 20 da Lei 7.827/89 e instruções específicas, o Banco do Brasil promove:

- anualmente, a prestação de contas ao Tribunal de Contas da União - TCU, previamente auditada pela Secretaria Federal de Controle Interno – SFCI, vinculada à Controladoria Geral da União - CGU, Órgão da Presidência da República - PR;
- mensalmente, a remessa de relatórios à SFCI/CGU/PR sobre as operações contratadas e a situação dos recursos;
- a publicação semestral dos balanços, devidamente auditados por empresa de auditoria independente;
- a apresentação de relatório semestral circunstanciado ao MI e Condrel/FCO sobre as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos.

Controle

O Fundo tem Plano Contábil próprio, criado com o objetivo de disciplinar os registros dos atos e fatos a ele inerentes. Os recursos e as aplicações são identificados em rubricas específicas do sistema contábil do Banco do Brasil.

Com a publicação da Portaria Interministerial MI/MF n.º 1C, de 15.01.2005, alterada pela Portaria Interministerial MI/MF n.º 11, de 28.12.2005, além da obrigatoriedade de elaborar a contabilidade do FCO de acordo com a Lei 7.827/89 (prevê no art. 18 a adoção do sistema contábil da respectiva instituição financeira federal, ou seja, contabilidade comercial), o Banco passou a elaborar, também, a contabilidade do Fundo em conformidade com a Lei 4.320/64 (dispõe sobre a contabilidade pública), utilizando o SIAFI.

Fiscalização de Operações

São objeto de fiscalização obrigatória do Crédito Rural, observados os critérios mínimos fixados pelo BACEN, todas as operações rurais “em ser” deferidas ao mesmo mutuário, quando a soma dos valores contratados ultrapassar R\$ 170 mil. Quanto ao FCO Empresarial, a fiscalização deve seguir as normas gerais de crédito do Banco, ou seja, é obrigatória para operações de investimento, arrendamento mercantil e aquisição de bens destinadas a amparar a implantação ou expansão de empreendimentos de valor igual ou superior a R\$ 100 mil.

O BB implantou o controle de operações com irregularidades em banco de dados padronizado, disponibilizado às Superintendências do Banco de cada uma das Unidades Federadas do Centro-Oeste.

A documentação e demais informações referentes às fiscalizações realizadas são arquivadas nos dossiês das operações, disponíveis nas agências do Banco, responsáveis pelas contratações. O BACEN, como órgão de controle e normatizador, acompanha e monitora os arquivos gerados, concernentes às fiscalizações realizadas.

As informações coletadas referem-se à posição do 1º semestre de 2012 e abrangem as quatro Unidades Federativas da Região Centro-Oeste. Nesse período, foram realizados 12.158 serviços de fiscalização pelos critérios de obrigatoriedade, amostragem e agendamentos manuais.

Foram identificados 2.803 apontamentos de irregularidades no 1º semestre de 2012 em operações de FCO Rural e Empresarial, contratadas em toda a Região Centro-Oeste. Destes, 822 já foram atendidos/regularizados e 1.850 encontravam-se em situação “não-atendida” em 30.06.2012.

Quadro LXII – Irregularidades detectadas em fiscalização

Distribuição de Apointamentos	Quantidade	Situação	
		A (atende)	N/A (não atende)
FCO Empresarial	290	87	152
FCO Rural	2.513	735	1698
Total	2.803	822	1.850

Posição: 30.06.2012

Fonte: Diretoria de Agronegócios / Diretoria Comercial BB

Esse controle é dinâmico, ou seja, as ocorrências apontadas pela fiscalização são comunicadas às agências operadoras que, por sua vez, comunicam os mutuários para adoção de providências visando sanar as irregularidades. As medidas adotadas são analisadas pela agência e reinformadas às Superintendências, a quem cabe a manifestação conclusiva. O arquivo é atualizado mensalmente.

O Projeto Corporativo de TI – Gerenciamento de Serviços Técnicos (GST) – Módulo Controle de Documentos foi dividido em três etapas a saber:

a) **GST – Parametrização Pronaf**

Objetivo: implantar no GST solução para atendimento das regras de fiscalização de crédito rural por amostragem (incluindo Pronaf), alteradas pela Resolução CMN/Bacen 3.884, de 22.07.2010.

Situação: implantado em 12.08.2010;

b) **GST – Dossiê eletrônico Fase II**

Objetivo: integrar os aplicativos GST e Dossiê Eletrônico de Operações de Crédito (DEOC), com vistas a possibilitar fluxo eletrônico, digitalização e armazenamento dos documentos vinculados a cada serviço de fiscalização em aplicativo corporativo.

Situação: implantado em 14.01.2011.

c) **GST – Relatório Eletrônico**

Objetivo: disponibilizar relatório de fiscalização em formulário eletrônico e permitir captura de informações gerenciais a respeito dos resultados de fiscalizações.

Situação: as soluções tecnológicas foram implementadas em 15.09.2012 e o sistema encontra-se em fase de produção.

Após a conclusão do referido Projeto, a apresentação dos resultados de fiscalização e do controle das irregularidades identificadas será mais detalhada, com a produção de relatórios gerenciais.

XVI. Legislação Editada no Período

Resoluções do Condel/FCO

- 442, de 03.05.2012. Programação do FCO para 2012: Condições Gerais de Financiamento; Restrições;

- 443, de 03.05.2012. Programação do FCO para 2012: Programação Orçamentária; Aplicação dos Recursos; Limite máximo de 20% dos recursos previstos anualmente para contratações;
- 444, 03.05.2012. Programação do FCO para 2012: Programa de FCO Empresarial para MGE; Condições de Financiamento; Limite Financiável;
- 445, 03.05.2012. Programação do FCO para 2012: Criação de Grupo de Trabalho;
- 446, 03.05.2012. Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO): Indicadores e Metas de Gestão de Desempenho para 2012;
- 447, 15.06.2012. Programação do FCO para 2012: Programa de FCO Rural; Condições de Financiamento; Classificação Quanto ao Porte;
- 448, 15.06.2012. Programação do FCO para 2012: Programa de FCO Rural; Condições de Financiamento; Linhas de Financiamento; Crédito Emergencial para a Suinocultura;
- 449, 15.06.2012. Relatório de Gestão do FCO Exercício de 2011: Relatório de Gestão apresentado pelo Banco do Brasil S.A.

Resoluções do CMN

- 4.107, de 28.06.2012 - Altera as disposições do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), de que trata o Capítulo 10 do Manual de Crédito Rural (MCR), para aplicação a partir da Safra 2012/2013.
- 4.081, de 22.05.2012 - Autoriza a contratação de operação de investimento, ao amparo da Linha Especial de Crédito de Investimento para Produção de Alimentos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf Mais Alimentos), para agricultores familiares que tiveram perdas por estiagem, seca, excesso de chuvas, enchentes ou enxurradas.

Medidas Provisórias

- 565, de 24.04.2012 - Altera a Lei no 10.177, de 12 de janeiro de 2001, para autorizar o Poder Executivo a instituir linhas de crédito especiais com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste para atender aos setores produtivos rural, industrial, comercial e de serviços dos Municípios com situação de emergência ou estado de calamidade pública reconhecidos pelo Poder Executivo federal, e a Lei nº 10.954, de 29 de setembro de 2004, para permitir a ampliação do valor do Auxílio Emergencial Financeiro.

4.2 Avaliação do Administrador

O ano de 2012 iniciou-se com uma disponibilidade de R\$ 617,5 milhões, remanescente do exercício de 2011, que, somada às demais origens de recursos³ e deduzidos os recursos comprometidos com parcelas a liberar de operações contratadas em exercícios anteriores, alcançou R\$ 2.912,51 milhões distribuídos no 1º semestre de 2012.

³ Repasses do Tesouro Nacional; Retorno dos Financiamentos; Resultado Operacional

Impactos Sócio-Econômicos

Na avaliação dos impactos sócio-econômicos decorrentes dos financiamentos realizados no período, consoante os dados extraídos dos projetos financiados com recursos do FCO, estima-se a geração/manutenção de cerca de 314,8 mil postos de trabalho na Região, sendo 117,2 mil diretos e 197,5 mil indiretos, favorecida pelos R\$ 3.010,6 milhões em financiamentos concedidos com recursos do FCO.

Em relação à abrangência dos financiamentos em relação aos municípios, no 1º semestre de 2012 manteve-se a cobertura de 99,6% dos municípios da região com beneficiários do FCO, 464 dos 466 municípios existentes na Região Centro-Oeste.

Contratações no Exercício

As contratações realizadas com recursos do FCO no 1º semestre de 2012 atingiram R\$ 3.010,6 milhões, montante 34,6% superior ao exercício de 2011 (R\$ 2.237,4 milhões).

Os financiamentos à atividade rural subiram de R\$ 1.087,9 milhões em 2011, para R\$ 1.709,8 milhões em 2012, o que representa um incremento de 57,2% nas aplicações do setor.

Nos Programas de FCO Empresarial, percebeu-se avanço de 13,2% no período, saindo de R\$ 1.149,5 milhões em 2011, para R\$ 1.300,8 milhões em 2012.

Resultados Financeiro e Operacional

O valor do patrimônio do Fundo observado ao final do 1º semestre de 2012, da ordem de R\$ 16.068,9 milhões, apresentou crescimento de 13,9% em relação ao mesmo período de 2011 (R\$ 14.111,6), favorecido pela adoção das boas práticas bancárias na gestão dos recursos pelo Banco do Brasil.

A carteira de financiamentos do FCO apresentou saldo de R\$ 16.981,8 milhões, representando incremento de 18,9% em comparação com a posição registrada ao final do exercício de 2011 (R\$ 14.278,9 milhões).

O processo de crédito do Banco, desenvolvido ao longo de vários anos, está consolidado e é frequentemente consultado por diversas instituições acerca das ferramentas e metodologias utilizadas. Aludido processo conta com o apoio de diversos sistemas operacionais, que automatizam suas etapas, como o Portal de Negócios, por exemplo, que proporciona o acolhimento e análise das propostas, fornecendo subsídios à decisão de deferimento ou indeferimento, bem como à formalização das operações a ser contratadas, de forma automatizada, simplificando e padronizando todo o processo de crédito.

A inadimplência (relação entre as parcelas vencidas dos financiamentos e o saldo da carteira) observada ao final do 1º semestre de 2012 foi de 4,5%, acréscimo de 80,0% do percentual observado na mesma data do ano anterior (2,5%).

O Banco do Brasil aplica regularmente as decisões governamentais, exaradas por meio de dispositivos legais, e resoluções do Condol/FCO, inclusive quanto à reprogramação e prorrogação de dívidas, nos casos enquadráveis nas normas regulamentares.

É de se destacar que a legislação atual não contempla a possibilidade de concessão de abatimento negocial no processo de cobrança e recuperação dos créditos concedidos com risco dos Fundos Constitucionais, o que restringe a regularização dos financiamentos inadimplidos ao pagamento integral da dívida, dificultando sobremaneira a atuação dos Agentes nesse particular.

Diretrizes, Orientações Gerais e Prioridades

Objetivando atender às diretrizes previstas no art. 3º da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, além das diretrizes e orientações gerais estabelecidas pelo MI e das prioridades aprovadas pelo Condell/FCO, diversas ações foram desenvolvidas com o intuito de divulgar os programas/linhas de financiamento do FCO, dentre as quais destacamos os mais de 20 seminários do FCO Itinerante realizados no semestre, com a participação do BB, MI, Sudeco, CDE's, CGU e entidades de classes das Unidades Federativas, e que tem contribuído na divulgação do Fundo, bem como no incremento das aplicações nestes municípios.

A integração do BB com o MI, Condell/FCO, governos estaduais e do DF, dentre outros parceiros, tem sido de grande relevância e contribuído para a implementação de ações que objetivam a melhor divulgação do FCO em diversas reuniões e eventos, bem como para aplicação mais efetiva dos recursos do Fundo, aderente às recomendações exaradas pelos administradores e órgãos de controle. Algumas dessas ações foram aprovadas/iniciadas em exercícios anteriores e estendidas ao exercício de 2012:

- divulgação das Linhas de Crédito do FCO em feiras, exposições e circuito de palestras;
- realização de workshop com empresas de assistência técnica rural, tendo como pauta: conceitos, formas e critérios para apresentação de propostas; formas de condução e competências de análise; modelos de propostas e *check-list* disponíveis no site do BB; condições de financiamento; alinhamento de conceitos e procedimentos para propostas e cartas-consultas; dentre outros;
- realização de seminários FCO Itinerante focados especialmente em empreendedores individuais e produtores rurais e empresas de mini/micro, pequeno e pequeno-médio porte;
- manutenção da sala de negócios, em parceria com a Federação das Indústrias de Brasília – FIBRA, no DF;
- intensificação das parcerias com as Empresas de Assistência Técnica Rural, disponibilizando os programas CRM – Cadastramento Rural Massificado e o CFC – Contratação de Financiamento por Convênio, que permite aos parceiros acolher e operacionalizar propostas da Agricultura Familiar, simplificando e agilizando o processo de crédito, gerando maior rapidez no atendimento aos mini, pequenos e pequeno-médios produtores rurais;
- treinamento de funcionários do BB para o atendimento a Agricultura Familiar, visando melhor integração com os parceiros e maior agilidade nas contratações com recursos do FCO;
- realização de encontros com produtores rurais, empresas de assistência técnica rural, técnicos agropecuários, superintendências e funcionários de agências

com a finalidade de levantar necessidades de crédito e elucidar procedimentos para contratação de operações;

- implementação do Comitê de Discussão Empresarial e Rural para Desenvolvimento e Financiamento à Atividade Produtiva do DF – CODERFAP/DF, tendo como finalidade deliberar sobre as intenções de crédito, aplicação de recursos e discussão de estratégias para o desenvolvimento da atividade produtiva do DF e RIDE, composto por entidades civis e governamentais do DF e pelo BB;
- divulgação da Linha de Financiamento de Desenvolvimento do Turismo Regional, com vistas à implantação, ampliação e modernização de empreendimentos turísticos para a Copa do Mundo de Futebol de 2014;
- implementação de ações de uniformização dos procedimentos nas agências com o objetivo de evitar o acolhimento de cartas-consulta e propostas incompletas e reduzir o tempo de resposta ao cliente;
- participação em grupos de trabalho e eventos realizados em conjunto com os Conselhos de Desenvolvimento dos Estados e DF – CDE;
- realização de palestras em feiras, exposições e eventos de negócios rurais e empresariais;
- intensificação da estratégia de Desenvolvimento Regional Sustentável – DRS do Banco do Brasil, que tem como objetivos principais: a geração de trabalho e renda; a inclusão dos empreendedores individuais, mini, pequenos e pequeno-médios produtores e micro, pequenas e pequeno-médias empresas nos mercados consumidores e de trabalho; e preservação e recuperação do meio ambiente;
- participação em grupos de trabalho (GT) realizados em conjunto com o CDE para discussão sobre a adoção de procedimentos e ações que possam agilizar a aplicação dos recursos do FCO no Estado, bem como na definição de regras e parâmetros para o direcionamento das aplicações e gestão do FCO;
- prestação de atendimento especializado às demandas de propostas priorizadas pelos CDE;
- realização de encontros de trabalho com a participação dos intervenientes que participam das análises das cartas-consulta do FCO rural e empresarial, nos Estados, para alinhar procedimentos, dirimir dúvidas e acelerar as análises;
- realização de encontros com intercâmbio de experiências na aplicação dos recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte (FNO), do Nordeste (FNE) e do Centro-Oeste (FCO), no âmbito do Ministério da Integração Nacional;
- realização de encontros com grupos informais do Pronaf, no GO, composto por entidades ligadas à agricultura familiar, entidades governamentais e não governamentais, dentre as quais: Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Goiás – FETAEG, Federação da Agricultura e Pecuária de Goiás – FAEG, Secretaria da Agricultura Familiar, Delegacia Federal do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, Agência Rural, empresas de assistência técnica, dentre outros, com o objetivo de estabelecer formas de atuação junto aos beneficiários do Programa;
- participação em fóruns instituídos no MT, como Associação Mato-grossense dos Municípios – AMM, Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural

Sustentável – CEDRS e Territórios da Cidadania, junto às entidades de classe como Federação dos Trabalhadores na Agricultura – FETAGRI/MT, Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso – FAMATO, Sindicato das Indústrias de Laticínio do Estado de Mato Grosso – SINDILAT, Associação dos Produtores de Soja de Mato Grosso – APROSOJA, Fundo de Apoio à Cultura do Algodão – FACUAL e principalmente em parceria com os governos municipais e sociedades civis por meio dos Consórcios Intermunicipais de Desenvolvimento Econômico e Sócio-Ambiental, os quais são regulamentados e acompanhados pela Secretária de Projetos Estratégicos do Estado e operacionalizados por meio dos Superintendentes de Desenvolvimento ligados à secretária; e

- divulgação da linha de crédito do Pronaf Mais Alimentos com recursos do FCO por meio das Caravanas Mais Alimentos no MS, que se constituiu em iniciativa de diferentes parceiros do Programa no sentido de divulgar, difundir e fomentar as regiões de maior concentração de agricultores familiares no Estado.

Todas essas ações contribuíram, também, para o atendimento às recomendações exaradas pelo Condell/FCO, por meio das Resoluções nº 429, de 14.07.2011, que aprovou o Relatório de Gestão do Fundo referente ao exercício de 2010, e nº 436, de 08.12.2011, que aprovou o Relatório de Gestão do Fundo referente ao 1º semestre de 2011.

Prioridades Gerais

- a) *projetos de apoio à agricultura familiar, incluídos os beneficiários da Política de Reforma Agrária, aos mini e pequenos produtores rurais e às micro e pequenas empresas, suas cooperativas e associações:*

No 1º semestre de 2012, as contratações com empreendedores individuais, mini, micro e pequenos tomadores atingiram o montante de R\$ 1.888,6 milhões (R\$ 743,4 milhões no setor empresarial e R\$ 1.145,2 milhões no setor rural), o que representa 62,7% do total contratado na Região (R\$ 3.010,6 milhões). Destaque para o GO, que foi responsável por 39,4% (R\$ 744,4 milhões).

Em quantidade de operações contratadas, os financiamentos a empreendedores individuais, micro e pequenas empresas e mini e pequenos produtores rurais registraram 36.572 contratos, o que representa 92,8% da quantidade de operações contratadas no 1º semestre de 2012 (39.428).

Para os financiamentos ao amparo do Pronaf e Pronaf-RA, com recursos do FCO, foram destinados R\$ 423,8 milhões, incremento de 17,0% em relação ao montante contratado no exercício anterior (R\$ 362,0 milhões). Destaque para o GO, que alcançou contratações junto ao público, no valor de R\$ 182,5 milhões.

As propostas de financiamento apresentadas pelos agricultores familiares da região Centro-Oeste são atendidas em sua totalidade com recursos do FCO Rural.

Dentre as ações desenvolvidas no incentivo à atividade na Região, merece destaque o programa Balde Cheio, no Distrito Federal, que busca a melhoria do rebanho da bovinocultura leiteira e das pastagens, bem como a inovação tecnológica da atividade.

Quadro LXIII – Projetos de apoio ao menor porte

Resumo das contratações realizadas em atendimento à prioridade	
Qtde	Valor
36.572	R\$1.888,6

Posição: 30.06.2012

Fonte: SIGFCO

- b) *projetos com alto grau de geração de emprego e renda e/ou da economia solidária que contribuam para a dinamização do mercado local e a redução das desigualdades intra e inter-regionais:*

De acordo com os dados informados pelos proponentes dos projetos financiados com recursos do FCO, estima-se em 314,8 mil o número de empregos gerados e/ou mantidos na Região (117,2 mil diretos e 197,5 mil indiretos) no 1º semestre de 2012.

Se considerado o período de 1989 a junho de 2012, o número de empregos gerados e/ou mantidos na Região, em decorrência das aplicações com recursos do FCO, ultrapassa 3.976,9 mil. Como exemplo, apresentamos a seguir, alguns projetos que atendem a esta prioridade:

Quadro LXIV – Projetos com alto grau de geração de emprego e renda

Município	Linha de Financiamento	Itens financiados	Valor (R\$)	Empregos Gerados / Mantidos
Vila Propício (GO)	Desenvolvimento	Investimentos Diversos	1.400.744	163
Nova Crixás (GO)	Desenvolvimento	Pec. Bovina Mista	4.339.9621	506
Mossamedes (GO)	Desenvolvimento	Avicultura	538.141	63
Sanclerlândia (GO)	Pronaf Reforma	Frutas Irrigadas	21.500	21
Taquaral de Goiás (GO)	Pronaf Mais	Aquisição de Máquinas e	118.230	22
Itaberal (GO)	Desenvolvimento	Aquisição de Máquinas e	20.203.889	102
Aparecida de Goiânia (GO)	Desenvolvimento	Investimentos Diversos	10.313.876	200

Posição: 30.06.2012

Fonte: Dired

- c) *projetos voltados para a preservação e recuperação do meio ambiente, em especial, para reflorestamento/recomposição de matas ciliares e recuperação de áreas degradadas:*

Criada com o objetivo de incentivar projetos voltados à conservação e à proteção do meio ambiente, à recuperação de áreas degradadas ou alteradas e ao desenvolvimento de atividades sustentáveis, a Linha de Financiamento para Redução da Emissão de Gases de Efeito Estufa na Agropecuária (PROGRAMA ABC), na modalidade Conservação da Natureza foram contratadas 122 operações no montante de R\$ 55,0 milhões. Já na modalidade Integração Lavoura-Pecuária-Floresta foram contratadas 5 operações no valor de R\$ 387 mil, através do Programa de FCO para Repasse.

No particular, cabe destacar que o Banco tem fortalecido ainda mais as parcerias com entidades ligadas ao agronegócio, como empresas de assistência técnica, órgãos de pesquisa e entidades de classe, a fim de sensibilizar os produtores rurais quanto aos aspectos relevantes da implementação de empreendimentos sustentáveis.

- d) *projetos que utilizam tecnologias inovadoras e/ou contribuam para a geração e difusão de novas tecnologias nos setores empresarial e agropecuário, inclusive projetos agropecuários de produção integrada:*

Um dos grandes desafios para qualquer atividade no segmento rural ou empresarial é manter-se competitiva num mercado de grande concorrência. É necessário otimizar capacidade operacional, racionalizar custos e ganhar escala de produção. Dentre as alternativas para o desenvolvimento de tais vantagens competitivas e sustentação de desempenho superior encontra-se o uso de tecnologias inovadoras.

Um exemplo é a implantação de projetos PAIS (Produção Agroecológica Integrada Sustentável) no MT, por meio da estratégia de Desenvolvimento Regional Sustentável – DRS. Trata-se de tecnologia social da Fundação Banco do Brasil – FBB que visa promover a segurança alimentar e o desenvolvimento sustentável de agricultores familiares. Essas inovações viabilizam formas de transporte, comunicação, relacionamento, entretenimento e trabalho, dentre outras. Destacamos, a seguir, alguns investimentos financiados que atendem à prioridade:

Quadro LXV – Projetos com tecnologia inovadora

Município	Linha de Financiamento	Itens financiados	Valor (R\$)
Rio Verde (GO)	Desenvolvimento Rural	Aq. Equipamentos	1.495.867
Edéia (GO)	Desenvolvimento Rural	Cana-de-açúcar	2.545.403
Jataí (GO)	Desenvolvimento Rural	Aq. Equipamentos	401.400
Quirinópolis(GO)	Pronaf Mais Alimento	Tratores Nacionais	79,500
Bom Jardim de Goiás (GO)	Pronaf Mais Alimento	Bovinos -Leite	130.000
Goiania (GO)	Desenvolvimento Industrial	Aq. Equipamentos	2.040.000
Senador Canedo (GO)	Desenvolvimento Industrial	Aq. Equipamentos	1.558.050

Posição: 30.06.2012

Fonte: Dired

- e) *projetos do setor de turismo, especialmente para implantação, expansão e modernização de empreendimentos turísticos nas cidades-sede da Copa do Mundo de Futebol de 2014 e áreas de influência:*

O BB participa ativamente dos Fóruns Estaduais de Turismo realizados no Centro-Oeste e mantém presença constante nos eventos desse segmento, divulgando as Linhas de Financiamento de Desenvolvimento do Turismo Regional para MPE e MGE.

De janeiro a junho de 2012 foram contratados R\$ 91,6 milhões no âmbito dessas linhas de financiamento, por meio de 791 operações. Dessas, 86,5% das operações (684) foram aplicados junto a empreendedores individuais e micro e pequenas empresas.

Destaque para o GO, que apresentou o maior número de operações no segmento, com 235 operações e maior volume de recursos contratados, R\$ 27,5 milhões .

Quadro LXVI – Projetos de turismo

Resumo das contratações realizadas em atendimento à prioridade	
Qtde	Valor
791	R\$ 91,6 milhões

Posição: 30.06.2012

Fonte: Dicom

f) projetos que contribuam para a redução das desigualdades regionais, nos seguintes espaços, considerados prioritários segundo a PNDR;

- municípios da Faixa de Fronteira;
- municípios da Mesorregião de Águas Emendadas;
- municípios da Região Integrada de Desenvolvimento do DF e Entorno (RIDE); e
- municípios das microrregiões classificadas como de renda estagnada e dinâmica.

As aplicações em municípios de economia estagnada ou dinâmica atingiram o montante de R\$ 1.577,0 no primeiro semestre de 2012, o que representa 75,9% do montante previsto na Programação do Fundo (R\$ 2.078,0). Em comparação ao 1º semestre de 2011 (R\$ 1.050,3), houve incremento de 50,1% no montante de recursos aplicados.

Já as aplicações em municípios da Faixa de Fronteira passaram de R\$ 373,8 milhões no 1º semestre de 2011 para R\$ 545,1 milhões no mesmo período de 2012, o que representa crescimento de 45,8%.

Dentre as principais ações que influenciaram esse desempenho, podem ser citadas a expansão da estratégia de negócios do DRS aos beneficiários do FCO e os seminários FCO Itinerante.

Quadro LXVII– Projetos que contribuem para a redução das desigualdades regionais

Resumo das contratações realizadas em atendimento à prioridade		
Área	Qtde	Valor
Municípios da Faixa de Fronteira	6.832	R\$ 545,1 milhões
Águas Emendadas	5.090	R\$ 300,6 milhões
Municípios Goianos da RIDE	1.111	R\$ 84,9 milhões
Municípios de economia estagnada ou dinâmica	22.808	R\$ 1.577,0 milhões

Posição: 30.06.2012

Fonte: SIGFCO

As contratações na Mesorregião de Águas Emendadas atingiram R\$ 300,6 milhões no 1º semestre de 2012, 73,6% superior ao contratado no mesmo período de 2011 (R\$ 173,2 milhões), o que representa 108% na previsão de aplicação para o ano de 2012 (R\$ 277,1 milhões).

Desse total, R\$ 193,1 milhões, equivalentes a 64,2%, foram contratados com produtores rurais, ratificando a forte vocação da região Centro-Oeste para o Agronegócio, e R\$ 207,6 milhões (69,1%) foram contratadas com tomadores de menor porte, em consonância com as diretrizes, orientações gerais e prioridades estabelecidas pelo MI e pelo Condel/FCO.

Na RIDE (exceto nos municípios localizados no Estado de Minas Gerais), foram formalizadas 3.781 operações no montante de R\$ 321,5 milhões, representando um incremento de 22,6% em volume contratado na comparação com o mesmo período de 2011. Desse montante, R\$ 84,9 milhões beneficiaram os municípios goianos da RIDE, por meio de 1.111 operações, ante os R\$ 47,6 milhões, em 930 operações, no mesmo período do ano anterior.

O BB, no atendimento a recomendação do TCU, Acórdão 1370/2010, estabeleceu parâmetros que permitem verificar o tratamento prioritário à Mesorregião de Águas Emendadas, aos municípios goianos da RIDE e à Faixa de Fronteira do Centro-Oeste no emprego dos recursos do FCO, de maneira que seja atendido o disposto na PNDR, instituída por meio do Decreto nº 6.047, de 22/2/2007, e nas diretrizes, orientações gerais e prioridades fixadas anualmente pelo MI e Condel:

- a) média das operações contratadas por município em cada uma das microrregiões (Municípios Goianos da RIDE, Águas Emendadas e Faixa de Fronteira), comparada à média das operações contratadas por município na região Centro-Oeste.

Microrregião	Qtde de operações	Qtde de municípios	Média	Centro-Oeste			
				Qtde de operações	Qtde de municípios	Média	Comparativo
Municípios Goianos da RIDE	1.111	19	58,5	39.428	464	85,0	0,69
Águas Emendadas	5.090	77	66,1				0,78
Fronteira	6.832	72	94,9				1,12

Verifica-se, na tabela acima, que a média de contratações por municípios goianos da RIDE foi de 31,2% inferior à média do Centro-Oeste; em Águas Emendadas, 22,2% inferior; e na Faixa de Fronteira, 11,7% superior.

- b) média da quantidade de municípios atendidos pelo total de municípios de cada uma das microrregiões (Municípios Goianos da RIDE, Águas Emendadas e Faixa de Fronteira), comparada à média dos municípios atendidos da região Centro-Oeste.

Microrregião	Qtde. de Municípios atendidos	Qtde. de municípios	Média	Centro-Oeste			
				Qtde. de Municípios atendidos	Qtde. de municípios	Média	Comparativo
Municípios Goianos da RIDE	18	19	0,9	464	466	0,99	0,95
Águas Emendadas	76	77	1,0				0,99
Fronteira	71	72	1,0				0,99

O total de contratações no 1º semestre de 2012 abrangeu 464 municípios da região Centro-Oeste, o que corresponde a 99,6% de cobertura das aplicações de FCO.

- c) média das operações contratadas por município em cada uma das microrregiões (Municípios Goianos da RIDE, Águas Emendadas e Faixa de Fronteira), comparada à média das operações contratadas por município em cada Unidade Federativa da região Centro-Oeste.

Microrregião	Qtde. operações	municípios	Média	DF			
				Qtde. operações	Qtde. de municípios	Média	Comparativo
Municípios Goianos da RIDE	1.111	19	58,5	3.781	1	3781,0	0,02
Águas Emendadas	5.090	77	66,1				0,02
Fronteira	6.832	72	94,9				0,03
GO							
	Qtde. operações	Qtde. de municípios	Média	Comparativo			
	17.455	245	71,2	0,82			
				0,93			
				1,33			
MS							
	Qtde. operações	Qtde. de municípios	Média	Comparativo			
	7.432	77	96,5	0,61			
				0,68			
				0,98			
MT							
	Qtde. operações	Qtde. de municípios	Média	Comparativo			
	10.760	141	76,3	0,77			
				0,87			
				1,24			

- d) média das operações contratadas por município em cada uma das microrregiões (Municípios Goianos da RIDE, Águas Emendadas e Faixa de Fronteira), comparada à média das operações por município de cada Unidade Federativa da região Centro-Oeste, por segmento – empresarial e rural.

	Munic. Goianos da RIDE		Águas Emendadas		Fronteira			
	E	R	E	R	E	R		
Nº O	455	656	1.026	4.064	1.835	4.997		
Nº M	14	17	53	74	56	71		
Média	32,5	38,6	19,4	54,9	32,8	70,4		
DF								
	E	R						
Nº O	455	656						
Nº M	15	18						
Média	30,3	36,4						
Comp			1,07	1,06	0,64	1,51	1,08	1,93
DF								
	E	R						

GO	Nº O	4.861	12.594						
	Nº M	166	242						
	Média	29,28	52,0						
	Comp			1,11	0,74	0,66	1,06	1,12	1,35
		E	R						
MS	Nº O	3.049	4.383						
	Nº M	66	78						
	Média	46,2	56,19						
	Comp			0,70	0,69	0,42	0,98	0,71	1,25
		E	R						
MT	Nº O	3.683	7.077						
	Nº M	89	138						
	Média	41,38	51,28						
	Comp			0,79	0,75	0,47	1,07	0,79	1,37

Fonte: SIGFCO

Legenda: E: Empresarial; R: Rural; Nº O: Número de operações; Nº M: Número de municípios com operações; Comp: Comparativo

Ações proativas para dinamizar as aplicações

No âmbito do BB, foi oferecido tratamento específico às abordagens relacionadas ao FCO, com vistas a dinamizar as aplicações do Fundo por meio de divulgação, capacitação, aperfeiçoamento do fluxo operacional e revisão das normas, dentre as quais podemos destacar:

- intensificação das orientações de aplicação de recursos do Fundo Constitucional nos financiamentos a empreendimentos do Centro-Oeste;
- emissão de comunicados periódicos informando os municípios sem contratação no período, enfatizando o objetivo do Fundo;
- revisão do fluxo operacional de análises de propostas de financiamento com recursos do FCO;
- especialização de equipe para estudo e análises de propostas com recursos do Fundo nas respectivas instâncias;
- priorização nas análises de projetos de FCO no âmbito das unidades competentes;
- publicação de boletins informativos sobre novidades e notícias sobre FCO, através dos canais de comunicação corporativos;
- acionamento dos Agentes FCO nas Unidades Federativas do Centro-Oeste;
- implementação de melhorias no processo de crédito do FCO, tais como fluxo único de propostas, limite pré-avaliado e acompanhamento da propostas via sistemas corporativos;
- revisão das condições de financiamento, juntamente com o Conselho Deliberativo do Fundo e demais intervenientes;
- intensificação do tema FCO em seminários, feiras e exposições agropecuárias, reuniões com as Superintendências e agências do BB, encontros com beneficiários, associações de classe e demais intervenientes, tais como Ministério da Integração, Ministério da Fazenda, Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento, Ministério do Turismo, Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Pesca e Aquicultura, Embrapa, empresas de assistência técnica e extensão rural, dentre outros;
- disponibilização de materiais impressos, tais como a Programação Anual do Fundo e Cartilha do FCO;
- disponibilização de informações sobre o FCO no site

www.bb.com.br/portalbb/page3,110,4501,11,0,1,3.bb?codigoNoticia=337&codigoMenu=668&codigoRet=927&bread=1 8- (Programação Anual, Cartilha do FCO, modelo de carta-consulta e de proposta simplificada e documentos necessários à solicitação de financiamento);

- implantação de *check-list* em ambiente corporativo, para propostas de investimentos com a finalidade de auxiliar os funcionários no atendimento ao cliente, facilitando a identificação dos documentos necessários à contratação das operações de investimento e melhorando o tempo de resposta;
- flexibilização das garantias exigidas nas operações de financiamento a investimentos com recursos do FCO, sem comprometer a qualidade do crédito concedido e o retorno dos ativos ao Fundo;
- priorização da utilização dos recursos do FCO nos Planos de Negócios do DRS, estratégia que se aplica em diversos segmentos da sociedade, estabelecendo uma dinâmica voltada para a identificação das vocações e potencialidades regionais, para a organização e estruturação das atividades, visando diminuir as desigualdades e promover a inclusão social com geração de trabalho e renda, de forma sustentável (economicamente viável, socialmente justa e ambientalmente correta, respeitando as diversidades culturais).
- capacitação de funcionários do BB em operações de investimento (rural e empresarial);
- implementação do dossiê eletrônico de operações, ferramenta que auxilia na identificação da documentação a ser observada na contratação (certidões, declarações, entre outras) e na condução de operações (notas fiscais, relatórios de fiscalização, por exemplo), possibilitando o arquivamento eletrônico desses documentos; e
- Especialização de equipes para estudo e análises de financiamentos com recursos do FCO, promovendo o ganho de escala e a celeridade de resposta ao cliente.

Destaca-se que os processos, sistemas e metodologias de crédito do Banco estão em constante aperfeiçoamento, com permanente foco na dissolução de entraves que eventualmente dificultem a oferta e contratação de créditos, sem perda de qualidade na sua concessão.

Essas ações, por fim, não esgotam a atuação do Banco do Brasil, quanto ao Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste, que emprega, na administração e aplicação dos recursos do Fundo, a mesma estrutura utilizada para condução de negócios com recursos próprios, de tal forma que todos os investimentos realizados pelo Banco em infraestrutura operacional, em capacitação de funcionários e em tecnologia da informação são também refletidos na gestão do FCO.

O Banco do Brasil renova sua disposição de buscar, continuamente, o aprimoramento dos procedimentos operacionais, de modo a fortalecer a posição do FCO como a principal ferramenta para alavancar os investimentos dos setores produtivos e, assim, contribuir para o crescimento e o desenvolvimento sócio-econômico da Região Centro-Oeste.

Brasília (DF), 07 de dezembro de 2012

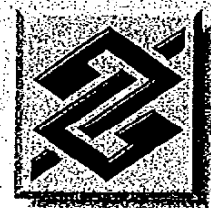
Diretoria de Governo

Janio Carlos Endo Macedo

Diretor

Publicação FCO

Balanço do 1º Semestre/2012



Contadoria
Gesub - Gerência de Subsidiárias
Subsi - Divisão de Subsidiárias IV

FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO CENTRO-OESTE - FCO
 Lei nº 7.827, de 27.09.89
 Demonstrações Contábeis
 Em milhares de Reais

Semestre encerrado em 30.06.2012

Balanco Patrimonial

ATIVO		30.06.2012	31.12.2011
CIRCULANTE		4.270.807	4.551.325
Disponibilidades	(Nota 4.a)	65.175	617.511
Devedores por Repasses	(Nota 5)	4.203.782	3.926.821
Repasses ao Banco do Brasil S.A.		4.203.782	3.926.821
Financiamentos	(Nota 5.a)	4.777.765	4.455.846
Provisão para Rebates sobre Encargos	(Nota 5.j)	(18.266)	(18.242)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(Nota 5.g)	(460.636)	(405.135)
Provisão para Bônus de Adimplência	(Nota 5.l)	(48.156)	(45.966)
Provisão para Dispensa de Correção Monetária	(Nota 5.n)	(46.925)	(59.682)
Outros Créditos		1.850	6.993
Devedores Diversos	(Nota 6)	1.850	6.993
Valores a Receber		1.850	6.993
NÃO CIRCULANTE		11.798.088	10.526.015
Devedores por Repasses	(Nota 5)	11.798.088	10.526.015
Repasses ao Banco do Brasil S.A.		11.798.088	10.526.015
Financiamentos	(Nota 5.a)	12.221.855	10.936.691
Provisão para Rebates sobre Encargos	(Nota 5.j)	(107.644)	(114.359)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(Nota 5.g)	(90.579)	(68.420)
Provisão para Bônus de Adimplência	(Nota 5.l)	(137.795)	(129.272)
Provisão para Dispensa de Correção Monetária	(Nota 5.n)	(87.749)	(98.625)
TOTAL DO ATIVO		16.068.895	15.077.340
PASSIVO		30.06.2012	31.12.2011
CIRCULANTE		2	2.820
Créditos Diversos	(Nota 7)	2	2.820
Auditoria Independente		2	5
Taxa de Administração		--	2.815
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		16.068.893	15.074.520
Transferências do Exercício		941.289	1.676.867
Participação em Impostos da União - Primeiro Semestre		941.289	1.042.157
Participação em Impostos da União - Segundo Semestre		--	634.710
Transferências de Exercícios Anteriores		12.656.423	10.979.556
Superávit Acumulado		2.471.181	2.418.097
Do Primeiro Semestre		53.084	83.106
Do Segundo Semestre		--	161.228
Do Exercícios Anteriores		2.418.097	2.173.763
TOTAL DO PASSIVO		16.068.895	15.077.340

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste
Lei nº 7.827, de 27.09.89

Demonstrações Contábeis
Em milhares de Reais

Semestre encerrado em 30.06.2012

Demonstrações do Resultado e do Resultado Abrangente

Demonstração do Resultado

	1º Sem/2012	1º Sem/2011
RECEITAS OPERACIONAIS	208.052	176.973
Rendas de Operações de Crédito (Nota 6.b)	170.528	129.770
Rendas sobre Valores Disponíveis (Nota 4.b)	14.276	47.203
Reversão de Provisão para Rebate sobre Encargos (Nota 5.k)	1.151	-
Reversão de Provisão para Dispensa de Correção Monetária (Nota 5.o)	20.097	-
DESPESAS OPERACIONAIS	(152.968)	(93.867)
Resultado com Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa (Nota 5.i)	(81.434)	(17.304)
Resultado com Provisão para Rebate sobre Encargos (Nota 5.k)	-	(2.164)
Resultado com Provisão para Bônus de Adimplência (Nota 5.m)	(66.768)	(71.797)
Resultado com Provisão para Dispensa de Correção Monetária (Nota 5.o)	-	(339)
Outras Despesas/Receitas Operacionais	(4.766)	(2.263)
Despesas com Auditorias Externas	(47)	(57)
Despesas com Taxa de Administração (Nota 8)	(4.719)	(2.206)
SUPERÁVIT DO SEMESTRE	53.084	83.106

Demonstração do Resultado Abrangente

	1º Sem/2012	1º Sem/2011
SUPERÁVIT DO SEMESTRE	53.084	83.106
Ganhos (perdas) não realizados de ativos financeiros disponíveis para venda	0	0
Outros resultados não realizados	0	0
Efeitos dos impostos	0	0
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO SEMESTRE	53.084	83.106

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

	1º Sem/2012	1º Sem/2011
FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DAS OPERAÇÕES		
Rendas sobre Valores Disponíveis	19.419	51.536
Recebimentos de Operação de Crédito/Retorno	1.232.728	883.354
Perdas - Risco Banco do Brasil S.A	102.851	119.436
Despesas com Auditoria Externa	(50)	(58)
Transferências para Recursos Aplicados - Operações de Crédito	(2.751.424)	(1.910.906)
Recuperações de Crédito - Risco Banco do Brasil S.A.	(87.509)	(83.924)
Retornos de Compensação	17.420	3.209
Contratações Operações Pronaf	(19.527)	(22.410)
Taxa de Administração	(7.533)	-
CAIXA UTILIZADO PELAS OPERAÇÕES	(1.493.625)	(959.763)
FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Transferências do Tesouro Nacional	941.289	875.219
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	941.289	875.219
Varição Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	(552.336)	(84.544)
Início do Exercício	617.511	867.740
Fim do Exercício	65.175	783.196
Aumento ou (Redução) de Caixa ou Equivalentes de Caixa	(552.336)	(84.544)

Reconciliação entre o Superávit do Exercício e o Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais

Superávit do Exercício	53.084	83.106
Financiamentos	(1.607.083)	(1.056.901)
Provisão para Rebates sobre Encargos	(6.691)	(4.407)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	77.660	14.619
Provisão para Bônus de Adimplência	10.713	(542)
Provisão para Dispensa de Correção Monetária	(23.633)	(2.177)
Devedores Diversos - BB Rendas sobre Valores Disponíveis	5.143	4.333
Credores Diversos - Auditoria Independente	(3)	--
Credores Diversos - Taxa de Administração	(2.815)	2.206
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	(1.493.625)	(959.763)

As notas explicativas do administrador são parte integrante das demonstrações contábeis.

Eventos	Transferências do Exercício Anteriores	Transferências do Semestre	Superávites Acumulados	Total
Saldos em 31.12.2010	9.589.133	1.390.423	2.173.763	13.153.319
Incorporação do Resultado	1.390.423	(1.390.423)	--	--
Transferências do Tesouro Nacional	--	875.219	--	875.219
Superávit do Semestre	--	--	83.106	83.106
Saldos em 30.06.2011	10.979.556	875.219	2.256.869	14.111.644
Mutações do Semestre	1.390.423	(615.204)	83.106	968.325
Saldos em 31.12.2011	10.979.556	1.676.867	2.418.097	15.074.520
Incorporação do Resultado	1.676.867	(1.676.867)	--	--
Transferências do Tesouro Nacional	--	941.289	--	941.289
Superávit do Semestre	--	--	53.084	53.084
Saldos em 30.06.2012	12.656.423	941.289	2.471.181	16.068.893
Mutações do Semestre	1.676.867	(735.578)	53.084	994.373

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO

Lei nº 7.827, de 27.09.89

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis dos semestres findos em 30.06.2012 e 30.06.2011

1 – O FCO e suas Operações

O Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), instituído pelo artigo 159, inciso I, alínea "c", da Constituição Federal e regulamentado pela Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, com alterações das Leis nº 9.126, de 10 de novembro de 1995, nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001 e nº 11.775, de 17 de setembro de 2008, é administrado pelo Banco do Brasil S.A., conforme artigo 16 da Lei nº 7.827, e tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento econômico e social da Região Centro-Oeste, mediante a execução de programas de financiamentos aos setores produtivos, em consonância com o Plano Regional de Desenvolvimento.

São beneficiários dos recursos do Fundo Constitucional do Centro-Oeste os produtores e empresas, pessoas físicas e jurídicas, além das cooperativas de produção que desenvolvam atividades produtivas nos setores agropecuário, mineral, industrial, agroindustrial e realizem empreendimentos não governamentais de infra-estrutura, comerciais e de serviços na região Centro-Oeste.

Os encargos financeiros das operações contratadas com recursos do FCO variam entre 5% e 10% ao ano, de acordo com a atividade econômica e o porte do tomador, conforme Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, alterada pelo Decreto nº 6.367, de 30 de janeiro de 2008.

O risco de crédito das operações contratadas com recursos do FCO é regulamentado pela Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, inserido pelo artigo 14 da Medida Provisória nº 2.196-3, de 24 de agosto de 2001. As contratações realizadas até 30 de novembro de 1998 possuem risco integral do Fundo, enquanto que as operações contratadas entre 1º de dezembro de 1998 e 29 junho de 2001, o risco é compartilhado entre as instituições financeiras e o Fundo, na proporção de 50%. Já para as operações contratadas a partir de 1º de julho de 2001, o risco de crédito passou a ser exclusivo do agente financeiro.

A Medida Provisória, com o Ofício Bacen/Diret nº 2001/1602, autorizou ainda, o Banco administrador a utilizar os recursos do Fundo como Capital de Referência nível II, devendo o valor utilizado ser excluído da base de cálculo da taxa de administração. Com a migração das operações de risco do FCO para contas de compensação, ocorrida em dezembro de 2010, o Banco do Brasil S.A. deixou de utilizar o montante dessa carteira como Patrimônio de Referência Nível II (PR II). Assim, o Banco voltou a ter base de cálculo para cobrança da remuneração como Administrador do FCO, a partir do exercício de 2011.

2 – Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas práticas contábeis emanadas da legislação societária, normas e instruções do Banco Central do Brasil, e demais normativos aplicáveis ao Fundo. A Nota Explicativa nº 3 descreve o sumário das principais práticas contábeis adotadas pelo Fundo e que foram aplicadas de forma consistente aos períodos apresentados nestas demonstrações contábeis.

A conclusão da elaboração das demonstrações contábeis, relativas ao 1º semestre de 2012, foi autorizada pela Administração em 07 de dezembro de 2012.

3 – Resumo das Principais Práticas Contábeis

a) Apuração do Resultado

Em conformidade com o regime de competência as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento.

As obrigações são demonstradas por valores conhecidos ou calculáveis, incluídos os encargos e as variações monetárias incorridas e deduzidas das correspondentes despesas a apropriar, quando aplicável.

b) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e Equivalentes de Caixa estão representados por depósitos bancários remunerados, com vencimento até três meses, e que apresentam risco insignificante de mudança do valor em função das alterações nas taxas de juros (Nota 4).

c) Devedores por Repasses – Carteira de Financiamentos

Os direitos, representados pelo grupo Devedores por Repasses, são demonstrados pelos valores de realização, incluídos os rendimentos e as variações monetárias incorridas (Nota 5).

As Rendas de Operações de Crédito, provenientes da carteira de operações de crédito/financiamento, são reconhecidas *pro rata temporis*. Não se incluem as rendas de operações em atraso há mais de 60 dias, conforme estipulado pela Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999 (rendas a apropriar sobre operações em atraso), exceto para a carteira de risco de crédito do Fundo, cujo valor representa 8,6% do total da carteira de financiamentos. A apuração dos valores de rendas a apropriar da carteira sob risco do FCO, depende da implementação de solução tecnológica em desenvolvimento no Banco do Brasil.

A receita apropriada no Fundo refere-se somente à parcela pertencente ao Fundo, ou seja, não inclui a remuneração que cabe ao agente financeiro Banco do Brasil S.A. (*Del Credere*).

d) Provisão para Rebates sobre Encargos

A provisão para Rebates sobre Encargos é constituída com base nos saldos devedores das operações do Programa de Apoio à Política de Reforma Agrária – PAPRA (capital e encargos financeiros), cujos rebates correspondem a 50%. Para as operações do Grupo "A" do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), cujos beneficiários são os agricultores familiares assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária, a provisão corresponde a 40% sobre os saldos devedores de capital desses financiamentos.

e) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

A provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa foi constituída em consonância com os critérios estabelecidos no art. 3º, parágrafo único, da Portaria Interministerial MF/MI nº 11, de 28 de dezembro de 2005, publicada no DOU de 23 de janeiro de 2006. Tais critérios são os mesmos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, que considera a classificação das operações de acordo com o risco e as faixas de vencimento. A mesma resolução estabelece os critérios para reconhecimento de prejuízo e recuperação de créditos. A base de cálculo dessa provisão está representada pelo saldo devedor das operações, incluídos os encargos a capitalizar e excluídas as rendas a apropriar de operações em atraso que supera 60 dias, cujo valor não está registrado nas demonstrações contábeis. Essa forma de cálculo está em conformidade com o disposto na Resolução CMN nº 2.682 de 21 de dezembro de 1999.

f) Provisão para Bônus de Adimplência

A provisão para Bônus de Adimplência, concedida aos mutuários que realizam o pagamento da parcela da dívida até a data do respectivo vencimento, é constituída com base nos saldos de encargos financeiros relativos às operações contratadas, renegociadas ou repactuadas com os encargos prefixados estabelecidos na MP nº 2.035-28, de 21 de dezembro de 2000, convertida na Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001.

g) Provisão para Dispensa de Correção Monetária

A provisão para Dispensa de Correção Monetária é constituída com base nos saldos das rubricas de encargos a capitalizar das operações renegociadas com base na Lei nº 10.437, de 25 de abril de 2002 e corresponde aos descontos relativos à variação do preço mínimo do produto vinculado à operação. Os encargos dessas operações são capitalizados e exigíveis anualmente.

h) Estimativas Contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração do Fundo use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os cálculos da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, da Provisão para Rebates sobre Encargos, da Provisão para Bônus de Adimplência e da Provisão para Dispensa de Correção Monetária estão sujeitos à utilização de premissas e estimativas, e as perdas efetivas poderão resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo de apuração das referidas provisões. A Administração do Fundo revisa as estimativas e premissas, no mínimo semestralmente.

i) Moeda Funcional

As demonstrações contábeis do FCO estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e a moeda de apresentação do Fundo.

j) Tributos

Conforme o disposto no art. 8º da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, o Fundo goza de isenção tributária, estando os seus resultados, rendimentos e operações de financiamento livres de quaisquer tributos.

k) Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros – Imparidade

Ao final de cada período de reporte, o FCO avalia, com base em fontes internas e externas de informação, se há alguma indicação de que um ativo não financeiro possa ter sofrido desvalorização. Se houver indicação de desvalorização, é feita estimativa do valor recuperável do ativo. O valor recuperável do ativo é o maior entre o seu valor justo menos os custos para vendê-lo e o seu valor em uso.

Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma provisão para perda por imparidade, que é reconhecida na Demonstração do Resultado.

4 – Caixa e Equivalentes de Caixa

a) Composição

	30/06/2012	31/12/2011
Disponibilidades	65.175	617.511
Total	65.175	617.511

b) Rendas sobre Valores Disponíveis

As Rendas sobre Valores Disponíveis decorrem da remuneração dos recursos ainda não desembolsados pelo administrador (Banco do Brasil), calculados com base na taxa "extra-mercado" divulgada pelo Banco Central do Brasil, em consonância com a Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001.

	1º Sem/2012	1º Sem/2011
Rendas sobre Valores Disponíveis	14.276	47.203
Total	14.276	47.203

5 – Devedores por Repasses – Carteira de Financiamentos e Encargos a Capitalizar

Representa os valores aplicados pelo Banco do Brasil S.A. e por outras instituições autorizadas, junto aos setores produtivos da região, de acordo com a programação anual de financiamentos.

a) Composição da Carteira de Devedores por Repasses

	R\$ mil			
	30.06.2012	%	31.12.2011	%
Financiamentos e Encargos a Capitalizar				
Repasses Banco do Brasil	16.926.399	99,6	15.331.068	99,6
Repasses Outras Instituições Financeiras	73.221	0,4	61.469	0,4
Total	16.999.620	100,0	15.392.537	100,0
Ativo Circulante	4.777.165	28,1	4.455.846	28,9
Ativo Não Circulante	12.221.855	71,9	10.936.691	71,1

b) Rendas de Operações de Crédito

	R\$ mil	
	1º Sem/2012	1º Sem/2011
Financiamentos e Encargos	160.608	115.458
Recuperação de Crédito	9.920	14.312
Total	170.528	129.770

c) Composição da Carteira por Setor de Atividade

	R\$ mil			
	30.06.2012	%	31.12.2011	%
Financiamentos				
Banco do Brasil	16.926.399	99,6	15.331.068	99,6
Rural Investimento	7.261.447	42,7	6.751.636	43,9
Industrial/Agroindustrial	2.489.976	14,6	2.440.076	15,9
Rural Pronaf	2.302.555	13,5	2.085.224	13,5
Comércio e Serviços	2.121.202	12,5	1.863.202	12,1
Infra-estrutura	950.033	5,6	647.649	4,2
Rural Reforma Agrária	443.219	2,6	449.526	2,9
Rural Custeio	547.216	3,2	390.086	2,5
Pronatureza	447.657	2,6	386.835	2,5
Desenvolvimento do Turismo	363.094	2,1	316.834	2,1
Outras Instituições Financeiras	73.221	0,4	61.469	0,4
Repasso*	73.221	0,4	61.469	0,4
Total	16.999.620	100,0	15.392.537	100,0

*O art 9º da lei nº 7.827/89 estabeleceu a possibilidade de repasse de recursos do FCO a outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. As instituições que firmaram contrato com o Banco do Brasil S.A. para esse fim foram: Banco de Brasília S.A., Banco Cooperativo do Brasil S.A., Banco Cooperativo Sicredi S.A e Agência de Fomento de Goiás S.A. As transferências de recursos do fundo iniciaram-se em novembro de 2008.

d) Composição da Carteira por Faixa de Risco

	R\$ mil			
Faixa de Risco	30.06.2012	%	31.12.2011	%
* AA	16.107.471	94,8	13.818.076	89,7
A	2.646	0,0	473.976	3,1
B	12.162	0,1	150.605	1,0
C	13.776	0,1	20.310	0,1
D	28.231	0,2	163.651	1,1
E	8.078	0,0	26.937	0,2
F	15.659	0,1	1.089	--
G	8.775	0,1	4.926	--
H	802.823	4,7	733.067	4,8
Total	16.999.620	100,0	15.392.537	100,0

*Encontram-se classificadas no nível AA as operações, no montante de R\$ 15.390.187 mil (R\$ 13.819.465 mil no exercício de 2011), cujo risco é assumido pelo agente financeiro Banco do Brasil, conforme definido na Medida Provisória 2.196-1.

e) Composição da Carteira por Risco de Crédito

RISCO	FCO%	Banco do Brasil %	R\$ mil	
			30.06.2012	31.12.2011
Risco Procera	--	--	88.950	80.903
Risco Compartilhado	50	50	35.756	44.528
Risco FCO	100	--	1.463.768	1.451.297
Risco Banco do Brasil	--	100	15.411.146	13.815.809
Total			16.999.620	15.392.537

f) Composição da Carteira de por Níveis de Risco e Prazos de Vencimento

Operações em Curso Normal											R\$ mil	
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	Total	
Parcelas Vincendas												
01 a 30	36.074	968	45	14	24			5	73	37.203	234.454	
31 a 60	84.809	69	35	68	3	11	56	-	33	85.084	245.491	
61 a 90	163.406	10	80	64	15	2	160		3	153.740	261.411	
91 a 180	408.547	509	1.023	501	276	11	97	199	240	411.403	910.041	
181 a 360	696.313	472	1.277	877	397	29	25		604	699.994	2.075.080	
Acima de 360	14.334.489	618	7.050	6.772	6.450	1.979	2.895	1.074	46.120	14.407.447	10.936.691	
Subtotal	15.713.638	2.646	9.510	8.296	7.165	2.032	3.233	1.278	47.073	15.794.871	14.663.168	

Operações em Curso Anormal											R\$ mil	
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	Total	
Parcelas Vencidas												
01 a 30	41.265	-	850	18	4	14	19	23	1.040	43.233	24.108	
31 a 60	23.057	-	1.802	723	9	0	19	5	741	26.356	18.557	
61 a 90	10.618	-	-	2.406	207	22	1	5	768	23.227	19.279	
91 a 180	70.596	-	-	2.328	20.846	371	4.121	524	6.341	105.127	19.270	
181 a 360	145.378	-	-	4	0	5.639	8.266	6.940	7.231	173.458	26.495	
Acima de 360	93.719	-	-	0	0	0	0	0	739.629	833.348	621.660	
Subtotal	393.833	-	2.652	5.479	21.066	6.046	12.426	7.497	765.760	1.204.749	729.369	
Total	16.107.471	2.646	12.162	13.775	28.231	8.078	15.669	8.775	802.823	16.999.620	15.392.537	

g) Constituição da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Risco	PCLD 30.06.2012									
	Carteira Total					Carteira de Responsabilidade do FCO				
	Integral (100%)	Compartilhado (60%)		Procera		Risco FCO (A+B)		% Provisão	Provisão	%
AA	15.390.147	602.990	40	40	69.949	603.029	--	--	--	--
A	--	607	936	936	--	1.493	0,5	7	--	--
B	--	3.522	4.308	4.308	--	7.830	1	78	--	--
C	--	7.284	3.201	3.201	--	10.335	3	313	0,1	0,1
D	--	23.228	2.486	2.486	--	25.714	10	2.571	0,5	0,5
E	--	7.078	483	483	--	7.561	30	2.268	0,4	0,4
F	--	15.325	49	49	--	15.374	50	7.687	1,4	1,4
G	--	7.175	675	675	--	7.850	70	5.496	1,0	1,0
H	--	527.829	4.965	4.965	--	532.794	100	532.795	96,7	96,7
Total	15.390.147	1.194.988	17.143	17.143	69.949	1.212.080		551.215	100,0	100,0
Ativo Circulante								460.636		83,6
Ativo Não Circulante								90.579		16,4

A base de cálculo da PCLD está representada pelo saldo devedor das operações, excluídas as Rendas a Apropriar (R\$ 310.250 mil), cujo valor não está registrado nas demonstrações contábeis. Essa forma de cálculo está em conformidade com o disposto na Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999.

R\$ mil

PCLD 31.12.2011										
Risco	Carteira Total					Carteira de Responsabilidade do FCO				
	Integral (100%)		Compartilhado (60%)			Procera	Risco FCO (A+B)	% Provisão	Provisão	%
	BB	FCO (A)	BB	FCO (B)	FCO (A+B)					
AA	13.815.809	726.652	656	655	80.903	727.307	--	--	--	
A	--	261.918	2.024	2.025	--	253.943	0,5	270	0,3	
B	--	6.372	5.141	5.141	--	11.513	1	115	--	
C	--	--	4.943	4.942	--	4.942	3	148	--	
D	--	283	3.099	3.100	--	3.383	10	338	0,1	
E	--	--	788	787	--	787	30	236	0,1	
F	--	--	88	89	--	89	50	44	--	
G	--	200	445	445	--	645	70	452	0,1	
H	--	465.872	5.080	5.080	--	470.952	100	470.952	99,4	
Total	13.816.809	1.451.297	22.264	22.264	80.903	1.473.661		473.555	100,0	
Ativo Circulante								405.135	85,6	
Ativo Não Circulante								68.420	14,4	

h) Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

	R\$ mil	
	30.06.2011	31.12.2011
Saldo Inicial	473.555	463.193
Constituição/Reversão	81.434	15.325
Transferência para Prejuízo – Risco FCO	(3.774)	(4.963)
Saldo Final	551.215	473.555

No 1º semestre/2012 foram transferidos para perdas R\$ 106.627 mil (R\$ 122.122 mil no 1º semestre de 2011):

Risco Operacional	Valores de Perdas do 1º Sem de 2012			Valores de Perdas do 1º Sem de 2011		
	Total	Assumidos		Total	Assumidos	
		BB	FCO		BB	FCO
BB	101.962	101.962	--	118.971	118.971	--
Compartilhado	782	897	897	932	466	466
FCO	2.883	--	2.883	2.219	--	2.219
Total	106.627	102.853	3.774	122.122	119.437	2.685

Durante o primeiro semestre de 2012 foi recuperado para o Fundo o montante de R\$ 9.920 mil (R\$ 14.312 mil no primeiro semestre de 2011) referente a operações de risco FCO e 50% de risco compartilhado, já baixadas para prejuízo.

Os valores das operações registradas como perda com risco do Banco do Brasil e a metade de risco compartilhado são ressarcidos mensalmente ao Fundo mediante crédito na conta de recursos disponíveis.

i) Resultado com Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

	R\$ mil	
	1º Sem 2012	1º Sem 2011
Despesa com Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	(140.626)	(29.025)
Reversão de Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	59.192	11.721
Total	(81.434)	(17.304)

j) Provisão para Rebates sobre Encargos

	R\$ mil	
	30.06.2012	31.12.2011
Saldo Inicial	132.601	144.804
Utilização	(7.842)	(16.490)
Complemento/Reversão	1.151	4.287
Saldo Final	125.910	132.601
Ativo Circulante	18.266	18.242
Ativo Não Circulante	107.644	114.359

k) Resultado com Provisão para Rebates Sobre Encargos

	R\$ mil	
	1º Sem 2012	1º Sem 2011
Despesa com Provisão para Rebates sobre Encargos	(1.450)	(3.269)
Reversão de Provisão para Rebates sobre Encargos	2.601	1.105
Total	1.151	(2.164)

l) Provisão para Bônus de Adimplência

	R\$ mil	
	30.06.2012	31.12.2011
Saldo Inicial	175.238	177.141
Utilização	(56.056)	(128.324)
Complemento/Reversão	66.769	126.421
Saldo Final	185.951	175.238
Ativo Circulante	48.156	45.966
Ativo Não Circulante	137.795	129.272

m) Resultado com Provisão para Bônus de Adimplência

	R\$ mil	
	1º Sem 2012	1º Sem 2011
Despesa com Provisão para Bônus de Adimplência	(66.768)	(72.051)
Reversão de Provisão para Bônus de Adimplência	-	254
Total	(66.768)	(71.797)

n) Provisão para Dispensa de Correção Monetária

	R\$ mil	
	30.06.2012	31.12.2011
Saldo Inicial	158.307	180.369
Utilização	(3.536)	(17.838)
Complemento/Reversão	(20.097)	(4.224)
Saldo Final	134.674	158.307
Ativo Circulante	46.925	59.682
Ativo Não Circulante	87.749	98.625

o) Resultado com Provisão para Dispensa de Correção Monetária

	R\$ mil	
	1º Sem 2012	1º Sem 2011
Despesa com Provisão para Dispensa de Correção Monetária	(2.152)	(2.516)
Reversão de Provisão para Dispensa de Correção Monetária	22.249	2.177
Total	20.097	(339)

6 – Outros Créditos - Devedores Diversos

Refere-se à remuneração dos recursos disponíveis, conforme previsto na legislação do Fundo, ainda não recebida do Banco do Brasil S.A.

	R\$ mil	
	30.06.2012	31.12.2011
Valores a Receber	1.850	6.993
Total	1.850	6.993

7 – Credores Diversos

Refere-se aos valores devidos a empresa de auditoria independente e ao Banco do Brasil, relativo à taxa de administração incidente sobre o Patrimônio Líquido, ainda não repassados.

	R\$ mil	
	30.06.2012	31.12.2011
Auditoria Independente	2	5
Taxa de Administração	0	2.815
Total	2	2.820

8 – Despesas com Taxa de Administração

A Despesa com Taxa de Administração é calculada mensalmente, aplicando-se o percentual de 3% ao ano sobre o Patrimônio Líquido do Fundo, limitada, em cada exercício, a 20% do valor das transferências de que trata a alínea "c", inciso I, art. 159 da Constituição Federal, efetuadas pelo tesouro nacional, deduzidas do saldo das operações do fundo utilizadas como Capital de Referência nível II.

	R\$ mil	
	1º Sem 2012	1º Sem 2011
Despesas do Período	4.719	2.206
Total	4.719	2.206

9 – Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido corresponde ao saldo do exercício anterior acrescido das transferências do Tesouro Nacional e do Superávit do período. De acordo com o art. 6º, inciso I, da Lei nº 7.827 de 27 de setembro de 1989, os repasses do Tesouro Nacional aos Fundos Constitucionais de Financiamento são provenientes de 3% do produto da arrecadação do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza e do imposto sobre produtos industrializados, na forma do art. 159, inciso I, alínea "c" da Constituição Federal, cabendo ao FCO o percentual de 0,6% daquele montante arrecadado.

Os saldos das transferências do Tesouro Nacional e do Superávit do Exercício, em 30.06.2012 e 30.06.2011 são os seguintes:

	R\$ mil	
	30.06.2012	31.12.2011
Transferências do Exercício	941.289	1.676.867
Superávit do Período	63.084	244.334
Transferências de Exercícios Anteriores	12.856.423	10.979.556
Superávit de Exercícios Anteriores	2.418.097	2.173.763
Total	16.068.893	15.074.520

10 - Partes Relacionadas

O FCO realiza transações com o Tesouro Nacional (patrocinador) e o Banco do Brasil S.A. (administrador do Fundo).

Sumário das Transações com Partes Relacionadas

Os saldos das operações do FCO com as partes relacionadas no período são os seguintes:

	30.06.2012			31.12.2011		
	Patrocinador	Administrador	Total	Patrocinador	Administrador	Total
Ativos						
Disponibilidades	55.175	165.175	220.350	617.511	617.511	1.235.022
Devedores por Repasses	--	16.001.870	16.001.870	--	14.452.836	14.452.836
Outros Créditos	1.850	1.850	3.700	6.993	6.993	13.986
Passivos						
Taxa de Administração	--	--	--	2.815	2.815	5.630
Patrimônio Líquido						
Transferências do Exercício	941.289	--	941.289	1.676.867	--	1.676.867
Resultado						
Repassadas Operações de Crédito	--	170.528	170.528	278.209	--	278.209
Rendas sobre Valores Disponíveis	--	14.276	14.276	91.316	--	91.316
Despesas com Taxa de Administração	--	(4.719)	(4.719)	(6.756)	--	(6.756)

11 - Contingências

Até o final do primeiro semestre, o Administrador não teve conhecimento da existência de quaisquer obrigações contingentes imputadas ao Fundo e que devam ser objeto de registro contábil. Estas avaliações são efetuadas com o apoio da consultoria jurídica do Administrador Banco do Brasil S.A.

12 - Gerenciamento de Riscos

Os ativos que compõem a carteira do FCO estão, por sua própria natureza, sujeitos aos riscos de crédito e de mercado, o que pode acarretar perda patrimonial ao Fundo.

a) Risco de Crédito

Risco de Crédito está associado à possibilidade de perda resultante da incerteza quanto ao recebimento de valores pactuados com tomadores de empréstimos, contrapartes de contratos ou emissores de títulos.

No caso do FCO, para se alinhar às melhores práticas de gestão do risco de crédito e aumentar a eficiência na gestão do seu capital econômico, o Banco do Brasil S.A., na função de administrador deste Fundo Constitucional, utiliza métricas de risco e retorno como instrumentos de disseminação da cultura na Instituição, presentes em todo o seu processo de crédito.

A mensuração econômica do risco é feita utilizando-se os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, que considera a classificação das operações em faixas de riscos, conforme Nota 5.d, sobre a carteira de financiamentos, cujo risco é atribuído ao FCO, conforme Nota 5.e.

b) Risco de Mercado

Risco de Mercado reflete a possibilidade de perdas que podem ser ocasionadas por mudanças no comportamento das taxas de juros, do câmbio, dos preços das ações e dos preços de commodities.

A exposição do FCO ao risco de mercado decorrente das alterações das taxas de juros é mitigada, considerando que cerca de 90% de sua carteira de crédito constitui risco do Banco do Brasil S.A., conforme (Nota 5.d).

Os métodos utilizados para gerenciar os riscos aos quais o Fundo se encontra sujeito não constituem garantia contra eventuais perdas patrimoniais que possam ser incorridas pelo Fundo.

Diretoria de Governo

Alexandre Carneiro Cerqueira
Gerente Executivo

Contadoria

Eduardo Cesar Pasa
Contador Geral
Contador CRC-DF 017.601/0-5
CPF 541.035.920-87

Eslei José de Moraes
Contador CRC-DF 21335/0
CPF 391.384.701-44



KPMG Auditores Independentes
SBS - Qd. 02 - Bl. Q - Lote 03 - Salas 708 a 711
Edifício João Carlos Saad
70070-120 - Brasília, DF - Brasil
Caixa Postal 8587
70312-970 - Brasília, DF - Brasil

Central Tel 55 (61) 2104-2400
Fax 55 (61) 2104-2406
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores do
Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)
(Administrado pelo Banco do Brasil S.A.)
Brasília - DF

Examinamos as demonstrações contábeis do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO ("Fundo"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração do Fundo é responsável pela elaboração e pela adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos fundos constitucionais e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis do Fundo para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Fundo. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.



KPMG Auditores Independentes
SBS - Qd. 02 - Bl. Q - Lote 03 - Salas 708 a 711
Edifício João Carlos Saad
70070-120 - Brasília, DF - Brasil
Caixa Postal 8587
70312-970 - Brasília, DF - Brasil

Central Tel 55 (61) 2104-2400
Fax 55 (61) 2104-2406
Internet www.kpmg.com.br

Base para conclusão com ressalva

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 3c, o Fundo vem reconhecendo, no resultado, a renda das operações de risco de crédito próprio em atraso com prazo superior a 60 (sessenta) dias, em desacordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999, cujo normativo é observado pelo Administrador na política contábil do Fundo para o registro das operações de crédito. Adicionalmente, e em conexão com o mesmo assunto, o Fundo utilizou um valor estimado de saldo de rendas a apropriar para o cálculo da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) sobre as operações de crédito de risco próprio, cujo valor está mencionado na Nota Explicativa 5g. Para ambas as situações, não foi praticável concluirmos com relação aos respectivos efeitos nas demonstrações contábeis do Fundo.

Opinião

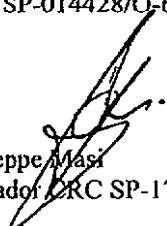
Em nossa opinião, exceto quanto aos assuntos mencionados no parágrafo "Base para conclusão com ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO em 30 de junho de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos fundos constitucionais, conforme descritas na Nota Explicativa nº 3.

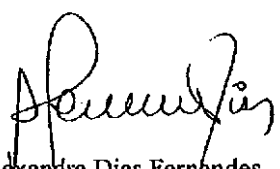
Base de elaboração das demonstrações contábeis

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para as Notas Explicativas nº 2 e 3, que descrevem a base de elaboração das demonstrações contábeis do Fundo. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela Administração para cumprir os requisitos dos normativos aplicáveis aos fundos constitucionais. Consequentemente, essas demonstrações contábeis podem não ser adequadas para outro fim.

Brasília, 7 de dezembro de 2012

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-DF


Giuseppe Masi
Contador CRC SP-176273/O-7 S-DF


Alexandre Dias Fernandes
Contador CRC DF-012460/O-2

**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
SECRETARIA DE FUNDOS REGIONAIS E INCENTIVOS FISCAIS
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE**

**FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO
DO CENTRO-OESTE (FCO)**

RELATÓRIO DE GESTÃO

1º SEMESTRE DE 2012

PARECER-CONJUNTO N.º 24-SFRI/SUDECO, DE 26.12.2012

*Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)
Relatório de Gestão – 1º Semestre de 2012*

ÍNDICE

1.	APRESENTAÇÃO.....
2.	DADOS GERAIS SOBRE A UNIDADE JURISDICIONADA (UJ).....
3.	POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL (PNDR).....
4.	ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO.....
5.	PROGRAMAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DE 2012.....
5.1.	DIRETRIZES, ORIENTAÇÕES GERAIS E PRIORIDADES.....
5.2.	PROGRAMAS E LINHAS DE FINANCIAMENTO.....
6.	PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2012.....
6.1.	RECURSOS PREVISTOS PARA O EXERCÍCIO DE 2012.....
6.2.	DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS PREVISTOS PARA O EXERCÍCIO POR UF E SETOR.....
6.3.	DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS PREVISTOS PARA O EXERCÍCIO POR UF, PORTE, SETOR E LINHA.....
7.	PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA PARA O 1º SEMESTRE DE 2012.....
7.1.	RECURSOS PREVISTOS PARA O 1º SEMESTRE DE 2012.....
7.2.	DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS PREVISTOS PARA O 1º SEMESTRE POR UF E SETOR.....
7.3.	DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS PREVISTOS PARA O 1º SEMESTRE POR UF, PORTE, SETOR E LINHA.....
8.	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO 1º SEMESTRE DE 2012.....
8.1.	ORÇAMENTOS PREVISTO E REALIZADO.....
8.2.	REPASSES DO TESOIRO NACIONAL.....
8.3.	RETORNOS DE FINANCIAMENTOS.....
8.4.	RESULTADO OPERACIONAL.....
8.5.	RECURSOS COMPROMETIDOS COM PARCELAS A LIBERAR.....
8.6.	DISTRIBUIÇÃO DO ORÇAMENTO REALIZADO POR UF E SETOR.....

9.	DESEMPENHO OPERACIONAL NO 1º SEMESTRE DE 2012	15
9.1.	CONTRATAÇÕES POR UF	15
9.1.1.	Contratações no DF	16
9.1.2.	Contratações no Estado de GO	17
9.1.3.	Contratações no Estado de MS	18
9.1.4.	Contratações no Estado de MT	19
9.2.	CONTRATAÇÕES POR PORTE	20
9.2.1.	Contratações com EI e mini, micro, pequenos e pequeno-médios tomadores	21
9.2.2.	Contratações com médios e grandes tomadores	22
9.3.	CONTRATAÇÕES POR SETOR	23
9.3.1.	Contratações com o setor empresarial	23
9.3.2.	Contratações com o setor rural	23
9.4.	CONTRATAÇÕES POR LINHA DE FINANCIAMENTO	24
9.4.1.	Contratações com os setores comercial e de serviços	26
9.5.	CONTRATAÇÕES PARA CUSTEIO E AQUISIÇÃO DE INSUMOS E/OU MATÉRIA-PRIMA	26
9.5.1.	Contratações junto a empreendedores individuais e mini, micro e pequenos tomadores	26
9.5.2.	Contratações junto a pequeno-médios, médios e grandes tomadores	27
9.6.	CONTRATAÇÕES POR ESPAÇO PRIORITÁRIO	28
9.6.1.	Contratações na Faixa de Fronteira	28
9.6.2.	Contratações na Mesorregião de Águas Emendadas	29
9.6.3.	Contratações segundo a Tipologia dos Municípios	29
9.6.4.	Contratações na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE)	29
9.7.	CONTRATAÇÕES COM NOVOS BENEFICIÁRIOS	30
9.8.	CONTRATAÇÕES COM VALOR SUPERIOR A R\$ 10 MILHÕES	30
9.9.	CONTRATAÇÕES POR INSTITUIÇÃO OPERADORA (IO)	30
9.10.	SITUAÇÃO DA DEMANDA	31
10.	ATENDIMENTO DOS INDICADORES E METAS	32
10.1.	INDICADORES DE DESEMPENHO	32
10.2.	METAS DE DESEMPENHO E RESULTADOS ALCANÇADOS	33
10.2.1.	Índice de Aplicação (IA)	34
10.2.2.	Índice de Contratações com Menor Porte (ICMP)	34
10.2.3.	Índice de Inadimplência (II)	34
10.2.4.	Índice de Cobertura de Contratações no Exercício (ICCE)	34
10.2.5.	Índice de Operações com Novos Beneficiários no Exercício Atual (ICNB)	34
10.2.6.	Índice de Contratações por UF (ICUF)	35
10.2.7.	Índice de Contratações por Setor (ICS)	35
10.2.8.	Índice de Tempo Médio de Contratação (ITM)	35
11.	ATENDIMENTO ÀS DIRETRIZES, ORIENTAÇÕES GERAIS E PRIORIDADES	35
11.1.	PRIORIDADES GERAIS, SETORIAIS E ESPACIAIS	36
12.	SITUAÇÃO DA CARTEIRA DE FINANCIAMENTOS	38
12.1.	SALDO DE FINANCIAMENTOS POR UF, PORTE, SETOR E LINHA	38
12.2.	SALDO DOS FINANCIAMENTOS ALONGADOS NOS TERMOS DAS LEIS N.º 9.138 E 10.437	40
12.3.	SALDO DOS FINANCIAMENTOS RENEGOCIADOS NO ÂMBITO DO PESA	40
12.4.	SALDO DOS FINANCIAMENTOS RENEGOCIADOS NOS TERMOS DA LEI N.º 10.177/2001	40
12.5.	PRORROGAÇÕES CONCEDIDAS NO 1º SEMESTRE DE 2012	40
12.6.	SALDO DE FINANCIAMENTOS POR ENCARGOS PACTUADOS	41
12.7.	SALDO DE FINANCIAMENTOS POR RISCO OPERACIONAL	41
12.7.1.	Risco 100% ou exclusivo do Banco do Brasil	42
12.7.2.	Risco Compartilhado	42
12.7.3.	Risco 100% ou integral do Fundo	43

12.7.4.	<i>Risco de Terceiros</i>	44
12.8.	SALDO DE FINANCIAMENTOS DA REFORMA AGRÁRIA.....	44
12.9.	SALDOS DE FINANCIAMENTOS VINCENDOS E VENCIDOS – ÍNDICES DE INADIMPLÊNCIA	44
13.	OUTROS ASPECTOS	46
13.1.	SITUAÇÃO DOS RECURSOS.....	46
13.2.	REMUNERAÇÃO DOS RECURSOS DISPONÍVEIS	46
13.3.	REMUNERAÇÃO DOS RECURSOS APLICADOS.....	47
13.4.	REMUNERAÇÃO DO BANCO OPERADOR.....	47
13.5.	REMUNERAÇÃO DO BANCO ADMINISTRADOR	47
13.6.	REBATES E BÔNUS DE ADIMPLÊNCIA.....	47
13.7.	OPERAÇÕES LEVADAS A PERDA OU PREJUÍZO.....	47
13.8.	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	48
13.9.	OPERAÇÕES AJUIZADAS	48
13.10.	FISCALIZAÇÃO, CONTROLE E AUDITAGEM	49
13.10.1.	<i>Fiscalização</i>	49
13.10.2.	<i>Controle</i>	49
13.10.3.	<i>Auditoria</i>	49
13.11.	AUDITORIA EXTERNA.....	49
14.	ANÁLISE ECONÔMICA E SOCIAL	51
15.	LEGISLAÇÃO EDITADA NO PERÍODO	52
15.1.	LEIS E MEDIDAS PROVISÓRIAS	52
15.2.	RESOLUÇÕES CMN/BACEN.....	52
15.3.	RESOLUÇÕES DO CONDEL/FCO.....	52
16.	AÇÕES DESENVOLVIDAS PELO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL	53
16.1.	SEMINÁRIOS FCO ITINERANTE.....	54
16.1.1.	<i>Planejamento e Organização</i>	54
16.1.2.	<i>Resultados</i>	54
17.	SÍNTESE DAS OBSERVAÇÕES	56
18.	PARECER E RECOMENDAÇÕES	59

1. APRESENTAÇÃO

O Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) foi criado pela Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, que regulamentou o art. 159, inciso I, alínea "c", da Constituição Federal, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento econômico e social da Região Centro-Oeste, mediante a execução de programas de financiamento aos setores produtivos, em consonância com o respectivo Plano Regional de Desenvolvimento (PNDR).

Sua principal fonte de recursos é constituída pelo repasse, efetuado pela Secretaria do Tesouro Nacional, de 0,6% (seis décimos por cento) do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados (alínea "c" do inciso I do art. 159 da Constituição Federal e inciso I do parágrafo único do art. 6º da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989).

A área de abrangência do FCO está restrita à Região Centro-Oeste, integrada pelos Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Distrito Federal. De acordo com os registros do IBGE, a Região conta com 466 municípios.

Desde sua criação, o FCO tem sido um importante e eficiente instrumento a serviço da política pública de redução das desigualdades intra e interregionais e de promoção do desenvolvimento econômico e social na Região Centro-Oeste. Com isso, o Fundo tornou-se um dos principais instrumentos na implementação das ações de fomento às atividades produtivas desenvolvidas na Região, previstas na Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR).

O presente Relatório resulta do trabalho realizado pelo Ministério da Integração Nacional (MI), por meio da Secretaria de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais (SFRI) e da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), com o objetivo de avaliar o Relatório, elaborado pelo Banco do Brasil S.A., referente às Atividades Desenvolvidas e os Resultados Obtidos com a Aplicação dos Recursos do FCO, no 1º semestre de 2012.

Com esse propósito, abordã os financiamentos concedidos por setores econômicos, portes de beneficiários, Unidades Federativas e áreas prioritárias, entre outras variáveis, além de suas repercussões nos ambientes econômicos e sociais da Região. São examinadas, igualmente, a movimentação financeira e a situação dos recursos, observando-se as aplicações realizadas, a situação patrimonial e os elementos de natureza operacional e financeira.

2. DADOS GERAIS SOBRE A UNIDADE JURISDICIONADA (UJ)

Nome Completo e Oficial do Fundo	Vinculação Ministerial
Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO).	Ministério da Integração Nacional (MI).
Natureza Jurídica	
Fundo Constitucional de Financiamento – Fundo Especial de Natureza Financeira (art. 71, § 2º, do Decreto n.º 93.872, de 23.12.1986).	

Normativos de criação, definição de competências e estrutura organizacional e respectiva data de publicação no Diário Oficial da União

Normas

- o art. 159, inciso I, alínea "c", da Constituição Federal destinou 3% do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados para aplicação em programas de financiamento aos setores produtivos das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste;
- a Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, que regulamentou o art. 159, inciso I, alínea "c", da Constituição Federal, criou os Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte (FNO), do Nordeste (FNE) e do Centro-Oeste (FCO), com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento econômico e social das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste; e
- o art. 6º da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, destinou 0,6% do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados para o FCO.

Administradores

A administração do FCO é exercida pelos seguintes órgãos:

- Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Condel/Sudeco);
- Ministério da Integração Nacional (MI); e
- Banco do Brasil S.A. (BB).

Observações

- o § 3º do art. 10 da Lei Complementar n.º 129, de 08.01.2009, que instituiu a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), definiu que, até a instalação do Condel/Sudeco, as atribuições relativas ao FCO seriam exercidas temporariamente pelo Condel/FCO. Com a instalação, em 13.11.2012, do Condel/Sudeco, o Relatório sobre as Atividades Desenvolvidas e os Resultados Obtidos com a Aplicação dos Recursos do FCO, no 1º semestre de 2012, será submetido à sua consideração e deliberação, e não mais à do Condel/FCO;
- com a publicação, em 16.05.2011, dos Decretos n.º 7.471 e 7.472, de 04.05.2011, os quais aprovaram, respectivamente, as Estruturas Regimentais da Sudeco e do MI, as atribuições relativas ao FCO, antes sob a responsabilidade das extintas Secretarias de Políticas de Desenvolvimento Regional e de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SCO), no âmbito do MI, passaram a ser exercidas pela nova Secretaria de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais (SFRF);
- o presente relatório encontra-se assinado pelos atuais gestores da SFRF e da Sudeco e apresenta a análise do Relatório de Atividades Desenvolvidas e dos Resultados Obtidos com a Aplicação dos Recursos do FCO, no 1º semestre de 2012, a que se refere o art. 20 da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, sob a responsabilidade da administração do Fundo no período.

Competências dos Administradores

Condel/Sudeco:

- estabelecer, anualmente, as diretrizes, prioridades e programas de financiamento do FCO, em consonância com o respectivo Plano Regional de Desenvolvimento;
- aprovar, anualmente, até o dia 15 de dezembro, os programas de financiamento do Fundo para o exercício seguinte, estabelecendo, entre outros parâmetros, os tetos de financiamento por mutuário;
- avaliar os resultados obtidos e determinar as medidas de ajustes necessárias ao cumprimento das diretrizes estabelecidas e à adequação das atividades de financiamento às prioridades regionais;
- encaminhar o programa de financiamento para o exercício seguinte, juntamente com o resultado da apreciação e o parecer aprovado pelo Colegiado, à Comissão Mista permanente de que trata o § 1º do art. 166 da Constituição Federal, para conhecimento e acompanhamento pelo Congresso Nacional; e
- apreciar e encaminhar periodicamente às comissões que tratam da questão das desigualdades inter-regionais de desenvolvimento na Câmara dos Deputados e no Senado Federal e à Comissão Mista permanente de que trata o § 1º do art. 166 da Constituição Federal relatório circunstanciado sobre as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos, acompanhado das demonstrações contábeis, devidamente auditadas, para efeito de fiscalização e controle.

Ministério da Integração Nacional:

- estabelecer as diretrizes e orientações gerais para as aplicações dos recursos do FCO, de forma a compatibilizar os programas de financiamento com as orientações da política macroeconômica, das políticas setoriais e da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR);
- analisar a proposta de programação orçamentária anual do FCO, compatibilizando os respectivos programas com as diretrizes e orientações gerais traçadas pelo Ministério, em articulação com os Conselhos de Desenvolvimento dos Estados da Região e do Distrito Federal;
- gerenciar, acompanhar e avaliar a aplicação dos recursos do FCO.

Banco do Brasil:

- aplicar os recursos e implementar a política de concessão de crédito de acordo com os programas aprovados pelo Conselho Deliberativo;
- definir normas, procedimentos e condições operacionais próprias da atividade bancária, respeitadas, dentre outras, as diretrizes constantes dos programas de financiamento aprovados pelo Conselho Deliberativo;
- analisar as propostas em seus múltiplos aspectos, inclusive quanto à viabilidade econômica e financeira do empreendimento, mediante exame da correlação custo/benefício, e quanto à capacidade futura de reembolso do financiamento almejado, para, com base no resultado dessa análise, enquadrar as propostas nas faixas de encargos e deferir os créditos;
- formalizar contratos de repasses de recursos do Fundo, na forma prevista no art. 9º da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989;
- prestar contas sobre os resultados alcançados, desempenho e estado dos recursos e aplicações ao Ministério da Integração Nacional e ao Conselho Deliberativo;
- exercer outras atividades inerentes à aplicação dos recursos e à recuperação dos créditos, inclusive a de renegociar dívidas, nos termos definidos nos arts. 15-B, 15-C e 15-D da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989; e
- encaminhar ao Ministério da Integração Nacional, até o dia 30 de setembro de cada ano, para análise a proposta dos programas de financiamento para o exercício seguinte.

Estrutura Organizacional

O FCO não possui estrutura orgânica.

Número do CNPJ

00.394.460/0414-17.

Nome e Código no SIAFI da Unidade Gestora

UG 53.7003 – Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste.

Código da UJ Titular do Relatório

Órgão 53.902 – Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste.

Endereço Completo da Sede dos Administradores**Condrel/Sudeco:**

- SBN, Quadra 2, Lote 11, Edifício Apex Brasil, Portaria B, 2º Subsolo, Brasília (DF), CEP 70.040-020; Telefone: 61-3414-0122; Fax: 61-3414-0143.

Ministério da Integração Nacional:

- SGAN 906 Norte, Módulo F, Bloco H, Edifício Celso Furtado, 3º andar, Gabinete, Brasília (DF), CEP 70.790-060; Telefone: 61-3414-5814; Fax: 61-3414-5638.

Banco do Brasil:

- SBS, Quadra 1, Bloco C, Lote 32, Ed. Sede III, 11º andar, Brasília (DF), CEP 70.073-901; Telefone: 61-3102-2123; Fax: 61-3310-8813; E-mail: governo@bb.com.br.

Endereço da Página Institucional dos Administradores na Internet

Condel/Sudeco:

- <http://www.sudeco.gov.br/>.

Ministério da Integração Nacional:

- <http://www.integracao.gov.br/apresentacao-fco>.

Banco do Brasil:

- <http://www.bb.com.br/portalbb/page3,110,4501,11,0,1,3.bb?codigoNoticia=337&codigoMenu=668&codigoRe t=927&bread=1 7>.

Situação da Unidade Jurisdicionada Em Funcionamento.	Função de Governo Predominante Administração.
Tipo de Atividade Execução de programas de financiamento aos setores produtivos para o desenvolvimento econômico e social da Região Centro-Oeste.	
Publicação no DOU do Regimento Interno da Unidade Jurisdicionada (UJ) O FCO não possui Regimento Interno, nem Estatuto por não ser aplicado aos Fundos Constitucionais de Financiamento.	

3. POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL (PNDR)

A Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) foi instituída pelo Decreto n.º 6.047, de 22.02.2007.

São espaços prioritários da PNDR os municípios integrantes das microrregiões classificadas como de economia dinâmica e estagnada, segundo a tipologia da PNDR, e, no caso da Região Centro-Oeste, as sub-regiões: Região Integrada de Desenvolvimento do DF e Entorno (RIDE), Mesorregião de Águas Emendadas e Faixa de Fronteira.

Dentre os 5.564 municípios brasileiros, 466 fazem parte da área de atuação do FCO. Observando a tipologia da PNDR, 8,1% dos municípios integrantes das microrregiões classificadas como de economia estagnada encontram-se na área de atuação do FCO. As outras classificações – dinâmica e alta renda – representam 13,3% e 9,4%, respectivamente:

Tabela 1: Número de Municípios segundo a Tipologia da PNDR

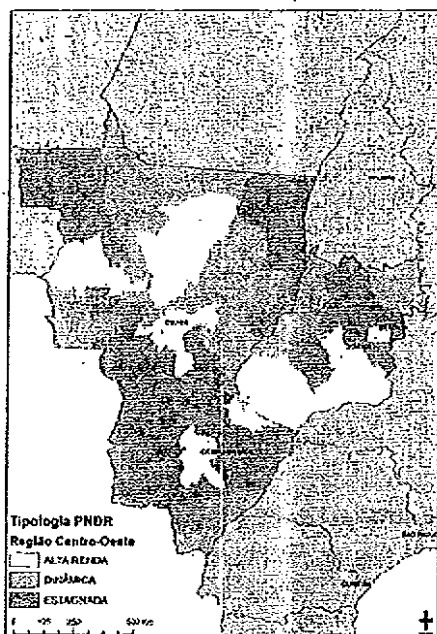
Tipologia	Brasil (a)	Centro-Oeste (b)	% (b/a)
Baixa Renda	715	-	-
Estagnada	2.276	185	8,1
Dinâmica	1.002	133	13,3
Alta Renda	1.571	148	9,4
Total	5.564	466	8,4

Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Regional do Ministério da Integração Nacional.

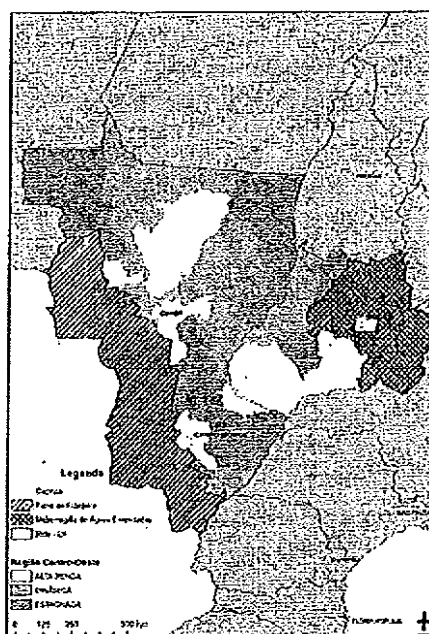
O Ministério da Integração Nacional vem orientando suas ações em função do mapa das desigualdades, produto do diagnóstico da PNDR:

Mapa 1: Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR)

Mapa 1.a: Tipologia da PNDR



Mapa 1.b: Espaços Prioritários



4. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

O acompanhamento do desempenho operacional do FCO e a avaliação dos resultados obtidos são realizados tendo por base o relatório semestral sobre as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos com a aplicação dos recursos do FCO que o Banco do Brasil S.A. apresenta ao Ministério da Integração Nacional em cumprimento ao que dispõe o art. 20 da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, com a redação dada pela Lei Complementar n.º 125, de 03.01.2007, acompanhado dos seguintes documentos: balancetes e balanços patrimoniais; relatório e parecer de auditores independentes; mapas estatísticos de operações contratadas por programa/linha, por setor, por porte de tomadores e por Unidade Federativa; dados gerenciais sobre a situação dos recursos, etc.

Cabe ao Ministério da Integração Nacional e à Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco) encaminhar o referido Relatório ao Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Condel/Sudeco), juntamente com sua apreciação, com vistas à avaliação dos resultados obtidos e à determinação das medidas de ajustes necessárias ao cumprimento das diretrizes, orientações gerais e prioridades estabelecidas.

5. PROGRAMAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DE 2012

A Programação do FCO para 2012 foi elaborada pelo Banco do Brasil S.A., avaliada pelo Ministério da Integração Nacional (MI) e aprovada pela Resolução Condel/FCO n.º 439, de 08.12.2011, publicada no DOU de 19.12.2011, em consonância com as diretrizes estabelecidas no art. 3º da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, com as diretrizes e orientações gerais estabelecidas pelo MI, com as diretrizes e prioridades estabelecidas pelo Condel/FCO e, ainda, com as contribuições originadas em reuniões com a participação de representantes das Unidades Federativas da Região e das classes produtoras e trabalhadoras, interessados na aplicação dos recursos do Fundo.

5.1. Diretrizes, Orientações Gerais e Prioridades

De acordo com atribuição prevista no art. 14-A da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, incluído pela Lei Complementar n.º 125, de 03.01.2007, o Ministério da Integração Nacional estabeleceu, por meio da Portaria n.º 685, de 21.09.2011, alterada pelas Portarias n.º 825, de 17.11.2011, n.º 120, de 07.03.2012, e n.º 557, de 04.10.2012, as diretrizes e orientações gerais para a formulação da proposta de Programação e a aplicação dos recursos do FCO no exercício de 2012.

O Condel/FCO, por sua vez, em conformidade com o art. 10 da Lei Complementar n.º 129, de 08.01.2009, estabeleceu, por meio da Resolução n.º 430, de 22.09.2011, alterada pela Resolução n.º 438, de 08.12.2011, as diretrizes e orientações gerais para a formulação da proposta de Programação e a aplicação dos recursos do FCO no exercício de 2012.

O Banco do Brasil S.A. formulou a proposta de Programação em consonância não só com as diretrizes e orientações gerais estabelecidas pelo MI e as diretrizes e prioridades definidas pelo Condel, mas também com as diretrizes estabelecidas no art. 3º da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), o Plano de Desenvolvimento do Centro-Oeste (PDCO) e as contribuições dos Conselhos de Desenvolvimento dos Estados e do Distrito Federal (CDE).

A proposta foi aprovada pelo Conselho Deliberativo do Fundo (Condel/FCO), por meio da Resolução n.º 439, de 08.12.2011, publicada no DOU de 19.12.2011, com base nas atribuições previstas nos incisos I e II do art. 14 da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989.

5.2. Programas e Linhas de Financiamento

Programa de FCO Empresarial de Apoio aos Empreendedores Individuais (EI) e às Micro e Pequenas Empresas (MPE):

- Linha de Financiamento para Empreendedores Individuais (EI);
- Linha de Financiamento de Desenvolvimento Industrial para MPE;
- Linha de Financiamento de Infraestrutura Econômica para MPE;
- Linha de Financiamento de Desenvolvimento do Turismo Regional para MPE;
- Linha de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços para MPE; e
- Linha de Financiamento de Ciência, Tecnologia e Inovação para MPE.

Programa de FCO Empresarial para Pequeno-Médias, Médias e Grandes Empresas (MGE):

- Linha de Financiamento de Desenvolvimento Industrial para MGE;
- Linha de Financiamento de Infraestrutura Econômica para MGE;
- Linha de Financiamento de Desenvolvimento do Turismo Regional para MGE;
- Linha de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços para MGE; e
- Linha de Financiamento de Ciência, Tecnologia e Inovação para MGE.

Programa de FCO Rural:

- Linha de Financiamento de Desenvolvimento Rural;
- Linha de Financiamento à Agropecuária Irrigada;
- Linha de Financiamento de Desenvolvimento de Sistema de Integração Rural (Convir);

- Linha de Financiamento para Redução da Emissão de Gases de Efeito Estufa na Agropecuária (Programa ABC):
 - Modalidade 1: Conservação da Natureza; e
 - Modalidade 2: Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF);
- Linha de Financiamento de Retenção de Matrizés na Planície Pantaneira;
- Linha de Financiamento de Apoio ao Desenvolvimento da Aquicultura;
- Linha de Financiamento de Apoio ao Desenvolvimento da Pesca;
- Linha Especial de Financiamento para Adequação do Sistema de Produção Pecuário na Região de Fronteira.

Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf):

- Pronaf; e
- Pronaf – Reforma Agrária (Planta Brasil).

Programa de FCO para Repasse:

- Programa de FCO Empresarial para Repasse; e
- Programa de FCO Rural para Repasse.

6. PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2012

6.1. Recursos previstos para o exercício de 2012

De acordo com a Programação do FCO para 2012, aprovada pela Resolução n.º 439, de 08.12.2011, publicada no DOU de 19.12.2011, o montante de recursos para aplicação no exercício de 2012 é de R\$ 4.974,1 milhões.

As principais fontes de recursos são: previsão de repasses do Tesouro Nacional provenientes da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados; previsão de retornos de parcelas de financiamentos (amortizações/liquidações); previsão de receitas e despesas do Fundo; disponibilidades apuradas em 31.12.2011; parcelas de operações contratadas em exercícios anteriores, ainda pendentes de liberação:

Tabela 2: Recursos previstos para o exercício de 2012

Origem	Valor
Repasses do Tesouro Nacional	1.920,8
Retornos de financiamentos	3.074,4
Resultado operacional	121,7
Disponibilidades ao final do exercício anterior	617,5
Recursos comprometidos com parcelas a liberar de operações contratadas em exercícios anteriores	(760,3)
Total	4.974,1

Fonte: Programação do FCO para 2012 e Relatório de Gestão do BB.

6.2. Distribuição dos recursos previstos para o exercício por UF e Setor

Em conformidade com a Programação do FCO para 2012, os recursos do Fundo foram distribuídos às Unidades Federativas do Centro-Oeste, de acordo com os seguintes percentuais: DF – 19,0%, GO – 29,0%, MS – 23,0% e MT – 29,0%, totalizando 100,0%.

Em cada Unidade Federativa, os recursos foram distribuídos, ainda, entre os setores empresarial e rural, segundo os percentuais por elas definidos.

Com base nesses percentuais, os recursos previstos para o exercício de 2012 por UF e setor são os seguintes:

Tabela 3: Distribuição dos Recursos por UF e Setor

	DF		GO		MS		MT		Região
	Valor	% em relação ao total	Valor	% em relação ao total	Valor	% em relação ao total	Valor	% em relação ao total	Valor
Empresarial	756.055	80,0%	721.237	50,0%	572.016	50,0%	721.237	50,0%	2.770.545
% em relação ao total	15,2%		14,5%		11,5%		14,5%		55,7%
Rural	189.014	20,0%	721.237	50,0%	572.016	50,0%	721.237	50,0%	2.203.503
% em relação ao total	3,8%		14,5%		11,5%		14,5%		44,3%
Total	945.069	100,0%	1.442.474	100,0%	1.144.031	100,0%	1.442.474	100,0%	4.974.048
% em relação ao total	19,0%		29,0%		23,0%		29,0%		100,0%

Fonte: Programação do FCO para 2012 e Relatório de Gestão do BB.

Os recursos distribuídos ao Distrito Federal são aplicados na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE/DF), exceto nos municípios localizados no Estado de Minas Gerais (Resolução Condell/FCO n.º 215, de 08.06.2004).

6.3. Distribuição dos recursos previstos para o exercício por UF, Porte, Setor e Linha

Os recursos previstos para o exercício de 2012 foram distribuídos por UF e setor e, também, por porte de beneficiário e linha de financiamento, considerando-se as disposições das Resoluções Condell/FCO n.º 197, de 20.06.2003, e 215, de 08.06.2004, as diretrizes e orientações gerais estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional, as diretrizes e prioridades estabelecidas pelo Condell/FCO e, ainda, os percentuais de distribuição por setor/linha definidos pelas Unidades Federativas da Região:

Tabela 4: Distribuição dos recursos previstos para o exercício por UF, Porte, Setor e Linha

R\$ Mil

	DF	GO	MS	MT	Região	%
Empreendedores Individuais e Mini, Micro, Pequenos e Pequeno-Médios Tomadores						
FCO Empresarial	385.588	367.831	291.728	367.831	1.412.978	28,4
Industrial	84.664	171.260	93.061	59.089	408.074	
Infraestrutura	90.997	38.992	20.596	59.089	209.674	
Turismo	84.664	38.992	21.296	118.177	263.130	
Comércio e Serviços/C,T&I	125.263	118.587	156.775	131.477	532.101	
FCO Rural	96.397	367.831	291.728	367.831	1.123.787	22,6
Pronaf-RA e Pronaf Demais	94.507	220.699	114.403	337.910	767.518	
Demais Rurais	1.890	147.132	177.325	29.921	356.268	
Subtotal	481.985	735.662	583.456	735.662	2.536.764	51,0

Médios e Grandes Tomadores						
FCO Empresarial	370.467	353.406	280.288	353.406	1.357.567	27,3
Industrial	77.449	137.898	174.619	75.695	465.662	
Infraestrutura	90.423	38.149	18.499	75.695	222.766	
Turismo	77.449	38.149	15.138	75.695	206.431	
Comércio e Serviços/C,T&I	125.146	139.211	72.032	126.321	462.709	
FCO Rural	92.617	353.406	280.288	353.406	1.079.717	21,7
Subtotal	463.084	706.812	560.575	706.812	2.437.283	49,0

Resumo Geral						
FCO Empresarial	756.055	721.237	572.016	721.237	2.770.544	55,7
Industrial	162.114	309.158	267.680	134.784	873.735	
Infraestrutura	181.420	77.141	39.095	134.784	432.439	
Turismo	162.114	77.141	36.434	193.872	469.561	
Comércio e Serviços/C,T&I	250.408	257.798	228.806	257.798	994.810	
FCO Rural	189.014	721.237	572.016	721.237	2.203.503	44,3
Pronaf-RA e Pronaf Demais	94.507	220.699	114.403	337.910	767.518	
Demais Rurais	94.507	500.538	457.612	383.327	1.435.985	
Total	945.069	1.442.474	1.144.031	1.442.474	4.974.048	100,0

Fonte: Programação do FCO para 2012 e Relatório de Gestão do BB.

7. PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA PARA O 1º SEMESTRE DE 2012

7.1. Recursos previstos para o 1º semestre de 2012

De acordo com o Relatório, elaborado pelo Banco do Brasil S.A., sobre as Atividades Desenvolvidas e os Resultados Obtidos com a Aplicação dos Recursos do FCO, no 1º semestre de 2012, o montante de recursos previstos para aplicação no período era de R\$ 2.335,0 milhões:

Tabela 5: Recursos previstos para o 1º semestre de 2012

R\$ Milhões

Origem	Valor
Repasse do Tesouro Nacional	934,8
Retornos de financiamentos	1.482,1
Resultado operacional	60,8
Disponibilidades ao final do exercício anterior	617,5
Recursos comprometidos com parcelas a liberar de operações contratadas em exercícios anteriores	(760,3)
Total	2.335,0

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

7.2. Distribuição dos recursos previstos para o 1º semestre por UF e Setor

De acordo com os percentuais de distribuição definidos na Programação do FCO para 2012, os recursos previstos para o 1º semestre por UF e setor eram os seguintes:

Tabela 6: Distribuição dos Recursos previstos para o 1º semestre por UF e Setor

	DF		GO		MS		MT		Região
	Valor	% em relação à UF	Valor	% em relação à UF	Valor	% em relação à UF	Valor	% em relação à UF	Valor
Empresarial	354.922	80,0%	338.577	50,0%	268.527	50,0%	338.577	50,0%	1.300.603
% em relação ao total	15,2%		14,5%		11,5%		14,5%		55,7%
Rural	88.731	20,0%	338.577	50,0%	268.527	50,0%	338.577	50,0%	1.034.411
% em relação ao total	3,8%		14,5%		11,5%		14,5%		44,3%
Total	443.653	100,0%	677.154	100,0%	537.053	100,0%	677.154	100,0%	2.335.014
% em relação ao total	19,0%		29,0%		23,0%		29,0%		100,0%

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

7.3. Distribuição dos recursos previstos para o 1º semestre por UF, Porte, Setor e Linha

Os recursos previstos para o 1º semestre de 2012 também foram distribuídos por UF, setor, porte de beneficiário e linha de financiamento, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Tabela 7: Distribuição dos recursos previstos para o 1º semestre por UF, Porte, Setor e Linha

	DF		GO		MS		MT		Região	%
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Empreendedores Individuais e Atm, Micro, Pequenos e Pequeno-Médios Tomadores										
FCO Empresarial	181.010		172.674		136.949		172.674		663.307	28,4
Industrial	39.745		80.396		43.687		27.738		191.566	
Infraestrutura	42.718		18.304		9.669		27.738		98.429	
Turismo	39.745		18.304		9.997		55.477		123.523	
Comércio e Serviços	58.803		55.669		73.596		61.720		249.789	
FCO Rural	45.253		172.674		136.949		172.674		527.550	22,6
Pronaf-RA e Pronaf Demais	44.365		103.605		53.705		158.628		360.303	
Demais Rurais	887		69.070		83.243		14.046		167.246	
Total	226.263		345.349		273.897		345.349		1.190.857	51,0
Médios e Grandes Tomadores										
FCO Empresarial	173.912		165.903		131.578		165.903		637.295	27,3
Industrial	36.358		64.735		81.973		35.534		218.600	
Infraestrutura	42.448		17.908		8.684		35.534		104.575	
Turismo	36.358		17.908		7.106		35.534		96.907	
Comércio e Serviços	58.748		65.351		33.814		59.300		217.214	
FCO Rural	43.478		165.903		131.578		165.903		506.861	21,7
Total	217.390		331.805		263.156		331.805		1.144.157	49,0
Resumo Geral										
FCO Empresarial	354.922		338.577		268.527		338.577		1.300.603	55,7
Industrial	76.103		145.131		125.660		63.273		410.166	
Infraestrutura	85.166		36.213		18.353		63.273		203.004	
Turismo	76.103		36.213		17.104		91.011		220.430	
Comércio e Serviços	117.551		121.020		107.411		121.020		467.003	
FCO Rural	88.731		338.577		268.527		338.577		1.034.411	44,3
Pronaf-RA e Pronaf Demais	44.365		103.605		53.705		158.628		360.303	
Demais Rurais	44.365		234.972		214.821		179.949		674.108	
Total	443.653		677.154		537.053		677.154		2.335.014	100,0

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

8. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO 1º SEMESTRE DE 2012

8.1. Orçamentos previsto e realizado

O orçamento realizado no 1º semestre de 2012 (R\$ 2.576,6 milhões) representou 110,3% do montante previsto (R\$ 2.335,0 milhões), conforme tabela a seguir:

Tabela 8: Orçamento – Previsto X Realizado

Origem	Previsto	Realizado	%
	(a)	(b)	(b/a)
Repasses do Tesouro Nacional	934,8	941,3	100,7
Retornos de financiamentos	1.482,1	1.232,7	83,2
Resultado operacional	60,8	121,0	198,8
Disponibilidades ao final do exercício anterior	617,5	617,5	100,0
Recursos comprometidos com parcelas a liberar de operações contratadas em exercícios anteriores	(760,3)	(335,9)	44,2
Total	2.335,0	2.576,6	110,3

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

8.2. Repasses do Tesouro Nacional

As transferências do Tesouro Nacional, provenientes da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados, totalizaram R\$ 941,3 milhões no 1º semestre de 2012, montante 0,7% superior ao previsto (R\$ 934,8 milhões) e 7,6% superior ao realizado no 1º semestre de 2011 (R\$ 875,2 milhões).

8.3. Retornos de financiamentos

Os pagamentos efetuados pelos clientes para amortizar ou liquidar saldos devedores de financiamentos totalizaram R\$ 1.232,7 milhões, montante 16,8% inferior ao inicialmente previsto (R\$ 1.482,1 milhões).

8.4. Resultado operacional

O resultado operacional, correspondente às receitas e despesas do Fundo, foi de R\$ 121,0 milhões no 1º semestre de 2012, montante 98,8% superior ao previsto (R\$ 60,8 milhões) e 24,7% superior ao realizado no 1º semestre de 2011 (R\$ 97,0 milhões).

8.5. Recursos comprometidos com parcelas a liberar

Complementando o desempenho positivo das fontes “retornos de financiamentos” e “resultado operacional”, a redução de 55,8% verificada na utilização dos “recursos comprometidos com parcelas a liberar de operações contratadas em exercícios anteriores” igualmente contribuiu para a superação do orçamento inicialmente previsto.

8.6. Distribuição do orçamento realizado por UF e Setor

A tabela a seguir apresenta a distribuição do orçamento realizado no 1º semestre de 2012 por UF e Setor, segundo os percentuais definidos na Programação do FCO para 2012:

Tabela 9: Distribuição do Orçamento Realizado por UF e Setor

R\$ Mil

	DF	GO	MS	MT	Repraio
Empresarial	391.646	373.610	296.311	373.610	1.435.177
%	15,2	14,5	11,5	14,5	55,7
Rural	97.912	373.610	296.311	373.610	1.141.442
%	3,8	14,5	11,5	14,5	44,3
Total	489.558	747.220	592.622	747.220	2.576.619
%	19,0	29,0	23,0	29,0	100,0

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

9. DESEMPENHO OPERACIONAL NO 1º SEMESTRE DE 2012

As contratações realizadas com recursos do FCO no 1º semestre de 2012 atingiram R\$ 3.010,6 milhões, o que corresponde a 128,9% do montante de recursos previstos para o período (R\$ 2.335,0 milhões), e a 116,8% do montante de recursos efetivamente distribuídos no período para aplicação (R\$ 2.576,6 milhões):

Tabela 10: Orçamentos Previsto e Realizado X Contratações por Setor

R\$ Milhões

Setor	Orçamento Previsto (a)	Orçamento Realizado (b)	Contratações (c)	%	%	% Contratações X Totais	
						Total 1: (c/d)	Total 2: (c/e)
Empresarial	1.300,6	1.435,2	1.300,8	100,0	90,6	55,7	50,5
Rural	1.034,4	1.141,4	1.709,8	165,3	149,8	73,2	66,4
Total	2.335,0 (d)	2.576,6 (e)	3.010,6	128,9	116,8	128,9	116,8

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

9.1. Contratações por UF

Das contratações realizadas com recursos do FCO no 1º semestre de 2012 (R\$ 3.010,6 milhões), R\$ 321,5 milhões (10,7%) beneficiaram o Distrito Federal; R\$ 1.110,7 milhões (36,9%) o Estado de Goiás; R\$ 640,6 milhões (21,3%) o Estado de Mato Grosso do Sul; e R\$ 937,8 milhões (31,1%) o Estado de Mato Grosso:

Tabela 11: Contratações por UF e Setor/Linha de Financiamento

R\$ Mil

	DF		GO		MS		MT		Região	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
Empresarial	2.997	267.573	4.861	461.833	3.049	225.934	3.683	345.431	14.590	1.300.772
Industrial	412	45.887	1.109	191.771	277	56.746	589	85.502	2.387	379.906
Infraestrutura	7	1.438	24	17.721	7	426	10	10.275	48	29.860
Turismo	228	21.106	235	27.487	168	16.359	160	26.657	791	91.609
Com. e Serv./C,T&I	2.350	199.142	3.493	224.855	2.597	152.404	2.924	222.996	11.364	799.397
Rural	784	53.939	12.594	648.837	4.383	414.690	7.077	592.333	24.838	1.709.800
Pronaf-RA	530	9.781	9.009	180.082	2.073	40.055	5.525	174.915	17.137	404.833
Pronaf Demais	16	219	219	2.413	755	13.233	233	3.057	1.223	18.922
Demais Rurais	238	43.939	3.366	466.342	1.555	361.403	1.319	414.361	6.478	1.286.045
Total	3.781	321.512	17.455	1.110.671	7.432	640.625	10.760	937.764	39.428	3.010.572
%	9,6	10,7	44,3	36,9	18,8	21,3	27,3	31,1	100,0	100,0

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

Cabe destacar que, em relação ao 1º semestre de 2011, houve acréscimo tanto na quantidade de operações realizadas (10,9%), quanto no volume de recursos aplicados (34,6%). No 1º semestre de 2011, foram contratadas 35.550 operações, no montante de R\$ 2.237,4 milhões. Já, no 1º semestre de 2012, foram contratadas 39.428 operações, no montante de R\$ 3.010,6 milhões:

**Tabela 12: Contratações por Setor/Linha de Financiamento
Comparativo 1º Semestre de 2011 x 1º Semestre de 2012**

R\$ Mil

Setor/Linha	1º Sem. de 2011		1º Sem. de 2012		Variação %	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
Empresarial	13.397	1.149.455	14.590	1.300.772	8,9	13,2
Industrial	1.872	294.052	2.387	379.906	27,5	29,2
Infraestrutura	31	117.795	48	29.860	54,8	(74,7)
Turismo	652	57.663	791	91.609	21,3	58,9
Com. e Serv./C,T&I	10.842	679.945	11.364	799.397	4,8	17,6
Rural	22.153	1.087.898	24.838	1.709.800	12,1	57,2
Pronaf - RA	1.396	22.004	1.223	18.922	(12,4)	(14,0)
Pronaf Demais	15.704	340.042	17.137	404.833	9,1	19,1
Demais Rurais	5.053	725.852	6.478	1.286.045	28,2	77,2
Total	35.550	2.237.353	39.428	3.010.572	10,9	34,6

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

9.1.1. Contratações no DF

No Distrito Federal, as contratações realizadas com recursos do FCO no 1º semestre de 2012 (R\$ 321,5 milhões) tiveram incremento de 22,8% em relação ao 1º semestre de 2011 (R\$ 261,9 milhões).

Dos recursos contratados no DF, R\$ 84,9 milhões (26,4%) beneficiaram os municípios goianos integrantes da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE).

Do montante contratado no DF, 83,2% (R\$ 267,6 milhões) foram destinados ao setor empresarial e 16,8% (R\$ 53,9 milhões) ao setor rural, devido, principalmente, às características não rurais predominantes nas atividades econômicas do Distrito Federal:

**Tabela 12.a: Contratações por Setor/Linha de Financiamento no DF
Comparativo 1º Semestre de 2011 x 1º Semestre de 2012**

R\$ Mil

Setor/Linha	1º Sem. de 2011		1º Sem. de 2012		Variação %	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
Empresarial	2.563	241.502	2.997	267.573	16,9	10,8
Industrial	216	25.474	412	45.887	90,7	80,1
Infraestrutura	3	23.121	7	1.438	133,3	(93,8)
Turismo	169	17.871	228	21.106	34,9	18,1
Com. e Serv./C,T&I	2.175	175.036	2.350	199.142	8,0	13,8
Rural	634	20.419	784	53.939	23,7	164,2
Pronaf - RA	21	353	16	219	(23,8)	(37,9)
Pronaf Demais	490	8.759	530	9.781	8,2	11,7
Demais Rurais	123	11.307	238	43.939	93,5	288,6
Total	3.197	261.921	3.781	321.512	18,3	22,8

Fonte: Relatórios de Gestão do BB referentes ao 1º Semestre de 2011 e 1º Semestre de 2012.

No setor empresarial, destacaram-se as contratações realizadas ao amparo da Linha de Financiamento de Desenvolvimento Industrial, que passaram de R\$ 25,5 milhões no 1º semestre de 2011 para R\$ 45,9 milhões no 1º semestre de 2012 (incremento de 80,1%).

As contratações realizadas ao amparo da Linha de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços, que atingiram R\$ 199,1 milhões, representaram 74,4% do montante contratado junto ao setor empresarial (R\$ 267,6 milhões) e 61,9% do total contratado no Distrito Federal (R\$ 321,5 milhões).

No setor rural, houve acréscimo tanto na quantidade, quanto no volume de contratações (23,7% e 164,2%, respectivamente).

Acrescente-se que o montante de recursos contratados no Distrito Federal durante o 1º semestre de 2012 (R\$ 321,5 milhões) representou 72,5% do seu orçamento previsto (R\$ 443,6 milhões – Tabela 6), 65,6% de sua dotação pelo orçamento realizado (R\$ 489,6 milhões – Tabela 9) e 10,7% do total contratado na Região (R\$ 3.010,6 milhões – Tabela 11).

9.1.2. Contratações no Estado de GO

No Estado de Goiás, as contratações realizadas com recursos do FCO no 1º semestre de 2012 atingiram R\$ 1.110,7 milhões, montante 28,5% superior ao observado no 1º semestre de 2011 (R\$ 864,5 milhões):

**Tabela 12.b: Contratações por Setor/Linha de Financiamento em GO
Comparativo 1º Semestre de 2011 x 1º Semestre de 2012**

R\$ Mil

Setor/Linha	1º Sem. de 2011		1º Sem. de 2012		Variação %	
	Orde	Valor	Orde	Valor	Orde	Valor
Empresarial	5.723	443.481	4.861	461.833	(15,1)	4,1
Industrial	1.109	178.751	1.109	191.771	0,0	7,3
Infraestrutura	10	5.337	24	17.721	140,0	232,0
Turismo	221	15.562	235	27.487	6,3	76,6
Com. e Serv./C,T&I	4.383	243.831	3.493	224.855	(20,3)	(7,8)
Rural	11.866	420.980	12.594	648.837	6,1	54,1
Pronaf - RA	218	2.561	219	2.413	0,5	(5,8)
Pronaf Demais	9.102	170.295	9.009	180.082	(1,0)	5,7
Demais Rurais	2.546	248.124	3.366	466.342	32,2	87,9
Total	17.589	864.461	17.455	1.110.671	(0,8)	28,5

Fonte: Relatórios de Gestão do BB referentes ao 1º Semestre de 2011 e 1º Semestre de 2012.

No setor empresarial, sobressaíram-se as contratações realizadas ao amparo da Linha de Financiamento de Desenvolvimento do Turismo Regional, que saltaram de R\$ 15,6 milhões no 1º semestre de 2011 para R\$ 27,5 milhões no 1º semestre de 2012 (incremento de 76,6%), e da Linha de Financiamento de Infraestrutura Econômica, que passaram de R\$ 5,3 milhões para R\$ 17,7 milhões (incremento de 232,0%).

As aplicações realizadas junto ao setor rural atingiram R\$ 648,8 milhões, o que representa um incremento de 54,1% em relação ao contratado no mesmo período do exercício anterior (R\$ 421,0 milhões).

Cabe ressaltar que o montante de recursos contratados no Estado de Goiás durante o 1º semestre de 2012 (R\$ 1.110,7 milhões) representou 164,0% do seu orçamento previsto (R\$ 677,2 milhões – Tabela 6), 148,6% de sua dotação pelo orçamento realizado (R\$ 747,2 milhões – Tabela 9) e 36,9% do total contratado na Região (R\$ 3.010,6 milhões – Tabela 11).

9.1.3. Contratações no Estado de MS

Em Mato Grosso do Sul, as contratações realizadas com recursos do FCO no 1º semestre de 2012 atingiram R\$ 640,6 milhões, montante 30,7% superior ao observado no 1º semestre de 2011 (R\$ 490,0 milhões):

**Tabela 12.c: Contratações por Setor/Linha de Financiamento em MS
Comparativo 1º Semestre de 2011 x 1º Semestre de 2012**

R\$ Mil

Setor/Linha	1º Sem. de 2011		1º Sem. de 2012		Variação %	
	Orde	Valor	Orde	Valor	Orde	Valor
Empresarial	2.856	176.632	3.049	225.934	6,8	27,9
Industrial	239	45.934	277	56.746	15,9	23,5
Infraestrutura	9	4.030	7	426	(22,2)	(89,4)
Turismo	174	9.967	168	16.359	(3,4)	64,1
Com. e Serv./C,T&I	2.434	116.701	2.597	152.404	6,7	30,6
Rural	4.088	313.366	4.383	414.690	7,2	32,3
Pronaf - RA	891	15.691	755	13.233	(15,3)	(15,7)
Pronaf Demais	1.739	32.114	2.073	40.055	19,2	24,7
Demais Rurais	1.458	265.561	1.555	361.403	6,7	36,1
Total	6.944	489.998	7.432	640.625	7,0	30,7

Fonte: Relatórios de Gestão do BB referentes ao 1º Semestre de 2011 e 1º Semestre de 2012.

No setor empresarial, destacaram-se as contratações realizadas ao amparo da Linha de Financiamento de Desenvolvimento do Turismo Regional; que aumentaram de R\$ 10,0 milhões no 1º semestre de 2011 para R\$ 16,4 milhões no 1º semestre de 2012 (incremento de 64,1%).

As contratações do setor rural cresceram de R\$ 313,4 milhões no 1º semestre de 2011 para R\$ 414,7 milhões no 1º semestre de 2012, o que representa um incremento de 32,3%.

Registre-se que o montante de recursos contratados no Estado de Mato Grosso do Sul durante o 1º semestre de 2012 (R\$ 640,6 milhões) representou 119,3% do seu orçamento previsto (R\$ 537,0 milhões – Tabela 6), 108,1% de sua dotação pelo orçamento realizado (R\$ 592,6 milhões – Tabela 9) e 21,3% do total contratado na Região (R\$ 3.010,6 milhões – Tabela 11).

9.1.4. Contratações no Estado de MT

No Estado de Mato Grosso, as contratações realizadas com recursos do FCO no 1º semestre de 2012 atingiram R\$ 937,8 milhões, montante 51,0% superior ao observado no 1º semestre de 2011 (R\$ 621,0 milhões):

**Tabela 12.d: Contratações por Setor/Linha de Financiamento em MT
Comparativo 1º Semestre de 2011 x 1º Semestre de 2012**

R\$ Mil

Setor/Linha	1º Sem. de 2011		1º Sem. de 2012		Variação %	
	Otdc.	Valor	Otdc.	Valor	Otdc.	Valor
Empresarial	2.255	287.841	3.683	345.431	63,3	20,0
Industrial	308	43.893	589	85.502	91,2	94,8
Infraestrutura	9	85.307	10	10.275	11,1	(88,0)
Turismo	88	14.263	160	26.657	81,8	86,9
Com. e Serv./C,T&I	1.850	144.378	2.924	222.996	58,1	54,5
Rural	5.565	333.133	7.077	592.333	27,2	77,8
Pronaf - RA	266	3.399	233	3.057	(12,4)	(10,1)
Pronaf Demais	4.373	128.874	5.525	174.915	26,3	35,7
Demais Rurais	926	200.860	1.319	414.361	42,4	106,3
Total	7.820	620.974	10.760	937.764	37,6	51,0

Fonte: Relatórios de Gestão do BB referentes ao 1º Semestre de 2011 e 1º Semestre de 2012.

As contratações realizadas junto ao setor empresarial alcançaram R\$ 345,4 milhões, montante 20,0% superior ao observado no 1º semestre de 2011 (R\$ 287,8 milhões).

Merecem destaque as realizadas ao amparo da Linha de Financiamento de Desenvolvimento Industrial, que saltaram de R\$ 43,9 milhões para R\$ 85,5 milhões (incremento de 94,8%).

As formalizadas junto ao setor rural tiveram incremento de 77,8%, passando de R\$ 333,1 milhões para R\$ 592,3 milhões.

O montante de recursos contratados no Estado de Mato Grosso durante o 1º semestre de 2012 (R\$ 937,8 milhões) representou 138,5% do seu orçamento previsto (R\$ 677,2 milhões – Tabela 6), 125,5% de sua dotação pelo orçamento realizado (R\$ 747,2 milhões – Tabela 9) e 31,1% do total contratado na Região (R\$ 3.010,6 milhões – Tabela 11).

9.2. Contratações por Porte

Para enquadramento das operações, os beneficiários são classificados quanto ao porte, observados os critérios aprovados pelo Condrel/FCO.

Para o exercício de 2012, os parâmetros aprovados são os seguintes (Resolução Condrel/FCO n.º 439, de 08.12.2011):

Tabela 13: Classificação de Porte vigente em 2012

Beneficiários	Solo	Receita Operacional Bruta Anual/Renda Agropecuária Bruta Anual
Empreendedor Individual	Empresarial	até R\$ 60 mil
Mini/Micro	Empresarial	até R\$ 360 mil
	Rural	
Pequeno	Empresarial	acima de R\$ 360 mil até R\$ 3,6 milhões
	Rural	
Pequeno-Médio	Empresarial	acima de R\$ 3,6 milhões até R\$ 16 milhões
	Rural	
Médio	Empresarial	acima de R\$ 16 milhões até R\$ 90 milhões
	Rural	
Grande	Empresarial	acima de R\$ 90 milhões
	Rural	

Fonte: Resolução Condel/FCO n.º 439, de 08.12.2011, e Lei Complementar n.º 123, de 14.12.2006.

Ademais, de acordo com a Programação do FCO para 2012 (Quadro “Previsão de aplicação de recursos em 2012” do Subtítulo “Aplicação dos Recursos” do Título II – Programação Orçamentária), as contratações devem respeitar os seguintes percentuais mínimos e máximos (pisos e tetos):

- no mínimo, 51,0% dos recursos previstos para o exercício junto a empreendedores individuais e mini, micro, pequenos e pequeno-médios tomadores (receita operacional bruta anual ou renda agropecuária bruta anual de até R\$ 16 milhões), sendo, no mínimo, 20,0% junto a empreendedores individuais e mini, micro e pequenos tomadores (receita operacional bruta anual ou renda agropecuária bruta anual de até R\$ 3,6 milhões); e
- no máximo, 49,0% junto a médios e grandes tomadores (receita operacional bruta anual ou renda agropecuária bruta anual acima de R\$ 16 milhões).

9.2.1. Contratações com EI e mini, micro, pequenos e pequeno-médios tomadores

No 1º semestre de 2012, as contratações com tomadores de menor porte, ou seja, com empreendedores individuais, mini, micro, pequenos e pequeno-médios tomadores, atingiram o montante de R\$ 2.304,1 milhões, o que representa 76,5% do total contratado na Região (R\$ 3.010,6 milhões).

Desse montante de R\$ 2.304,1 milhões, R\$ 1.888,5 milhões beneficiaram empreendedores individuais e mini, micro e pequenos tomadores e R\$ 415,6 milhões pequeno-médios tomadores (62,7% e 13,8%, respectivamente do total contratado na Região de R\$ 3.010,6 milhões).

Observa-se, portanto, que os percentuais mínimos de contratação junto ao público de menor porte (metas: 51,0% e 20,0%) foram superados (resultados: 76,5% e 62,7%).

Tabela 14: Contratações por UF, Porte e Setor/Linha de Financiamento

R\$ Mil

Setor/Linha	DF		GO		MS		MT		Região	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Empreendedores Individuais e Mini, Micro, Pequenos e Pequeno-Médios Tomadores										
Empresarial	222.652	69,3	301.240	27,1	171.466	26,8	257.767	27,5	953.125	31,7
Industrial	38.089	11,8	81.789	7,4	20.993	3,3	52.948	5,6	193.819	6,4
Infraestrutura	755	0,2	1.865	0,2	421	0,1	1.495	0,2	4.535	0,2
Turismo	20.967	6,5	21.108	1,9	16.289	2,5	26.157	2,8	84.521	2,8
Comércio e Serviços	162.842	50,6	196.478	17,7	133.764	20,9	177.167	18,9	670.251	22,3
Rural	35.742	11,1	559.572	50,4	330.516	51,6	425.167	45,3	1.350.997	44,9
Pronaf-RA e Demais	10.000	3,1	182.495	16,4	53.288	8,3	177.972	19,0	423.755	14,1
Demais Rurais	25.742	8,0	377.077	34,0	277.228	43,3	247.195	26,4	927.242	30,8
Subtotal	258.393	80,4	860.812	77,5	501.982	78,4	682.934	72,8	2.304.122	76,5
Médios e Grandes Tomadores										
Empresarial	44.921	14,0	160.593	14,5	54.468	8,5	87.664	9,3	347.646	11,5
Industrial	7.798	2,4	109.982	9,9	35.754	5,6	32.554	3,5	186.087	6,2
Infraestrutura	684	0,2	15.856	1,4	5	0,0	8.780	0,9	25.325	0,8
Turismo	140	0,0	6.378	0,6	70	0,0	500	0,1	7.088	0,2
Comércio e Serviços	36.300	11,3	28.377	2,6	18.639	2,9	45.829	4,9	129.146	4,3
Rural	18.198	5,7	89.265	8,0	84.175	13,1	167.166	17,8	358.803	11,9
Subtotal	63.118	19,6	249.858	22,5	138.643	21,6	254.830	27,2	706.450	23,5
Resumo Geral										
Empresarial	267.573	83,2	461.833	41,6	225.934	35,3	345.431	36,8	1.300.772	43,2
Industrial	45.887	14,3	191.771	17,3	56.746	8,9	85.502	9,1	379.906	12,6
Infraestrutura	1.438	0,4	17.721	1,6	426	0,1	10.275	1,1	29.860	1,0
Turismo	21.106	6,6	27.487	2,5	16.359	2,6	26.657	2,8	91.609	3,0
Comércio e Serviços	199.142	61,9	224.855	20,2	152.404	23,8	222.996	23,8	799.397	26,6
Rural	53.939	16,8	648.837	58,4	414.690	64,7	592.333	63,2	1.709.800	56,8
Pronaf-RA e Demais	10.000	3,1	182.495	16,4	53.288	8,3	177.972	19,0	423.755	14,1
Demais Rurais	43.939	13,7	466.342	42,0	361.403	56,4	414.361	44,2	1.286.045	42,7
Total	321.512	100,0	1.110.671	100,0	640.625	100,0	937.764	100,0	3.010.572	100,0

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

Verifica-se, ainda, que em todas as Unidades Federativas a meta de 51,0% de contratações junto ao segmento de menor porte (empreendedores individuais e mini, micro, pequenos e pequeno-médios tomadores – receita operacional bruta anual ou renda agropecuária bruta anual de até R\$ 16 milhões) foi superada: 80,4% no DF; 77,5% em GO; 78,4% em MS; e 72,8% em MT.

9.2.2. Contratações com médios e grandes tomadores

No 1º semestre de 2012, as contratações com médios e grandes tomadores atingiram o montante de R\$ 706,5 milhões, o que representa 23,5% do total contratado na Região (R\$ 3.010,6 milhões).

Desses R\$ 706,5 milhões, R\$ 349,7 milhões (49,5%) foram destinados a grandes tomadores e R\$ 356,8 milhões (50,5%) a médios tomadores (11,6% e 11,9%, respectivamente do total contratado na Região de R\$ 3.010,6 milhões).

9.3. Contratações por Setor

Tabela 15: Contratações Por Setor

R\$ Mil

	1º Sem. de 2011		1º Sem. de 2012		Variação %	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
Empresarial	13.397	1.149.455	14.590	1.300.772	8,9	13,2
Rural	22.153	1.087.898	24.838	1.709.800	12,1	57,2
Total	35.550	2.237.353	39.428	3.010.572	10,9	34,6

Fonte: Relatório de Gestão do BB

9.3.1. Contratações com o setor empresarial

No 1º semestre de 2012, as contratações junto ao setor empresarial atingiram R\$ 1.300,8 milhões, correspondentes a 100,0% dos recursos inicialmente previstos para o setor (R\$ 1.300,6 milhões – Tabela 6), 90,6% do orçamento realizado para o setor (R\$ 1.435,2 milhões – Tabela 9) e 43,2% do total contratado na Região (R\$ 3.010,6 milhões – Tabela 11).

Comparativamente aos orçamentos totais do Fundo (previsto e realizado), o montante contratado no 1º semestre de 2012 junto ao setor empresarial (R\$ 1.300,8 milhões) correspondeu a 55,7% do previsto (R\$ 2.335,0 milhões) e a 50,5% do realizado (R\$ 2.576,6 milhões).

Em relação ao 1º semestre de 2011, houve acréscimo tanto na quantidade de operações realizadas (8,9%) quanto no volume de recursos aplicados (13,2%). No 1º semestre de 2011, foram contratadas 13.397 operações, no montante de R\$ 1.149,5 milhões. Já, no 1º semestre de 2012, foram contratadas 14.590 operações, no total de R\$ 1.300,8 milhões.

9.3.2. Contratações com o setor rural

No 1º semestre de 2012, as contratações junto ao setor rural atingiram R\$ 1.709,8 milhões, correspondentes a 165,3% dos recursos inicialmente previstos para o setor (R\$ 1.034,4 milhões – Tabela 6), 149,8% do orçamento realizado para o setor (R\$ 1.141,4 milhões – Tabela 9) e 56,8% do total contratado na Região (R\$ 3.010,6 milhões – Tabela 11).

Comparando-se aos orçamentos totais do Fundo (previsto e realizado), o montante contratado no 1º semestre de 2012 junto ao setor rural (R\$ 1.709,8 milhões) correspondeu a 73,2% do previsto (R\$ 2.335,0 milhões) e a 66,4% do realizado (R\$ 2.576,6 milhões).

Em relação ao 1º semestre de 2011, houve acréscimo tanto na quantidade de operações realizadas (12,1%) quanto no volume de recursos aplicados (57,2%). No 1º semestre de 2011, foram contratadas 22.153 operações, no montante de R\$ 1.087,9 milhões. Já, no 1º semestre de 2012, foram contratadas 24.838 operações, no volume de R\$ 1.709,8 milhões.

9.4. Contratações por Linha de Financiamento

Tabela 16: Contratações por UF e Setor/Linha de Financiamento

RS Mil

	DF		GO		MS		MT		Região	
	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
Empresarial	2.997	267.573	4.861	461.833	3.049	225.934	3.683	345.431	14.590	1.300.772
Industrial	412	45.887	1.109	191.771	277	56.746	589	85.502	2.387	379.906
Infraestrutura	7	1.438	24	17.721	7	426	10	10.275	48	29.860
Turismo	228	21.106	235	27.487	168	16.359	160	26.657	791	91.609
Comércio e Serviços	2.350	199.142	3.493	224.855	2.597	152.404	2.924	222.996	11.364	799.397
Rural	784	53.939	12.594	648.837	4.383	414.690	7.077	592.333	24.838	1.709.800
Des. Rural	229	42.254	3.311	450.936	1.513	347.345	1.272	380.930	6.325	1.221.464
Agropecuária Irrigada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Convir	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ABC-Conservação da Natureza	9	1.685	51	15.274	25	8.308	37	29.682	122	54.950
ABC-ILPF	-	-	4	132	1	255	-	-	5	387
Ret. Matrizes	-	-	-	-	16	5.495	10	3.749	26	9.244
Proaqua	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pescart	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adeq. Prod. Pec. na Front.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pronaf-RA	16	219	219	2.413	755	13.233	233	3.057	1.223	18.922
Pronaf Demais	530	9.781	9.009	180.082	2.073	40.055	5.525	174.915	17.137	404.833
Total	3.781	321.512	17.455	1.110.671	7.432	640.625	10.760	937.764	39.428	3.010.572

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

No 1º semestre de 2012, as contratações realizadas no âmbito da Linha de Financiamento de Desenvolvimento Industrial totalizaram R\$ 379,9 milhões, representando 92,6% dos recursos previstos para a Linha (R\$ 410,2 milhões), 29,2% do total aplicado junto ao setor empresarial (R\$ 1.300,8 milhões) e 12,6% do volume aplicado na Região (R\$ 3.010,6 milhões).

Destaque também para a Linha de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços, cujas contratações totalizaram R\$ 799,4 milhões, representando 171,2% dos recursos previstos para a Linha (R\$ 467,0 milhões), 61,5% do total aplicado junto ao setor empresarial (R\$ 1.300,8 milhões) e 26,5% do volume aplicado na Região (R\$ 3.010,6 milhões).

As aplicações das Linhas de Financiamento de Infraestrutura Econômica e de Desenvolvimento do Turismo Regional, por sua vez, totalizaram R\$ 29,9 milhões e R\$ 91,6 milhões, correspondentes a 14,7% e 41,6% dos recursos previstos para as Linhas (R\$ 203,0 milhões e R\$ 220,4 milhões, respectivamente).

As contratações do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) ultrapassaram R\$ 404,8 milhões, o que representa um incremento de 19,0% em relação ao montante observado no mesmo período do exercício anterior (R\$ 340,0 milhões). Os Estados de Goiás e Mato Grosso destacaram-se pelos maiores volumes de recursos financiados a esse público (R\$ 180,1 milhões e R\$ 174,9 milhões).

Já o Pronaf – Reforma Agrária teve decréscimo tanto na quantidade de operações (-12,4%) quanto no volume de recursos aplicados (-14,1). A quantidade de operações passou de 1.396 no 1º semestre de 2011 para 1.223 no 1º semestre de 2012 e o volume de recursos aplicados de R\$ 22,0 milhões para R\$ 18,9 milhões.

As aplicações no Pronaf – Reforma Agrária não dependem somente dos Agentes Financeiros, uma vez que, além da aprovação ou reconhecimento dos projetos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), cabe aos Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Sustentável (CEDRS), por meio de suas Câmaras Técnicas de Crédito Rural (CTCR), definir:

- os Projetos de Assentamento do Incra ou os Projetos Estaduais e Municipais de Assentamento por ele reconhecidos; e
- as famílias beneficiárias do Programa Nacional de Crédito Fundiário do Governo Federal, inclusive do “Fundo de Terras e da Reforma Agrária”, do “Cédula da Terra” e do “Projeto de Crédito Fundiário e Combate à Pobreza Rural”; aptas a receber os financiamentos.

Não obstante, cabe lembrar que, de acordo com o art. 7º da Lei n.º 9.126, de 19.11.1995, os bancos administradores devem aplicar “10% (dez por cento) dos recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste para financiamento a assentados e a colonos nos programas oficiais de assentamento, colonização e reforma agrária, aprovados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra, bem como a beneficiários do Fundo de Terras e da Reforma Agrária, instituído pela Lei Complementar n.º 93, de 4 de fevereiro de 1998”.

E, para efeito do cumprimento do percentual de 10% (dez por cento), a Lei n.º 12.249, de 11.06.2010, autorizou o financiamento de empreendimentos que tenham a finalidade de: regularização e adequação ambiental dos estabelecimentos rurais, reflorestamento, recuperação ou regeneração de áreas degradadas ou formação ou melhoria de corredores ecológicos entre áreas prioritárias para conservação da biodiversidade; de implantação de infraestrutura hídrica e de atividades produtivas adequadas à convivência com o semiárido; pagamento dos serviços de assistência técnica e extensão rural e remuneração da mão de obra familiar para implantação das atividades referentes às finalidades descritas; e outras, a serem definidas pelo Conselho Monetário Nacional.

As demais Linhas de Financiamento do FCO Rural – *Desenvolvimento Rural; Agropecuária Irrigada; Desenvolvimento de Sistema de Integração Rural – Convir; Redução da Emissão de Gases de Efeito Estufa na Agropecuária (Programa ABC) – Conservação da Natureza e Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF); Retenção de Matrizes na Planície Pantaneira; Apoio ao Desenvolvimento da Aquicultura; Apoio ao Desenvolvimento da Pesca; e Adequação do Sistema de Produção Pecuário na Região de Fronteira* – absorveram juntas R\$ 1.286,0 milhões, o que representa 75,2% do total aplicado junto ao setor rural (R\$ 1.709,8 milhões) e 42,7% do total aplicado na Região (R\$ 3.010,6 milhões). Tal montante corresponde, ainda, a 190,8% dos recursos previstos para aplicação ao amparo das Linhas no período (R\$ 674,1 milhões), bem como representa um incremento de 77,2% em relação ao observado no 1º semestre de 2011 (R\$ 725,9 milhões).

De acordo com o Relatório de Gestão do Banco do Brasil S.A, foram realizadas, no âmbito da Linha de Financiamento para Redução da Emissão de Gases de Efeito Estufa na Agropecuária (Programa ABC) – Modalidade 1: Conservação da Natureza e Modalidade 2: Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF), 122 operações no valor total de R\$ 54,9 milhões.

Não foram contratadas operações florestais destinadas à regularização e recuperação de áreas de reserva legal e de preservação permanente degradadas, com taxa de juros de 4,0% ao ano, com recursos do Fundo (inciso IV do artigo 1º da Lei n.º 10.177, de 12.01.2001, com redação dada pelo artigo 44 da Lei n.º 11.775, de 17.09.2008).

9.4.1. *Contratações com os setores comercial e de serviços*

Segundo a Nota 4 do Quadro “Previsão de alocação dos recursos por UF e setor” do Subtítulo “Distribuição dos Recursos” do Título II – Programação Orçamentária da Programação do FCO para 2012, a assistência aos setores comercial e de serviços está limitada a 20% dos recursos previstos para o exercício, respeitada a distribuição por Unidade Federativa fixada em reunião do Conselho Deliberativo – Condel (Resolução n.º 440, de 08.12.2011, publicada no DOU de 19.12.2011), a saber:

- Distrito Federal: 19% dos recursos destinados aos setores comercial e de serviços, somados R\$ 61.394.415,45;
- Estado de Goiás: 29% dos recursos destinados aos setores comercial e de serviços, debitados R\$ 30.697.207,73;
- Estado de Mato Grosso do Sul: 23% dos recursos destinados aos setores comercial e de serviços; e
- Estado de Mato Grosso: 29% dos recursos destinados aos setores comercial e de serviços, debitados R\$ 30.697.207,73.

No 1º semestre de 2012, as aplicações da Linha de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços tiveram um bom desempenho, totalizando R\$ 799,4 milhões, correspondentes a 61,5% do total aplicado junto ao setor empresarial (R\$ 1.300,8 milhões), a 26,5% do volume aplicado na Região (R\$ 3.010,6 milhões) e a 80,4% do limite anual de recursos para financiamento dos referidos setores (R\$ 994,8 milhões):

Tabela 17: Contratações da Linha de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços

	DF	GO	MS	MT	Região
Recursos previstos para o exercício(a)	945.069	1.442.474	1.144.031	1.442.474	4.974.047
Limite para Com. e Serv. no exercício (b)	250.408	257.798	228.806	257.798	994.809
Contratado no 1º semestre de 2012 (c)	199.142	224.855	152.404	222.996	799.397
% de Ating. (c/b)	79,5	87,2	66,6	86,5	80,4

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

9.5. *Contratações para custeio e aquisição de insumos e/ou matéria-prima*

9.5.1. *Contratações junto a empreendedores individuais e mini, micro e pequenos tomadores*

De acordo com a Programação do FCO para 2012¹, a assistência aos empreendedores individuais e aos mini, micro e pequenos tomadores de financiamento de custeio, nas Linhas de Financiamento do FCO Rural, excetuados a Linha de Financiamento para Redução da Emissão de Gases de Efeito

¹ Nota 5 do Quadro “Previsão de alocação dos recursos por UF e setor” do Subtítulo “Distribuição dos Recursos” do Título II – Programação Orçamentária da Programação do FCO para 2012.

Estufa na Agropecuária (Programa ABC), Modalidade 1 - Conservação da Natureza, e o Pronaf, e de aquisição de insumos e/ou matéria-prima e formação de estoques para vendas, nas Linhas de Financiamento do FCO Empresarial, ficou limitada, em cada Unidade Federativa, a 3 (três) vezes o montante contratado de financiamentos de investimentos com esse segmento, respeitado o teto de 30% dos recursos previstos para o exercício, em cada Unidade Federativa:

Tabela 18: Limites/tetos para financiamentos de custeio, aquisição de insumos e/ou matéria-prima e formação de estoques para vendas junto a empreendedores individuais, mini, micro e pequenos tomadores

R\$ Mil

UF	Limite ⁽¹⁾	Teto ⁽²⁾	Limite/Teto a ser observado no exercício ⁽³⁾					
			Total		Rural		Empresarial	
			Valor	%	Valor	%	Valor	%
DF	167.873	283.521	167.873	100	33.575	20	134.299	80
GO	1.346.516	432.742	432.742	100	216.371	50	216.371	50
MS	530.371	343.209	343.209	100	171.605	50	171.605	50
MT	970.647	432.742	432.742	100	216.371	50	216.371	50
Total	3.015.407	1.492.214	1.376.566		637.922		738.646	

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

Notas:

⁽¹⁾ Corresponde a 3 vezes o montante de financiamentos de investimentos contratados com empreendedores individuais, mini/micro e pequenos tomadores, em cada UF.

⁽²⁾ Corresponde a 30% do montante de recursos previstos para o exercício (R\$ 4.974.048 mil), em cada UF.

⁽³⁾ Na UF em que o limite for superior ao teto, observa-se o teto.

No 1º semestre de 2012, os financiamentos de custeio atingiram R\$ 325,8 milhões, consumindo 51,1% do limite/teto disponível para contratação. Já os financiamentos de aquisição de insumos e/ou matéria-prima e formação de estoques para vendas atingiram R\$ 540,6 milhões, atingindo 73,2% do limite/teto respectivo:

Tabela 19: Financiamentos para custeio, aquisição de insumos e/ou matéria-prima e formação de estoques para vendas junto a empreendedores individuais e mini, micro e pequenos tomadores

R\$ Mil

UF	Rural			Empresarial		
	Limite/Teto	Contratações	% de Ating.	Limite/Teto	Contratações	% de Ating.
DF	33.575	8.184	24,4	134.299	133.653	99,5
GO	216.371	113.861	52,6	216.371	172.037	79,5
MS	171.605	126.393	73,7	171.605	96.235	56,1
MT	216.371	77.368	35,8	216.371	138.697	64,1
Total	637.922	325.806	51,1	738.646	540.622	73,2

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

9.5.2. Contratações junto a pequeno-médios, médios e grandes tomadores

De acordo com a Programação do FCO para 2012², a assistência a pequeno-médios, médios e grandes produtores rurais para o financiamento de custeio, nas Linhas de Financiamento de Desenvolvimento Rural, de Financiamento à Agropecuária Irrigada e de Financiamento de Desenvolvimento de Sistema de Integração Rural – Convir, ficou limitada a 15% dos recursos previstos para o exercício (R\$ 4.974.048 mil), respeitados os percentuais de distribuição por Unidade Federativa (DF – 19,0%; GO – 29,0%; MS – 23,0%; e MT – 29,0%).

Ainda segundo a Programação³, a assistência a pequeno-médias, médias e grandes empresas para o financiamento de aquisição de insumos e/ou matéria-prima e formação de estoques para vendas, nas Linhas de Financiamento do FCO Empresarial, ficou limitada a 5,0% dos recursos previstos para o exercício (R\$ 4.974.048 mil), respeitados os percentuais de distribuição por UF (DF – 19,0%; GO – 29,0%; MS – 23,0%; e MT – 29,0%).

No 1º semestre de 2012, os financiamentos de custeio atingiram R\$ 149,6 milhões, consumindo apenas 20,1% do limite/teto disponível para contratação. Já os financiamentos de aquisição de insumos e/ou matéria-prima e formação de estoques para vendas atingiram R\$ 185,4 milhões, atingindo 74,6% do limite/teto respectivo:

Tabela 20: Financiamentos para custeio, aquisição de insumos e/ou matéria-prima e formação de estoques para vendas junto a pequeno-médios, médios e grandes tomadores

UF	Rural				Empresarial			
	Limite para o exercício		Contratações de Jan a jun de 2012	% de Ating.	Limite para o exercício		Contratações de Jan a jun de 2012	% de Ating.
	Valor	% de Partic.			Valor	% de Partic.		
DF	141.760	19,0	9.144	6,5	47.253	19,0	38.773	82,1
GO	216.371	29,0	40.956	18,9	72.124	29,0	59.185	82,1
MS	171.605	23,0	49.518	28,9	57.202	23,0	26.139	45,7
MT	216.371	29,0	50.028	23,1	72.124	29,0	61.319	85,0
Total	746.107	100,0	149.646	20,1	248.703	100,0	185.416	74,6

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

9.6. Contratações por Espaço Prioritário

De acordo com o art. 3º da Portaria MI n.º 685, de 21.09.2011, que estabeleceu as diretrizes e as orientações gerais para aplicação dos recursos do FCO no exercício de 2012, são considerados prioritários e devem ter tratamento diferenciado e favorecido os seguintes espaços:

- a Faixa de Fronteira;
- a Mesorregião de Águas Emendadas;
- os municípios integrantes das microrregiões classificadas pela Tipologia da PNDR como de renda estagnada ou dinâmica; e

² Nota 7 do Quadro “Previsão de alocação dos recursos por UF e setor” do Subtítulo “Distribuição dos Recursos” do Título II – Programação Orçamentária da Programação do FCO para 2012

³ Nota 6 do Quadro “Previsão de alocação dos recursos por UF e setor” do Subtítulo “Distribuição dos Recursos” do Título II – Programação Orçamentária da Programação do FCO para 2012.

- os municípios da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE), exceto os municípios localizados no Estado de Minas Gerais, que não são beneficiários dos recursos do FCO.

9.6.1. Contratações na Faixa de Fronteira

As contratações nos 72 municípios da Faixa de Fronteira (44 de Mato Grosso do Sul e 28 de Mato Grosso) totalizaram R\$ 545,1 milhões no 1º semestre de 2012, o que representa 82,2% do montante de recursos previstos para aplicação no referido espaço em 2012 (R\$ 662,8 milhões) e incremento de 45,8% em relação ao observado no mesmo período de 2011 (R\$ 373,8 milhões).

9.6.2. Contratações na Mesorregião de Águas Emendadas

Nos 76 municípios do Estado de Goiás que integram a Mesorregião de Águas Emendadas, foram contratados R\$ 300,6 milhões, o que representa 108,5% do montante de recursos previstos para aplicação no referido espaço em 2012 (R\$ 277,1 milhões) e incremento de 73,6% em relação ao observado no 1º semestre de 2011 (R\$ 173,2 milhões).

9.6.3. Contratações segundo a Tipologia dos Municípios

Os municípios integrantes de microrregiões de tipologia estagnada e dinâmica, segundo a classificação da PNDR, absorveram R\$ 948,2 milhões e R\$ 628,8 milhões, correspondentes a 20,9% e 31,5% do total contratado na Região (R\$ 3.010,6 milhões), respectivamente. Juntos, esses municípios absorveram R\$ 1.577,0 milhões, o que representa 75,9% do montante de recursos previstos para aplicação nos referidos espaços em 2012 (R\$ 2.078,0 milhões).

Os municípios integrantes de microrregiões classificadas como de alta renda, por sua vez, absorveram R\$ 1.433,6 milhões, correspondentes a 47,6% do total contratado na Região.

O Distrito Federal e o Estado de Goiás concentraram as aplicações em municípios de alta renda (73,6% e 65,2% respectivamente), o Estado de Mato Grosso em municípios de economia dinâmica (41,8%) e o Estado de Mato Grosso do Sul em municípios de economia estagnada (67,1%):

Tabela 21: Contratações segundo a Tipologia dos Municípios

UF	DF		GO		MS		MT		Região	
	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
Alta Renda	2.670	236.637	9.604	723.636	1.728	144.208	2.618	329.126	16.620	1.433.607
%	70,6	73,6	55,0	65,2	23,3	22,5	24,3	35,1	42,2	47,6
Dinâmica	0	0	2.602	170.202	1.501	66.781	5.422	391.783	9.525	628.767
%	0,0	0,0	14,9	15,3	20,2	10,4	50,4	41,8	24,2	20,9
Estagnada	1.111	84.875	5.249	216.832	4.203	429.636	2.720	216.855	13.283	948.198
%	29,4	26,4	30,1	19,5	56,6	67,1	25,3	23,1	33,7	31,5
Total	3.781	321.512	17.455	1.110.671	7.432	640.625	10.760	937.764	39.428	3.010.572
%	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

Cumpra registrar que os recursos distribuídos para o Distrito Federal são aplicados não só no DF mas também nos municípios do Entorno, ou seja, nos 19 municípios de Goiás que integram a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE). Assim, das 3.781 operações formalizadas com recursos do DF, 2.670 foram contratadas no DF (tipologia: alta renda) e 1.111 nos municípios do Entorno (tipologia: estagnada).

9.6.4. Contratações na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE)

Na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE), exceto nos municípios localizados no Estado de Minas Gerais, ou seja, no Distrito Federal e nos 19 municípios de Goiás que integram a RIDE, foram formalizadas 3.781 operações no montante de R\$ 321,5 milhões, sendo 2.670 operações no valor de R\$ 236,6 milhões no DF e 1.111 operações no valor de R\$ 84,9 milhões no Entorno.

9.7. Contratações com Novos Beneficiários

No 1º semestre de 2012, 9.138 pessoas físicas e jurídicas obtiveram financiamentos com recursos do FCO pela primeira vez, absorvendo R\$ 888,4 milhões. Esses números representam 23,2% do total de contratos formalizados (39.428) e 29,5% do total de recursos aplicados (R\$ 3.010,6 milhões), no período:

Tabela 22: Beneficiários que Obtiveram Financiamentos pela 1ª Vez

R\$ Mil

Porte	DF		GO		MS		MT		Total	
	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor
El	3	11	8	56	25	86	10	50	46	203
Mini/Micro	194	7.018	1.275	61.062	1.018	30.589	1.031	42.500	3.518	141.169
Pequeno	914	66.881	1.886	142.407	787	58.804	1.380	123.714	4.967	391.806
Pequeno-Médio	90	15.843	124	32.011	53	20.229	109	26.835	376	94.918
Médio	30	9.868	75	45.432	31	11.928	44	36.869	180	104.097
Grande	7	1.899	12	65.044	8	66.117	24	23.113	51	156.173
Total	1.238	101.520	3.380	346.012	1.922	187.753	2.598	253.081	9.138	888.366

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

9.8. Contratações com valor superior a R\$ 10 milhões

A tabela abaixo sintetiza as operações contratadas no 1º semestre de 2012, com valor superior a R\$ 10 milhões, e informadas, mensalmente, à Secretaria-Executiva do Condel, conforme item 2-b da Resolução Condel/FCO n.º 127, de 05.12.2001:

Tabela 23: Contratações com valor superior a R\$ 10 milhões

R\$ Mil

Linha de Financiamento	DF		GO		MS		MT		TOTAL	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
Industrial	-	-	2	64.404	1	16.319	-	-	3	80.723
Infraestrutura	-	-	1	10.314	-	-	-	-	1	10.314
Turismo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Comércio e Serviços/CT&I	1	10.000	-	-	-	-	2	26.028	3	36.028
Demais Rurais	-	-	-	-	1	44.042	1	13.802	2	57.844
TOTAL	1	10.000	3	74.718	2	60.361	3	39.830	9	184.909

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

9.9. Contratações por Instituição Operadora (IO)

O Banco do Brasil S.A., em conformidade com o disposto no art. 9º da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, e na Portaria MI n.º 616, de 26.05.2003, tem repassado recursos a outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), para atuação exclusivamente junto a mini, micro e pequenos tomadores:

- Agência de Fomento de Goiás (Goiás Fomento), para empreendimentos localizados no Estado de Goiás, inclusive nos municípios integrantes da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE);
- Agência de Fomento de Mato Grosso (MT Fomento), para empreendimentos localizados no Estado de Mato Grosso;
- Banco de Brasília (BRB), para empreendimentos localizados no Distrito Federal e nos municípios de Goiás integrantes da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE);
- Banco Cooperativo do Brasil (Bancoob), para empreendimentos localizados na Região Centro-Oeste;
- Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), para empreendimentos localizados no Estado de Mato Grosso do Sul; e
- Sistema de Crédito Cooperativo (Sicredi), para empreendimentos localizados nos Estados de Goiás (exceto nos municípios integrantes da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE), Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

O Banco do Brasil S.A. atua com todos os portes de tomadores e as demais instituições atuam com empreendedores individuais e mini, micro e pequenos tomadores.

No 1º semestre de 2012, foram contratados por outras instituições R\$ 17,9 milhões, o que representa incremento de 43,2% em relação ao montante observado no mesmo período de 2011 (R\$ 12,5 milhões):

Tabela 24: Contratações com outras Instituições Operadoras (IO)

R\$ Mil

Setor/Linha	BB		Bancoob		GO Bônusob				BBDD		Sicred				Total			
	DF		GO		DF		GO		MS		GO		MS		MI		Repasse	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
Empresarial	7	2.313	-	-	1	200	4	1.783	3	2.962	1	50	3	207	5	454	24	7.768
Industrial	2	519	-	-	-	-	3	1.346	1	1.998	-	-	-	-	1	61	7	3.925
Infraestrutura	-	-	-	-	1	200	1	438	-	-	-	-	-	-	-	-	2	638
Turismo	1	1.100	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1.100
Com. e Serv./C,T&I	4	493	-	-	-	-	-	-	2	963	1	50	1	207	4	393	14	2.106
Rural	-	-	52	5.742	-	-	-	-	1	255	32	2.039	3	354	14	1.735	102	10.125
Total	7	2.313	52	5.742	1	200	4	1.783	4	3.217	33	2.089	6	561	19	2.189	126	17.893

Fonte: Relatório de Gestão do BB, p. 47.

Observa-se que do total de 39.428 operações no valor de R\$ 3.010,6 milhões contratadas no 1º semestre de 2012, 39.302 operações no valor de R\$ 2.992,7 milhões foram formalizadas pelo Banco do Brasil S.A. e 126 no valor de R\$ 17,9 milhões pelas instituições operadoras do repasse.

Ainda que o montante de recursos contratados pelas instituições operadoras não seja significativo, faz-se necessária a continuidade dos repasses com vistas a dinamizar ainda mais as aplicações com os tomadores de menor porte.

9.10. Situação da Demanda

No 1º semestre de 2012, das 42.955 propostas existentes no Banco do Brasil no valor de R\$ 6.570,2 milhões, 39.428 no valor de R\$ 3.010,6 milhões foram contratadas e 3.527 no valor de R\$ 3.559,7 milhões não foram:

Tabela 25: Situação da Demanda – Propostas contratadas X não atendidas

R\$ Mil

Situação	DF		GO		MS		MI		Total	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
Contratadas	3.781	321.512	17.455	1.110.671	7.432	640.626	10.760	937.763	39.428	3.010.572
Não Atendidas	57	72.510	1.938	1.811.563	525	884.021	1.007	791.572	3.527	3.559.666
Total	3.838	394.022	19.393	2.922.234	7.957	1.524.647	11.767	1.729.335	42.955	6.570.238

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

Cabe registrar que o Banco do Brasil passou a controlar os principais motivos de não atendimento de propostas, especialmente os de indeferimento ou cancelamento. Os resultados obtidos estão registrados na tabela a seguir:

Tabela 26: Situação da Demanda – Propostas não atendidas por UF e motivo

R\$ Mil

Situação das Propostas	DF		GO		MS		MT		TOTAL	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
Carta-Consulta em Análise	1	281	1.805	1.158.362	38	48.182	2	17.326	1.846	1.224.150
Projeto em Elaboração	17	26.927	64	49.546	192	199.397	316	207.072	589	482.942
Propostas em Análise	17	28.737	40	147.684	125	366.051	325	299.980	507	842.452
Pendente de Documentação	1	200	4	5.485	93	203.811	164	90.701	262	300.197
Em Contratação	21	16.365	21	444.839	48	55.195	113	122.157	203	638.556
Indeferidas/Canceladas	-	-	4	5.648	29	11.384	87	54.337	120	71.369
Total	57	72.510	1.938	1.811.564	525	884.020	1.007	791.573	3.527	3.559.666

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

10. ATENDIMENTO DOS INDICADORES E METAS

10.1. Indicadores de Desempenho

O Condol/FCO, por meio da Resolução n.º 319, de 14.09.2007, aprovou a criação dos seguintes indicadores de desempenho, com vistas a aprimorar e monitorar a gestão do Fundo:

a) Índice de Incremento de Contratações

$$IIC = \frac{VCE}{VCEA} \quad \begin{array}{l} \text{Valor Contratado no Exercício Atual} \\ \text{Valor Contratado no Exercício Anterior} \end{array}$$

b) Índice de Contratações com Menor Porte

$$ICMP = \frac{VCMP}{VCT} \quad \begin{array}{l} \text{Valor Contratado com Tomadores de Menor Porte no Exercício Atual} \\ \text{Valor Contratado Total no Exercício Atual} \end{array}$$

c) Índice de Inadimplência

$$II = \frac{SPV}{SDT} \quad \begin{array}{l} \text{Saldo Devedor das Parcelas Vencidas (Risco 100% BB)} \\ \text{Saldo Devedor Total das Operações de Crédito (Risco 100% BB)} \end{array}$$

d) Índice de Cobertura das Contratações no Exercício

$$ICCE = \frac{MOC}{MR} \quad \begin{array}{l} \text{Municípios com Operações Contratadas} \\ \text{Municípios da Região Centro-Oeste} \end{array}$$

e) Índice de Operações com Novos Beneficiários no Exercício Atual

$$ICNB = \frac{VCNB}{VCT} \quad \begin{array}{l} \text{Quantidade de Operações com Novos Beneficiários} \\ \text{Quantidade de Operações Contratadas Total} \end{array}$$

f) Índice de Aplicação

$$IA = \frac{VCT}{VDE} \quad \begin{array}{l} \text{Valor Contratado Total} \\ \text{Valor Distribuído no Exercício} \end{array}$$

g) **Índice de Contratações por UF**

$$ICUF = \frac{VCUF}{VCT} \quad \begin{array}{l} \text{Valor Contratado nas Unidades Federativas} \\ \text{Valor Contratado Total} \end{array}$$

h) **Índice de Contratações por Setor**

$$ICS = \frac{VCS}{VCT} \quad \begin{array}{l} \text{Valor Contratado por Setor (Empresarial ou Rural)} \\ \text{Valor Contratado Total} \end{array}$$

i) **Índice de Tempo Médio de Contratação**

$$ITM = \frac{TME}{TMEA} \quad \begin{array}{l} \text{Tempo médio de atendimento das propostas no exercício atual} \\ \text{Tempo médio de atendimento das propostas no exercício anterior} \end{array}$$

j) **Índice de Originação de Demanda**

$$IOD = \frac{VOE}{VOEA} \quad \begin{array}{l} \text{Valor total da demanda originada no exercício atual} \\ \text{Valor total da demanda originada no exercício anterior} \end{array}$$

10.2. Metas de Desempenho e Resultados Alcançados

O Condel/FCO estabeleceu, por meio da Resolução n.º 446, de 03.05.2012, as metas de desempenho para o exercício de 2012. A tabela seguinte sintetiza as metas definidas pelo Conselho e os resultados alcançados no 1º semestre de 2012:

Tabela 27: Indicadores e Metas – Resultados Alcançados no 1º Semestre de 2012

Alineia	Indicador	Meta	Resultado	
a)	Índice de Aplicação (IA)	87,0%	103,4%	
b)	Índice de Contratações com Menor Porte (ICMP)	51,0%	76,5%	
c)	Índice de Inadimplência (II) - até	2,0%	0,5%	
d)	Índice de Cobertura de Contratações no Exercício (ICCE)	100,0%	99,6%	
e)	Índice de Operações com Novos Beneficiários no Exercício Atual (ICNB)	15,0%	23,2%	
f)	Índice de Contratações por UF (ICUF)	DF	19,0%	10,7%
		GO	29,0%	36,9%
		MS	23,0%	21,3%
		MT	29,0%	31,1%
g)	Índice de Contratações por Setor (ICS)	Empresarial	55,7%	43,2%
		Rural	44,3%	56,8%
h)	Índice de Tempo Médio de Contratação (ITM)	35 dias	34 dias	

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

Não foram definidas metas para o “Índice de Incremento de Contratações” e o “Índice de Originação de Demanda”, uma vez que foi considerada a meta de aplicação/contratação de 87,0% dos recursos previstos para 2012 (87,0% de R\$ 4.974.048 mil = R\$ 4.327.422 mil), o que representa um decréscimo de 22,0% em relação ao montante contratado em 2011 (R\$ 5.546.615 mil).

Para a definição das demais metas foram utilizados como parâmetros os números referentes ao exercício de 2011, os indicadores de desempenho criados pela Resolução n.º 319, as metas estabelecidas pelas Resoluções n.º 340, 375, 383 e 417, de 09.04.2008, 06.11.2009, 04.03.2010 e 25.03.2011, respectivamente, e os percentuais de distribuição (por UF, Setor e Porte) definidos na Programação do FCO para 2012.

10.2.1. Índice de Aplicação (IA)

As contratações realizadas com recursos do FCO no 1º semestre de 2012 atingiram R\$ 3.010,6 milhões, ou seja, **103,4%** do montante de recursos distribuídos para aplicação (R\$ 2.912,5 milhões – aí somados os R\$ 335,9 milhões comprometidos com parcelas a liberar de operações contratadas em exercícios anteriores), portanto superior à meta de 87,0% definida pelo Condell.

10.2.2. Índice de Contratações com Menor Porte (ICMP)

As contratações com empreendedores individuais, mini, micro, pequenos e pequeno-médios tomadores atingiram o montante de R\$ 2.304,1 milhões, o que representa **76,5%** do total contratado na Região (R\$ 3.010,6 milhões), resultado superior à meta de 51,0% estabelecida pelo Condell.

Desse montante de R\$ 2.304,1 milhões, R\$ 1.888,5 milhões beneficiaram empreendedores individuais e mini, micro e pequenos tomadores e R\$ 415,6 milhões pequeno-médios tomadores (62,7% e 13,8%, respectivamente do total contratado na Região de R\$ 3.010,6 milhões).

10.2.3. Índice de Inadimplência (II)

O índice de inadimplência das operações contratadas com risco exclusivo do Banco (relação entre as parcelas vencidas e o saldo devedor das operações), observado no final do 1º semestre de 2012, foi de **0,48%**, tendo sido atendida a meta estabelecida pelo Condell (até 2,00%). Esse índice de 0,48% foi superior ao observado no 1º semestre de 2011 (0,36%).

10.2.4. Índice de Cobertura de Contratações no Exercício (ICCE)

No 1º semestre de 2012, dos 466 municípios existentes na Região Centro-Oeste, 464 (**99,6%**) contaram com operações do FCO. Apenas 2 municípios não foram beneficiados no período: Novo Gama (GO) e Ladário (MS).

Isso porque o Banco do Brasil, o Ministério da Integração Nacional e os Governos do DF e dos Estados de GO, MS e MT vêm envidando esforços no sentido de atender à meta estabelecida pelo Condell de contratar operações do FCO em 100% dos municípios da Região. Dentre as ações desenvolvidas, destacam-se os Seminários FCO Itinerante.

10.2.5. Índice de Operações com Novos Beneficiários no Exercício Atual (ICNB)

Do total de 39.428 operações contratadas no 1º semestre de 2012, 9.138 (**23,2%**) foram formalizadas com novos beneficiários, percentual superior à meta de 15,0% estabelecida pelo Condell.

10.2.6. Índice de Contratações por UF (ICUF)

Como metas para as contratações em cada Unidade Federativa foram estabelecidos os percentuais utilizados na distribuição dos recursos orçamentários, definidos na Programação do FCO para 2012, a saber: DF – 19,0%, GO – 29,0%, MS – 23,0% e MT – 29,0%.

O Estado de Goiás liderou com R\$ 1.110,7 milhões contratados, equivalentes a 36,9% do montante observado na Região (R\$ 3.010,6 milhões), seguido pelo Mato Grosso com R\$ 937,8 milhões (31,1%), Mato Grosso do Sul com R\$ 640,6 milhões (21,3%) e Distrito Federal com R\$ 321,5 milhões (10,7%).

O Distrito Federal só não teve um desempenho melhor uma vez que a demanda por recursos tem-se concentrado principalmente nos setores comercial e de serviços, para os quais os recursos são limitados por norma do Conselho Deliberativo.

Outro fator que comprometeu o desempenho das aplicações no DF está relacionado à apresentação de garantias, no tocante à comprovação da titularidade tanto dos imóveis rurais quanto dos urbanos.

10.2.7. Índice de Contratações por Setor (ICS)

Como metas para as contratações por setor (empresarial e rural) foram estabelecidos os percentuais utilizados na distribuição dos recursos orçamentários, definidos na Programação do FCO para 2012, a saber: empresarial – 55,7% e rural – 44,3%.

Do montante de R\$ 3.010,6 milhões, R\$ 1.300,8 milhões (43,2%) foram contratados com o setor empresarial e R\$ 1.709,8 milhões (56,8%) com o setor rural.

10.2.8. Índice de Tempo Médio de Contratação (ITM)

O tempo médio de contratação apurado no 1º semestre de 2012 foi de 34 dias, tendo sido atendida a meta estabelecida pelo Condel. Houve uma redução de 2,9% em relação ao tempo médio observado no primeiro semestre de 2011 (35 dias).

11. ATENDIMENTO ÀS DIRETRIZES, ORIENTAÇÕES GERAIS E PRIORIDADES

Conforme já foi mencionado, o Ministério da Integração Nacional, conforme atribuição prevista no art. 14-A da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, incluído pela Lei Complementar n.º 125, de 03.01.2007, estabeleceu, por meio da Portaria n.º 685, de 21.09.2011, alterada pelas Portarias n.º 825, de 17.11.2011; n.º 120, de 07.03.2012, e n.º 557, de 04.10.2012, as diretrizes e orientações gerais para a formulação da proposta de Programação e a aplicação dos recursos do FCO no exercício de 2012.

O Condel/FCO, por sua vez, em conformidade com o art. 10 da Lei Complementar n.º 129, de 08.01.2009, estabeleceu, por meio da Resolução n.º 430, de 22.09.2011, alterada pela Resolução n.º 438, de 08.12.2011, as diretrizes e orientações gerais para a formulação da proposta de Programação e a aplicação dos recursos do FCO no exercício de 2012.

O Banco do Brasil S.A., por sua vez, formulou a proposta de Programação em consonância não só com as diretrizes e orientações gerais estabelecidas pelo MI e as diretrizes e prioridades definidas pelo Condel, mas também com as diretrizes estabelecidas no art. 3º da Lei n.º 7.827, a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), o Plano de Desenvolvimento do Centro-Oeste (PDCO) e as contribuições dos Conselhos de Desenvolvimento dos Estados e do Distrito Federal (CDE).

A referida proposta foi aprovada pelo Conselho Deliberativo do Fundo (Condel/FCO), por meio da Resolução n.º 439, de 08.12.2011, com base nas atribuições previstas nos incisos I e II do art. 14 da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989.

As ações desenvolvidas para atendimento das prioridades definidas pelo Condel e os resultados alcançados no 1º semestre de 2012 encontram-se comentados a seguir:

11.1. Prioridades Gerais, Setoriais e Espaciais

- a) **projetos de apoio à agricultura familiar, incluídos os beneficiários da Política de Reforma Agrária, aos mini e pequenos produtores rurais e às micro e pequenas empresas, suas cooperativas e associações:**

No 1º semestre de 2012, as contratações com empreendedores individuais e mini, micro e pequenos tomadores atingiram o montante de R\$ 1.888,5 milhões (R\$ 743,3 milhões no setor empresarial e R\$ 1.145,2 milhões no setor rural), o que representa 80,9% do montante de recursos previstos (R\$ 2.335,0 milhões), 73,3% do orçamento realizado (R\$ 2.576,6 milhões) e 62,7% do total contratado na Região (R\$ 3.010,6 milhões).

Do montante de R\$ 1.888,5 milhões, R\$ 404,8 milhões foram contratados no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, o que representa um incremento de 19,1% em relação ao montante contratado no 1º semestre de 2011 (R\$ 340,0 milhões).

Ainda do montante de R\$ 1.888,5 milhões, R\$ 18,9 milhões foram contratados no âmbito do Pronaf – Reforma Agrária. Qualquer incremento nesse número depende de ações em etapas nas quais o Banco e o Ministério não têm participação (criação dos assentamentos, escolha dos colonos, emissão das Declarações de Aptidão ao Pronaf – DAP, elaboração dos projetos etc.). Além disso, as demandas ao amparo do Pronaf – RA, originadas pelos órgãos competentes (Incra e Unidades Técnicas Estaduais – UTE's), que se enquadram nas normas regulamentares, são integralmente atendidas pelo Banco.

Já a quantidade de operações com empreendedores individuais e mini, micro e pequenos tomadores atingiu 36.572, o que representa 92,8% da quantidade de operações contratadas no exercício (39.428).

Resumo das contratações realizadas em atendimento à prioridade

Quantidade	Valor
36.572	R\$ 1.888,5 milhões

- b) **projetos com alto grau de geração de emprego e renda e/ou da economia solidária que contribuam para a dinamização do mercado local e a redução das desigualdades intra e inter-regionais:**

De acordo com os dados informados pelos proponentes dos projetos financiados com recursos do FCO, estima-se em 314,8 mil foi o número de empregos gerados e/ou mantidos na Região (117,2 mil diretos e 197,6 mil indiretos), no 1º semestre de 2012.

Se considerado o período de 1989 a 2012, o número de empregos gerados e/ou mantidos na Região, em decorrência das aplicações com recursos do FCO, ultrapassa 3.976,9 mil.

Números que evidenciam o atendimento à prioridade

Qtde. de operações	Valor aplicado	Qtde. de empregos gerados e/ou mantidos
39.428	R\$ 3.010,6 milhões	314.791

No item 4.2, Prioridades Gerais, alínea “b”, do Relatório de Gestão do Banco, p. 77, estão relacionadas algumas operações que evidenciam o atendimento da prioridade em epígrafe.

- c) **projetos voltados para a preservação e recuperação do meio ambiente, em especial, para reflorestamento/recomposição de matas ciliares e recuperação de áreas degradadas:**

Criada com o objetivo de incentivar projetos voltados à conservação e à proteção do meio ambiente, à recuperação de áreas degradadas ou alteradas e ao desenvolvimento de atividades sustentáveis, a Linha de Financiamento para Redução da Emissão de Gases de Efeito Estufa na Agropecuária (Programa ABC): Modalidade 1 – Conservação da Natureza teve, no 1º semestre de 2012, R\$ 54,9 milhões de recursos contratados, o que representa incremento de 190,5% em relação ao observado no 1º semestre de 2011 (R\$ 18,9 milhões).

Já a Modalidade 2 – Integração Lavoura-Pecuária-Floresta da Linha, criada com o objetivo de intensificar o uso da terra em áreas já desmatadas, por meio da disseminação de sistemas de produção sustentáveis e que integrem agricultura, pecuária e floresta, teve, no mesmo período, R\$ R\$ 387 mil de recursos contratados.

O Banco do Brasil destaca em seu Relatório de Gestão que tem fortalecido as parcerias com as entidades ligadas ao agronegócio, como empresas de assistência técnica, órgãos de pesquisa e entidades de classe, a fim de sensibilizar os produtores rurais quanto aos aspectos relevantes da implementação de empreendimentos sustentáveis.

Resumo das contratações realizadas em atendimento à prioridade

Modalidade	Quantidade	Valor
1 – Conservação da Natureza	122	R\$ 54.949 mil
2 – ILPF	5	R\$ 387 mil

- d) **projetos que utilizam tecnologias inovadoras e/ou contribuam para a geração e difusão de novas tecnologias nos setores empresarial e agropecuário, inclusive projetos agropecuários de produção integrada:**

No item 4.2, Prioridades Gerais, alínea “d”, do Relatório de Gestão do Banco, p. 78, estão relacionadas algumas operações que evidenciam o atendimento da prioridade em epígrafe.

- e) **projetos do setor de turismo, especialmente para implantação, expansão e modernização de empreendimentos turísticos nas cidades-sede da Copa do Mundo de Futebol de 2014 e áreas de influência:**

No 1º semestre de 2012, foram contratados R\$ 91,6 milhões, no âmbito das Linhas de Financiamento de Desenvolvimento do Turismo Regional para MPE e para MGE.

Resumo das contratações realizadas em atendimento à prioridade	
Quantidade	Valor
791	R\$ 91,6 milhões

- f) **projetos que contribuam para a redução das desigualdades regionais, nos seguintes espaços, considerados prioritários segundo a PNDR:**
- municípios da Faixa de Fronteira;
 - municípios da Mesorregião de Águas Emendadas;
 - municípios da Região Integrada de Desenvolvimento do DF e Entorno (RIDE); e
 - municípios das microrregiões classificadas como de renda estagnada e dinâmica.

As contratações nos municípios da Faixa de Fronteira totalizaram R\$ 545,1 milhões no 1º semestre de 2012, o que representa 82,2% do montante de recursos previstos para aplicação no referido espaço em 2012 (R\$ 662,8 milhões) e incremento de 45,8% em relação ao observado no mesmo período de 2011 (R\$ 373,8 milhões).

Já na Mesorregião de Águas Emendadas, foram contratados R\$ 300,6 milhões, o que representa 108,5% do montante de recursos previstos para aplicação no referido espaço em 2012 (R\$ 277,1 milhões) e incremento de 73,6% em relação ao observado no 1º semestre de 2011 (R\$ 173,2 milhões).

Nos municípios goianos da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE), foram contratados R\$ 84,9 milhões, o que representa 90,5% do montante de recursos previstos para aplicação no referido espaço em 2012 (R\$ 93,8 milhões) e incremento de 78,4% em relação ao observado no mesmo período de 2011 (R\$ 47,6 milhões).

Os municípios integrantes de microrregiões de tipologia estagnada e dinâmica, segundo a classificação da PNDR, absorveram R\$ 948,2 milhões e R\$ 628,8 milhões, correspondentes a 20,9% e 31,5% do total contratado na Região (R\$ 3.010,6 milhões), respectivamente. Juntos, os municípios de economia estagnada e dinâmica absorveram R\$ 1.577,0 milhões, o que representa 75,9% do montante de recursos previstos para aplicação nos referidos espaços em 2012 (R\$ 2.078,0 milhões).

Resumo das contratações realizadas em atendimento à prioridade		
Espaços Prioritários	Qtde.	Valor
Municípios da Faixa de Fronteira	6.832	R\$ 545,1 milhões
Municípios da Mesorregião de Águas Emendadas	5.090	R\$ 300,6 milhões
Municípios da RIDE (exceto de MG)	1.111	R\$ 84,9 milhões
Municípios de Tipologia “Estagnada” e “Dinâmica”	22.808	R\$ 1.577,0 milhões

12. SITUAÇÃO DA CARTEIRA DE FINANCIAMENTOS

12.1. Saldo de Financiamentos por UF, Porte, Setor e Linha

A carteira de financiamentos do FCO registrou, em 30.06.2012, saldo de R\$ 16.981,8 milhões, o que representa incremento de 18,9% em relação ao observado em 30.06.2011 (R\$ 14.278,9 milhões):

Tabela 28: Saldo de Financiamentos

R\$ Mil					
	DF	GO	MS	MT	Região
Empreendedores Individuais e Mini, Micro, Pequenos e Pequeno-Médios Tomadores					
FCO Empresarial	444.689	745.479	463.328	635.028	2.288.523
Industrial	95.370	261.288	65.398	128.184	550.240
Infraestrutura	2.814	3.385	1.550	5.181	12.931
Turismo	52.440	63.877	57.765	65.145	239.227
Comércio e Serviços	294.065	416.929	338.614	436.518	1.486.126
FCO Rural	372.874	2.165.170	1.074.441	1.924.739	5.537.223
Pronaf-RA	9.376	41.305	110.692	192.429	353.802
Pronaf Demais	54.008	1.002.769	241.815	1.001.534	2.300.126
Demais Rurais	309.490	1.121.096	721.933	730.775	2.883.295
Subtotal	817.562	2.910.649	1.537.768	2.559.767	7.825.746
Médios e Grandes Tomadores					
FCO Empresarial	421.997	1.366.044	772.751	1.095.049	3.655.841
Industrial	85.977	773.275	622.759	464.551	1.946.561
Infraestrutura	155.163	311.809	34.577	436.712	938.261
Turismo	13.998	68.034	12.735	30.669	125.437
Comércio e Serviços	166.859	212.926	102.680	163.117	645.582
FCO Rural	230.536	2.006.453	1.476.249	1.786.944	5.500.182
Subtotal	652.533	3.372.497	2.248.999	2.881.994	9.156.023
Resumo Geral					
FCO Empresarial	866.686	2.111.523	1.236.078	1.730.078	5.944.365
Industrial	181.346	1.034.563	688.157	592.735	2.496.801
Infraestrutura	157.977	315.195	36.127	441.893	951.192
Turismo	66.439	131.910	70.500	95.814	364.664
Comércio e Serviços	460.924	629.855	441.294	599.635	2.131.708
FCO Rural	603.409	4.171.623	2.550.689	3.711.683	11.037.405
Pronaf-RA	9.376	41.305	110.692	192.429	353.802
Pronaf Demais	54.008	1.002.769	241.815	1.001.534	2.300.126
Demais Rurais	540.026	3.127.549	2.198.182	2.517.720	8.383.477
Total	1.470.095	6.283.146	3.786.768	5.441.761	16.981.769

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

A carteira de financiamentos rurais atingiu o montante de R\$ 11.037,4 milhões, o que representa 65,0% do total (R\$ 16.981,8 milhões) e incremento de 17,9% em relação à posição registrada em 30.06.2011 (R\$ 9.364,7 milhões). A carteira de financiamentos empresariais, por sua vez, atingiu o montante de R\$ 5.944,4 milhões, o que representa 35,0% do total (R\$ 16.981,8 milhões) e incremento de 21,0% em relação à posição registrada em 30.06.2011 (R\$ 4.914,2 milhões).

O saldo de financiamentos com tomadores de menor porte alcançou R\$ 7.825,8 milhões, correspondentes a 46,1% do saldo total (R\$ 16.981,8 milhões), enquanto o saldo com médios e grandes tomadores totalizou R\$ 9.156,0 milhões, correspondentes a 53,9% do total.

O Estado de Goiás manteve-se na liderança, com saldo de R\$ 6.283,1 milhões (37,0%), seguido do Estado de Mato Grosso com R\$ 5.441,8 milhões (32,0%), do Estado de Mato Grosso do Sul com R\$ 3.786,8 milhões (22,3%) e do Distrito Federal com R\$ 1.470,1 milhões (8,7%).

12.2. Saldo dos Financiamentos Alongados nos termos das Leis n.º 9.138 e 10.437

O saldo dos financiamentos alongados nos termos das Leis n.º 9.138, de 29.11.1995, e 10.437, de 25.04.2002 (Securitização I e II) totalizou R\$ 714,5 milhões no final do 1º semestre de 2012, sendo R\$ 228,6 milhões no DF, R\$ 181,9 milhões em GO, R\$ 152,3 milhões em MS e R\$ 151,7 milhões em MT.

12.3. Saldo dos Financiamentos Renegociados no âmbito do PESA

Aos titulares de operações rurais contratadas até 20.06.1995, em qualquer situação, ou contratadas entre 20.06.1995 e 31.12.1997, sujeitas a encargos financeiros pós-fixados, foi facultado renegociar os débitos nos moldes da Resolução CMN/Bacen n.º 2.471, de 26.02.1998, alternativamente às condições previstas no art. 3º da Lei n.º 10.177, de 12.01.2001.

Trata-se de renegociação ao amparo do Programa Especial de Saneamento dos Ativos (PESA), em que o mutuário adquire Certificados do Tesouro Nacional (CTN) e os oferece ao Banco credor como garantia de pagamento da dívida renegociada.

No final do 1º semestre de 2012, o saldo dos financiamentos renegociados ao abrigo do PESA totalizou R\$ 72,6 milhões, sendo R\$ 5,4 milhões no DF, R\$ 24,8 milhões em GO, R\$ 8,8 milhões em MS e R\$ 33,6 milhões em MT.

12.4. Saldo dos Financiamentos Renegociados nos termos da Lei n.º 10.177/2001

A Lei n.º 10.177, de 12.01.2001, autorizou a renegociação, prorrogação e composição das dívidas em estoque contratadas até 31.12.1998, com substituição dos encargos financeiros pelas novas taxas de juros prefixadas.

Essa Lei autorizou, também, que fossem acrescidos até 10 anos ao prazo final das operações, estabelecendo-se novo esquema de amortização de acordo com a capacidade de pagamento do devedor. O prazo para formalização das renegociações estendeu-se até 30.10.2003, conforme art. 11 da Lei n.º 10.696, de 02.07.2003, regulamentada pela Resolução CMN/Bacen n.º 3.115, de 31.07.2003.

No final do 1º semestre de 2012, o saldo dos financiamentos renegociados ao amparo da Lei n.º 10.177 totalizou R\$ 52,1 milhões, sendo R\$ 13,3 milhões no DF, R\$ 14,2 milhões em GO, R\$ 7,5 milhões em MS e R\$ 17,1 milhões em MT.

Relativamente ao setor, o saldo ficou assim distribuído: R\$ 40,9 milhões do setor rural e R\$ 11,2 milhões do setor empresarial.

Relativamente ao porte dos mutuários, o saldo ficou assim: R\$ 39,1 milhões de médios e grandes tomadores e R\$ 13,0 milhões de mini, micro, pequenos e pequeno-médios tomadores.

12.5. Prorrogações Concedidas no 1º semestre de 2012

No 1º semestre de 2012, foram prorrogadas 1.983 operações rurais no valor de R\$ 30,7 milhões e 11 empresariais no valor de R\$ 10,6 milhões, com base na autorização concedida pelo Condel/FCO no âmbito da Programação do FCO para 2012, aprovada pela Resolução n.º 439, de 08.12.2011.

12.6. Saldo de Financiamentos por Encargos Pactuados

Conforme mencionado anteriormente, a carteira de financiamentos do FCO registrou, em 30.06.2012, saldo de R\$ 16.981,8 milhões. A segregação desse montante por encargos pactuados encontra-se na tabela abaixo:

Tabela 29: Saldo de Financiamentos por Encargos Financeiros
R\$ Mil

Encargo Pactuado	Qtd.	Valor
2,00% a.a.	145.665	2.241.061
4,00% a.a.	9.670	116.938
5,00% a.a.	28.768	1.055.603
6,75% a.a.	23.910	1.524.512
7,25% a.a.	16.411	2.804.351
8,25% a.a.	47.094	2.195.602
8,50% a.a.	3.818	2.283.239
9,50% a.a.	5.565	1.110.341
10,00% a.a.	1.266	2.739.262
Comissão de Permanência	15.760	182.002
IGPDI + 8,00% a.a.	1	7
TJLP	3.549	31.980
TJLP + 6,00% a.a.	5	227
VPM + 3,00% a.a.	6.436	696.644
Total	307.918	16.981.769

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

12.7. Saldo de Financiamentos por Risco Operacional

Com a edição da Medida Provisória n.º 2.196, de 24.08.2001, que instituiu o Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais, o risco operacional das operações contratadas até 30.11.1998 foi transferido para o FCO e o *del credere* do agente financeiro foi reduzido para 0,0% a.a.

Ademais, a Medida Provisória permitiu o repasse dos recursos do FCO ao próprio banco administrador, possibilitando-lhe realizar as operações, a partir de 01.07.2001, em nome próprio e com seu risco exclusivo, com *del credere* de 6,0% a.a.

Com isso, a carteira de financiamentos do Fundo passou a apresentar 4 (quatro) grupamentos de risco operacional, a saber:

- contratações até 30.11.1998: risco 100% do FCO;
- contratações entre 01.12.1998 e 30.06.2001: risco compartilhado (100% do FCO e 100% do Banco);
- contratações a partir de 01.07.2001: risco 100% ou exclusivo do Banco; e
- contratações no âmbito do Programa de Apoio à Política de Reforma Agrária (PAPRA): risco de terceiros/do Programa Especial de Crédito para Reforma Agrária (Procera).

A tabela a seguir apresenta o saldo de financiamentos por risco operacional:

Tabela 30: Saldo de Financiamentos por Risco Operacional

R\$ Mil

Risco Operacional	% do Risco	Saldo	% de Participação
BB	100%	15.393.429	90,65
Compartilhado	50%	35.713	0,21
FCO	100%	1.463.677	8,62
Procera	100%	88.950	0,52
Total		16.981.769	100,00

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

12.7.1. Risco 100% ou exclusivo do Banco do Brasil

Diante da prerrogativa criada pela Medida Provisória n.º 2.196, de 24.08.2001, o Banco do Brasil passou a considerar os recursos do FCO que lhes são repassados desde 01.07.2001 como Patrimônio de Referência de Nível II (PR de Nível II). Em consequência, passou a assumir 100% do risco das operações contratadas a partir dessa data.

No final do 1º semestre de 2012, o saldo de financiamentos com risco 100% ou exclusivo do Banco atingiu R\$ 15.393,4 milhões:

Tabela 31: Saldo de Financiamentos com risco 100% ou exclusivo do Banco do Brasil

R\$ Mil

Sector/Linha	DF	GO	MS	MT	Região
Empresarial	864.738	2.097.440	1.230.541	1.728.518	5.921.236
Industrial	179.526	1.022.043	684.199	591.358	2.477.126
Infraestrutura	157.977	315.195	36.082	441.893	951.146
Turismo	66.520	130.348	68.966	95.632	361.466
Comércio e Serviços	460.715	629.855	441.294	599.635	2.131.499
Rural	322.191	3.854.489	2.203.257	3.092.257	9.472.193
Pronaf	49.331	967.509	195.784	848.298	2.060.922
Demais Rurais	272.860	2.886.980	2.007.473	2.243.958	7.411.271
Total	1.186.928	5.951.929	3.433.798	4.820.774	15.393.429

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

12.7.2. Risco Compartilhado

Por força do disposto no art. 6º da Lei n.º 10.177, de 12.01.2001, o risco das operações contratadas a partir de 01.12.1998 passou a ser compartilhado com o Fundo, à razão de 50%, e o *del credere* do agente financeiro foi reduzido para 3,0% a.a.

O saldo de financiamentos com risco compartilhado totalizou, em 30.06.2012, R\$ 35,7 milhões, conforme tabela a seguir:

Tabela 32: Saldo de Financiamentos com risco compartilhado

R\$ Mil

Sector/Linha	DF	GO	MS	MT	Região
Empresarial	77	1.353	5	-	1.436
Industrial	77	71	5	-	154
Infraestrutura	-	-	-	-	-
Turismo	-	1.282	-	-	1.282
Comércio e Serviços	-	-	-	-	-
Rural	3.411	12.975	3.550	14.342	34.277
Pronaf-RA e Pronaf Demais	11	61	2	73	147
Demais Rurais	3.399	12.914	3.548	14.269	34.130
Total Geral	3.488	14.328	3.556	14.342	35.713

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

12.7.3. Risco 100% ou integral do Fundo

Por força do disposto na Medida Provisória n.º 2.196, de 24.08.2001, o risco das operações contratadas até 30.11.1998⁴ e das contratadas no âmbito do Pronaf – Reforma Agrária é 100% ou integral do FCO.

No final de junho de 2012, o saldo de financiamentos com risco 100% ou integral do Fundo totalizou R\$ 1.463,7 milhões, conforme tabela a seguir:

Tabela 33: Saldo de Financiamentos com risco 100% ou integral do Fundo

R\$ Mil

Sector/Linha	DF	GO	MS	MT	Região
Empresarial	1.872	12.729	5.532	1.560	21.693
Industrial	1.872	12.448	3.953	1.377	19.650
Infraestrutura	0	0	45	0	45
Turismo	0	280	1.534	183	1.997
Comércio e Serviços	0	0	0	0	0
Rural	272.373	298.818	318.526	552.267	1.441.984
Pronaf-RA e Pronaf Demais	14.041	76.504	156.721	345.592	592.859
Demais Rurais	258.332	222.314	161.805	206.675	849.125
Total	274.245	311.547	324.058	553.826	1.463.677

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

⁴ Exceto as operações realizadas ao abrigo do Programa de Apoio à Política de Reforma Agrária (PAPRA), cujo risco é do Programa Especial de Crédito para Reforma Agrária (ProCera).

Do total de R\$ 1.463,7 milhões, R\$ 787,1 milhões (R\$ 714,5 milhões + R\$ 72,6 milhões) representam os saldos das operações alongadas nos termos das Leis n.º 9.138, de 29.11.1995, e 10.437, de 25.04.2002, e das renegociadas no âmbito do Programa Especial de Saneamento dos Ativos (PESA).

12.7.4. Risco de Terceiros

Em 30.06.2012, o saldo de financiamentos das operações contratadas no âmbito do Programa de Apoio à Política de Reforma Agrária (Papra), com risco do Programa Especial de Crédito para Reforma Agrária (Procera)⁵, totalizou R\$ 88,9 milhões.

12.8. Saldo de Financiamentos da Reforma Agrária

De acordo com o art. 7º da Lei n.º 9.126, de 10.11.1995, com a redação dada pela Lei n.º 12.249, de 11.06.2010, o banco administrador deve aplicar 10% dos recursos do Fundo para financiamento assentados e a colonos nos programas oficiais de assentamento, colonização e reforma agrária aprovados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), bem como beneficiários do Fundo de Terras e da Reforma Agrária, instituído pela Lei Complementar n.º 93, de 04.02.1998.

O §§ 1º e 2º do referido artigo dispõem que os contratos de financiamento de projetos de estruturação inicial e complementar dos assentados, colonos ou beneficiários do Fundo de Terras e da Reforma Agrária serão realizados com risco para o Fundo Constitucional, observadas as condições definidas pelo Conselho Monetário Nacional.

Com o advento da Resolução CMN/Bacen n.º 2.629, de 10.08.1999, esse público-alvo passou a ser assistido com recursos do FCO ao abrigo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) – Grupo “A”, com risco para o Fundo.

Anteriormente à edição da Resolução, os financiamentos eram realizados ao amparo do Programa de Apoio à Política de Reforma Agrária (Papra), com risco do Programa Especial de Crédito para Reforma Agrária (Procera).

A carteira de financiamentos dos programas oficiais de reforma agrária encerrou o 1º semestre de 2012 com saldo na ordem de R\$ 443,7 milhões, sendo R\$ 88,9 milhões com o Papra e R\$ 353,8 milhões com o Pronaf – Reforma Agrária.

12.9. Saldos de Financiamentos Vincendos e Vencidos – Índices de Inadimplência

No final do 1º semestre de 2012, o saldo da carteira de financiamentos do FCO atingiu R\$ 16.981,8 milhões, sendo R\$ 16.218,0 milhões de parcelas vincendas e R\$ 763,8 milhões de parcelas vencidas.

⁵ Portaria Interministerial n.º 218, de 27.08.1992.

Conseqüentemente, o índice de inadimplência (relação entre o saldo das parcelas vencidas e o saldo da carteira) atingiu 4,50%, sendo superior ao observado no final do 1º semestre de 2011 de 2,50%.

A tabela a seguir apresenta os saldos de financiamentos do FCO vencidos e vencidos e, por conseguinte, os índices de inadimplência por UF, setor e risco operacional:

Tabela 34: Saldos de Financiamentos Vencidos e Vencidos - Índices de Inadimplência Comparativo 1º Sem. de 2011 X 1º Sem. de 2012

RS Mil

UF	1º Sem. de 2011				1º Sem. de 2012			
	Vencendo	Vencido	Total	% de Inad.	Vencendo	Vencido	Total	% de Inad.
DF	1.259.089	57.030	1.316.119	4,33	1.279.529	190.566	1.470.095	12,96
GO	5.063.244	61.747	5.124.991	1,20	6.134.751	148.395	6.283.146	2,36
MS	3.337.601	71.331	3.408.932	2,09	3.623.530	163.238	3.786.768	4,31
MT	4.261.405	167.484	4.428.889	3,78	5.180.155	261.605	5.441.761	4,81
Total	13.921.338	357.592	14.278.930	2,50	16.217.965	763.804	16.981.769	4,50

Setor	1º Sem. de 2011				1º Sem. de 2012			
	Vencendo	Vencido	Total	% de Inad.	Vencendo	Vencido	Total	% de Inad.
Empresarial	4.887.739	26.502	4.914.241	0,54	5.905.670	38.694	5.944.365	0,65
Rural	9.033.599	331.090	9.364.689	3,54	10.312.295	725.110	11.037.405	6,57
Total	13.921.338	357.592	14.278.930	2,50	16.217.965	763.804	16.981.769	4,50

Risco	1º Sem. de 2011				1º Sem. de 2012			
	Vencendo	Vencido	Total	% de Inad.	Vencendo	Vencido	Total	% de Inad.
BB	12.650.501	45.259	12.695.760	0,36	15.320.045	73.385	15.393.430	0,48
Compartilhado	57.968	512	58.480	0,88	35.204	510	35.714	1,43
FCO	1.171.504	264.118	1.435.622	18,40	829.366	634.311	1.463.677	43,34
Procera	41.365	47.703	89.068	53,56	33.351	55.599	88.950	62,51
Total	13.921.338	357.592	14.278.930	2,50	16.217.965	763.804	16.981.769	4,50

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

A tabela a seguir apresenta os saldos de financiamentos vencidos por tempo de atraso:

Tabela 35: Saldos de Financiamentos Vencidos por Tempo de Atraso

R\$ Mil

Faixa de Vencimento	Saldo Vencido	% de Participação
01 a 30 dias	16.345	2,1
31 a 60 dias	11.551	1,5
61 a 90 dias	8.931	1,2
91 a 120 dias	8.946	1,2
121 a 150 dias	20.881	2,7
151 a 180 dias	8.545	1,1
Vencido acima de 180 dias	688.607	90,2
Total	763.804	100,0

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

Observa-se que o maior volume de recursos se concentra na faixa de operações vencidas em prazo superior a 180 dias. De acordo com a Resolução CMN/Bacen n.º 2.682, de 21.12.1999, e a Portaria Interministerial MF/MI n.º 11, de 28.12.2005, as operações com esse prazo de vencimento devem ser transferidas para prejuízo, com o correspondente débito da provisão, após decorridos seis meses da sua classificação nessa faixa, não sendo admitido o registro em período inferior.

13. OUTROS ASPECTOS

13.1. Situação dos Recursos

O volume de recursos do FCO atingiu, em 30.06.2012, R\$ 17.053,8 milhões, sendo R\$ 16.981,8 milhões de saldo de financiamentos (99,6%) e R\$ 72,0 milhões de disponibilidades (0,4%):

Tabela 36: Situação dos Recursos por UF

R\$ Mil

	DF	GO	MS	MT	Região
1. Recursos	1.750.681	5.936.000	3.970.818	5.396.281	17.053.780
2. Saldo de Financiamentos	1.470.095	6.283.146	3.786.768	5.441.761	16.981.770
3. Disponibilidades Financeiras (1-2)	280.586	(347.146)	184.050	(45.480)	72.010
4. Parcelas a liberar	30.768	191.300	230.604	365.096	817.768
5. Disponibilidades Orçamentárias (3-4)	249.818	(538.446)	(46.554)	(410.576)	(745.758)

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

Considerando as parcelas pendentes de liberação de operações contratadas até 30.06.2012, a disponibilidade orçamentária encerrou o 1º semestre de 2012 com déficit de R\$ 745,8 milhões. Os desembolsos serão administrados com o orçamento previsto para o exercício de 2012.

13.2. Remuneração dos Recursos Disponíveis

Enquanto não desembolsados pelo Banco, os saldos diários dos recursos do Fundo devem ser remunerados com base na taxa extramercado divulgada pelo Banco Central do Brasil, conforme art. 4º da Lei n.º 9.126, de 10.11.1995, com a redação dada pela Lei n.º 10.177, de 12.01.2001.

No 1º semestre de 2012, o Banco do Brasil creditou ao Fundo o montante de R\$ 14,6 milhões, correspondentes à referida remuneração.

13.3. Remuneração dos Recursos Aplicados

Os recursos do FCO, desembolsados pelo agente financeiro, são remunerados pelos encargos pactuados com os devedores, excluído o *del credere* correspondente, na forma do art. 2º da Lei n.º 10.177, de 12.01.2001.

No período em exame, foram creditados ao FCO R\$ 160,6 milhões.

13.4. Remuneração do Banco Operador

A título de *del credere*, o Banco do Brasil recebeu, no 1º semestre de 2012, o valor de R\$ 389,1 milhões, na forma do § 2º do art. 1º da Lei n.º 10.177, de 12.01.2001, e do inciso II do § 4º do art. 9º-A da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, incluído pela Medida Provisória n.º 2.196-3, de 24.08.2001.

13.5. Remuneração do Banco Administrador

Conforme disposto no art. 13 da Medida Provisória n.º 2.199-14, de 24.08.2001, os bancos administradores dos Fundos Constitucionais de Financiamento fazem jus à taxa de administração de 3,0% a.a. sobre o patrimônio líquido dos respectivos Fundos, apropriada mensalmente e limitada em cada exercício a 20,0% do valor das transferências realizadas pelo Tesouro Nacional.

A Medida Provisória n.º 2.196-3, de 24.08.2001, por sua vez, ao incluir o art. 9º-A na Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, facultou aos bancos administradores a utilização dos recursos dos respectivos Fundos como próprios, com o que as operações seriam realizadas com risco exclusivo do banco e os valores utilizados seriam deduzidos do Patrimônio Líquido do Fundo, para efeito do cálculo da taxa de administração (art. 9º-A, *caput* e § 11).

Informa o Banco do Brasil S.A., em seu Relatório de Gestão, p. 53, que, com a migração de parte das operações de risco do FCO para contas de compensação, ocorrida em dezembro de 2010, o Banco deixou de utilizar o volume dessa carteira como Patrimônio de Referência de Nível II (PR de Nível II).

Assim, com base na legislação em vigor, o Banco voltou a ter base de cálculo para cobrança da remuneração do Administrador, a partir do exercício de 2011.

No 1º semestre de 2012, a despesa com a taxa de administração totalizou R\$ 4,7 milhões.

13.6. Rebates e Bônus de Adimplência

No 1º semestre de 2012, foram concedidos aos beneficiários que pagaram em dia suas prestações/parcelas, a título de rebates sobre os encargos financeiros e de bônus de adimplência, os valores correspondentes a R\$ 5,5 milhões e R\$ 56,1 milhões, respectivamente. No mesmo período do ano anterior, foram R\$ 6,6 milhões e R\$ 72,3 milhões, respectivamente.

13.7. Operações Levadas a Perda ou Prejuízo

No 1º semestre de 2012, foram transferidos para perdas R\$ 106,6 milhões, sendo R\$ 102,8 milhões assumidos pelo Banco do Brasil e R\$ 3,8 milhões debitados ao FCO. Esse montante foi inferior ao observado no 1º semestre de 2011, quando foram transferidos para perdas R\$ 122,1 milhões, sendo R\$ 119,4 milhões assumidos pelo Banco e R\$ 2,7 milhões debitados ao FCO:

Tabela 37: Perdas do Fundo

Risco	R\$ Mil		
	Saldo transferido (a-b+c)	Saldo assumido pelo BB (b)	Saldo assumido pelo FCO (c)
BB	101.962	101.962	-
Compartilhado	1.782	891	891
FCO	2.883	-	2.883
Total	106.627	102.853	3.774

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

No mesmo período, foram recuperados R\$ 9,9 milhões, sendo R\$ 2,8 milhões referentes a operações de risco compartilhado e R\$ 7,1 milhões referentes a operações de risco 100% ou integral do Fundo.

13.8. Patrimônio Líquido

Em 30.06.2012, o Patrimônio Líquido do FCO atingiu o montante de R\$ 16.015,8 milhões, o que representa um incremento de 13,5% em relação ao observado em 30.06.2011 (R\$ 14.111,6 milhões):

Tabela 38: Evolução do Patrimônio Líquido do FCO -2001 a 2012

Mês/Ano	Valor
jun/01	2.719,1
jun/02	3.388,5
jun/03	4.111,0
jun/04	4.847,9
jun/05	6.043,7
jun/06	6.929,5
jun/07	8.063,6
jun/08	9.498,1
jun/09	10.859,5
jun/10	12.482,4
jun/11	14.111,6
jun/12	16.015,8

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

O Patrimônio Líquido corresponde às transferências dos exercícios anteriores (R\$ 12.656,4 milhões) acrescidas das transferências do Tesouro Nacional no 1º semestre de 2012 (R\$ 941,3 milhões) e do superávit acumulado até jun/2012 (R\$ 2.418,1 milhões).

13.9. Operações Ajuizadas

Em 30.06.2012, a carteira de financiamentos do FCO possuía 277,2 mil operações “em ser”. No 1º semestre de 2012, foram ajuizadas pela Diretoria Jurídica do Banco do Brasil 311 operações no valor de R\$ 140,8 milhões.

13.10. Fiscalização, Controle e Auditoria

13.10.1. Fiscalização

São objeto de fiscalização obrigatória do crédito rural, observados os critérios mínimos fixados pelo Banco Central do Brasil, todas as operações rurais “em ser” deferidas ao mesmo mutuário, quando a soma dos valores contratados ultrapassar R\$ 170 mil.

Quanto ao FCO Empresarial, a fiscalização deve seguir as normas gerais de crédito do Banco, ou seja, é obrigatória para operações de investimento, de arrendamento mercantil e de aquisição de bens, quando destinadas a amparar implantação ou expansão de empreendimentos de valor igual ou superior a 100 mil.

No 1º semestre de 2012, foram realizados 12.158 serviços de fiscalização (obrigatórios, por amostragem e por agendamento manual), tendo sido apontadas 2.803 irregularidades. Destas, 822 já tinham sido atendidas/regularizadas e 1.850 permaneciam pendentes em 30.06.2012.

13.10.2. Controle

O Fundo tem Plano Contábil próprio, criado com o objetivo de disciplinar os registros dos atos e fatos a ele inerentes. Os recursos e as aplicações são identificados em rubricas específicas do sistema contábil do Banco do Brasil.

Com a publicação da Portaria Interministerial MI/MF n.º 1C, de 15.01.2005, alterada pela Portaria Interministerial MI/MF n.º 11, de 28.12.2005, além da obrigatoriedade de elaborar a contabilidade do FCO de acordo com a Lei n.º 7.827, de 27.09.1989 (o art. 18 prevê a adoção do sistema contábil da respectiva instituição financeira federal, ou seja, da contabilidade comercial), o Banco do Brasil passou a elaborar, também, a contabilidade do Fundo em conformidade com a Lei n.º 4.320, de 17.03.1964 (dispõe sobre a contabilidade pública), utilizando o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi), para registro dos dados.

13.10.3. Auditoria

Em observância aos arts. 70 e 71 da Constituição Federal, aos arts. 19 e 20 da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, e a instruções específicas, o Banco do Brasil promove:

- a) anualmente, a prestação de contas ao Tribunal de Contas da União (TCU), previamente auditada pela Secretaria Federal de Controle Interno (SFCI) da Controladoria-Geral da União (CGU), órgão da Presidência da República (PR);
- b) mensalmente, a remessa de relatórios à SFCI/CGU/PR sobre as operações contratadas e a situação dos recursos;

- c) a publicação semestral dos balanços, devidamente auditados por empresas de auditoria independente; e
- d) a apresentação de relatório semestral circunstanciado ao Ministério da Integração Nacional e ao Conselho Deliberativo do Fundo (Condel/FCO) sobre as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos.

13.11. Auditoria Externa

De acordo com o § 2º do art. 20 da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, deverá ser contratada auditoria externa, às expensas do Fundo, para certificação do cumprimento das disposições constitucionais e legais estabelecidas, além do exame das contas e outros procedimentos usuais de auditoria.

A empresa contratada para auditar as demonstrações contábeis do 1º semestre de 2012 foi a KPMG Auditores Independentes. Em seu Relatório de 07.12.2012, a KPMG Auditores Independentes afirma que foram examinadas as demonstrações contábeis do FCO, que compreendem o balanço patrimonial em 30.06.2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Registrou, quanto à responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis, que a administração do Fundo é responsável pela elaboração e pela adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos fundos constitucionais e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Registrou que a responsabilidade dos auditores independentes é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em sua auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Acrescentou que uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis do Fundo para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Fundo. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Esclareceu acreditar que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar sua opinião com ressalva.

Em sua “base para conclusão com ressalva”, registrou que, conforme mencionado na Nota Explicativa n.º 3.c às Demonstrações Contábeis, “o Fundo, para as operações de risco de crédito

próprio, não dispõe de controles internos suficientes para o cálculo e registro das rendas a apropriar da referida carteira, representadas pelas rendas derivadas das operações em atraso com prazo superior a 60 (sessenta) dias, conforme previsto na Resolução CMN n.º 2.682/199, cujo normativo é utilizado pelo Fundo em sua política contábil para o registro das operações de crédito”.

Acrescentou que, para fins exclusivo do cálculo da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) para as operações de risco próprio, foi utilizado valor estimado de rendas a apropriar, mencionado na Nota Explicativa n.º 5.g às Demonstrações Contábeis, mas que não foi praticável à KPMG concluir com relação à sua adequação e precisão. Por consequência, para essa porção, o Fundo está reconhecendo, como rendas efetivas da carteira de operações de crédito, aquelas com atraso superior a 60 (sessenta) dias, em desacordo com a referida Resolução.

A KPMG Auditores Independentes registra que, em sua opinião, exceto quanto ao assunto mencionado no parágrafo “Base para conclusão com ressalva”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do FCO em 30.06.2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos fundos constitucionais, conforme descritas na Nota Explicativa n.º 3.

Quanto à base de elaboração das demonstrações contábeis, a KPMG, sem modificar sua opinião, chama a atenção para as Notas Explicativas n.º 2 e 3, que descrevem a base de elaboração das demonstrações contábeis do Fundo. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela Administração para cumprir os requisitos dos normativos aplicáveis aos fundos constitucionais. Conseqüentemente, essas demonstrações contábeis podem não ser adequadas para outro fim.

À vista da conclusão da KPMG com ressalva, sugere-se recomendar ao Banco do Brasil S.A. que, para as operações de risco 100% ou integral do Fundo, desenvolva e implemente solução que permita o cálculo e o registro das rendas a apropriar da referida carteira, representadas pelas rendas derivadas das operações em atraso com prazo superior a 60 (sessenta) dias, observando os normativos em vigor.

14. ANÁLISE ECONÔMICA E SOCIAL

Após a abordagem do desempenho das contratações no 1º semestre de 2012, cabe avaliar os impactos socioeconômicos decorrentes dos financiamentos realizados no período.

Consoante os dados extraídos dos projetos financiados com recursos do FCO, estima-se em 314,8 mil o número de empregos gerados e/ou mantidos na Região (117,2 mil diretos e 197,6 mil indiretos), no 1º semestre de 2012.

Das Unidades Federativas, merecem destaque os Estados de Goiás e Mato Grosso, onde foram gerados e/ou mantidos 116,6 mil e 105,1 mil, respectivamente (37,0% e 33,4% do total de empregos gerados e/ou mantidos na Região), seguidos do Mato Grosso do Sul e Distrito Federal, com 63,1 mil e 30,0 mil, respectivamente (20,0% e 9,6% do total).

O setor rural foi responsável pela geração e/ou manutenção de 204,7 mil empregos diretos e indiretos (65,1%) e o setor empresarial por 110,1 mil (34,9%).

Considerando tão-somente a estimativa de geração de empregos diretos, a tabela abaixo apresenta o custo médio de cada emprego em relação ao volume financiado em cada UF e na Região:

Tabela 39: Valor financiado por emprego direto gerado e/ou mantido

R\$ Mil

UF	Valor financiado (a)	Qtd. de Empregos Diretos (b)	Valor Médio (a/b)
DF	321.512	11.083	29,0
GO	1.110.671	43.606	25,5
MS	640.626	22.933	27,9
MT	937.763	39.622	23,7
Total	3.010.572	117.244	25,7

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

O valor médio investido para geração e/ou manutenção de um emprego direto na Região situou-se em R\$ 25,7 mil. Por UF, a média mais elevada foi registrada no Distrito Federal (R\$ 29,0 mil), enquanto o Estado de Mato Grosso apresentou o menor valor médio por aplicação (R\$ 23,7 mil).

Se considerado o período de 1989 a 2012, o número de empregos gerados e/ou mantidos na Região, em decorrência das aplicações com recursos do FCO, ultrapassa 3.976,9 mil.

No que se refere à distribuição dos financiamentos, os R\$ 3.010,6 milhões aplicados no semestre beneficiaram, diretamente, as populações de 464 localidades, correspondentes a 99,6% do total dos municípios da Região.

Vale lembrar que a rede de distribuição das Instituições que atuam com recursos do FCO alcança a todas as comunidades organizadas do Centro-Oeste. O Banco do Brasil S.A. atua com todos os portes de tomadores e as demais instituições atuam com empreendedores individuais e mini, micro e pequenos tomadores.

15. LEGISLAÇÃO EDITADA NO PERÍODO

15.1. Leis e Medidas Provisórias

- Medida Provisória n.º 565, de 24.04.2012 – Altera a Lei no 10.177, de 12 de janeiro de 2001, para autorizar o Poder Executivo a instituir linhas de crédito especiais com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste para atender aos setores produtivos rural, industrial, comercial e de serviços dos Municípios com situação de emergência ou estado de calamidade pública reconhecidos pelo Poder Executivo federal, e a Lei no 10.954, de 29 de setembro de 2004, para permitir a ampliação do valor do Auxílio Emergencial Financeiro.

15.2. Resoluções CMN/Bacen

- 4.081, de 22.05.2012 – Autoriza a contratação de operação de investimento, ao amparo da Linha Especial de Crédito de Investimento para Produção de Alimentos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf Mais Alimentos), para agricultores familiares que tiveram perdas por estiagem, seca, excesso de chuvas, enchentes ou enxurradas;
- 4.107, de 28.06.2012 – Altera as disposições do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), de que trata o Capítulo 10 do Manual de Crédito Rural (MCR), para aplicação a partir da Safra 2012/2013.

15.3. Resoluções do Condrel/FCO

- 442, de 03.05.2012 – Programação do FCO para 2012: Condições Gerais de Financiamento – Restrições;
- 443, de 03.05.2012 – Programação do FCO para 2012: Programação Orçamentária – Aplicação dos Recursos – Limite máximo de 20% dos recursos previstos anualmente para contratações junto a beneficiários de grande porte;
- 444, de 03.05.2012 – Programação do FCO para 2012: Programa de FCO Empresarial para MGE – Condições de Financiamento – Limite Financiável;
- 445, de 03.05.2012 – Programação do FCO para 2012: Criação de Grupo de Trabalho;
- 446, de 03.05.2012 – Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO): Indicadores e Metas de Gestão de Desempenho para 2012;
- 447, de 15.06.2012 – Programação do FCO para 2012: Programa de FCO Rural – Condições de Financiamento – Classificação Quanto ao Porte;
- 448, de 15.06.2012 – Programação do FCO para 2012: Programa de FCO Rural – Condições de Financiamento – Linhas de Financiamento – Crédito Emergencial para a Suinocultura;
- 449, de 15.06.2012 – Relatório de Gestão do FCO – Exercício de 2011 – Relatório de Gestão apresentado pelo Banco do Brasil S.A.

16. AÇÕES DESENVOLVIDAS PELO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

No exercício de suas atribuições, o Ministério da Integração Nacional desenvolveu, no decorrer do 1º semestre de 2012, por meio da Secretaria de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais (SFRI) e da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), diversas ações, dentre as quais destacamos as seguintes:

- análise do relatório apresentado pelo Banco do Brasil, referente às Atividades Desenvolvidas e aos Resultados Obtidos com a aplicação dos recursos do FCO no exercício de 2011;
- análise e emissão de pareceres sobre propostas submetidas ao Condel, envolvendo alterações e aperfeiçoamentos das condições operacionais dos programas e linhas de financiamento, entre outros assuntos de importância para o Fundo;
- preparação, organização e composição das pautas das reuniões do Conselho Deliberativo, contendo toda a documentação relacionada com as matérias a serem discutidas nas reuniões e necessárias às deliberações dos Conselheiros;
- redação das atas das reuniões do Condel;
- redação e publicação das resoluções do Conselho;
- análise e emissão de pareceres sobre recomendações da Secretaria Federal de Controle Interno – SFCI/CGU, constantes de Relatórios de Auditoria do FCO e de Planos de Providências, submetidos ao Condel;
- coordenação e participação de Grupos de Trabalho instituídos pelo Condel/FCO;

- participação nos Seminários “FCO Itinerante” em parceria com o Banco do Brasil, Governos dos Estados e do Distrito Federal, SEBRAE e outras instituições, com o objetivo de divulgar o FCO e estimular a tomada de financiamentos principalmente junto aos mini e pequenos produtores rurais e às micro e pequenas empresas, além de incentivar a interação entre os diversos atores sociais interessados no FCO e promover o reconhecimento, por parte da sociedade civil, dos esforços do Governo Federal para acelerar o desenvolvimento econômico e social da Região;
- participação em diversos eventos, com o objetivo de divulgar as condições de financiamento do FCO, a exemplo da Coletiva FCO, no dia 12.01.2012; Encontro de Turismo Regional, em Campo Grande (MS), de 15 a 18.03.2012; Oficina FCO Turismo, em Brasília (DF), no dia 20.03.2012; 1º Encontro de Empreendedores do Centro-Oeste, em Cuiabá (MT), no dia 14.04.2012; Agrobrasil, de 15 a 19.05.2012; Expo MS Industrial, em Campo Grande (MS), de 22 a 25.05.2012;
- participação no Agrobrasil, de 15 a 19.05.2012, com a instalação de um estande do MI/Sudeco, onde foram distribuídos materiais sobre o FCO, realizados atendimentos individualizados a potenciais tomadores de recursos e realizadas palestras sobre as principais condições de financiamento do Fundo. Uma área do estande foi destinada à exposição de produtos de artesãos de arranjos produtivos locais;
- análise e elaboração de notas técnicas e pareceres sobre propostas de emendas constitucionais, projetos de lei e medidas provisórias e outros atos de competência do Ministério relacionados aos Fundos Constitucionais de Financiamento e/ou especificamente ao FCO; e
- confecção e distribuição de folderes e cartilhas sobre o FCO.

16.1. Seminários FCO Itinerante

Como ocorre anualmente, o Ministério da Integração Nacional e a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste, atentos à necessidade de cumprimento da programação do FCO, que prevê a aplicação de 51% dos recursos em empreendimentos de tomadores de menor porte, intensificaram a divulgação do FCO no 1º semestre de 2012, por meio dos Seminários FCO Itinerante, em conjunto com os Governos das Unidades Federativas da Região Centro-Oeste, o Banco do Brasil S.A., o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e outros parceiros.

16.1.1. Planejamento e Organização

No início do exercício de 2012, a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste encaminhou ofício aos Governos do Distrito Federal e dos Estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, solicitando o agendamento de reuniões com a participação de representantes do Governo Estadual, do Banco do Brasil S.A., dos demais agentes operadores, dos órgãos e entidades que integram o Conselho de Desenvolvimento Estadual e de outros parceiros, para definição da programação dos Seminários FCO Itinerante.

Por ocasião das reuniões, foram definidos os calendários dos Seminários (datas, locais, programação de palestras etc.), tendo sido priorizados os municípios integrantes das microrregiões classificadas pela tipologia da PNDR como de economia dinâmica ou estagnada.

Coube aos Governos do Distrito Federal e dos Estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul promover toda a articulação necessária ao cumprimento dos calendários.

16.1.2. Resultados

As contratações com recursos do FCO superaram R\$ 3.010,6 milhões no 1º semestre de 2012, o que representa um incremento de 34,6% em relação ao montante observado no 1º semestre de 2011 (R\$ 2.237,4 milhões).

Com essas contratações, o saldo de financiamentos do FCO atingiu R\$ 16.981,8 milhões, sendo R\$ 5.944,4 milhões (35,0%) junto ao setor empresarial e R\$ 11.037,4 milhões (65,0%) junto ao rural.

E os Seminários FCO Itinerante foram relevantes para o atingimento desse resultado, uma vez que contribuíram para o aumento da demanda por investimentos de longo prazo, o incremento do volume de recursos destinados às diversas atividades econômicas e a cobertura de 99,6% dos 466 municípios da Região.

Destaque-se que 27 municípios/cidades da Região receberam os Seminários Itinerantes no 1º semestre de 2012. E eles não contaram apenas com palestras, mas também com atendimento individualizado a potenciais tomadores, reuniões com lideranças locais, entrevistas em rádios e televisões, visitas a empreendimentos financiados com recursos do Fundo etc.

Tabela 40: Programação dos Seminários FCO Itinerante no 1º semestre de 2012

ESPACO	MUNICIPIO/CIDADE	UF	DATA
DF e Entorno	1. Samambaia	DF	15.03.2012
	2. Padre Bernardo	GO	12.04.2012
	3. Recanto das Emas	DF	19.06.2012
	4. Formosa	GO	26.06.2012
MS	5. Naviraí	MS	28.03.2012
	6. Caarapó	MS	29.03.2012
	7. Três Lagoas	MS	26.04.2012
	8. Selvíria	MS	27.04.2012
	9. Dourados	MS	30.05.2012
	10. Nova Alvorada do Sul	MS	31.05.2012
	11. Bonito	MS	01.06.2012
	12. Nioaque	MS	27.06.2012
	13. Jardim	MS	28.06.2012
MT	14. Pedra Preta	MT	15.03.2012
	15. Juscimeira	MT	16.03.2012
	16. Campinápolis	MT	29.03.2012
	17. Santo Antônio do Leste	MT	30.03.2012
	18. Alto Paraguai	MT	12.04.2012
	19. Diamantino	MT	13.04.2012
	20. Tangará da Serra	MT	26.04.2012
	21. Barra do Bugres	MT	27.04.2012
	22. Rosário Oeste	MT	10.05.2012
	23. Poconé	MT	22.05.2012
	24. Nova Maringá	MT	24.05.2012
	25. Santo Antônio do Leverger	MT	31.05.2012
	26. São José dos Quatro Marcos	MT	05.06.2012
	27. Peixoto de Azevedo	MT	21.06.2012

a) Divulgação

Com relação às estratégias de comunicação e mobilização das empresas e produtores rurais para os eventos, foram realizadas parcerias com os Sebrae's locais, Prefeituras Municipais e/ou outros órgãos e entidades locais, a exemplo das Câmaras de Dirigentes Lojistas – CDL, Associações Comerciais e Associações de Produtores Rurais.

A divulgação dos eventos foi realizada por meio de faixas e cartazes, folders, banners, spots em rádios, carros de som e envio de convite via mala direta, além de entrevistas e artigos na mídia regional.

Além de uma ampla cobertura da mídia, com entrevistas e matérias jornalísticas, os eventos contaram com ações, a exemplo da apresentação de casos de sucesso, que tornaram os eventos mais dinâmicos e despertaram a atenção dos empresários e produtores rurais para as condições atrativas do FCO.

b) Local

Os eventos foram realizados em auditórios de instituições de ensino, de repartições públicas, de entidades não governamentais, bem como em espaços particulares apropriados para eventos dessa natureza.

c) Parcerias Institucionais

Os Seminários “FCO Itinerante” foram realizados a partir de uma parceria formada com o Ministério da Integração Nacional, a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste, os Governos das UF da Região Centro-Oeste, o Banco do Brasil S.A., o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), as Prefeituras Municipais, as Câmaras Municipais, as Câmaras de Dirigente Lojistas (CDL), os Sindicatos Rurais, as Associações de Produtores Rurais e outros parceiros relevantes em nível local.

Com isso, houve o reforço da parceria institucional e o maior conhecimento das realidades locais pelos técnicos e gestores dos órgãos e entidades participantes, bem como o reconhecimento, por parte da sociedade civil, dos esforços do Governo Federal para acelerar o desenvolvimento econômico e social da Região.

d) Considerações finais

Os eventos transcorreram conforme o cronograma previsto. Cada um teve uma média de público de 100 pessoas, dentre empresários, produtores rurais e lideranças locais.

Por ocasião dos Seminários, foram realizadas palestras sobre as condições de financiamento do FCO e as formas de acesso aos recursos pelos principais órgãos e/ou entidades envolvidas, a exemplo do MI, Sudeco, Governos dos Estados, Sebrae e BB, bem como foram prestadas informações ao público em pontos de atendimento disponibilizados no local. Alguns Seminários contaram, inclusive, com a participação de representante da Controladoria-Geral da União – CGU (Nioaque e Jardim-MS).

Tudo isso resultou na alavancagem das contratações com os recursos do FCO, ampliando os financiamentos especialmente nos municípios integrantes das microrregiões classificadas pela tipologia da PNDR como de economia dinâmica ou estagnada.

17. SÍNTESE DAS OBSERVAÇÕES

A análise realizada, com base na documentação fornecida pelo Banco, revelou, conforme as abordagens feitas ao longo do presente Parecer, os seguintes aspectos:

- o orçamento realizado no 1º semestre de 2012 (R\$ 2.576,6 milhões) representou 110,3% do previsto (R\$ 2.335,0 milhões), uma vez que houve superação das previsões iniciais de algumas das fontes de recursos do Fundo;
- as contratações atingiram R\$ 3.010,6 milhões, o que representa um incremento de 34,6% em relação às do 1º semestre de 2011 (R\$ 2.237,4 milhões), bem como corresponde a 128,9% do montante de recursos previstos para o período (R\$ 2.335,0 milhões), e a 116,8% do montante efetivamente distribuído no período para aplicação (R\$ 2.576,6 milhões);
- das contratações realizadas (R\$ 3.010,6 milhões), R\$ 321,5 milhões (10,7%) beneficiaram o DF; R\$ 1.110,7 milhões (36,9%) o Estado de GO; R\$ 640,6 milhões (21,3%) o Estado de MS; e R\$ 937,8 milhões (31,1%) o Estado de MT;
- as contratações com tomadores de menor porte, ou seja, com empreendedores individuais, mini, micro, pequenos e pequeno-médios tomadores, atingiram o montante de R\$ 2.304,1 milhões, o que representa 76,5% do total contratado na Região (R\$ 3.010,6 milhões);
- dos recursos aplicados (R\$ 3.010,6 milhões), R\$ 1.300,8 milhões (43,2%) beneficiaram o setor empresarial e R\$ 1.709,8 milhões (56,8%) o setor rural;
- as contratações do Pronaf ultrapassaram R\$ 404,8 milhões, montante 19,0% superior ao observado no mesmo período de 2011 (R\$ 340,0 milhões);
- o Pronaf – Reforma Agrária teve decréscimo tanto na quantidade de operações (-12,4%) quanto no volume de recursos aplicados (-14,1). A quantidade de operações passou de 1.396 no 1º semestre de 2011 para 1.223 no 1º semestre de 2012 e o volume de recursos aplicados de R\$ 22,0 milhões para R\$ 18,9 milhões;
- as aplicações da Linha de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços totalizaram R\$ 799,4 milhões, correspondentes a 61,5% do total aplicado junto ao setor empresarial (R\$ 1.300,8 milhões), a 26,5% do volume aplicado na Região (R\$ 3.010,6 milhões) e a 80,4% do limite de recursos para financiamento dos referidos setores no exercício (R\$ 994,8 milhões);
- os financiamentos de custeio junto a mini e pequenos produtores atingiram R\$ 325,8 milhões, consumindo 51,1% do limite/teto disponível para contratação. Já os financiamentos de aquisição de insumos e/ou matéria-prima e formação de estoques para vendas junto a empresas de menor porte atingiram R\$ 540,6 milhões, atingindo 73,2% do limite/teto respectivo;

- os financiamentos de custeio junto a pequeno-médios, médios e grandes produtores atingiram R\$ 149,6 milhões, consumindo apenas 20,1% do limite/teto disponível para contratação. Já os financiamentos de aquisição de insumos e/ou matéria-prima e formação de estoques para vendas junto a pequeno-médias, médias e grandes empresas atingiram R\$ 185,4 milhões, atingindo 74,6% do limite/teto respectivo;
- as contratações na Faixa de Fronteira totalizaram R\$ 545,1 milhões, o que representa 82,2% do montante de recursos previstos para aplicação no referido espaço em 2012 (R\$ 662,8 milhões) e incremento de 45,8% em relação ao observado no mesmo período de 2011 (R\$ 373,8 milhões);
- na Mesorregião de Águas Emendadas, foram contratados R\$ 300,6 milhões, o que representa 108,5% do montante de recursos previstos para aplicação no referido espaço em 2012 (R\$ 277,1 milhões) e incremento de 73,6% em relação ao observado no 1º semestre de 2011 (R\$ 173,2 milhões);
- os municípios integrantes de microrregiões de tipologia estagnada e dinâmica, segundo a PNDR, absorveram R\$ 948,2 milhões e R\$ 628,8 milhões, correspondentes a 20,9% e 31,5% do total contratado na Região (R\$ 3.010,6 milhões), respectivamente. Juntos, os municípios de economia estagnada e dinâmica absorveram R\$ 1.577,0 milhões, o que representa 75,9% do montante de recursos previstos para aplicação nos referidos espaços em 2012 (R\$ 2.078,0 milhões);
- os municípios integrantes de microrregiões classificadas como de alta renda, por sua vez, absorveram R\$ 1.433,6 milhões, correspondentes a 47,6% do total contratado na Região;
- o DF e o Estado de GO concentraram as aplicações em municípios de alta renda (73,6% e 65,2% respectivamente); o Estado de MT em municípios de economia dinâmica (41,8%) e o Estado de MS em municípios de economia estagnada (67,1%);
- na RIDE, foram formalizadas 3.781 operações no montante de R\$ 321,5 milhões, sendo 2.670 operações no valor de R\$ 236,6 milhões no DF e 1.111 operações no valor de R\$ 84,9 milhões no Entorno;
- 9.138 pessoas físicas e jurídicas obtiveram financiamentos com recursos do FCO pela primeira vez, absorvendo R\$ 888,4 milhões;
- do total de 39.428 operações no valor de R\$ 3.010.572 mil contratadas no 1º semestre de 2012, 39.302 operações no valor de R\$ 2.992.679 mil foram formalizadas pelo Banco do Brasil S.A. e 126 no valor de R\$ 17.893 mil pelas instituições operadoras do repasse;
- das 42.955 propostas existentes no Banco no valor de R\$ 6.570,2 milhões, 39.428 no valor de R\$ 3.010,6 milhões foram contratadas e 3.527 no valor de R\$ 3.559,7 milhões não foram;
- dos 466 municípios existentes no Centro-Oeste, 464 (99,6%) contaram com operações no 1º semestre de 2012;
- a carteira de financiamentos do FCO registrou, em 30.06.2012, saldo de R\$ 16.981,8 milhões, o que representa incremento de 18,9% em relação ao observado em 30.06.2011 (R\$ 14.278,9 milhões);

- o índice de inadimplência (relação entre o saldo das parcelas vencidas e o saldo da carteira) atingiu 4,50%, sendo superior ao observado no final do 1º semestre de 2011 de 2,50%. O índice de inadimplência das operações contratadas com risco exclusivo do Banco foi de apenas 0,48%;
- as disponibilidades do Fundo atingiram, em 30.06.2012, R\$ 72,0 milhões, montante 90,8% inferior ao observado em 30.06.2011 (R\$ 783,2 milhões);
- foram transferidos para perdas R\$ 106,6 milhões, sendo R\$ 102,8 milhões assumidos pelo BB e R\$ 3,8 milhões debitados ao FCO. Esse montante foi inferior ao observado no 1º semestre de 2011, quando foram transferidos para perdas R\$ 122,1 milhões, sendo R\$ 119,4 milhões assumidos pelo Banco e R\$ 2,7 milhões debitados ao FCO;
- foram recuperados R\$ 9,9 milhões, sendo R\$ 2,8 milhões referentes a operações de risco compartilhado e R\$ 7,1 milhões referentes a operações de risco 100% ou integral do Fundo;
- Em 30.06.2012, o Patrimônio Líquido do FCO atingiu o montante de R\$ 16.015,8 milhões, o que representa um incremento de 13,5% em relação ao observado em 30.06.2011 (R\$ 14.111,6 milhões); e
- consoante os dados extraídos dos projetos financiados, estima-se em 314,8 mil o número de empregos gerados e/ou mantidos na Região (117,2 mil diretos e 197,6 mil indiretos), no 1º semestre de 2012.

Cabe registrar que o Ministério da Integração Nacional, com base no art. 20 da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, e no art. 7º da Lei n.º 10.177, de 12.01.2001, solicitou ao Banco do Brasil S.A., por meio do Ofício n.º 88/SFRI/MI, de 06.08.2012, a inclusão de um conjunto de informações no Relatório referente às atividades desenvolvidas e aos resultados obtidos com a aplicação dos recursos do FCO no 1º semestre de 2012, com vistas ao aprimoramento do processo de supervisão, acompanhamento e controle da aplicação dos recursos e da avaliação de desempenho do Fundo.

De acordo com o referido Ofício, o Relatório, contendo as informações solicitadas, deveria ser encaminhado ao Ministério da Integração Nacional e à Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco) até 28.09.2012, impreterivelmente.

A versão final do Relatório, acompanhada das Demonstrações Contábeis e do Parecer da Auditoria Independente, foi encaminhada pelo Banco do Brasil S.A., por e-mail de 08.12.2012, e pelo Ofício Diretoria de Governo/Gefup/Difup – 2012/015.804, de 17.12.2012. As justificativas para o atraso foram apresentadas por meio dos Ofícios Diretoria de Governo/Gefup – 2012/013.887, de 06.11.2012, e 2012/015.003, de 29.11.2012, e estavam relacionadas à ressalva da KPMG Auditores Independentes, de que tratou o item 13.11 retro.

Não obstantê, caberia recomendar ao Banco que passe a apresentar ao Ministério da Integração Nacional e à Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco) o relatório de gestão do Fundo, de que trata o art. 20 da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, em até 90 (noventa) dias após o término do período em análise, permitindo aos administradores o cumprimento tempestivo de suas competências, em especial a de “avaliar os resultados obtidos e determinar as medidas de ajustes necessárias ao cumprimento das diretrizes estabelecidas e à adequação das atividades de financiamento às prioridades regionais”.

18. PARECER E RECOMENDAÇÕES

Em cumprimento ao que dispõem os arts. 14, inciso III, e 20, § 5º, da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, e art. 10, *caput* e §§ 1º a 3º, da Lei Complementar n.º 129, de 08.01.2009, sugerimos encaminhar à deliberação do Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Condel/Sudeco) o Relatório apresentado pelo Banco do Brasil S.A. referente às atividades desenvolvidas e aos resultados obtidos com a aplicação dos recursos do FCO, no 1º semestre de 2012, com parecer favorável da Secretaria de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais (SFRI) e da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco) à sua aprovação, com a mesma ressalva da KPMG Auditores Independentes (item 13.11 retro).

Considerando as análises e as considerações registradas no presente Parecer e com o objetivo de aprimorar a gestão do Fundo, sugerimos ao Condel recomendar ao Banco do Brasil S.A. o seguinte:

- a) que, para as operações de risco 100% ou integral do Fundo, desenvolva e implemente solução que permita o cálculo e o registro das rendas a apropriar da referida carteira, representadas pelas rendas derivadas das operações em atraso com prazo superior a 60 (sessenta) dias, observando os normativos em vigor (item 13.11 retro);
- b) que passe a apresentar ao Ministério da Integração Nacional e à Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco) o Relatório de que trata o art. 20 da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, em até 90 (noventa) dias após o término do período em análise (item 17 retro).

Sugerimos ao Condel, ainda, estabelecer o prazo de até 30 dias, a contar da publicação da Resolução que aprovar o Relatório, para que o Banco do Brasil S.A. envie à Secretaria-Executiva do Conselho plano de providências para tratamento das recomendações, conforme modelo a seguir:


MODELO DE PLANO DE PROVIDÊNCIAS

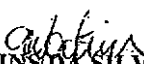
Relatório de Gestão do FCO, referente ao ___ semestre de ___ (ou ao Exercício de ___)
Resolução Condel/Sudeco n.º _____, de _____._____

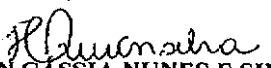
1. **Recomendação 1: (registrar a recomendação constante da Resolução Condel/Sudeco)**
 - 1.1. Providências a serem implementadas (discorrer sobre a forma de implementação proposta de modo a oferecer parâmetros para o acompanhamento).
 - 1.2. Prazo: _____.
2. **Recomendação 2: (registrar a recomendação constante da Resolução Condel/Sudeco)**
 - 2.1. Providências a serem implementadas (discorrer sobre a forma de implementação proposta de modo a oferecer parâmetros para o acompanhamento).
 - 2.2. Prazo: _____.
- [...]

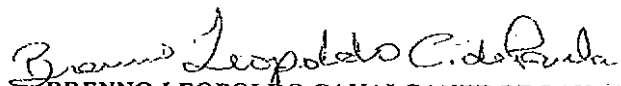
Assinatura do Conselheiro Representante do Banco do Brasil S.A. no Condel/Sudeco
(Nome e Cargo)



RENATO SILVIO DE OLIVEIRA
Analista Técnico Administrativo – SFRI/MI



LUCIANA DE SOUSA BARROS
Analista Técnico Administrativo – Sudeco/MI



GRAYCE MARTINS DA SILVA GONÇALVES
Coordenadora – CGAC/DFRP/SFRI/MI


HÉLEN CASSIA NUNES E SILVA
Coordenadora-Geral de Desenvolvimento da RIDE/DF e
Espaços Prioritários – Sudeco/MI


BRENNO LEOPOLDO CAVALCANTE DE PAULA
Diretor do Departamento Financeiro e de Recuperação de
Projetos, em exercício – SFRI/MI


OSWALDO CORDEIRO DE PASCHOAL
Diretor de Implementação de Programas e de Gestão de
Fundos, em exercício – Sudeco/MI


JOSÉ WANDERLEY UCHOA BARRETO
Secretário de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais, em
exercício – SFRI/MI


MARCELO DOURADO
Diretor-Superintendente – Sudeco/MI

**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
PRESIDÊNCIA DO CONDEL/SUDECO**

RESOLUÇÃO N.º 006/2012, de 28 de dezembro de 2012

RELATÓRIO DE GESTÃO DO FCO.
- 1º Semestre de 2012.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DELIBERATIVO DO DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE (CONDEL/SUDECO), no uso das atribuições que lhe conferem o art. 8º, § 2º, da Lei Complementar n.º 129, de 8 de janeiro de 2009, e o art. 9º, inciso XVII e parágrafo único, do Regimento Interno, torna público que, em cumprimento ao estabelecido nos arts. 14, inciso III, e 20, § 5º, da Lei n.º 7.827, de 27 de setembro de 1989, no art. 10, § 1º, incisos II e III, e § 2º, da Lei Complementar n.º 129, de 8 de janeiro de 2009, e no art. 8º, inciso XII, alíneas "c" e "d", do Regimento Interno, e considerando, ainda, a urgência e relevância do assunto, resolveu aprovar, *ad referendum* do Conselho, o Relatório de Gestão do FCO formulado pelo Banco do Brasil S.A., relativo ao 1º semestre de 2012, acompanhado do Parecer-Conjunto n.º 24-SFRI/SUDECO, de 26.12.2012, do Ministério da Integração Nacional, com a ressalva da KPMG Auditores Independentes (item 13.11 do Parecer-Conjunto), recomendando ao Banco a adoção das providências a seguir:

- a) que, para as operações de risco 100% ou integral do Fundo, desenvolva e implemente solução que permita o cálculo e o registro das rendas a apropriar da referida carteira, representadas pelas rendas derivadas das operações em atraso com prazo superior a 60 (sessenta) dias, observando os normativos em vigor (item 13.11 do Parecer-Conjunto); e
- b) que passe a apresentar ao Ministério da Integração Nacional e à Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco) o Relatório de que trata o art. 20 da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, em até 90 (noventa) dias após o término do período em análise (item 17 do Parecer-Conjunto).

2. O Banco do Brasil S.A. terá o prazo de até 30 dias, a contar da publicação desta Resolução, para enviar à Secretaria-Executiva do Conselho plano de providências para tratamento das recomendações acima, conforme modelo constante do item 18 do Parecer-Conjunto n.º 24-SFRI/SUDECO, de 26.12.2012.

Brasília (DF), 28 de dezembro de 2012.


FERNANDO BEZERRA COELHO
Presidente do CONDEL/SUDECO



Ministério da Integração Nacional

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 742, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2012

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, neste ato representado pelo MINISTRO DE ESTADO...

Art. 1º Aprovar, nos termos do § 1º do art. 3º da Lei nº 11.378, de 26 de novembro de 2007, o Termo de Compromisso apresentado pelo Governo do Estado de Alagoas...

Art. 2º Deverá a execução do objeto obedecer rigorosamente ao Termo de Compromisso e ao Plano de Trabalho que o integra...

Art. 3º Os recursos financeiros necessários para a execução do objeto são neste ato, fundados em R\$ 3.5050.000,00 (Cinco Milhões e Cinquenta Mil Reais)...

Art. 4º Os recursos financeiros relativos ao presente exercício correrão à conta de dotação orçamentária, consignada no Orçamento Geral da União...

Art. 5º A liberação dos recursos da União, mencionados no art. 3º, somente será efetuada após o atestado, pelo ente federado, das seguintes condições:

- 1 - Para liberação: a) Apresentação das documentações da licitação; b) Apresentação dos documentos de contratação.

Art. 6º O prazo de execução do objeto será de 360 (Trezentos e sessenta) dias, contados a partir da data da publicação no Diário Oficial da União...

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FERNANDO BEZERRA DE SOUZA COELHO

CONSELHO DELIBERATIVO DO DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE

RESOLUÇÃO Nº 6, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2012

Relatório de Gestão do FCO, 1º Semestre de 2012.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DELIBERATIVO DO DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE (CONDEL/SUDECOC), no uso das atribuições que lhe conferem o art. 8º, § 2º, da Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009...

Art. 1º Aprova, nos termos do § 1º do art. 9º, inciso XVII e parágrafo único, do Regulamento Interno, tomou público que, em cumprimento ao estabelecido no art. 14, inciso III, e 20, § 5º, da Lei nº 7.832, de 27 de setembro de 1998...

Art. 2º A Proposição de que trata o artigo primeiro e a documentação técnica que lhe dá suporte, passam a integrar a presente Resolução.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor nesta data, devendo ser publicada no site do SUDECOC, no endereço www.sudecoco.gov.br e será submetida à ratificação pelo Conselho Deliberativo de Anuquã em sua próxima reunião ordinária.

FERNANDO BEZERRA COELHO

RESOLUÇÃO Nº 7, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2012

Calendário de Reuniões do CONDEL/SUDECO EM 2013. Reuniões Ordinárias.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DELIBERATIVO DO DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE (CONDEL/SUDECO), no uso das atribuições que lhe conferem o art. 8º, § 2º, da Lei

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www13.gbrh.camara.gov.br/...

Publicado no DSF em 10/08/2013

(À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização)

Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009, e o art. 9º, inciso XVII e parágrafo único, do Regulamento Interno, tomou público que, em cumprimento ao estabelecido no art. 18 do Regulamento Interno...

Table with 4 columns: Reunião, Data, Dia, Local/UF. Rows include Reunião Ordinária 14.01.2013, Reunião Ordinária 11.06.2013, etc.

Ocorrendo problemas de natureza operacional ou legal, impeditivos do cumprimento do calendário fixado, ficará a Secretaria-Executiva autorizada a suspender ou adiar as reuniões programadas...

FERNANDO BEZERRA COELHO

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE CONSELHO DELIBERATIVO

RESOLUÇÃO Nº 61, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2012

Aprova "ad referendum" do Conselho Deliberativo, a Proposição nº 059/2012, que trata da adequação dos Procedimentos Operacionais do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDONE) no Decreto nº 7.832, de 09 de novembro de 2012.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DELIBERATIVO DA SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE - SUDENE usando das atribuições que lhe conferem o § 1º do art. 8º da Lei Complementar nº 125, de 03 de junho de 2007...

Art. 1º Aprova, "ad referendum" do Conselho Deliberativo, a Proposição nº 059/2012, sancionada pela Diretoria Colegiada da SUDENE na 12ª reunião, de 7 de dezembro de 2012...

a) estabelecer que os projetos apresentados ao órgão operador para análise, com valor diferente do que foi aprovado pela consulta prévia...

b) que as cartas-consulta protocoladas até 31 de dezembro de 2012, sejam consideradas como consulta prévia, sendo as mesmas passíveis de pedido de complementação informacional quando couber.

c) que o empenho realizado com base em contratações firmadas a partir de 4 de abril de 2012, com valor de até 2% de crédito liberado, em favor da SUDENE (art. 3º do Decreto nº 7.832/2012).

Art. 2º A Proposição de que trata o artigo primeiro e a documentação técnica que lhe dá suporte, passam a integrar a presente Resolução.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor nesta data, devendo ser publicada no site do SUDENE, no endereço www.sudene.gov.br e será submetida à ratificação pelo Conselho Deliberativo de Anuquã em sua próxima reunião ordinária.

FERNANDO BEZERRA DE SOUZA COELHO

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 1, DE 2 DE JANEIRO DE 2013

O SECRETÁRIO EXECUTIVO SUBSTITUTO DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso de suas atribuições e - Considerando o Art. 4º da Instrução Normativa nº 04/2010, do Ministério do Planejamento...

Art. 1º. Prorrogar por 06 (seis) meses o prazo de validade do plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) do Ministério da Integração Nacional...

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

AMARILDO BAESSO

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério da Justiça

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 18, DE 4 DE JANEIRO DE 2013

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002...

Declinar saneado pedindo VICENTE DE PAULA SILVA, portador do CPF nº 019.340.528-84, conceder reparação econômica de caráter indenizatório...

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 19, DE 4 DE JANEIRO DE 2013

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002...

Ratificar a condição de anistiado político "post mortem" de JOÃO BATISTA DE CAMPOS NETO, filho de CARLINDA DE SENA CAMPOS...

a) estabelecer que os projetos apresentados ao órgão operador para análise, com valor diferente do que foi aprovado pela consulta prévia...

Art. 2º A Proposição de que trata o artigo primeiro e a documentação técnica que lhe dá suporte, passam a integrar a presente Resolução.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor nesta data, devendo ser publicada no site do SUDENE, no endereço www.sudene.gov.br...

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 20, DE 4 DE JANEIRO DE 2013

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002...

Declinar saneado pedindo EDVALDO GOMES PEREIRA, portador do CPF nº 053.215.495-91, e conceder reparação econômica de caráter indenizatório...

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 21, DE 4 DE JANEIRO DE 2013

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002...

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por ALOÍSIO ARAÚJO COSTA, portador do CPF nº 376.056.905-00.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO